



SEU
AMIGO
ESTEVE
AQUÍ

CRISTINA CHACEL

A HISTÓRIA
DO DESAPARECIDO
POLÍTICO
CARLOS ALBERTO
SOARES DE FREITAS,
ASSASSINADO
NA CASA DA MORTE

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.org](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Cristina Chacel

“Seu amigo esteve aqui”

A história do desaparecido político Carlos Alberto
Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte

Consultores:

Flavia de Camargo Cavalcanti

Sergio Emanuel Dias Campos

Sergio Soares Xavier Ferreira



Sumário

Prefácio

Nosso amigo está aqui, por ÁLVARO CALDAS

Fim de linha

Rapaz de família

Rodas juvenis

Viva Cuba!

O tostão contra o milhão

Nada será como antes

Beto, por ele mesmo

Estudante 24 horas

Clandestino

Sonhos e pólvora

Perdas, danos e ganhos

Rota de colisão

O campo em foco

O cerco se fecha

Ânimos e desânimos

Rede de alto risco

A busca

“Seu amigo esteve aqui”

Quarenta anos depois

Um Beto e cinco Brenos

Companheiros de Breno

Lista de siglas

Agradecimentos

Índice

Prefácio

Nosso amigo está aqui

VINTE E SETE ANOS DEPOIS que retornou à democracia, o Brasil ainda luta para desenterrar um doloroso legado perdido que, aos poucos e a duras penas, vem sendo reconstituído. Os espectros dos mortos e desaparecidos da ditadura continuam a nos assombrar e envergonhar, contrariando leis e tratados internacionais dos quais o país é signatário. Este livro é parte desse árduo trabalho de investigação e reconstituição de uma história de crimes, assassinatos e desaparecimentos que se passou nas sombras, muitas vezes sem testemunhas, nos porões do regime militar. A expectativa de que a trajetória política do mineiro de Belo Horizonte Carlos Alberto Soares de Freitas se tornasse livro impôs-se naturalmente. Uma vida muito breve, que termina com o seu desaparecimento, aos 31 anos, em fevereiro de 1971, numa manhã típica do verão carioca, na avenida Princesa Isabel, em Copacabana.

Ao trazer à tona um novo capítulo dessa saga, este livro se transforma num documento pioneiro, de especial interesse para a juventude, que deveria ser adotado nas escolas brasileiras. Aqui, o leitor descobrirá um dos personagens de nossa história recente. Um valente personagem que não necessita do título de herói, integrante que foi de uma geração de jovens que, inconformada com o golpe militar que depôs o presidente João Goulart, em 1964, resistiu e ousou lutar por seus sonhos e ideias socialistas.

“Seu amigo esteve aqui” soa como uma inocente frase de um diálogo amigável. Vejamos as circunstâncias, o cenário e os três personagens envolvidos nessa tragédia política. “Aqui” trata-se da Casa da Morte, localizada na rua Arthur Barbosa n.668, na serra de Petrópolis, um dos centros de tortura e extermínio clandestinos instalados pelos militares encarregados da repressão política. Somos levados então a penetrar um dos círculos do inferno. O autor da frase – um lacônico e frio comunicado de morte – é um agente do Estado, torturador, o ex-sargento Ubirajara Ribeiro de Souza, o *Zeção*, dirigindo-se com cinismo e ironia a uma de suas vítimas, Inês Etienne Romeu, ali torturada e seviciada, única sobrevivente e testemunha desses atos de infame selvageria. “Seu amigo” é o jovem sociólogo e dirigente da VAR-Palmares, uma das organizações de luta armada, Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto, codinome *Breno*, cujo corpo é procurado até hoje.

Na Casa da Morte, uma sinistra sucursal do DOI-Codi – a nave central da tortura, situada dentro de um quartel do Exército, na rua Barão de Mesquita, Tijuca, Rio de Janeiro –, os facínoras tinham licença para matar. Antes, serviam-se sádica e covardemente de seus prisioneiros, vítimas de uma violência diária, banal, praticada com requintes de doentio prazer, com o objetivo de lhes tirar os últimos resquícios de humanidade porque sabiam que, ao final daquele ritual de horrores, eles seriam eliminados.

Essa é uma das principais revelações deste livro, que realiza uma detalhada anatomia de um desaparecimento em busca da construção da verdade. Entre os oficiais militares do DOI-Codi no comando da casa de Petrópolis, todos com nome de guerra de doutores, estavam o coronel da extrema direita Freddie Perdigão Pereira, o *dr. Nagib* ou *dr. Roberto*; o tenente-coronel Orlando Rangel, o *dr. Pepe*, e o segundo-tenente Amílcar Lobo, o *dr. Carneiro*, este, médico com diploma, encarregado de medir o impacto do sofrimento e da dor no corpo do torturado e com poderes para autorizar o prosseguimento de seu massacre.

Num angustiado ensaio escrito em meio ao espanto e à indignação provocados pela revelação dos porões da guerra da Argélia, o filósofo Jean-Paul Sartre advertiu que “a tortura não é especificamente francesa, mas uma praga que infecta toda a nossa era”. Naquele momento, em 1957 e 1958, a opinião pública tomou conhecimento de que o Exército francês e as forças policiais da colônia empregaram sistematicamente a tortura no enfrentamento aos rebeldes argelinos, levando a uma comoção generalizada. Essa catarse o Brasil ainda não teve a coragem de fazer.

A impostura que encobre a situação dos nossos mortos, que de procurados ou presos passaram à condição de desaparecidos depois de assassinados, só será desmascarada com a abertura dos arquivos militares que encobrem seus autores e os crimes por eles praticados. Gestada nos centros clandestinos de operações da ditadura militar, a infecção da tortura constitui um de seus legados mais nocivos à sociedade brasileira.

Prática institucionalizada pelo regime ditatorial, a tortura tornou-se um poderoso instrumento da política repressora do Estado que se provou eficiente e eficaz. Naquele solitário e abjeto embate que se trava numa prolongada sessão de suplícios, o torturador não se contenta com a rendição do torturado, ele almeja apossar-se de sua alma, despojá-lo de seus valores, tornar-se dono de sua voz para transformá-lo num delator. O carrasco sevicia, humilha e administra a dor para arrancar uma informação, num sádico ritual que pode terminar com um cadáver em suas mãos. O que fazer com esse incômodo cadáver? Os covardes doutores da morte criaram essa monstruosidade jurídica chamada *desaparecidos políticos*.

Ao reconstituir a trajetória política e existencial de Beto, filho caçula de uma família de oito irmãos, “*Seu amigo esteve aqui*” saiu em busca de suas raízes, sua formação, seus amigos, suas paixões, sua militância. Encontrou uma geração nascida nos entornos da Segunda Guerra que chegou à juventude em meio aos sangrentos confrontos políticos e ideológicos da época, início da Guerra Fria. Uma geração que se politizou muito cedo, à custa de duas porradas marcantes que mudaram os rumos do Brasil: o golpe militar de 1964 e o AI-5, quatro anos depois, que calou todas as vozes e impôs um regime de trevas, o país do “ame-o ou deixe-o”, slogan de propaganda criado pelos militares.

Estudante de sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Beto encontrou aí a sua turma e iniciou sua militância na Política Operária, a Polop, consolidada por uma viagem a Cuba em 1962, onde se encantou com a vitoriosa revolução de Fidel e Che Guevara. Até sua prisão e morte, foram mais de dez anos de militância política, quatro dos quais na total clandestinidade, uma das mais longas da esquerda armada brasileira, vivendo encurralado em aparelhos com identidade falsa, entrando e saindo de reuniões e congressos, pulando de uma cidade para outra, com cartazes estampando sua foto espalhados em aeroportos e rodoviárias. Dotado de uma convicção inabalável, recusou os apelos para seguir a rota do exílio, que salvou muitas vidas.

Neste roteiro de filme traçado pelo livro, embrenhou-se pelo interior à procura da mítica Área Estratégica para a implantação da guerrilha rural, viajou de trem, navio e jipe pelos confins do país, passou por Rio, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém e outras cidades. Entre seus companheiros de viagem, Lamarca, Iara Iavelberg, Juarez Brito, Maria Auxiliadora, a Dodora, e tantos outros que tombaram pelo caminho. Ao final, tinha plena convicção de que se tornara um alvo especial – se fosse preso seria morto. Dilma Rousseff, sua amiga e companheira de militância desde a fase inicial em Belo Horizonte, também presa e torturada, sobreviveu e chegou à Presidência da República. Fato notável que isso tenha ocorrido no curso de uma geração militante aniquilada pela repressão do Estado ditatorial.

Beto e seus jovens companheiros viveram uma época de confrontos e utopias. Pressionados pela ditadura que instituiu a censura, fechou sindicatos e diretórios estudantis, prendeu e cassou mandatos de congressistas e opositores, acabaram tomando o caminho da luta armada, embalados por uma volúpia na ação e nas certezas de que ela conduziria à revolução social. István Szabó, cineasta húngaro que dirigiu

Mephisto, a história de um ator que vende a alma ao nazismo, disse que gosta de contar histórias de pessoas que passaram por experiências difíceis, sobretudo diante de algum momento político em um dado contexto da História que influencia suas vidas e muda seus destinos particulares. “Gosto de contar histórias”, disse Szabó, “de pessoas expostas ao vento forte da História.” Ao contrário do personagem de *Mephisto*, que vendeu sua alma ao diabo nazista, o que este livro nos mostra é que Beto e seus companheiros de viagem, expostos ao vendaval da História, entregaram a vida a um projeto político revolucionário de transformação social.

No capítulo final de “*Seu amigo esteve aqui*”, Cristina Chacel oferece ao leitor uma espécie de *making of* do livro, com os bastidores da criação, um guia sobre o intenso, difícil e demorado trabalho para desvendar o mistério que cercava o desaparecimento de Carlos Alberto Soares de Freitas. Terminou indo muito além, escrevendo um capítulo novo da história da luta armada, com suas organizações, congressos, divergências, rachas e grandes ações, como o roubo do cofre do ex-governador de São Paulo Ademar de Barros. E, sobretudo, deu dimensão humana a seu personagem principal, que pode ser visto em ação por inteiro, com seu rosto, gestos, hábitos e características pessoais.

Um homem alto, bonito, de olhos verdes, sedutor, que gostava de cinema e literatura, que sabia ouvir, não andava armado, que disputou e perdeu a bela Iara para *Cid*, o temível capitão Lamarca. Um cara divertido, que gostava de cantar, tinha prazer em ir para a cozinha preparar um bife acebolado, mas que também sabia impor-se, sério, um estudioso do marxismo-leninismo que ministrava cursos de formação política e intelectual para seus companheiros.

O livro é fruto de um trabalho de equipe, um afinado quarteto composto pela narradora, a jornalista Cristina Chacel; Sergio Campos, personagem e patrono da iniciativa, amigo e companheiro de *Breno* na VAR-Palmares, última pessoa a vê-lo antes de seu desaparecimento; Sergio Ferreira, primo de Beto e também personagem; e a jornalista Flavia Cavalcanti, ex-exilada e militante da mesma organização. Os quatro se embrenharam nessa empreitada tortuosa para qualquer biógrafo, a de desvendar uma vida clandestina. Foram dezenas de entrevistas, depoimentos, viagens, discussões e surpresas. Um incansável trabalho de campo, de fidelidade à verdade e precisão dos fatos, que resultou num texto digno do melhor jornalismo investigativo.

Como se fosse um romance de não ficção, intercalando investigação jornalística, autobiografia e crônica, na fronteira entre os fatos e o relato ficcional, o texto segue os passos do mito criado em torno de um militante desaparecido para devolvê-lo à história real. Eis então que temos de novo entre nós o “nosso amigo” guerreiro, o que pode não ser um consolo, mas oferece uma valiosa contribuição para a construção da Verdade, e é um soco na cara dos carrascos que o assassinaram.

ÁLVARO CALDAS

Álvaro Caldas é jornalista, escritor, autor de *Tirando o capuz* e *Balé da utopia*, e professor da PUC-Rio. Foi militante do PCBR e, nos anos 1970, passou dois anos e meio preso.

Fim de linha

SEGUNDA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 1971. Na plataforma de embarque da rodoviária do Rio de Janeiro, *Miguel* vê *Mariquinha* acenar de dentro do ônibus. Não era um adeus. Em quinze dias, no máximo, estariam juntos novamente. Ela ia ao Recife buscar suas poucas coisas e logo estaria de volta para morar com ele. Marcaram o reencontro para depois do Carnaval.

O sol já está alto quando *Miguel* toma o lotação para Ipanema. O coração bate alegre. Por mais que as circunstâncias não favoreçam laços de qualquer espécie, ele e *Mariquinha* apostam juras de amor. Pela janela do ônibus, *Miguel* vê a vida passar, o ir e vir das pessoas a caminho do trabalho, alheias às tensões daqueles que, como eles, viviam na clandestinidade. Cidadãos de vida legal – pensa. Vida de rotinas, no prumo, sem risco. Nada que se aproxime do isolamento de uma existência precária, provisória, sob cerco crescente. A cada dia, mais companheiros padecem os horrores da tortura nas prisões da ditadura. Mas ali, pela janela, pessoas vivem um mundo completamente diferente do seu.

Sente-se um estrangeiro. “Brasil, ame-o ou deixe-o”, desafiam os militares. Não pode deixar a luta. A solidão é imensa. Os dias passam sem ter o que fazer. As horas se arrastam dentro de um ônibus, sem destino ou ponto final. Tardes vazias são gastas na sala escura de um cinema, em sucessivas sessões de um mesmo filme. A prática revolucionária se resume a cumprir pontos, encontros clandestinos, cada vez mais rápidos e fortuitos, em que se discute política e que servem para avisar: estou vivo.

Miguel sabe que sua militância é pouco produtiva. Move-se muito mais por razões de ética e de moral do que, propriamente, pela convicção de que a luta tenha consistência para chegar a algum lugar. A organização já não tem forças para ações de fôlego, capazes de abrir, de fato, o caminho para o socialismo. A chegada a Ipanema interrompe seus pensamentos. Em estado de alerta, salta do ônibus, entra na rua Farne de Amoedo e caminha até o número 135, onde é recebido pelo sorriso confiante de *Breno*.

TUDO DERA ERRADO no congresso nacional que a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) realizara em Recife, no final de janeiro de 1971. Programado para durar até quinze dias, o encontro acabou suspenso após uma semana, mesmo sem a eleição dos novos dirigentes nacionais da organização. De volta ao Rio, *Breno* reencontrou *Miguel* em Copacabana, num ponto marcado desde o Recife, e convidou o companheiro da direção regional da Guanabara a dividir o quarto de pensão em Ipanema. Como tudo naquele tempo, é mais um contato provisório. Um dia, dois dias, três, não importa. O que importa é recompor o grupo e reunir condições de resistir ao cerco da polícia.

Movimentos rápidos e precisos, *Breno* faz *Miguel* entrar e o põe a par dos últimos acontecimentos. Naquele mesmo quarto, na noite anterior, recebera Bigode, também militante da regional Guanabara, um dos encarregados da fracassada operação de retorno de Aderval Alves Coqueiro, o primeiro banido que voltara para o Brasil. Acuado e desorientado desde que Coqueiro fora morto, Bigode há dias perambulava errante, de casa em casa, fugindo da polícia, muito nervoso, relata *Breno*. *Miguel* aquiesce. Também ele estivera com Bigode noites atrás, e colhera a mesma impressão sobre o estado emocional do

companheiro. A conversa, porém, não evolui. O fato de um militante perseguido ter pernoitado ali não faz acender a luz vermelha sobre a insegurança do quarto de pensão. Enquanto se arrumam para sair, *Breno* abre a gaveta de uma grande cômoda e puxa, de uma fresta, um papel dobrado. Mostra, sem abrir, e pede:

– Estes são os pontos da Área Estratégica. Se eu for preso, você vem aqui e recupera – disse, referindo-se à série de futuros encontros marcados com militantes do Norte do país.

Breno e *Miguel* ganham a rua. Tomam a mesma condução, embora, como determina a vida clandestina, nenhum dos dois saiba o destino do outro. O próximo ponto está marcado para as sete e meia da noite, na praia de Botafogo, defronte ao Cinema Ópera, quando *Breno* entregará a *Miguel* uma cópia da chave do quarto. Quando o ônibus alcança a avenida Princesa Isabel, em Copacabana, *Breno* desce. Nunca mais foi visto.

HÁ NOVE DIAS Bigode zanza. Sem pouso, não consegue esconder a agitação. Anda olhando para os lados, quando em vez breca, volta a cabeça discretamente para trás, a ver se alguém o segue. A camisa está encharcada de suor. Um sujeito qualquer parado na porta de uma farmácia ou encostado no balcão de um botequim é, inequivocamente, um policial, agente da repressão.

A barra é pesada. Os jornais publicaram com estardalhaço o assassinato de Coqueiro em um apartamento do Cosme Velho. Agora lhe parece evidente: o fracasso da operação para trazer Coqueiro de volta tinha cheiro de infiltração. Por isso Bigode deixou, às pressas, o apartamento em que vivia. Desde então, foge. Na noite anterior, encontrara acolhida com *Breno*. Mas teve de sair bem cedo na manhã do dia seguinte, 15 de fevereiro de 1971. Nunca mais foi visto.

ÀS SETE E MEIA DA NOITE *Miguel* está no local combinado. Passados quinze minutos, vê *Marcelo* e *Maria*, companheiros da VAR. Estranha. Teria *Breno* marcado o mesmo ponto com eles? A dúvida é logo desfeita. O casal estava, sim, à procura de *Breno*, que não comparecera ao encontro com *Maria*, naquele mesmo dia, na hora do almoço. A calçada do Cinema Ópera era a segunda alternativa deles, o chamado ponto de segurança. E também agora *Breno* não aparece. A realidade desaba sobre os três. Não resta dúvida. *Breno* fora preso.

Em alta voltagem, a cabeça de *Miguel* começa a girar em torno de uma ideia fixa: recuperar as anotações da Área Estratégica, os pontos escondidos no vão da cômoda do quarto de *Breno*. Mas como entrar na casa sem uma arma? Apesar de militante da luta armada, *Miguel* não possuía arma. E agora, com a mais do que provável hipótese de vir a ter de render alguém para alcançar seu objetivo, já que não tinha a chave do quarto, precisava desesperadamente de uma.

A solução veio de *Marcelo* e *Maria*, que tinham um modesto 38 guardado em casa. Os três decidem, então, buscar o revólver. No caminho, passam de carro em frente à pensão de *Breno*, para avaliar a situação. *Miguel* tem a clara sensação de que já há polícia rondando o local. Enquanto *Marcelo* e *Maria* vão buscar a arma, ele se senta num banco da praça General Osório. Na espera, pensa nos filhos. E pensa no pai, a quem confiara a guarda das crianças, órfãs de mãe. Pouco a pouco, vai sendo tomado por uma consciência crescente e dolorosa – fim de linha.

Quando, enfim, *Marcelo* e *Maria* chegam com a arma, sua decisão está irremediavelmente tomada. Ele não pode descumprir o comando de *Breno*. Não pode fugir de seu compromisso com a VAR e com todo o pessoal listado naquele pequeno papel dobrado, escondido na fresta da cômoda do quarto. Seria uma desmoralização. Por isso, mesmo com o risco iminente de prisão, decide voltar à pensão.

Maria vai fazer hora no bar Jangadeiros, ali perto, enquanto *Marcelo* e *Miguel* seguem de carro para a rua Farne de Amoedo, que àquela hora, nove e meia da noite, ainda tinha muito movimento. *Miguel* sai

do carro. *Marcelo*, do outro lado da rua, faz campana. Tudo acontece rápido. *Miguel* chega à pensão, encontra a porta do pequeno prédio sem tranca, entra no hall. O silêncio é absoluto. Em um átimo de segundo, ele percebe uma janela aberta e pensa: ali pode ser uma rota de fuga. Delicadamente, encosta o ouvido na porta do quarto de *Breno*, na intenção de ouvir algum ruído. Nesse instante a porta se abre. *Miguel* é preso e levado para o DOI-Codi.

QUARENTA ANOS SE PASSARAM desde aquele dia em que Sergio Emanuel Dias Campos, o *Miguel*, fez uma das escolhas mais difíceis de sua vida. Ainda hoje, a despeito da incompreensão natural dos amigos, ele insiste que não havia outra hipótese a não ser voltar ao quarto onde Carlos Alberto Soares de Freitas, o *Breno*, guardava contatos com militantes da Área Estratégica e havia lhe confiado a missão de impedir que viessem a cair nas mãos da polícia.

Sergio sabia que as chances de escapar ileso daquela investida eram quase nulas, mas tinha que tentar. O ato lhe custou suplício e uma quase morte nas prisões da ditadura militar, sob a custódia de autoridades brasileiras que fizeram da barbárie política de Estado. Custou-lhe, também, vinte meses de cadeia. Por jamais ter participado de uma ação armada, recebeu uma pena considerada leve – um ano em regime fechado. De quebra, pagou oito meses mais.

Vem dele, Sergio, a vontade de contar a história de *Breno*. Depois daquela manhã de 15 de fevereiro de 1971, ele nunca mais foi visto. Não se sabe, até hoje, como foi preso. Há poucos testemunhos sobre seu paradeiro. O mais provável foi revelado à militante e amiga Inês Etienne Romeu, quando ela esteve presa em um centro clandestino de tortura na serra fluminense de Petrópolis, que ficou conhecido como Casa da Morte. Lá, um dos agentes lhe confidenciou: “Seu amigo esteve aqui.” Por sinistra coincidência, esse torturador havia sido jogador de basquete, em Belo Horizonte, na mesma época em que Carlos Alberto Soares de Freitas – conhecido então por seu apelido, Beto – atuava nas quadras. E ambos teriam se reconhecido.

Há ainda uma outra pista, surgida recentemente. Segundo o deputado José Aníbal Peres de Pontes, Beto foi visto numa cadeia de São Paulo pelo militante da Ação Popular (AP) Vinícius Caldeira Brandt. Ele estaria muito machucado, mas teria acenado para Vinícius, com o clássico sinal de positivo do polegar.

O nome de Carlos Alberto Soares de Freitas consta no Anexo I da Lei n.9.140/95, a primeira lista oficial de desaparecidos políticos no regime militar. Não se sabe, porém, as circunstâncias de sua morte. Seu corpo nunca foi entregue à família. Por isso, Sergio Campos foi buscar com parentes, amigos e antigos militantes pedaços de uma história feita de impressões e lembranças que agentes da ditadura querem fazer esquecer.

O resultado dessa busca é este livro – uma biografia que atravessa muitas biografias. Ao procurar *Breno*, Sergio encontrou a história do jovem Beto e da corajosa militância nascida entre as montanhas de Minas, de onde também veio Antônio Joaquim de Souza Machado, o Bigode, cujo paradeiro é igualmente desconhecido. Encontrou, ainda, a história daqueles que abriram seus baús internos – muitos deles escondidos em um canto qualquer do passado – para dar voz a uma vida silenciada. Encontrou, por fim, sua própria história.

Rapaz de família

DOS OITO FILHOS DE JAYME E ALICE – quatro meninos e quatro meninas –, o caçula, Carlos Alberto, foi o único que nasceu em Belo Horizonte, em 12 de agosto de 1939. Addi, a irmã mais velha, nasceu a bordo de um navio, em águas litorâneas capixabas; Francisco Eduardo, Stella D’Alva, Thomaz Olimpio, Norma Disney, Jayme César e Mariza são de Teófilo Otoni, a cidade materna, encravada no vale do Mucuri, nordeste de Minas Gerais. A família de Alice, os Soares de Sá, era gente bem-relacionada na região. Cidadão de forte influência comunitária, seu pai, Francisco Soares de Sá, o benemérito que fez a eletricidade chegar a Teófilo Otoni, era um respeitado chefe de família, pai de sete filhos.

Alice casou-se com Jayme Martins de Freitas, um rapaz sério, trabalhador e temente a Deus. Quando nasceu Carlos Alberto, Jayme gozava de boa situação. Técnico em contabilidade, trabalhava na Secretaria da Fazenda de Minas e todos moravam em Belo Horizonte. Foram dias, razoavelmente tranquilos, aqueles, de uma família unida, em harmonia. Alice, das prendas e do lar, era boa esposa e boa mãe. E Jayme, que sabia ser severo na educação das crianças quando a situação assim o pedia, no mais das vezes desmanchava-se em carinhos com elas. Embora ambos fossem espíritas, não impuseram qualquer religião aos filhos.

Ainda pequeno Beto conheceu os altos e baixos de uma gangorra financeira que se repetiria ao longo da vida. A família vivia decentemente, mas sem luxos. Não dispunha de reservas para imprevistos, mas nunca nenhum filho deixou de estudar. Nem mesmo quando Jayme embarcou em um negócio ousado de extração de madeira para fabricação de dormentes de estradas de ferro e acabou enfrentando um longo período de dificuldades. Tudo aconteceu muito rápido. Da noite para o dia, o casal fechou a casa em Belo Horizonte e tornou a pegar o rumo de Teófilo Otoni, onde, em sinal de franca prosperidade, alugou uma casa muito boa, espaçosa o suficiente para acomodar, com conforto, toda a filharada.

O negócio, porém, não deu certo. E foi também da noite para o dia que a família perdeu tudo. Para sobreviver, Alice vendeu todos os haveres. Móveis, utensílios, eletrodomésticos e as joias da família, uma a uma. Sem condições de arcar com o aluguel da casa, pai, mãe e os oito filhos acabaram indo morar, de favor, na casa dos pais de Alice, sem perspectivas a curto prazo. A despeito do infortúnio, a vida transcorria pacata, sem mais sobressaltos. Na casa da avó, Beto vivia dias alegres de andar descalço, subir em árvore, jogar bola na rua, cruzar a cidade de bicicleta na garupa de Addi, a irmã mais velha.

Addi era encarregada pela vó Odília de ficar de olho no avô, Chico. Com Beto a tiracolo, ela pedalava pela rua das Flores até chegar à ladeira da catedral. De longe, avistavam o patriarca da família entrar na casa do irmão, para uma prosa vespertina. Vó Odília, porém, desconfiava que o marido, na verdade, estivesse interessado nalgum “rabo de saia”. Ledo engano. Dali, vó Chico seguia direto para o Automóvel Clube, onde se distraía numa mesa de baralho até a noite alta.

Esse todo-dia só foi interrompido quando Jayme, enfim, conseguiu um posto em uma companhia de seguros, por indicação do cunhado, Paulo Pinheiro Chagas. Casado com Zembla, irmã de Alice, ele era um político com bom trânsito em toda Minas, em especial no palácio da Liberdade, sede do governo. Detalhe: o novo emprego era em Salvador, na Bahia, para onde a família se mudou naquele verão de 1949. A incerteza do projeto, porém, fez com que Jayme e Alice mandassem Beto, então com dez anos,

para uma temporada no Rio de Janeiro. Foi morar com os tios Paulo e Zembla, e seus dois filhos – Dayse, de onze anos, e Ugo, de sete.

Beto trocou a mesmice de Teófilo Otoni pela efervescência da capital do país. Desembarcou direto na avenida Atlântica, em Copacabana, onde aprendeu a amar o mar acima de todas as coisas. No amplo apartamento do edifício Cruzeiro do Sul, no Posto Seis, a dois passos da praia, o mineirinho passou a dividir o quarto com o primo Ugo, de quem acabou se tornando grande amigo, e foi matriculado no curso de admissão do Colégio Mello e Souza.

Deputado federal por Minas Gerais, tio Paulo acabaria, mesmo inadvertidamente, contribuindo para a formação de Beto. Apesar de eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), tinha raízes na União Democrática Nacional (UDN), de sorte que circulava à vontade em ambas as fileiras. Era tão amigo de Juscelino Kubitschek quanto de Magalhães Pinto. O apartamento em que Beto morava era um endereço importante da República. Todos os dias ele acompanhava o entra e sai de políticos, os debates acalorados, as reuniões que varavam a madrugada. Mas foi a gigantesca biblioteca do tio, com estantes do chão ao teto, revestindo todas as paredes, que enfeitiçou Beto naqueles dois anos de estabilidade e conforto na Guanabara. Leitor voraz de gibis, ele descobriu ali que o mundo era feito de muitas leituras.

No início de 1951, Jayme e Alice, então estabelecidos na Bahia, mandam buscar o filho no Rio. Aparentemente, o garoto que amava o mar de Copacabana não encontra nenhuma dificuldade em se adaptar à nova vida. Beto cai de amores por Salvador, cidade que, como o Rio, lhe é generosa em sol e praia, e é onde ele vai acordar seu paladar para a pimenta, o perfume e as cores quentes da comida regional. A estadia, porém, será curta. Beto fica apenas um ano na capital baiana, período em que frequenta o Ginásio Salesiano. Em 1952, todos já estão de volta a Minas Gerais. Dessa vez, a família se instala em Uberaba, onde mora por dois anos. De volta a Belo Horizonte em 1956, Beto conclui o curso ginásial no Colégio Anchieta e obtém o diploma no secundário no Colégio Tristão de Ataíde, em 1960.

Entre idas e vindas, antes de completar vinte anos de idade Beto já tinha vivido em nada menos que cinco cidades do Brasil. Em cada uma delas, um colégio novo, o que pode explicar seu desempenho regular nas disciplinas. Obtinha bons resultados em matemática e em história do Brasil, mas, de um modo geral, era aquele tipo de aluno que estudava o suficiente para passar de ano. Gostava mesmo era das aulas de canto orfeônico, nas quais descobriu o prazer de cantar, que ele cultivou por toda a vida e que o levou a desenvolver uma memória vertiginosa para decorar as letras das canções. Mesmo nos dias mais difíceis da clandestinidade, quando ele só atendia pelo nome de *Breno*, impressionava e entusiasmava a militância com seu vasto repertório musical.

Rodas juvenis

NA VIRADA DOS ANOS 1950 para 1960, Belo Horizonte era uma cidade de 400 mil habitantes que transpirava política por cantos e poros. Embalada na euforia do governo Juscelino Kubitschek – um presidente de Minas –, dividia com o Rio de Janeiro as glórias do poder. Berço do desenvolvimentismo, Belo Horizonte também exportava, para todo o país, inteligência e arte. Uma geração de mineiros brilhantes – Joaquim Cardoso, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Hélio Pellegrino – afirmava um Brasil progressista, nacional, moderno. E o que era Brasília, afinal, senão um triunfo de Minas?

Foi nesta Belo Horizonte em evidência no cenário nacional que Beto chegou em 1956. Novamente reunida, a família vai morar num apartamento de três quartos e sala na rua Espírito Santo, no Centro da cidade, onde Jayme e Alice viveriam até morrer, na esperança de ver o filho perseguido pelo regime militar voltar, para dormir em seu quarto – mantido intocado, altar sagrado de sua memória. Mas essa é uma história para depois.

Naqueles anos de 1950, Beto volta à cidade natal e logo encontra sua turma. Uma turma de rua, estudantes secundaristas entre quinze e dezoito anos, a maioria de escola pública – a principal delas o Colégio Estadual Central, um caldeirão de agitação estudantil. Moravam no mesmo bairro, a curta distância uns dos outros. Jovens de classe média, tinham poder aquisitivo semelhante, com pequenas variações. Uns podiam mais, outros menos, mas nada que os impedisse de andar sempre juntos, ir aos mesmos lugares. O jornalista Cláudio Galeno de Magalhães Linhares traça a geografia daquela amizade:

– Nosso *point* era a esquina da rua Tupis com a Rio de Janeiro. Na Tupis, morava o Guido Rocha e, um pouco mais abaixo, a Inês Etienne Romeu. Na Rio de Janeiro, morava a Maria do Carmo Brito. E o Beto morava na Espírito Santo, também ali.

Eram tempos ingênuos, ainda. Tempos de esquina e barzinho, dos animados bailes de orquestra no Sindicato dos Bancários, onde os rapazes iam paquerar as meninas e investiam em pequenos avanços, dançando de rosto colado. Beto dançava muito bem e fazia sucesso com as moças. Estas, por sua vez, sofriam com o moralismo de uma cidade altamente conservadora. Eram educadas para casar – virgens, obviamente. Vestido sem manga era proibido, o que tornava o bolerinho um acessório corrente. Na Sibéria, a butique mais bacana da capital (onde Vânia Bambirra tinha crediário), havia uns modelos lindos, de organdi. Até mesmo o banho de piscina era vigiado. Maiô duas-peças, nem pensar!

– Uma vez, eu quis ir a uma excursão a Água Limpa, um balneário pertinho de Belo Horizonte. Aí, pedi emprestado um maiô duas-peças. Quando minha mãe me viu, me deu uma surra, que era pra eu nunca mais esquecer. Ô! A família mineira, se soubesse que a menina não era virgem, Nossa Senhora! A nossa geração rompeu com isso – conta Vânia.

Nesse ambiente de controle e repressão, a casa de Angelina Dutra de Oliveira era o céu na terra. Mãe de Maria do Carmo, Walkiria e Lótus, Angelina era uma mulher fora dos padrões da época. Ferroviária, militava no Movimento de Mulheres. Cultuada pela juventude e criticada pela tradicional família mineira, ela era também uma mãe diferente. As meninas, adolescentes, recebiam uma educação liberal e a casa vivia cheia de amigos. Beto, colega de Maria do Carmo, quase todo dia almoçava na casa de dona

Angelina. E quando, por alguma razão, não podia chegar a tempo do horário marcado para as refeições, avisava a empregada: “Isabel, guarda o meu prato que eu vou chegar mais tarde.”

– Beto era um encanto, uma alegria! Estava sempre conosco, conversando, batendo papo, fazendo piada. Ele gostava muito de gemada! Eu ficava batendo ovo e depois botava um vinho em cima, vinho do Porto. Era chique – relembra, com saudade, dona Angelina, vizinha baixa, já nos seus 87 anos.

O apartamento da rua Rio de Janeiro era amplo e a sala tinha uma cortina no meio, que separava os ambientes de estar e de jantar. Perfeito para uma farra.

– A Inês e o Beto usavam a sala de palco, pra fazer graça. A gente ria muito com eles. A casa da mamãe era o único lugar em que se podia colocar o pé no sofá, dançar, tudo era permitido, com ela ali tomando conta – revela Maria do Carmo.

Quando a situação política já estava mais do que pesada, em 1970, e Maria do Carmo, a *Lia* da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi banida do país junto com outros companheiros, em troca da libertação do embaixador alemão sequestrado pela organização do capitão Carlos Lamarca, Angelina foi ter com ela, na Argélia.

– Quem entregou o passaporte pra eu sair do Brasil foi o Beto. Ele falou: “Vai embora, a senhora não fica aqui não. Deixa isso pra nós” – lembra Angelina.

– Mamãe, quem te entregou o documento foi Inês! O Beto estava na VAR. Nem tinha mais contato com a gente – corrige Maria do Carmo.

– Maria, a Inês pode ter encomendado o documento, mas quem me entregou foi o Beto. Eu me lembro de abrir a porta, me lembro do Beto me entregando o documento e falando: “Vai embora.” Eu me lembro perfeitamente – responde, com firmeza, dona Angelina.

Quem há de contestar tão inabalável senhora?

AOS 21 ANOS, quando entra para a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde vai estudar sociologia e política, Beto já é homem-feito. Porte atlético nos seus um metro e oitenta centímetros de altura e dono de um estonteante par de olhos verdes, arranca suspiros das garotas ao passar. Inteligente, bem-humorado, gosta de andar bem-vestido, chama a atenção por isso. É um tipo amável, fácil de lidar, que se adapta rapidamente aos novos ambientes. Em pouco tempo, torna-se popular. Todo mundo o conhece na UFMG, a primeira escala de uma trajetória revolucionária que o levaria, em dez anos, à condição de desaparecido político da ditadura militar brasileira.

– O Beto era uma pessoa que se destacava muito, de personalidade. Quando tinha greve operária, a gente ia lá pra praça Sete. O Beto agitava. Subia no caixote. Literalmente: orador de caixote. Ele era muito bom nisso. Muito bom agitador e com carisma próprio. Todo mundo gostava dele – resume o sociólogo Regis Antonio Duarte Gonçalves, amigo de faculdade.

O ano era 1961 e o Brasil encontrava-se em ebulição. O paulista Jânio Quadros, eleito presidente da República com um discurso anticorrupção, ao som do jingle “Varre, varre, vassourinha”, não esquentou a cadeira. Renunciou meses depois de empossado, alegando pressões de “forças ocultas”, não sem antes escandalizar os setores conservadores do país por condecorar Ernesto Che Guevara, herói de Cuba, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, então a principal honraria do governo brasileiro. Seu vice e sucessor de direito, o gaúcho João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que se encontrava em viagem ao exterior, por pouco não assumiu o cargo. Foi preciso que o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, conterrâneo e correligionário, denunciasse os rumores de golpe e liderasse, com outros cinco governadores, a Cadeia da Legalidade, garantindo, assim, a posse de Jango.

Herdeiro político de Getúlio Vargas, Jango costurou alianças com sindicatos, trabalhadores rurais e estudantes em torno das chamadas Reformas de Base, propostas pelo economista Celso Furtado. Mas

governava na corda bamba, primeiro sob o regime parlamentarista, dividindo poder com o primeiro-ministro, Tancredo Neves, e, depois, com um presidencialismo minado por uma taxa anual de inflação que caminhava para os cinquenta por cento.

Do outro lado do mundo, fortes ventos de independência sopravam, com a ascensão do comunista Ho Chi Minh, líder de um Vietnã vitorioso que humilhara os franceses na Guerra da Indochina e desafiava os Estados Unidos de John Kennedy, em defesa da reunificação de seu país. Na América Latina, a palavra “integração” evocava resistência e liberdade. Cuba era a inspiração e Che Guevara, o exemplo a seguir.

É nessa fonte que Beto vai banhar sua utopia. Em Minas, a UFMG era o reduto de ideólogos e de organizações que nasciam no terreno adubado pela Revolução Cubana. Ali ele conheceu e conviveu com um grupo importante para a sua formação: Theotônio dos Santos, Simon Schwartzman, Guido Rocha, Juarez Guimarães Brito e Vinícius Caldeira Brant estavam entre os bolsistas da “chocadeira de gênios”, como eram chamados os alunos brilhantes que recebiam apoio financeiro do governo para estudar, privilégio de poucos.

Entre os grupos políticos que emergiram no campus, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop) era a trincheira de intelectuais críticos à cartilha reformista do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partidão, que propunham a fundação de um Brasil socialista com a radicalização do movimento de massas. Formada sobretudo por estudantes e professores articulados ao movimento operário e à luta dos trabalhadores rurais, a Polop apresentava-se como uma organização marxista-leninista, de vanguarda, clandestina, estabelecida em células, com poucos quadros. Beto será um deles.

Tratava-se de uma elite política. Para serem admitidos na Polop, Beto, Vânia Bambilra, Élvio Moreira e Regis Gonçalves precisaram, primeiro, passar por um cursinho básico sobre Marx, Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo. Recebiam de duas a três horas de aulas diárias de preparação política e as reuniões aconteciam na sede do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Essa rígida formação teórica era o que diferenciava a Polop das outras organizações de esquerda da época, como o próprio PCB e as juventudes católicas – a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) –, que logo formariam a AP. Militante da Polop estudava sempre. Beto, embora gostasse de estudar, não se encaixava exatamente nesse perfil. O negócio dele eram as ações práticas do movimento estudantil e das greves de trabalhadores. Na faculdade, ele disputava o Diretório Acadêmico, agitava a agenda cultural, recrutava novos simpatizantes para a organização. Era um cara da linha de frente. Não por acaso, quando a Polop foi convidada a enviar dois delegados à Conferência de Los Pueblos, que se realizaria em Havana, Cuba, em janeiro de 1962, Beto foi imediatamente indicado pelos companheiros. Com ele, irá o amigo Élvio Moreira, da Veterinária da UFMG.

Viva Cuba!

A VIAGEM NO TURBO-HÉLICE da Viação Aero Cubana, que decolou do aeroporto Galeão, na Guanabara, já valia como aventura. Era a primeira vez que Beto e Élvio Moreira andavam de avião. Depois de uma escala técnica em Trinidad Tobago, os dois jovens de 22 anos desembarcam no aeroporto José Martí como delegados da Polop de Minas Gerais para a Conferencia de Los Pueblos, que se realizaria entre 23 e 26 de janeiro, em Havana.

Encontram a cidade em festa. Era o mês do terceiro aniversário da Revolução Cubana. Recebidos com honras de delegados oficiais, Beto e Élvio ficam hospedados em um apartamento amplo e confortável do La Habana Riviera, hotel de luxo, no Malecón, à beira-mar. Beto fotografa tudo, com a câmera Rolleiflex emprestada de um tio. Ele e Élvio estão deslumbrados:

– Beto, olha como é que esses americanos cretinos viviam aqui em Cuba! Só hotel cinco estrelas! – comentava Élvio.

Ambos têm a exata noção do momento histórico que estão vivendo. A Conferencia de los Pueblos é uma reunião política em que se discutirá a estratégia para tomar o poder na América Latina. Representantes de partidos comunistas do mundo inteiro estão participando. Do Brasil, além da Polop, há delegados da Juventude Católica e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Em menos de um ano de existência, a Polop já tinha reconhecimento internacional. Incomodava pela qualidade de seus textos e de seus militantes, os chamados quadros políticos, e já se infiltrara em sindicatos ativos do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. Na mala, os dois rapazes levam um documento singelo de solidariedade e apoio integral à Revolução Cubana e às teses de Fidel de “*hacer una Sierra Maestra en todos los Andes*”.

– Esse era o nosso sonho. A Sierra Maestra na América Latina – afirma, quase cinquenta anos depois, Élvio Moreira.

Após a conferência, Beto e Élvio ficam em Cuba para assistir à Segunda Declaración de La Habana. Mais de 1,5 milhão de pessoas ocupam a plaza José Martí para ouvir o comandante Fidel Castro anunciar: “*Junto a la imagen y recuerdo de José Martí desde Cuba, territorio libre de los pueblos, en mi nombre y en nombre de todos los pueblos oprimidos del mundo, hago la siguiente declaración ...*” Em meio à multidão, Élvio e Beto ficam arrepiados.

Encerrados os festejos, eles percorrem o interior da ilha, visitando, ao longo de um mês, as *haciendas*, ajudando os camponeses nas plantações de cana. Beto e Élvio têm fome de saber. Crivam os cubanos de perguntas. Como eles resistiam à pressão americana? Como sobreviver só com a monocultura da cana? Como montaram os Comitês de Defesa da Revolução? E a organização por bairros? E a reforma agrária? Anotam tudo. Estão impressionados com a participação da população em todas as obras da revolução. Ao perguntar a um cubano se havia alguém em Cuba que não gostasse de Fidel, Élvio recebeu como resposta:

– *Nosotros los cubanos somos como las carrapatas de los caballos, Fidel és nuestro caballo.*

Mas foi a campanha de alfabetização o que mais emocionou os dois rapazes. Como, em tão pouco tempo, um país de analfabetos havia conseguido se alfabetizar? As escolas, muito bem-cuidadas,

limpíssimas! Todas com professoras bem-arrumadas, os meninos de uniforme, cantando “*La hora de los pobres va llegar, yá se acabaron los privilegios, ahora los pobres van al colegio ...*”.

– A gente vai alfabetizar o Brasil inteiro! Nós vamos botar os meninos pobres todos no colégio. Daqui a pouco os brasileiros vão cantar como os cubanos – sonhava Beto, já a caminho do Brasil, no mesmo avião em que viajava um senador do Chile que também havia ido a Cuba participar da Segunda Declaración de La Habana. Seu nome: Salvador Allende.

A FOTO AO LADO DE FIDEL CASTRO foi para o porta-retratos e era exibida pelos pais com mais orgulho que temor. Jayme e Alice admiravam o senso de justiça do filho, a convicção com que ele defendia o direito dos pobres por uma vida digna, por educação e por terra para trabalhar. Beto voltara da temporada em Cuba ainda mais entusiasmado com o socialismo. Os cubanos eram um povo alegre, solidário, hospitaleiro, muito parecido com os brasileiros. E, como Cuba, o Brasil também tinha trabalhadores rurais subjugados na cana-de-açúcar, na pecuária e no café.

De volta a Belo Horizonte, Beto pega o caminho da roça. O PSB reunia entre suas lideranças ninguém menos que o deputado federal Francisco Julião, de Pernambuco, defensor da luta dos camponeses pelo direito à assistência médica e jurídica, à educação e, sobretudo, pelo direito à terra para cultivar. Julião tivera papel central no enfrentamento dos trabalhadores da cana com os senhores de engenho. Fora diretamente responsável pelo surgimento das Ligas Camponesas ao ajudar a criar a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco, no engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Zona da Mata. Dali, o movimento se espalhou pelo país: Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Acre. Só naquele último ano, entre 1960 e 1961, as Ligas haviam estruturado comitês regionais em dez estados da Federação.

O filho de Jayme e Alice, estudante de sociologia, fora conquistado para aquela luta. Impressionava-o que os lavradores não tivessem direito sequer a um enterro digno, que a eles fosse reservada a cova rasa da indignância. Agora, porém, a situação começava a mudar. E ele, que estivera nas *haciendas* de Cuba, sabia que a luta era justa e a libertação, uma questão de tempo. Pouco tempo. Na UFMG, era grande a agitação. Abrigada no PTB e no PSB, a Polop desembarca em São Gonçalo do Abaeté, cidade mineira do médio São Francisco, onde se concluíam as obras da usina hidrelétrica de Três Marias e um pequeno grupo de posseiros disputava uma beira de rio.

Em Minas, um jovem advogado trabalhista destacava-se na banca de defesa do sonho camponês. Nascido em Sete Lagoas, Antonio Ribeiro Romanelli já gozava de certo renome na praça de Belo Horizonte quando dois camponeses entraram em seu escritório. Randolpho e Raimundo vinham por indicação do PCB. Estavam ali em nome de catorze famílias assentadas às margens do São Francisco, na altura de Três Marias, expulsas da terra pelo fazendeiro da região, que atendia pela alcunha de Neném da Peleca. Pediam ajuda. Não entendiam por que estavam sendo expulsos de uma beira de rio onde não tinha nada, só cobra.

Assertivo, Romanelli se interessou pelo caso, pesquisou e logo descobriu que, em rios navegáveis, como o Velho Chico, a faixa de 33 metros de terra das margens, a contar da maior enchente horizontal, pertence à Marinha. Ponto para os assentados.

– Entrei na Justiça – conta Romanelli. – Perdi na primeira instância, na comarca de Abaeté, terra do Neném da Peleca. Mas no recurso o tribunal nos deu a reintegração de posse dessas catorze famílias.

Sob a proteção da polícia e debaixo de uma tensão surda, o advogado vai ao assentamento. Quando chegam ao terreno em disputa, encontram o caminho livre. Na área, apenas um camponês solitário, plantando milho. O mandado judicial acabou sendo cumprido pacificamente. E uma vez vencida a batalha jurídica, a Polop entra em campo. No time, Chaim Samuel Katz, Juarez Brito, Vânia Bamberira, Maria do

Carmo, Beto e Guido Rocha. Apaixonados pela causa, Beto e Guido se mudam para o acampamento.

Problemas sobravam. O mais urgente: a falta de escola para os filhos dos camponeses. O grupo escolar mais próximo ficava a seis quilômetros de uma caminhada penosa para aquelas crianças descalças. O jeito era construir uma escola lá mesmo, em regime de mutirão, proposta aprovada com alegria pelas famílias. Beto e Guido botaram a mão na massa. Em Belo Horizonte, os advogados buscaram uma professora para dar as aulas. Acionado pela Polop, o Sindicato dos Marceneiros recrutou mão de obra para, nas horas vagas, fabricar o quadro-negro e as carteiras escolares.

– Era um momento comprometido com a realidade social. Era a luta pelas reformas de base. Começou com Jânio, ele renunciou, assumiu o João Goulart – lembra Vânia Bambirra.

– Viajava para as Ligas a cada quinze dias, ensinando, junto com o Romanelli – completa Chaim Katz.

Todos concordavam, porém, que, para assegurar o assentamento no local, era preciso criar uma organização que protegesse a ação dos camponeses. Mas organizá-los dentro da legalidade não era coisa fácil. Os sindicatos rurais estavam proibidos. Só os urbanos eram legais. Os lavradores não podiam se organizar sob qualquer ordem jurídica, embora seus patrões, fazendeiros, se fizessem representar nas federações de agricultura. A brecha legal foi encontrada no Código Civil, que admitia a criação de qualquer tipo de associação civil. Foi fundada, assim, a Associação dos Lavradores de Três Marias.

Esse nome durou pouco tempo. Com a assessoria direta de Francisco Julião, a entidade logo passou a se chamar Ligas Camponesas de Minas Gerais, e Romanelli foi eleito seu presidente. Na faixa de terra conquistada, as catorze famílias mantinham uma agricultura de subsistência. O excedente era vendido em Três Marias. A usina já estava pronta e havia muito operário lá. Era um mercado relativamente bom para as verduras, a mandioca, o milho, a abóbora, e muito melão e melancia, frutas típicas da beira do São Francisco. Na lida, Beto era só entusiasmo:

– Vamos melhorar esse Brasil! Nós vamos fazer a reforma agrária! Vamos tirar esse Brasil do atraso!

Após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart, o novo presidente da República, legaliza os sindicatos rurais. Os advogados então não perdem tempo. Com assistência federal, todas as Ligas de Minas tornam-se sindicatos rurais, um trabalho articulado nacionalmente. Não por acaso, Belo Horizonte é a cidade escolhida para sediar a primeira grande reunião nacional do movimento camponês, que contou com a presença do próprio Jango, do deputado Almino Afonso, líder do governo no Congresso, de Francisco Julião e de milhares de camponeses, vindos de todas as partes do Brasil.

Estava lançada a pedra fundamental do Movimento Nacional da Reforma Agrária. Porém, à proporção que os trabalhadores rurais conquistavam mais direitos trabalhistas, mais ódio despertavam nos senhores de terra. E esse ódio não tardaria a mudar o rumo da história.

O tostão contra o milhão

O ANO DE 1962 foi de efervescência política para Beto. A viagem a Cuba, o trabalho com os camponeses de Três Marias e nas Ligas de Minas Gerais, as disputas nos partidos de esquerda e fora deles... Beto respirava política nas 24 horas do dia. As tarefas invariavelmente incluíam colar cartazes ou pichar os muros da cidade, com a amiga Maria do Carmo. Dona Angelina dava cobertura. Fazia os baldes de cola, preparava tintas e ainda garantia o lanche depois.

O professor Theotônio dos Santos lembra-se daquele início da Polop em Minas:

– Eu vinha da Juventude Trabalhista, o mesmo grupo do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Nós estávamos com um problema dentro do Partido Trabalhista, porque nós, da Juventude, tínhamos conseguido indicar e aprovar um candidato a prefeito. Ganhamos a convenção, mas a direção do partido anulou o congresso, convocou outra convenção e nos impediu de entrar. Então resolvemos sair com um candidato por outro lado, pelo Partido Socialista.

Beto teve participação decisiva nessa estratégia. Segundo o amigo Regis Gonçalves, havia sido dele a ideia de levar a Polop para o PSB.

– Vamos ocupar esse partido. É uma estrutura legal! A gente pode lançar candidato! – dizia ele.

Em Minas, o PSB era um partido pequeno, presidido pelo médico Palmyros Paixão Carneiro – que, mais tarde, criaria a cooperativa médica Unimed –, e que tinha, entre seus filiados, o psicanalista Hélio Pellegrino. A sede era uma salinha num prédio antigo da avenida Afonso Pena. O telefone era dividido com uma alfaiataria vizinha, através de uma abertura na parede. Quando tocava, ou o alfaiate ou alguém do partido atendia.

O candidato que o pessoal da Polop queria indicar era o jornalista José Maria Rabelo, diretor do *Binômio*, influente e explosivo tabloide de esquerda:

– Zé Maria era um militante histórico do PSB e tinha radicalizado conosco. Só que ele havia tomado uma decisão pessoal de se lançar candidato a vice-prefeito, uma candidatura independente. Eu até hoje não entendo bem por quê. Ele estava ali de livre atirador pra fazer a liderança. Então nós resolvemos convencê-lo a sair candidato a prefeito – continua Regis.

Puxada por Beto, uma comissão de frente da Polop adentrou a redação do *Binômio*, à noite, determinada a convencer Zé Maria a assumir a candidatura:

– Isso é uma loucura! – reagiu de chofre o jornalista, para, em seguida, capitular. – Às vezes a loucura dá certo.

Sem dinheiro para a empreitada – seu único capital era o *Binômio* –, Zé Maria decidiu aceitar o desafio, desde que aquele grupo de jovens trabalhasse na campanha:

– Todos tinham grande valor intelectual e político – lembra Zé Maria.

Um dos mais animados, Beto coordenou a campanha e foi o idealizador do esquete teatral que animava os comícios do candidato socialista. A peça usava uma carroceria de caminhão como palco. A direção era de Jota D’Angelo e os jingles, de Ponce de León. No argumento – “O Zé Tostão contra o Tubarão” –, Guido Rocha parodiava o slogan da própria campanha, que criticava e desafiava as elites: “O tostão contra o milhão.”

– Na peça, o Beto fazia o Zé Maria; eu era o tecnocrata. E a música tinha um trecho assim: “Nós somos todos candidatos/ queremos ganhar as eleições/ quem paga toda a despesa/ é o titio Tubarão” – relata Élvio Moreira.

– Lótus era a atriz e Beto, o galã – conta Maria do Carmo.

– Acho que nós fazíamos um casal de retirantes – completa Lótus.

– O Beto era um rapaz bonito, tinha prestígio com as meninas, de modo que eu gostei muito de ser representado por ele – diverte-se Zé Maria.

Era uma campanha pobre. Mas a ajuda de alguns amigos ricos às vezes contrariava o próprio marketing eleitoral. É o que conta Regis Gonçalves:

– O Zé Maria tinha um amigo que era diretor da rede de lojas Bemoreira, chamado Sebastião Moretzsohn, que financiou a campanha e contratou um helicóptero. O candidato chegava nas favelas de helicóptero.

A ordem era marcar posição política. A candidatura de José Maria Rabelo, fortemente ideológica, era dirigida “aos fracos e oprimidos, os mais pobres”. E não só pelo helicóptero, uma novidade para a época, a campanha fez história:

– Havia um candidato da UDN, cujo cartaz de campanha era ele sorrindo, segurando uma colmeia, com os dizeres: “Precisamos organizar a cidade” – lembra Maria do Carmo. – Nós fizemos um cartaz do tamanho da colmeia, mamãe fez a cola, e cobrimos as colmeias da cidade inteira com os dizeres: “Rico ri à toa.” Acabamos com o cara.

No final da peleja, faltaram votos, mas a derrota foi honrosa. Com seis na disputa, o candidato do PSB arrastou dez por cento do eleitorado, formado, basicamente, pelas fileiras operárias do cinturão industrial de Belo Horizonte e pelo Movimento de Favelas.

– A gente se divertia, entre aspas, indo dar curso em favela – conta Vânia Bambirra. – Os quadros da Polop eram recrutados nos cursos. A gente dava aquela formação básica e depois recrutava. Era um recrutamento muito lento. Tanto que se dizia que a Polop cabia num Volkswagen.

– Além de participar dos comícios, escrever e dar palestras, eu dava aulas de filosofia e sociologia – recorda Chaim Katz.

– Fiz muita coisa junto com o Beto em favelas, como a Segura a Saia e a Vila dos Marmiteiros. A gente ia no final de semana, com um carro de som – acrescenta Regis Gonçalves.

A utopia era organizar o trabalhador operário para fazer a revolução socialista. Com esse propósito, a Polop investia pesado no trabalho de politização. Mantinha cursos nas comunidades e em núcleos operários. Entre os movimentos que se estruturavam, o dos marceneiros, para o qual Beto dava aulas de marxismo, era um dos mais avançados, guarda na memória o advogado Élcio Reis, outro militante da organização.

E o grupo já sabia. Sempre que a Polop planejava uma ação, era Beto quem assumia a dianteira. Foi assim quando os trabalhadores da fábrica de tecidos Marzagão decidiram acampar em Belo Horizonte, em protesto contra meses de atraso nos salários. Beto logo mobilizou o apoio do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG. Foi assim quando a Polop deixou Belo Horizonte às escuras, durante uma greve estadual de metalúrgicos que contou com a adesão dos estudantes e dos transportes coletivos. Foram dez horas de apagão. A cidade parou. A operação foi articulada por Beto, na frente operária, com os eletricitários.

– A diferença desse novo grupo, com uma grande discussão teórica, é que nós achávamos que o caráter da revolução brasileira era socialista, e, nessa perspectiva, rompemos com a tradição do Partido Comunista, que achava que o Brasil tinha de passar por um processo longo de acumulação de forças, porque as relações de produção ainda eram do tipo feudais. Nós achávamos que tínhamos de partir para a luta – explica Cláudio Galeno, que militou com Beto não só na Polop, mas também em organizações que

dela derivaram, como os Comandos de Libertação Nacional (Colina) e a VAR-Palmares.

– No fundo era a dinâmica de uma juventude pequeno-burguesa, fundamentalmente de classe média, que, a partir do movimento estudantil, desenvolveu vínculos com o movimento camponês e o movimento operário – observa Theotonio dos Santos. – No caso de Minas, nós assumimos a liderança do movimento camponês. O primeiro Congresso Camponês do Brasil foi feito em Minas. Nós é que organizamos. E o Beto teve uma participação importante.

PARA SUSTENTAR AS ATIVIDADES era preciso um mínimo de recursos, consumidos, em sua maioria, com a aquisição de livros e a reprodução de textos e panfletos. Os militantes da Polop tinham de se virar para levantar finanças. Essa é a origem do Bucheco, bar de boas lembranças que sacudiu a noite de Belo Horizonte no ano de 1963. O sugestivo nome pretendia ser uma homenagem a Che Guevara, cuja foto, em grandes dimensões, pendurada logo à entrada, indicava as preferências políticas dos donos da casa.

O endereço era rua Guajajaras n.329, Centro, pertinho de tudo e todos. Ali, Beto e Inês Etienne, amigos inseparáveis, recolhiam fundos para financiar as ações da Polop. Evandro Brandão era o terceiro sócio, mas também os amigos eram um pouco donos do lugar. Cláudio Galeno, que trabalhava no jornal *Correio de Minas*, pagou os copos. Em troca, ganhou uma cota. Chaim Katz também tinha uma cota.

Todo mundo ia ao Bucheco. Estudantes, professores, jornalistas, artistas. No cardápio, cerveja e cachaça. Para acompanhar, bolinhos fritos por dona Angelina e servidos por sua filha Lótus, a mais linda garçonete da cidade. A música era o jazz e a bossa nova, com a sua ancestralidade direta: Johnny Alf, Maysa, Dolores Duran, Doris Monteiro... Tinha um clima de taberna, com pé-direito baixo e mesas coletivas. Quem ia chegando, ia ocupando os lugares e, com a coragem que os tempos invocavam, pedia um “sangue de burguês”, o coquetel vermelho da casa, uma duvidosa mistura de Campari com Grapette. O Bucheco não tinha hora para fechar.

– Eu ia praticamente toda noite lá. Saía do jornal e ia encontrar o Guido, o Fernando Gabeira, o Regis. Ali se fazia política. Hoje é uma sauna gay – lembra Galeno.

Apesar do ambiente libertário, Beto não hesitava em enquadrar os amigos, quando achava que passavam dos limites. Conta Galeno:

– Nós jogávamos pôquer no Bucheco. Uma noite, já de madrugada, o Dickson, que era muito louco, propôs: “Vamos jogar strip-pôquer.” Inês perdeu e fez strip-tease em cima da mesa. O Beto ficou sabendo, chamou todo mundo e ameaçou de expulsão da Polop. Fizemos autocrítica.

O Bucheco teve vida curta. Em parte pela gestão solidária, que resultou temerária. Quem não tinha dinheiro, bebia e comia de graça. Em parte porque, em 1964, também o Brasil fechou. Com o golpe militar de 31 de março, entre outros retrocessos, caía por terra o sonho camponês. Randolpho e Raimundo, fundadores das Ligas de Minas Gerais, foram presos, e a escola, erguida em mutirão pelos lavradores de Três Marias com a ajuda dos marceneiros e militantes da Polop, ficou para o Neném da Peleca, a quem foi devolvida aquela beira de rio que antes não tinha nada, só cobra.

Beto experimenta, pela primeira vez, o sabor da derrota. E sai de cena.

Nada será como antes

Num domingo qualquer, qualquer hora
Ventania em qualquer direção
Sei que nada será como antes amanhã
Que notícias me dão dos amigos?
Que notícias me dão de você?
Sei que nada será como está
Amanhã ou depois de amanhã
Resistindo na boca da noite um gosto de sol
“Nada será como antes”, MILTON NASCIMENTO E RONALDO BASTOS

COM O TRIUNFO DO GOLPE MILITAR, desmorona o longo, paciente e solidário trabalho de organização das Ligas Camponesas, liderado em Minas pelo advogado Romanelli com o apoio da Polop. A liga criada a partir de Três Marias é desmantelada e a implantação, por decisão do presidente João Goulart, de uma agência nacional de assistência jurídica para camponeses, abortada.

O golpe vai encontrar o núcleo duro da Polop de Minas geograficamente disperso. Teothonio dos Santos e Vânia Bambirra estão em Brasília, trabalhando com Darcy Ribeiro na recém-criada Universidade de Brasília (UnB). Depois de uma escala em Goiás, em 1963, Juarez e Maria do Carmo Brito, agora casados, haviam se instalado em Recife, onde ele conseguira um emprego na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e ela assumira a missão de organizar a Polop na região. Quem ficou em Belo Horizonte teve de se esconder.

– O Beto, o Romanelli e eu ficamos nove dias escondidos num apartamento pertinho do CPOR – recorda Élvio Moreira, referindo-se ao Centro de Preparação de Oficiais de Reserva.

O refúgio era um conjugado no bairro da Barroca, que pertencia a Chaim Katz, então um jovem comerciante, casado, pai de três filhos, vida arrumada. É ele quem conta:

– Eu tinha acabado de construir esse edifício e fiquei com dois apartamentos: o meu, para onde eu ia me mudar, e um outro, de fundos. Muita gente acabou ficando lá. E a minha mulher, que não tinha nada com essa história, nem militância, nem aderência, cozinava pra todo mundo. A gente só procurava não chamar a atenção, porque éramos muitos, umas oito pessoas, eu acho, ali, fechadas, durante três semanas. Quem fazia a ligação da gente com o que acontecia lá fora era a Lótus, que trazia papéis mimeografados e a gente, à noite, distribuía.

Lótus, porém, era visadíssima. Meses antes do golpe, em janeiro de 1964, durante um comício de Leonel Brizola em Belo Horizonte, o pau quebrou. Pedras voaram por todos os lados e uma delas acabou atingindo a caçula das irmãs Dutra de Oliveira. No dia seguinte, a foto de Lótus, se esvaindo em sangue, apareceu na capa dos principais jornais da cidade, com a legenda: “Uma linda moça com palavreado de baixo calão.” Coincidentemente, a “linda moça” era filha de uma líder sindical atuante, uma das organizadoras do comício de Brizola que acabara em pé de guerra. Semanas após o golpe, o clã Dutra de

Oliveira sentiu o tranco. Lembra Maria do Carmo:

– Eu estava em Recife quando chegou a notícia de que o pessoal da extrema direita, os integralistas, estavam planejando pegar a Lótus.

Foi Beto quem recebeu a ameaça, na porta de casa: “Você conhece uma moça chamada Lótus? Pois a turma do Magalhães Pinto vai currá-la.” Beto correu à casa de dona Angelina e avisou:

– Nós temos que tirar a Lótus daqui agora.

Lótus saiu com a roupa do corpo, direto para a rodoviária, onde tomou o primeiro ônibus para o Rio de Janeiro, cidade que, pouco mais tarde, acabaria sendo o destino de todos eles.

– Aqueles que tinham algum compromisso maior deixaram Belo Horizonte – lembra Regis Gonçalves.

Não sem razão. Se já era implacável na crítica às reformas de João Goulart, tido pela Polop como um presidente moderado, a seus militantes só restou um caminho depois do golpe militar: organizar a resistência. Não havia escolha. É o que observa Theotonio dos Santos:

– Desde 1961, quando houve o primeiro golpe para impedir a entrada do João Goulart, nós tivemos que nos ocultar e já começamos a montar um esquema de segurança para os nossos militantes. Tínhamos a ideia de que posteriormente viria o golpe.

Cláudio Galeno foi um dos que partiram para o Rio logo após o 31 de Março. Na bagagem, levou uma mensagem do dirigente da Polop em Minas, Arnaldo Mourthé, para Eric Sachs, então o principal teórico e dirigente máximo da Polop. Quando se encontraram, já no Rio, Sachs avisou a Galeno:

– Nós precisamos de quadros para ajudar o movimento dos marinheiros e dos sargentos. Está uma dispersão enorme. A Marinha está colocando todo mundo na rua, no Exército o pessoal está solto, nós precisamos organizar essa gente. Você vem para cá, com mais uns cinco ou seis.

Recém-saído do serviço militar obrigatório, o jovem jornalista trazia na memória a estratégia de organização do Grupo dos Onze, experimentada durante a Cadeia da Legalidade, que garantira em 1961 a posse de João Goulart e pela qual cada quartel reuniria células de onze combatentes, até a formação de um grande exército. A Polop, agora, tinha especial interesse nessa experiência. Mirava-se nela para organizar a resistência ao golpe. Inspirada no Grupo dos Onze, decidiu instalar os militantes de Minas que se deslocavam para o Rio de Janeiro em nove apartamentos clandestinos, os chamados aparelhos, no bairro de Copacabana. O episódio ficou conhecido como Guerrilha de Copacabana. Quem conta é Galeno:

– No Rio, eu monto uma estrutura mínima e começa a vir gente. Veio a Maria do Carmo, o Juarez e o Guido Rocha, todos de Minas, que tinham passado por Goiás. A situação do Arnaldo Mourthé, em Belo Horizonte, também se agravou e ele veio pro Rio. O Dirceu Mourthé, irmão do Arnaldo, que era prefeito de Curvelo, também tinha que se deslocar, por questão de segurança. Então nós montamos uma estrutura de acolhimento dessas pessoas, dos marinheiros da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e dos sargentos do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), de inspiração brizolista, responsáveis pelas primeiras manifestações de rebeldia dentro do Exército, em apoio às reformas de base e ao governo João Goulart.

Por determinação da direção nacional da Polop, Beto também seguiu para o Rio. De lá, partiria para o local de treinamento guerrilheiro, um ensaio para o que viria a ser, depois, a experiência frustrada na serra de Caparaó, divisa de Minas com o Espírito Santo. “Acreditava-se que um foco de guerrilha eclodiria no campo em poucos meses”, relatou por escrito a amiga Inês Etienne Romeu, que, junto com os mais chegados, foi se despedir de Beto na estação ferroviária – certa, como todos, de que tão cedo não o veria de novo. Continua Inês:

Depois dos abraços, Beto subiu no último vagão, permanecendo na escadinha derradeira e acenando adeus aos amigos. Corríamos pela plataforma na ânsia de vê-lo alguns segundos a mais. No açoitamento do momento, bati a testa num poste, o que me gravou para sempre o instante na memória.

Quando chegou ao Rio, nos primeiros dias de maio de 1964, Beto foi para um dos aparelhos montados pela Polop, um apartamento na rua Paula Freitas n.19, em Copacabana, onde já estavam instalados Galeno, Dirceu Mourthé e Guido Rocha. Ali, ele assumiu uma tarefa que se repetiria em toda a sua militância: o levantamento de áreas de guerrilha. Naquele momento, o objetivo era selecionar regiões para deslocar o enorme contingente de marinheiros e sargentos saído dos quartéis, militantes de esquerda, e gente que havia sido presa, mas já estava sendo liberada. Um primeiro ensaio do foquismo, a teoria do foco guerrilheiro, extraída da experiência de Che Guevara.

A temporada carioca, porém, seria curta. Terminaria dois meses depois, em julho de 1964, com Galeno, Guido e Beto presos.

DEZENOVE DE JULHO DE 1964. Beto cruza com Galeno no apartamento de Copacabana e avisa:

– Preciso ir a Belo Horizonte. Vou deixar minha mala embaixo da cama. Volto em dois ou três dias.

VINTE E UM DE JULHO DE 1964. São nove da noite quando Galeno chega ao aparelho da rua Paula Freitas. Antes que conseguisse girar a chave, a porta se abre. Dentro do apartamento, já completamente revirado, é rendido por dez homens do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), todos à paisana. Colocam uma toalha na boca de Galeno e iniciam o interrogatório:

– Quem mora aqui? – pergunta o chefe.

– Sou eu que moro – responde Galeno.

– Quem mais mora aqui?

– Eu moro sozinho.

– Como você mora sozinho, se tem essa quantidade de coisas, objetos, escovas de dente?

– Aqui mora uma outra pessoa. Mas eu não sei o nome.

– E o codinome?

– *Prego* – responde Galeno, o primeiro nome que lhe vem à cabeça.

Enquanto procura escapar das perguntas, pensa na possibilidade de, a qualquer momento, Guido ou Beto entrarem no apartamento.

– E de quem é esse sapato aqui? – insistem os homens.

– Meu – responde Galeno, diante de um par evidentemente muito maior que seus pés, enquanto pensa na mala que Beto tinha deixado debaixo da cama, certamente cheia de documentos.

Nesse instante, ele ouve alguém chegando, feliz da vida, assobiando uma canção. Como aquele era um aparelho muito usado para reuniões, podia ser qualquer pessoa. Arnaldo Mourthé, Jaime Cebaios, um equatoriano que tinha treinado em Cuba, ou um dos muitos sargentos e marinheiros procurados pelo regime. Mas quem entra na casa é Guido Rocha, que, rendido, segue a tradição comunista e anuncia:

– Meu nome é Guido Souza Rocha. Eu sou um revolucionário mineiro. Moro em Belo Horizonte.

Aos socos, tabefes e pontapés, os dois são algemados, embarcados em um camburão do Dops e levados para o Cenimar. Ainda no caminho, Galeno avisa a Guido: “Ô Guido, o negócio é o seguinte: você é o *Prego*, tá?”

– Mas o Guido ficou puto: por que *Prego*? E eu fechei questão: não discuta isso, você é o *Prego* – relata Galeno.

Levados primeiro para o porta-aviões *Minas Gerais*, fundeado na baía de Guanabara, Galeno e Guido foram depois transferidos para a ilha das Cobras, onde a turma da Polop havia sido concentrada e de onde todos saíram cinco meses depois, por meio de *habeas corpus* impetrado pelo advogado Modesto da

Silveira, do escritório de Sobral Pinto. Com eles caíram, também, Arnaldo e Dirceu Mourthé, o economista Rui Mauro Marini, influente teórico da organização, e toda a liderança da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, entre eles Antonio Geraldo da Costa, o Neguinho – último exilado da ditadura militar a voltar para o Brasil, em julho de 2009, aos 75 anos. O então presidente da entidade, José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, hoje desmascarado como agente infiltrado do regime e tido como um dos maiores traidores da esquerda brasileira, preso logo após o golpe, fugira da prisão e, àquela altura, já se encontrava na clandestinidade.

A mala fechada a cadeado, deixada embaixo da cama do apartamento da rua Paula Freitas, foi, evidentemente, arrombada. Nela havia livros, alguns documentos, um caderno de anotações. Nada comprometedor. Aquela breve estadia de Beto pelo Rio passara incógnita pelos órgãos da repressão.

CORRIAM OS PRIMEIROS MINUTOS do dia 26 de julho de 1964, data do aniversário da Revolução Cubana. O inverno trazia mais uma madrugada gelada e as ruas do Centro de Belo Horizonte estavam desertas. A rotina do porteiro José Maria de Jesus, que trabalhava no edifício Ribeiro Rezende, foi interrompida pela movimentação furtiva de dois jovens. Na verdade, um casal – logo constataria o porteiro. O rapaz colava “papéis pequenos” nos muros dos prédios da rua dos Tamoios. A mocinha “tapava a frente”, dando cobertura. O porteiro se aproxima e lê o protesto: “VIVA CUBA”, “ABAIXO A OEA”, “ABAIXO OS PLAYBOYS DA UDN”, “ABAIXO O GOLPE GORILA”, entre outras palavras de ordem.

Mais que depressa, o cidadão José Maria de Jesus chama a polícia, que aparece na pessoa do guarda civil Pedro de Souza Lima e dá voz de prisão ao quartanista de sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG Carlos Alberto Soares de Freitas e à estudante Regina Coeli Guerra. Acusação: fazer propaganda de processos violentos para subversão da ordem política e social, provocar animosidade contra as Forças Armadas e difamar a classe militar.

Por ser menor de idade, Regina Guerra é encaminhada ao juizado competente. Beto, porém, fica preso, primeiro no Dops de Minas Gerais e, depois, na Colônia Penal Magalhães Pinto, Penitenciária Agrícola de Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte, de onde sai três meses depois, em 3 de novembro, com um *habeas corpus*, à espera do julgamento do processo.

Beto, por ele mesmo

NOS 98 DIAS EM QUE ESTEVE PRESO, Beto fortaleceu suas convicções e sua oposição ao regime instalado à força da baioneta. Aos 25 anos, era um jovem cheio de sonhos e certezas. Tinha orgulho de ser quem era e do lugar em que se encontrava – o da resistência à ditadura. Ali, naqueles dias intermináveis na Colônia Penal Magalhães Pinto, em Neves, não se distraiu um só instante. Leu, estudou, escreveu. “A história não se faz fugindo-se aos riscos”, rabiscou no pequeno caderno de espiral, com capa de xadrezinho azul e branco e folhas pautadas, marca “Estudante”, que o acompanhou na cadeia e que sua irmã Addi, a primogênita, guarda intacto até hoje.

Os dilemas estavam escancarados. Beto não tinha dúvida sobre de que lado estava. O mundo que lhe interessava era o mundo dos estudantes, dos operários, dos camponeses, dos intelectuais, dos “homens de bem que cultuam a liberdade”. Para ele, a vida era feita de lealdade e compromisso, de palavra dada e cumprida. Era, sobretudo naquele instante de violência e arbítrio, feita de luta.

“Não nego minha responsabilidade e enfrentarei c/ as armas do povo os carcereiros do povo”, escreveu Beto, em carta endereçada ao jornalista Edmundo Moniz, do *Correio da Manhã*, conhecido por suas ideias de esquerda e pela militância trotskista. Na carta, ele conta o episódio de sua prisão:

No dia 26 de julho, às 1,30 horas da manhã, fui preso pela polícia mineira. Havia sido denunciado por um porteiro de um edifício como responsável pela colação de etiquetas alusivas à Revolução Cubana, não negando, em meu depoimento, minha responsabilidade, conforme pode ser constatado na cópia anexa. Meu crime: crime de opinião política, direito assegurado pela Constituição. Foi a maneira de fazer ouvir o meu protesto contra a agressão descabida ao povo de Cuba por imposição dos mentores da quartelada de 1º de abril. Estou preso na Colônia Penal de Neves há quase quarenta dias e ainda não fui ouvido pelas autoridades militares, à disposição e por ordem das quais me encontro. É quase impossível recuperar as aulas e provas perdidas.

Curiosamente, Beto apostava na possibilidade de o *Correio da Manhã*, que, dias antes do golpe, publicara editoriais raivosos intitulados “Fora” e “Basta”, pedindo a deposição de João Goulart, assumir sua defesa na Justiça Militar:

Por intermédio desse jornalista reivindico ao *Correio da Manhã* o patronato de minha causa. Não posso contratar um advogado para dar entrada no pedido de *habeas corpus* (anexo) e acompanhá-lo no STM. Espero que, em defesa das liberdades democráticas, esse órgão da imprensa aceite o apadrinhamento de minha causa e ingresse na JM c/ a minha petição.

Por fim, conclui, em sua defesa:

Jovem, sem maiores pretensões e sem rasgos de heroísmo, mas membro de uma juventude que não se cala nem se afina com as injustiças, nem encampa as arbitrariedades que a revolta, protestei, como podia, contra o que repugna a consciência da nossa juventude não comprometida com interesses dos monopólios e dos belicistas. Este o meu crime, o crime dos universitários, dos operários, dos camponeses, dos intelectuais, ... dos homens e mulheres honestos deste país que cultuam a liberdade e são capazes de por ela lutar

O diário escrito na reclusão de Neves é, decerto, um dos poucos documentos encontrados em que Beto discorre sobre si mesmo. Ali, ele rascunhou pensamentos, selecionou textos teóricos, registrou letras de música, fichou livros. Ali, deixou um punhado de fragmentos que compõem um autorretrato eloquente do estudante destemido, inequivocamente comprometido com a doutrina socialista. Um compromisso atravessado pela poesia revolucionária do russo Eugênio Evtuchenko (“Tenho orgulho de não ser um simples observador, mas de participar da luta heroica de meu povo pelo futuro”), pela ética do “Berimbau”, de Vinicius de Moraes e Baden Powell (“O dinheiro de quem/ não dá,/ é o trabalho de

quem/ não tem”), pela filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre (“Se o judeu não existisse, o antissemita o inventaria”) e pela dialética do desenvolvimento de Celso Furtado (“Não existe uma moral dos intelectuais por cima de quaisquer escalas de valores, as quais estão necessariamente inseridas nalgum contexto social”).

Beto se apropriou da crítica ácida de Otto Maria Carpeaux para desprezar uma imprensa corrupta que “usa em vez de tinta, nas suas rotativas, o petróleo”; se alinhou a Nelson Werneck Sodré para condenar o autoritarismo de Estado: “Inquéritos policiais não constituem ambiente adequado à fixação ou ao debate de problemas de ciências e não firmam verdades, mas geram o medo.” Encontrou-se em Florestan Fernandes: “A liberdade intelectual, a objetividade e o amor à verdade resumem os apanágios do universitário e do homem de ciência autênticos.”

Resistente, não se deixou abater. Apoiou-se numa disciplina férrea, incomum nos jovens de sua idade, para, diariamente, praticar sua inteligência. Na cadeia, escreveu uma longa carta endereçada ao então reitor da UFMG, Aloisio Pimenta, protestando contra seu apoio público à extinção da UNE. Nela, ele denuncia o terror cultural:

Afirmamos, com fatos à mão, a existência do terror cultural. Ele se materializa na perseguição aos líderes estudantis, na prisão de um mestre como Florestan Fernandes, a quem nos acostumamos a respeitar de longe e a admirar pela sua obra. Ou na sua demissão, juntamente com a de professores do quilate de Mário Schemberg, João Cruz Costa, João Villanova Artigas, Isaías Raw e Fernando Henrique Cardoso, homens que valorizam e orgulham qualquer universidade, desde que não esteja dominada pelo espírito medieval que procura lançar à fogueira quantos ousem debater problemas de ciência e pôr em dúvida verdades sem nenhuma correspondência com a realidade.

Na mesma carta, Beto protestava contra a prisão do antropólogo Marcos Magalhães Rubinger, seu professor na UFMG:

Em Minas, esse estado de perseguição se faz sentir na prisão ilegal de dezenas de mestres, soltos, mas “afastados” de suas cadeiras, e na detenção, já há seis meses, do professor Marcos Magalhães Rubinger, acusado por militares e glorificado pelos alunos da Faculdade de Ciências Econômicas como o melhor professor do ano.

Preso, Beto sonhava com a liberdade. Mas não a queria apenas para si. Antes de mais nada, a queria para as classes mais pobres do Brasil. Ali, atrás de grades, cercado de influências, escreveu compulsivamente sobre a responsabilidade pungente de sua existência:

Nunca, como agora, a responsabilidade da juventude brasileira foi tão grande. E, em especial, dos universitários, que vinham se colocando na vanguarda da luta do nosso povo rumo à emancipação.

Ali buscou entender o processo histórico que vivia:

O golpe de 1º de abril veio obstar a revolução brasileira em franco processo de desenvolvimento. Os militares que assumiram o poder, com o beneplácito das classes dominantes apavoradas com a perspectiva caótica da ascensão popular, cometem os maiores desmandos e arbitrariedades, entregam o país de mãos atadas ao imperialismo americano, mentor e escora do golpe militar, numa tentativa suicida de impedir o avanço da nação rumo ao futuro e às transformações estruturais que tornem possíveis as soluções, na base, dos problemas que angustiam nosso povo e travam o desenvolvimento do país.

Nos três meses em que o regime procurou silenciá-lo, Beto não silenciou. “Orgulho-me de fazer parte da resistência democrática da Nação. Silenciar é consentir, é desertar, é tornar-se conivente”, escreveu, em seu diário, inspirado na célebre declaração de Miguel Unamuno, reitor da Universidade de Salamanca, durante a Guerra Civil Espanhola, que rabiscou a lápis em seu diário: “Todos me conhecem e sabem que sou incapaz de me calar. Há momento em que calar é mentir. Porque o silêncio pode ser tomado por aquiescência.”

Por isso Beto gritou contra o arbítrio de sua prisão, reclamou o sagrado direito constitucional de opinião, denunciou os primeiros rumores de tortura e espancamento nas cadeias brasileiras, sentiu raiva e desprezo, e esperou:

Espero a liberdade. Mas esta esperança não pode e não deve ser confundida. Não a imploro. Imploraria, se pudesse, a liberdade para o meu

povo. Mas esta não pode e não deve ser implorada. Tem que ser conquistada.

Quando deixou Neves, Beto já era um revolucionário.

Estudante 24 horas

DE VOLTA ÀS RUAS, Beto encontra outro Brasil. Em poucos meses, o novo regime interviu em sindicatos e universidades, prendera estudantes, demitira servidores, empurrara intelectuais para o exílio. Com o Ato Institucional n.1 (AI-1), baixado em 9 de abril de 1964, o governo garantiu carta branca para cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por dez anos, demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar opositores do regime. Apoiado no recém-criado Serviço Nacional de Informações (SNI), semeou a paranoia para tentar calar o país.

O golpe acertou em cheio a Polop. Quem não foi preso, submergiu na ilegalidade. De norte a sul, os quadros se dispersam. Perseguidos em Brasília, Teothonio dos Santos e Vânia Bambirra largam às pressas a UnB e recuam para São Paulo. Lá, clandestinos, participam do trabalho político com alguns poucos sindicatos, como o dos marceneiros. A direção nacional da organização passa a funcionar na casa deles. No Recife, Juarez Brito é preso e Maria do Carmo entra na clandestinidade.

Em Minas, Beto investe na organização da resistência. Assume uma cadeira no comitê executivo do PSB e também a direção regional da Polop. Na universidade, começa a recrutar novos militantes. Entre eles, o estudante de medicina Apolo Heringer Lisboa, que conheceu na prisão, em Neves:

– Fiquei preso lá uns dois, três meses... A gente conversava muito durante os banhos de sol – recorda Apolo.

A empatia havia sido imediata. Boa verve, Apolo era também bom de briga. Já no primeiro ano da Faculdade de Medicina fora indicado para a vice-presidência do Diretório Acadêmico. Veio o golpe, houve intervenção no DA, o Exército invadiu a universidade e Apolo cerrou fileiras na resistência. Chegou até a articular uma greve de operários da construção civil que, ocasionalmente, trabalhavam na obra do novo prédio da escola. Combativo, distribuiu um manifesto contra a ditadura, datilografado, que incitava: “Corrente da Legalidade. Tire cinco cópias e passe adiante.” Daí o recolhimento forçado em Neves. O Exército foi buscá-lo em casa.

Uma vez soltos, Beto e Apolo se reencontram nas muitas manifestações contra o regime na avenida Afonso Pena, no Centro de Belo Horizonte. Mas quando Beto convida o novo amigo a entrar na Polop, ele hesita. Ainda traz na lembrança a passagem traumática pela Igreja Presbiteriana, onde chegara a presidente da União da Mocidade Presbiteriana. Teme perder a liberdade ligando-se a qualquer grupo, religioso ou político, não importa. Por outro lado, sente um isolamento enorme. Acaba cedendo ao poder de persuasão de Beto:

– Ele inspirava muita confiança. E eu tinha necessidade de me sentir articulado. A Polop tinha um boletim semanal feito pelo dirigente Eric Sachs, o Alemão. Aí, eu fui entrando devagarzinho, o Beto me seduzindo, me chamando pra reunião, sem compromisso, e quando me dei conta já estava na direção estadual.

Corria o ano de 1965 e quanto mais o regime endurecia mais combustível jogava na fogueira da resistência. Passada a perplexidade inicial, as esquerdas, pluralizadas em rachas e fragmentadas na dispersão, começam a repensar o processo político e a se reestruturar. Da frente anticolonialista do Congo, na África, Che Guevara propaga a centelha de uma América Latina unificada no socialismo e

proclama, em alto e bom som: “Vamos espalhar um, dois, três mil Vietnã.”

Com Guido Rocha, Inês Etienne Romeu, Élvio Moreira e o recém-chegado Apolo Lisboa, Beto faz do movimento estudantil sua trincheira. É nessa época que ele encontra entre os secundaristas do Colégio Estadual Central e os calouros da UFMG o sangue novo que, sem a experiência de luta anterior a 1964, vai, com ele, enfrentar a ditadura militar. É a nova geração. Dela fazem parte Jorge Raimundo Nahas, Dilma Vana Rousseff, Marcio Borges, o Marcinho Godard, José Aníbal Peres de Pontes, Lucia Marly, Vera Lúcia Huebra Neto (depois de casada, Saavedra Durão), Fernando Pimentel, Orosinda Goulart, os irmãos Angelo Pezzuti da Silva e Murilo Pinto da Silva, Herbert Daniel, Marco Antonio Meyer, Maurício Paiva, Helvécio Ratton e Maria Auxiliadora Lara Barcellos, a Dora ou Dodora.

Dilma Rousseff, Marcinho Godard e Zé Aníbal formavam uma das células secundaristas da Polop. Reportavam-se a Inês e tinham aulas de marxismo com Beto. Lembra Dilma:

– Pra mim... ele mandou ler “Acumulação primitiva”, que tinha, entre parênteses, “Previous accumulation”, que é, talvez, um dos capítulos em que o Marx tenta ser historiador no sentido científico da palavra. Foi assim que eu me iniciei no marxismo. Depois ele dava os livros do Lenin. A gente lia *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática, Um passo à frente, dois passos atrás, O Estado e a Revolução*. Eu li tudo do Lenin com ele, tudo, sem exceção.

Já então Beto dedicava-se à política estudantil em tempo integral. Mesmo depois de diplomar-se sociólogo, em 1965, continua militando no movimento. Além das aulas de marxismo para os novos quadros, organizava comícios, panfletagens, passeatas. É um líder destemido e admirado, sobre o qual paira uma aura de mistério. Até hoje, quando ouve falar de Beto, o médico Jorge Nahas é tomado por um sentimento de enorme respeito e forte emoção. Aos vinte anos, ao ingressar na faculdade, Nahas era um janguista inconformado com o golpe militar. Logo, porém, conheceu Apolo Lisboa, veterano do segundo ano, e acabou recrutado para a Polop. Nahas conta:

– O Apolo me levou a uma reunião. Lá, me apresentou ao Beto e, logo depois, ao Guido. Ele conseguiu plenamente seu objetivo, que era me deixar absolutamente entregue àquelas pessoas. O Beto era quem incorporava e trazia toda aquela tradição da esquerda brasileira. E ele logo vislumbrou em mim um futuro quadro.

Como Nahas, a jornalista Vera Lúcia também guarda vivo na lembrança o dia em que conheceu Beto:

– Éramos umas bobinhas que estavam chegando na Faculdade de Jornalismo. Eu abri a porta do DCE da Faculdade de Filosofia e lá estava o Beto, sentado no chão, com a mulherada toda em volta dele. O Beto era bem mais velho que a gente. Era um cara que já tinha uma história, já era famoso, uma liderança. E era muito bonito e muito charmoso.

Bonito, charmoso e, também, um cara divertido, popular, que sabia onde Belo Horizonte pulsava. Na trincheira cultural, o *Cahiers du Cinéma* é leitura obrigatória e todo dia é dia de cinema no Centro de Estudos Cinematográficos. Na programação, *Ano passado em Marienbad, Hiroshima, meu amor* e *Vidas secas* acendem o debate político. De noite, sempre tem uma festa e, depois, a esticada até a Cantina do Lucas, no Maleta, onde BH é mais interessante e mais inteligente.

Os dias e as noites são curtos, a vida acontece às carreiras. No início de 1966, em março, uma passeata de estudantes contra o regime militar na cidade é brutalmente reprimida e desencadeia uma onda de protestos pelo país. Na UFMG, as principais forças políticas de esquerda são a AP e a Polop. Ativíssimo e já dirigente do DCE, Jorge Nahas é eleito delegado para o XXVIII Congresso da UNE, que, mesmo na ilegalidade, se realizaria naquele ano em Belo Horizonte. Ele relata:

– Inauguramos a era dos congressos clandestinos da UNE. A gente conseguiu reunir um grupo grande de estudantes de todo o Brasil nos porões da igreja de São Francisco de Assis. Nem os padres perceberam que a gente estava fazendo um congresso. Dali saiu presidente da UNE o José Luiz Moreira Guedes, que erada AP, a força majoritária, com quarenta por cento dos delegados, e Apolo, vice-

presidente, pela Polop.

Na Polop cresciam as divergências sobre posições e caminhos a seguir. Com a UNE na ilegalidade, um grupo liderado por Guido Rocha e Apolo Lisboa começa um movimento em favor de uma Assembleia Nacional Constituinte. Responsável pela revista *Mosaico*, do DCE da UFMG, Beto publica na edição de 8 de agosto daquele ano um artigo de Guido Rocha, sob o pseudônimo Nahum Rodrigues, com o título “Por uma Assembleia Nacional Constituinte Popular”. Ilustrado pelo cartunista Henfil, o artigo conclamava os universitários do Brasil a empunhar a bandeira da Constituição, rasgada pela ditadura militar. Pouco antes de morrer, em 2008, Guido, em depoimento a Cláudio Galeno e Regis Gonçalves, lembrou:

– Era um artigo muito confuso, que misturava o conceito geral de “legitimidade”, introduzido nas ciências sociais por Max Weber, com uma “conclamação” panfletária à luta. Mas, de qualquer forma, procurava mostrar que a ditadura estava diante de um dilema: conceder uma Constituinte ou declarar o estado de exceção.

A direção nacional da Polop não gostou da rebeldia de seu pessoal de Minas. Aos olhos da organização, a bandeira da Constituinte não representava avanço. Ao contrário, era um retrocesso para a democracia burguesa. Determinado a enquadrar a militância, o dirigente Eric Sachs desembarca às pressas em Belo Horizonte. É recebido por Beto, Inês, Regis, Élvio e Guido. A disputa anuncia-se dura. Sachs é um dirigente preparado. Judeu austríaco, é um especialista em movimento operário europeu. Viera para o Brasil, fugindo do nazismo, com a ideia de fundar no país uma escola de marxismo inspirada em Rosa Luxemburgo. Para neutralizar tamanha superioridade política e acadêmica, Beto, Inês e Guido traçam a estratégia da reunião. Sobre esse episódio, Guido relatou ainda:

– Cada um, em seu devido tempo, deveria falar o máximo possível, para tomar o tempo e desviar a atenção do adversário. Regis, que estava afiado nos estudos do movimento socialista, empolgou-se e travou uma discussão acalorada e desigual com o austríaco de olhar esfingético, numa atitude abertamente provocadora, que surpreendeu o interlocutor. Na roda de cadeiras formada no meio da sala, os demais pouco falaram, deixando que o embate prosseguisse interminavelmente. Por fim, concordamos com uma posição de princípio defendida por Sachs e concedemos: está certo que sem teoria revolucionária não há revolução. Mas isso não quer dizer que quem sabe mais está sempre certo. Se fosse assim o “Famigerado Kaustky” (que Lenin chamou de *socialista de cátedra*) é quem estava correto.

A estratégia funcionou. Sachs voltou para o Rio de Janeiro, sua base, sem se queixar, mas anunciou que estaria em Belo Horizonte quinzenalmente, a fim de dar aulas de história do movimento operário aos rebeldes. Continua Guido:

– Por medo de que, dessa forma, ele cooptasse nossas bases, desconversamos e, com isso, perdemos uma grande oportunidade de adquirir e aprofundar nossos precários conhecimentos sobre o tema. Em outras palavras, conseguimos, a esse preço, neutralizar a tentativa de “pacificação” das bases mineiras da Polop.

Logo, porém, os esforços de Sachs se revelariam infrutíferos. Poucos meses depois, já em 1967, o racha na organização foi inevitável. O novo ano seria marcado por acalorado debate sobre as táticas para enfrentar a ditadura, que, em pouco tempo, levaria parte de seus quadros para a luta armada. Entre as questões centrais estava o caráter da revolução – se inequivocamente socialista, sem negociação com a burguesia, ou se de libertação nacional, pressupondo uma ampliação das alianças contra o imperialismo. Paulatinamente, militantes da mesma organização começaram a avançar em campos opostos. De um lado, estavam aqueles que defendiam a ação armada na luta imediata contra o regime; de outro, os que acreditavam no movimento de massas como o caminho para o socialismo.

Os tambores de Cuba soavam retumbantes no Brasil. Da ilha, Fidel Castro propunha uma ação continental, com todas as esquerdas marchando juntas, armas em punho, na Organização Latino-

Americana de Solidariedade, a Olas. Vivíssimo, nas montanhas da Bolívia, Che parecia imbatível, e a tática do foco guerrilheiro – o foquismo – era amplificada para toda a região com a publicação de *Revolução da revolução*, obra do filósofo francês Régis Debray que acabou ganhando força de teoria, o debraysmo. Lembra Jorge Nahas:

– O livro do Debray causou um grande impacto. A pessoa que mais resistiu foi, curiosamente, o Guido. Ele foi o paladino da luta pela Constituinte e, naquele embalo, embarcou conosco na continuidade da disputa com a direção ortodoxa da Polop. Quando nós já migrávamos na direção do militarismo, ele se deu conta: “Opa! Criei um monstro!”

O ANO DE 1967 seria um divisor de águas para Carlos Alberto Soares de Freitas. Acusado de violar a Lei de Crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, de n.1.802, promulgada no segundo período da era Vargas, em 5 de janeiro de 1953, Beto fora incurso no artigo 11, alínea “a” (“Fazer publicamente propaganda: de processos violentos para a subversão da ordem política ou social”), e no artigo 14 (“Provocar animosidades entre as classes armadas ou contra elas, ou delas contra as classes ou instituições civis”). Em ambos, as penas previstas eram de um a três anos de reclusão.

O processo para punir a panfletagem de um estudante universitário numa madrugada fria de Belo Horizonte, meses após o golpe militar, se arrastara por quase três anos. Parte desse tempo fora consumida com um pingue-pongue entre a Justiça Comum e a Militar. O auto de prisão em flagrante, inicialmente encaminhado à Justiça Militar, havia sido devolvido à Justiça Comum, tendo em vista parecer do Ministério Público Militar alegando incompetência para julgar o caso. Na Justiça Comum correu na 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Belo Horizonte, que ofereceu denúncia à 1ª Vara Criminal, juízo em que Beto foi interrogado e chegou a apresentar, por meio do advogado constituído pela família Soares de Freitas, a defesa prévia.

O advento do Ato Institucional n.2, editado em 27 de outubro de 1965, promoveu nova reviravolta no processo. Com o AI-2, os militares elevaram a voz e endureceram o tom. Desistiram da farsa democrática e revelaram a incompatibilidade do regime com o estado de direito. O novo instrumento dissolveu todos os partidos políticos e estabeleceu eleições indiretas para presidente da República, agora investido do poder de cassar direitos políticos, decretar estado de sítio sem consulta prévia ao Congresso, ordenar a intervenção federal nos estados e decretar o recesso do Parlamento. Por fim, reabriu processos e autorizou tribunais militares a julgar todos os crimes contra a segurança nacional.

O processo de Beto é imediata e definitivamente transferido para a Auditoria da 4ª Região Militar do Exército, em Juiz de Fora, que ratifica a denúncia e dá prosseguimento ao sumário. Julgado pelo Conselho Permanente de Justiça, Beto é condenado a três anos de prisão, em 21 de fevereiro de 1967. Na sentença de seis páginas, o Conselho desenvolve uma extensa argumentação para classificar seus crimes. Nela, são cultivadas “pérolas” da doutrina militar em que os magistrados demonstram, até, certa condescendência para com o réu e uma inacreditável compreensão sobre as motivações que o haviam levado ao delito:

... Alguns dos fatos ao réu imputados deixam de ser considerados, por serem impuníveis, dentre eles o fato de o réu ser comunista. É questão de ideologia, de consciência, de filosofia, e cada qual tem o direito de professá-la de conformidade com suas convicções. Mesmo entre os cartazes que ele divulgava, há os que tão somente traduzem uma expressão de tais convicções, ou uma manifestação do pensamento, relativamente a assunto político, perfeitamente legítima ou pelo menos justificáveis outros. Tais são, por exemplo: “Abaixo a OEA”, “Viva Cuba”, “Abaixo os Playboys da UDN”. Sendo ele comunista, é perfeitamente natural que manifeste seu entusiasmo pela situação reinante em Cuba, embora desagrade isso aos adversários dessa ideologia. Iguais palavras podemos usar, com relação ao seu desagrado, à Organização dos Estados Americanos. Mesmo quando proclama “Abaixo a Revolução dos Ricos/Viva a Revolução dos Trabalhadores”, ainda a lei penal pode não encontrar razões para condená-lo. Outros dos cartazes, entretanto, incidem francamente nas sanções do art.14 da Lei de Segurança Nacional, que condena o ato de “Provocar animosidade contra as classes armadas”. Isso se dá, por exemplo, quando proclama em seus cartazes: “Abaixo a Ditadura, Abaixo a Ditadura Militar, Abaixo o Terror Policial”; que é isso senão uma maneira de incitar o povo ou os leitores contra os militares?

Logo adiante, a Justiça Militar discorre sobre a liberdade de expressão e de pensamento:

... o réu confessa, sem rebuscos, apenas se justifica sob alegações de que praticou o Ato porque julgou que podia manifestar seu pensamento. Realmente, a Constituição Federal vigente, em art.141, §5º, garante a liberdade de manifestação do pensamento. Essa manifestação, entretanto, não é nem poderia ser ilimitada e incondicional; é esse mesmo parágrafo que a limita, afirmando que cada um responderá pelos abusos que cometer. Isso já deixaria até de ser uma questão de direito, para se tornar um caso de bom-senso, pois o que seria, não das classes armadas, mas da própria sociedade, se cada um tivesse a liberdade de manifestar publicamente seu pensamento. Pensar mal dos outros é problema de cada um para com sua própria consciência; já a exteriorização pública de tal pensamento pode incidir em sanção penal, se está devidamente capitulado na lei, como é o caso presente, tipificado no art.14. ...

A sentença evidencia ser o principal “crime” de Beto a ofensa aos militares, e não a panfletagem de cartazes nas paredes da cidade. Sem jamais perder o tom compassivo, os juízes militares indicam o inaceitável que justifica a condenação:

... Já um terceiro tipo de cartazes é francamente ofensivo, como por exemplo: “Abaixo o Golpe Gorila”, “Abaixo as Vacas Fardadas”, “Abaixo a Gorilada”... O objetivo destes é francamente deprimir e ofender as classes armadas, perante a opinião pública. Mas, por outro lado, a Justiça, embora serena, fria e ponderada, não pode permitir a impunidade de tais ofensas. Se militar fosse o réu, ainda se poderia alegar, com benignidade paternal, que haveria pelo menos a sanção do Regulamento Disciplinar. Mas ele é civil. E todos sentimos que tão nocivo é condenar um inocente como absolver um culpado reconhecidamente de ter incidido na legislação penal Vê-se, entretanto, que há cartazes francamente ofensivos às Forças Armadas e à classe militar e que ultrapassam, em gravidade, a própria grosseria e má educação. ...

Seguindo tal fundamentação, a Justiça Militar desclassifica a incursão de Beto no artigo 11, alínea “a”, da Lei de Segurança Nacional para o artigo 188 do Código Penal Militar vigente à época, de 1944, que capitula o crime de difamação, e conclui:

... Mas convenhamos que uma instituição, como o Exército, das mais respeitáveis e dignas, não pode ficar à mercê de insultos, de deboches, de galhofa, de ridículo. A lei não pode pactuar com o mal, nem a justiça servir de manto protetor a malfeitores, mesmo os pequenos e quase marginais. Absolver simplesmente o réu, pelos cartazes que ofendem a reputação das Forças Armadas, seria reconhecer a legitimidade de tudo aquilo de difamatório que ele escreveu, publicou e colou nas ruas de Belo Horizonte. ...

Ao ter seu nome lançado no rol dos culpados, Beto perde a vida legal. Na condição de foragido, inaugura um dos mais longos períodos de clandestinidade vividos por um militante na história da luta armada no Brasil. Foram quatro anos de identidades falsas, pulando de aparelho em aparelho, sempre em fuga, na calada da vida, até ser capturado por agentes do regime militar, sob o codinome *Breno*.

Clandestino

NA MANHÃ DO DIA 20 de abril de 1967, Inês procura o jovem militante José Aníbal e comunica:

– Você precisa ir ao Rio buscar uma pessoa. Essa pessoa vai estar amanhã, às sete horas da manhã, na praça XV, em frente à estação das barcas. Ela usa óculos, tem um bigodão... Você vai junto com o *André*.

Já passa das nove da noite quando Zé Aníbal e o militante de codinome *André* deixam Belo Horizonte. Estão a bordo do fusca zero-quilômetro que Aníbal ganhara de presente do pai a menos de uma semana. Viajam a noite inteira. Às cinco da madrugada do dia 21 de abril chegam à cidade, param em um bar na praia do Flamengo para um café da manhã e leem, estarecidos, nas manchetes dos jornais exibidos em uma banca em frente, a notícia da violenta invasão da Universidade de Brasília.

A tensão era crescente no país. O debate sobre a reforma universitária acendera a Câmara dos Deputados, recém-renovada em março daquele ano, apesar da artificialidade do bipartidarismo imposto pela ditadura – governistas na Aliança Renovadora Nacional (Arena) e oposicionistas no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A UnB destacava-se como um dos núcleos de resistência. Em má hora, seu reitor, Laerte Ramos de Carvalho, decidira realizar uma pomposa cerimônia para celebrar a entrega de cerca de 3.500 livros doados para a instituição pelo governo dos Estados Unidos. O embaixador americano foi recebido pelos alunos com uma ruidosa manifestação contra a guerra do Vietnã. O tempo fechou – a polícia militar invadiu a universidade, promoveu um arrastão na biblioteca, espancou e prendeu estudantes.

Aníbal e *André* não têm muito tempo para conjecturas. Quando o ponteiro do relógio crava as sete horas, os dois estão no ponto marcado, onde em instantes um sujeito simpático, mas muito tenso, suando em bicas, com uma sacola nas mãos, aborda-os:

– Sou eu. Vocês vieram me buscar.

Beto não tinha documentos. Tão logo soubera de sua condenação na Justiça Militar de Juiz de Fora, deixara imediatamente Belo Horizonte. Estava há dois meses escondido na casa da amiga Maria do Carmo, no bairro de Icaraí, em Niterói. José Aníbal não o conhecia, mas sabia de sua importância na organização. Beto já era, então, um militante profissionalizado na Polop.

A viagem até a capital mineira foi quase toda silenciosa. Pairava no ar o temor de uma fiscalização nas ruas. Logo na saída do Rio, um engarrafamento na altura de Duque de Caxias deixou os três em estado de redobrado alerta. O tempo corria contra eles. Era preciso entregar Beto são e salvo, em Belo Horizonte, às cinco da tarde.

Com efeito, passavam poucos minutos das cinco quando o fusca de Zé Aníbal alcançou a avenida do Contorno e estacionou no local combinado, nas imediações da avenida Antônio Carlos. Inês já estava à espera. Dirigindo-se a Aníbal, deu as coordenadas:

– Pode sair do carro. Às oito da noite a gente devolve o carro pra você.

Dali Beto foi levado diretamente para a casa de Carmela Pezzuti e seus dois filhos, Angelo e Murilo, militantes da Polop. Lá ficou por um mês, até Inês recorrer novamente a José Aníbal, dessa vez em busca de abrigo mais seguro para o companheiro. Beto, que já adotara o codinome *Gustavo*, mudou-se então para o confortável apartamento da avenida Francisco Sales, na Serra, onde José Aníbal vivia com sua

companheira, Lucia Marly.

Foram dias de silêncio e solidão. Enquanto Aníbal e Lucia, ambos com vida legal, cumpriam a rotina diária de sair de casa para estudar e trabalhar, Beto praticamente não saía, e se saía o fazia sob as rígidas normas de segurança da Polop, sempre de carro e acompanhado. Não podia andar na rua, frequentar bares e festas, ir ao cinema. Levava uma vida austera, entre documentos, livros e reuniões políticas.

– Eu lamentava muito aquele tipo de vida, porque ele era um sujeito expansivo. O Beto era um cara que gostava de ir a um bar, tomar uma cerveja, ir a um lugar dançar. Às vezes quebrava as normas, mas sempre era uma situação preocupante, não podia se expor – recorda Aníbal.

Apesar das restrições, Beto não reclamava. Não era seu o lugar da vítima. Ao contrário, tirava partido de toda e qualquer oportunidade de alegria. Vivia a cantarolar, adorava MPB, sabia todas as letras de cor, isso quando não se encontrava mergulhado em livros e apostilas, leitor voraz, ou escrevendo algum artigo ou documento de análise da conjuntura. A reclusão compulsória lhe servia para aprofundar a formação teórica. Apaixonado pela palavra e pela grande política, na dimensão da doutrina e da utopia, movia-se por uma inabalável convicção no ideário socialista. Acreditava que o mundo precisava mudar e estava disposto a tudo para mudar o mundo.

A mesma paixão com que se entregava à militância, ele dedicava às tarefas frugais do cotidiano. Adorava cozinhar para os companheiros. Seu bife acebolado, acompanhado de arroz com pimentão, era impecável, como impecável era a mesa posta – toalha sempre limpa, pratos distribuídos pelos comensais, talheres arrumados e flores arranjadas em vaso, porque beleza, para ele, também era fundamental. O senso de organização e de disciplina que o destacava entre as lideranças da resistência, ele aplicava nas tarefas domésticas:

– Beto mantinha a casa sempre arrumada. A cozinha era um brinco de limpeza. Era uma copa-cozinha interligada e tudo estava sempre perfeitamente limpo. Ele tinha esse prazer em dizer: “Vou fazer um bife acebolado pra vocês.” E te servia. Ele ficava feliz com isso – relembra, encantada, a socióloga Lucia Marly.

Do lado de fora, a situação ficava cada vez mais difícil. Qualquer passeata era violentamente reprimida com bombas de gás lacrimogêneo e prisões. Panfletagem dava cana – aliás, Beto era a prova viva dessa verdade. Finalmente, Zé Aníbal e Lucia Marly deixam o apartamento da Serra e vão para um mais reservado, com a facilidade da garagem, tão necessária ao entra e sai às escuras. Beto vai com eles e logo o companheiro Jorge Batista, ex-presidente do DCE, une-se ao grupo. São dois clandestinos, agora, no mesmo aparelho.

– Nós estávamos, um dia, voltando de um encontro com o Mário Alves, dirigente do PCBR, quando, ali pelo bairro Funcionários, o carro pifou. Era uma tensão enorme, eu, ali, com dois clandestinos – conta Zé Aníbal.

Já então a Polop vivia a iminência de um racha entre o grupo que simpatizava com as ideias de Guido Rocha, em favor da luta pela via democrática, e o grupo sensibilizado pela luta armada, para onde caminhavam Beto, Angelo Pezzuti e a quase totalidade da nova geração de militantes pós-64. A posição desse segundo grupo passaria a ser majoritária na Polop de Minas e precipitaria a divisão da organização, durante o seu IV Congresso, realizado em setembro de 1967, em Praia Grande, litoral paulista.

Beto sofria com esse dilema. Sempre fora um quadro de ação, da linha de frente, e via o trabalho de organização das massas, espinha dorsal da Polop, cada dia mais inviabilizado pelo endurecimento do regime. Queria mudança. Estava convencido de que só a instalação de uma Constituinte, como propunha Guido, seu grande amigo e parceiro, era pouco. O momento pedia mais. Por outro lado, ele tinha uma trajetória consolidada com um grupo intelectual – Vânia, Theotônio, o próprio Guido – que a nova geração não tinha. Romper com a Polop significaria romper com seus parceiros históricos.

SETEMBRO DE 1967. Ao volante de seu fusca, José Aníbal Peres de Pontes deixa Belo Horizonte com mais três passageiros a bordo – Apolo Lisboa, Angelo Pezzuti e Carlos Alberto Soares de Freitas. Estão a caminho do IV Congresso da Polop, marcado para dali a uns dias. Formam o núcleo dirigente da organização em Minas Gerais e já sabem que jogo jogar no encontro. Novas posições vinham sendo exaustivamente discutidas, frente à evidência de uma ditadura que poderia perpetuar-se no poder pela força bruta. Nesse contexto, o programa socialista da Polop era uma vontade teórica, uma carta de reflexões e intenções que não oferecia mudança imediata. O rompimento eram favas contadas.

Quando o fusca entra na rodovia Fernão Dias, já na capital paulista, um cidadão postado em pé, no local marcado, faz-lhes sinal. Com poucas palavras, mas suficientes para acusar um forte sotaque estrangeiro, ordena que sigam o carro estacionado logo à frente, no qual ele embarca rapidamente. A certa altura da avenida Paulista, o carro para e o homem que fizera o contato desembarca. Só então Beto, o veterano do grupo, o reconhece. É Eric Sachs, que, como *Ernesto Martins*, assina o documento *Aonde vamos?*, reunindo quatro estudos – “Reformismo e perspectivas proletárias”, “Causas do reformismo”, “Governo de transição” e “Foco e revolução”. Os textos, de afirmação de um governo de trabalhadores, meta da posição operária, iriam se revelar insuficientes, naquele congresso, para aglutinar as forças ávidas por enfrentar o regime autoritário.

Beto não tem nem tempo de comentar nada com os amigos. Em uma manobra arriscada, a motorista do veículo que eles deviam seguir cruza bruscamente para a outra pista da avenida Paulista – que, na época, não era dividida por um canteiro central – e entra na garagem de um prédio, com o fusca de Zé Aníbal logo atrás. A mulher decidida e linda que sai do carro deixa os rapazes de Minas sem ar. É Iara Iavelberg, a militante que mais tarde ficaria conhecida como a companheira de Carlos Lamarca.

– Vocês têm algum documento no carro? – pergunta ela, sem delongas.

– Bem... Tenho uma carteira de identidade... – balbucia Aníbal, sem esconder a tensão.

– Não, companheiro, documento político! – corrige Iara, que, imediatamente, assume a direção do fusca e ordena aos quatro que ponham vendas nos olhos e com elas permaneçam até o destino final.

O fim de semana em Praia Grande reuniu militantes de São Paulo, Minas e Guanabara, cerca de quarenta pessoas, aí incluída a turma encarregada da infraestrutura, que fazia as compras e a fachada – nela, Iara. Empunhando a bandeira debraysta, o grupo de Minas perdeu todas as votações. “Foi o congresso do dezesseis a catorze”, lembra Zé Aníbal. Com dois votos de vantagem, o Programa Socialista para o Brasil, defendido pela Polop, ganhou, mas não levou.

O racha liderado por Minas com a adesão do pessoal da Guanabara e que, mais tarde, alcançaria o Rio Grande do Sul, reduziu a Polop à metade. No ano seguinte, no congresso de 1968, os remanescentes da organização tentariam fortalecer a visão obreirista, na fusão com a Dissidência Leninista, do Sul, formando o Partido Operário Comunista (POC). Também este, porém, teria vida curta. A luta armada parecia ser a única saída para a derrubada da ditadura e a conquista de um Brasil socialista.

Ao deixar o balneário paulista, Beto era um homem renovado, vitorioso, feliz. Nos dias ensolarados, experimentara uma paixão arrebatadora por Iara Iavelberg. Para ambos, entretanto, prevaleceu o destino político. Beto voltava a Minas para organizar a dissidência na Colina. Iara, dali, partiria para a militância na VPR. A história inacabada entre eles, porém, seria retomada dois anos mais tarde, em 1969, já no Rio de Janeiro, quando os dois se reencontraram na VAR-Palmares.

Sonhos e pólvora

ARBITRÁRIO E ILEGÍTIMO, o regime militar enfrenta oposição crescente em diferentes trincheiras. Na vanguarda, os estudantes reclamam mais verbas para a educação, mais qualidade nos serviços e mais vagas nas universidades, para absorver os chamados excedentes. Cerceados em seu ofício, professores apoiam os estudantes. Perseguidos pela censura, artistas e intelectuais engrossam o coro dos descontentes. Liberdade é o tema central de canções e peças teatrais. Recorrendo às metáforas, a arte engajada tenta driblar os censores e eleva o tom das denúncias. Nas fábricas, operários sob intervenção sindical desde o golpe militar começam a se insurgir contra a lei de greve e o arrocho salarial. Setores da Igreja, apoiados na doutrina da Teologia da Libertação, tomam posição contra o governo.

Beto vê com otimismo esse momento único de reunião de forças contra o regime. Mas é também verdade que, na proporção em que vozes democráticas se levantam, a ditadura vai dando o troco, insuflando mais indignação, mais revolta. No Rio de Janeiro, a morte do estudante Edson Luís, na tarde de 28 de março de 1968, quando a polícia invade o restaurante universitário Calabouço, no Centro, radicaliza o conflito. No dia seguinte, 50 mil pessoas ocupam as ruas da cidade para acompanhar o velório do rapaz. De norte a sul, estudantes protestam em passeatas.

Em abril, na cidade industrial de Contagem, periferia de Belo Horizonte, 16 mil operários cruzam os braços por reajuste salarial. O governo decreta a ilegalidade da greve, proíbe as assembleias e a polícia ocupa o parque industrial. Os patrões suspendem o pagamento dos dias parados e vão de casa em casa convocar os grevistas a retomar o trabalho. Os que não voltarem, serão demitidos por justa causa. Derrotados em sua pauta econômica, os trabalhadores de Contagem acendem a centelha nas massas. Em julho, 3 mil metalúrgicos ocupam a fábrica da Cobrasma, em Osasco, cinturão de São Paulo. Também ali o movimento é violentamente reprimido. O governo intervém no sindicato, a polícia entra na fábrica e prende os grevistas.

Nas grandes capitais, os protestos aumentam. Notícias de prisões ilegais pipocam por todo lado, denunciando a truculência da ditadura. Em São Paulo, após uma apresentação de *Roda viva*, peça de Chico Buarque dirigida por José Celso Martinez Corrêa, vinte homens do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), armados de cassetetes, invadem o teatro, espancam o elenco e depredam tudo. No Rio, a indignação arrasta uma multidão contra o regime. Puxada pela UNE, a manifestação reúne estudantes, artistas, religiosos, intelectuais. É a Passeata dos Cem Mil.

Enquanto tudo isso acontece, em Belo Horizonte os dissidentes da Polop se movimentam. Em abril, num pequeno sítio em Contagem, de propriedade da família do companheiro Reinaldo Melo, o *Maurício*, eles realizam uma conferência na qual se constituem como organização política e ratificam a opção pela luta armada. No documento aprovado, declaram o trabalho de massa secundário e apontam como estratégia revolucionária o foco guerrilheiro, a ser implantado no campo, por meio de colunas móveis, com recursos apropriados em ações urbanas – as mais comuns, os assaltos a bancos.

Desse encontro, sai um novo comando: Apolo Lisboa, Angelo Pezzuti e Beto, em Minas; Juarez Brito, Maria do Carmo e João Lucas Alves, no Rio de Janeiro. Na perspectiva de uma fusão para aglutinar forças e ampliar a resistência, o novo grupo temporariamente se autodenomina “Organização” ou “O.” (leia-se Ó Pontinho). Antes do fim do ano, porém, ficará conhecido por outro nome, que o levará para a

história do Brasil – Comandos de Libertação Nacional (Colina).

Dois meses depois, em julho de 1968, é eleito o primeiro comando nacional da Ó Pontinho, formado por Beto, Angelo e Juarez. Mais adiante, serão incorporados Maria do Carmo e Herbert Eustáquio de Carvalho, o Helbert Daniel. Nesse primeiro período, a Ó Pontinho investe, basicamente, em pequenas ações de propaganda armada. Para fazer finanças, conta com o faturamento de uma livraria montada no Maleta, reduto de jovens e intelectuais da classe média. Bem-relacionada na sociedade belo-horizontina e com posto no primeiro escalão do governo estadual, Carmela Pezzuti é a campeã de vendas. Só ela consegue escoar os livros mais caros, que militantes e simpatizantes não podem comprar. Por ironia, a elite política que frequenta o palácio da Liberdade, sede do governo, está, sem saber, financiando a luta armada contra a ditadura.

Saída de uma costela da Polop, a Organização facilmente se articula no movimento sindical. É nessa época que Beto se reaproxima da amiga Dilma. Invariavelmente, nos fins de semana, os dois saem juntos para panfletar. Nos dias que antecederam a greve de Contagem, em abril de 1968, militaram no Barreiro, distribuindo o jornal operário *O Piquete*, escrito por Beto e ilustrado por Guido Rocha, na porta da fábrica da Mannesmann, um dos principais focos do movimento.

– A greve de Contagem talvez tenha sido uma das experiências mais duras que eu vivi na vida. Ver uma greve ser derrotada é uma coisa de doer – lembra Dilma Rousseff.

É também nessa época que floresce, para Beto, uma amizade que lhe será definitiva, com Gilberto Vasconcelos, o Giba, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Uberaba. Eles se conheceram ainda na Polop. Agora, estão juntos na dissidência e Giba vem com frequência a Belo Horizonte, participar de encontros políticos. A afinidade entre Beto e ele é grande. Como Beto, Giba é alegre, falante, contador de histórias e adora cantar. Os encontros dos dois são sempre animados por cantoria e, invariavelmente, varam a madrugada quando a eles se junta o companheiro Jorge Batista, outro grande contador de histórias.

Mais de uma vez, em missão da Ó Pontinho, Beto viajou com Giba, Galeno e Guido, entre outros, para receber treinamento militar numa chácara perto de Belo Horizonte. O instrutor era o ex-sargento da Aeronáutica João Lucas Alves, que dali a alguns meses seria preso no Rio e, em 6 de março de 1969, morreria nas dependências da Delegacia de Roubos e Furtos de Belo Horizonte, depois de barbaramente torturado. Também mais de uma vez, Beto pegou a estrada com Jorge Nahas para simular operações de guerrilha na serra do Cipó. A simulação, que consistia em acampar na mata e empreender longas caminhadas por trilhas densas e úmidas, era, para Beto, também uma oportunidade de estar a céu aberto, respirando ar puro.

Noutra dessas oportunidades, Beto encontra Giba em Uberaba e, de lá, os dois seguem para um sítio nas redondezas, com o propósito de desenterrar duas caixas de dinamite. O sítio pertencia a um pessoal do Partidão, que doara o explosivo com a condição de que a Ó Pontinho assumisse o trabalho de resgatar e transportar a carga. Sozinhos, depois de desenterrarem as caixas, Beto e Giba encararam uma perigosa e exasperante operação de embalagem.

Como o material tinha ficado muito tempo guardado, o papel encerado das bananas de dinamite acumulara gotículas de trinitroglicerina, que, ao pingarem no chão, produziam um estampido agudo, como o dos estalinhos das festas de São João. Beto e Giba secaram, uma a uma, as bananas de dinamite, acondicionando-as, depois, numa caixa com pó de serragem. Levaram uma semana para concluir o serviço, período em que se alimentaram de sopa de pacote e boas conversas, animadas aqui e ali por uma ótima pinga mineira. As dinamites que serviriam à revolução socialista chegaram de fusca em Belo Horizonte. Parte da carga foi testada, dias depois, na serra do Cipó. Havia dúvidas se elas estariam boas. Estavam.

Malgrado essas participações, o negócio de Beto não era atuar no setor de operações, o grupo de fogo

da Organização. Sua responsabilidade era, sim, fazer o levantamento da Área Estratégica, para a implantação da guerrilha e a realização da chamada Luta Principal. A função exigia que ele viajasse muito, o que vinha bem a calhar, porque Belo Horizonte, definitivamente, não era um lugar seguro para ele. E foi a isso que Beto se dedicou durante todo o segundo semestre de 1968. Ia e vinha, Brasil adentro e afora, em viagens de reconhecimento que duravam, às vezes, trinta dias, sempre escoltado por Reinaldo Melo, companheiro que, por estudar geografia, tinha facilidade em realizar pesquisas, obter e analisar mapas.

A primeira dessas viagens aconteceu ainda no final de 1967, quando Beto, Reinaldo e Erwin Rezende, que também auxiliava no levantamento da área, fizeram uma rápida investida na serra de Caparaó, na divisa de Minas com o Espírito Santo, onde meses antes o MNR, organizado pelo grupo de Leonel Brizola desde o exílio, no Uruguai, já havia ensaiado uma fracassada tentativa de implantar uma guerrilha. A empreitada, porém, terminou mais cedo que o esperado. Lembra Reinaldo Melo:

– Apesar de semelhante à Sierra Maestra, com ótima cobertura vegetal, a área foi logo descartada porque não oferecia recuo estratégico. O cerco, ali, era fácilimo. Se descobertos, não teríamos por onde escapar.

Condições de recuo e floresta densa eram alguns dos principais requisitos militares para a recomendação da Área Estratégica. A implantação social, porém, pressupunha escolher regiões povoadas, de preferência em condições de pobreza e conflito, favoráveis ao trabalho de sensibilização da população local para a luta revolucionária. Descartada Caparaó, Beto e Reinaldo ainda empreenderão mais três viagens, entre agosto de 1968 e janeiro de 1969, em busca do melhor lugar.

A bordo de um jipe 63, com capota de lona e câmbio de três marchas, dirigido por Reinaldo – Beto não sabia dirigir –, a dupla pesquisou a região do Parque Nacional de Iguaçu, no Paraná, que também acabou rejeitada. Era demasiado próxima da fronteira com o Paraguai, o que dificultava recuos, e já muito desenvolvida pelo agronegócio do café. Praticamente não havia conflitos ali. Outra tentativa levou Beto e Reinaldo a uma extensa área que abrangia o então estado de Mato Grosso e Rondônia, uma das portas do Pantanal. Também não serviu. Percorriam-se centenas de quilômetros sem que se avistasse um único ser humano. A baixa densidade demográfica e o baixo desenvolvimento reprovaram a região.

Nessas viagens, Beto unia o útil ao agradável. Os longos trajetos eram animados. Beto e Reinaldo conversavam, contavam piada, cantavam. Quando chegavam a um povoado qualquer, já tinham o texto pronto: para todos os efeitos, realizavam viagem de estudos. De outro lado, Beto era exigente. Duro na queda, não temia obstáculos. Quantas vezes Reinaldo advertiu:

– Beto, o carro ali não passa.

Ao que ele respondia:

– Passa sim. Vamos encarar.

E lá iam os dois, mato adentro, vencendo picadas, valas, atoleiros, em busca do Brasil profundo, de onde viriam as colunas guerrilheiras que iriam fazer a revolução socialista no país! Na bagagem, levavam uma radiografia detalhada de cada lugar, com dados sociais e econômicos e dezenas de mapas, muitos deles, ironicamente, obtidos na Mapoteca do Exército pelo estudante de geografia.

– Nós tínhamos uma missão a cumprir e o Beto era rigoroso nisso. Não descansava enquanto não concluía a tarefa. Tinha plena noção de sua posição de dirigente. E se comunicava fácil com as pessoas, acabava amigo delas – lembra Reinaldo.

Entre uma viagem e outra, Beto apeia em Belo Horizonte para mais uma temporada na casa de Zé Aníbal. Nesses interregnos, sozinho, trava um intenso debate interno. Não é um militarista. Acredita mesmo é no trabalho de massas. Mas os tempos estão difíceis e o caminho da luta armada começa, de fato, a se impor como tática para a derrubada da ditadura e a conquista do socialismo. Respeita as análises do amigo e companheiro Guido Rocha, de quem esteve muito próximo à época do rompimento

com a Polop. Agora, porém, a conjuntura os afasta. Para Guido, a hora é de lutar pela instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte Popular e Soberana, distância abissal do rumo que toma a Ó Pontinho.

Em entrevista para este livro, Apolo Lisboa lamenta esse afastamento:

– A relação do Beto com o Guido foi muito importante, sobretudo no questionamento da Polop. Depois, com a Colina, a divergência, precipitada por pressões pelo desencadeamento da luta armada, desuniu os dois, que eram mais experientes que a maioria dos militantes em Minas Gerais. O Guido propunha a Constituinte como forma de luta por um governo democrático. O processo político isolaria a ditadura e criaria uma possibilidade real de mudança, com base na correlação de forças sociais e políticas que iriam desabrochar, sem descartar, nem impor, a princípio, uma forma de luta, função das forças em campo e de condições a serem desenvolvidas. Guido defendia a luta armada, mas não o foquismo debraysta. Para ele, a luta democrática teria potencial para quebrar a ditadura e dar ao povo as condições históricas de encaminhar as reformas estruturais para o país. Não é simples imaginar esse cenário, mas ele existiu e havia possibilidade de as coisas terem sido diferentes. O Guido e o Beto viam isso, mas uma conjuntura especial dentro da Colina fez a balança pender para uma resposta aventureira.

Com a queda de Apolo Lisboa em Belo Horizonte, preso por agentes do Exército quando distribuía *O Piquete* na região da Savassi, à época da greve de Contagem, o comando da Organização, agora integrado por Jorge Nahas, ficou polarizado entre Beto e Angelo Pezzuti. Líder nato, com forte ascendência sobre o grupo que se forma, Angelo disputa a hegemonia na Organização. Se, de um lado, Beto tem uma formação política mais sólida e uma trajetória a reverenciar, Angelo, com sua coragem e extraordinária inteligência, a todos impressiona. Essa disputa, porém, não vai prosperar.

No segundo semestre de 1968, o grupo realiza e reivindica, já com o nome de Colina, as primeiras ações armadas de expropriação – o assalto a uma agência do Banco de Comércio e Indústria de Minas Gerais, na capital, em 28 de agosto, e o assalto ao Banco do Brasil de Contagem, em 4 de outubro. Mas é depois de um duplo assalto em Sabará, em 14 de janeiro de 1969 – ao Banco da Lavoura e ao Banco Mercantil de Minas Gerais –, que Angelo é preso e, com ele, os militantes Pedro Paulo Bretas, José Raimundo de Oliveira e Antonio Pereira Mattos. Num intervalo de duas semanas, praticamente todo o grupo de fogo da Colina cai nas mãos da repressão.

O ano de 1968 termina com a promulgação do Ato Institucional n.5, em dezembro. Com ele, o governo oficializa a ditadura militar. Fecha o Congresso, suprime o *habeas corpus*, acaba com a legalidade jurídica e constitucional e inaugura o terrorismo de Estado. No dia seguinte, em acrobático drible à censura, o *Jornal do Brasil* publica uma nota meteorológica que entraria para a história do jornalismo brasileiro: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx: 38° em Brasília. Mín: 3° em Laranjeiras.”

Perdas, danos e ganhos

A PRISÃO DE ANGELO PEZZUTI, em casa, na noite de 14 de janeiro de 1969, horas depois do duplo assalto em Sabará, é a ponta do iceberg. Com a polícia no encalço, os companheiros do grupo de fogo rapidamente desfazem os aparelhos e acertam uma operação resgate de Angelo para dali a quinze dias, em um ponto previamente marcado com ele, caso fosse preso. Horas antes da ação, porém, na madrugada de 29 de janeiro, a polícia estoura três aparelhos da Colina na capital mineira. Em dois deles, só encontra armas e documentos. No terceiro, localizado no bairro São Geraldo, é recebida à bala. Dois policiais morrem, um é gravemente ferido e todos os militantes são presos – Murilo Pinto da Silva, irmão de Angelo, Jorge e Maria José Nahas, Afonso Celso Lana Leite, Nilo Sergio Meneses Macedo, Júlio Antônio Bittencourt de Almeida e Maurício Paiva, o único do grupo atingido, com dois tiros na perna. No mesmo dia, Carmela Pezzuti também é presa.

Quando soube das prisões de São Geraldo, Beto passava por São Luís, Maranhão, uma das etapas de sua quarta e última viagem de reconhecimento da Área Estratégica, a macrorregião conhecida por Bico do Papagaio, que compreende os estados do Pará, do Maranhão e de Goiás, que viria a ser a escolhida para a implantação da Luta Principal. Para chegar ao grotão, Beto e Reinaldo haviam trocado o jipe pelo avião, depois tomaram um ônibus, cruzaram rios de barco e, por fim, alugaram uma caminhonete. Fizeram da cidade de Imperatriz, no Maranhão, a base operacional. Tão cedo, nem um nem outro voltariam a Belo Horizonte.

Com a queda coletiva, começa uma caça às bruxas na capital mineira. A polícia não dá trégua. Quem não foi preso, pula de galho em galho, dorme cada dia em um endereço diferente. Cercada, a Colina monta uma operação de deslocamento e o destino preferencial é o Rio de Janeiro, onde já estão Maria do Carmo, a *Lia*, e Juarez, o *Juvenal*. Inês Etienne Romeu é encarregada da logística. Em pouco tempo, um a um, os militantes desembarcam no Rio de Janeiro, onde passam a ser conhecidos, entre companheiros, como os “Deslocados de Minas”.

Já no Rio, os militantes da Colina continuam as conversas em torno da fusão com outros grupos que também defendiam a luta armada. Nessa costura, voltam a adotar a denominação Ó Pontinho. Dilma Rousseff é incorporada à direção nacional. Na regional Guanabara, o principal interlocutor é Jorge Eduardo Saavedra Durão, dirigente de uma das dissidências do Partidão, a DDD, sigla de Dissidência da Dissidência, e as conversas se estendem também ao Núcleo Marxista-Leninista, minúscula fração da Ação Popular. No Rio Grande do Sul, a liderança é Carlos Franklin Paixão de Araújo – também à frente de uma dissidência do Partidão, com bases no movimento operário e entre estudantes secundaristas, os chamados Brancaleones.

Começa, então, um vaivém interestadual dos que buscam a fusão. Carlos Araújo vem ao Rio. É quando conhece Beto, que já então usa o codinome *Breno*. O entendimento é fácil. Araújo fica bem impressionado com a formação política do dirigente mineiro:

– Fazia tempo que eu não discutia com o pessoal de origem da Polop, fazia tempo que nós não participávamos de uma boa discussão. Ali a gente viu que estava diante de pessoas que estudavam, tinham cultura política. Dava pra gente conversar e se entender, aparar arestas e superá-las. De todos, *Breno* foi o que mais me impressionou. Tinha formação mais consistente, mais solidez, o que nos

aproximou desde o início. Desde logo houve uma identidade política.

Pois foi justamente *Breno* o emissário enviado pela direção para aprofundar as conversas no Sul. Por duas vezes, ele esteve na capital gaúcha, primeiro para um churrasco no bairro da Cavallhada, com as bases da Ó Pontinho no Rio Grande. Lembra o militante Raul Ellwanger:

– Foi num domingo. Eram umas quarenta pessoas, era um troço meio pra entusiasmar a turma, pra mostrar que tinha uma possibilidade de criar um partido nacional.

A segunda reunião foi na casa de praia do dr. Afrânio, pai de Carlos Araújo, em Capão da Canoa. Consumiu um fim de semana e também reuniu todo o pessoal. O objetivo era consultar sobre a fusão com a Organização, ainda sem nome, porque à espera da adesão dos paulistas da VPR.

– *Breno* participou da reunião em que discutiríamos se aceitaríamos ou não a ideia de fusão. Ele teve uma excelente atuação, que só fez confirmar sua enorme competência política. Despertou ainda mais o nosso ímpeto. Nós não tínhamos um nome no Sul, mas tínhamos um trabalho muito forte nas fábricas, às vezes reuníamos quinhentos trabalhadores, e já trabalhávamos na proposta da União Operária. Nós não queríamos ter só uma expectativa local – relata Araújo.

Em abril de 1969, o grupo faz na cidade fluminense de Teresópolis o encontro que formaliza a Ó Pontinho como organização ampliada, articulada, a partir da regional Guanabara, com Minas, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Pernambuco. Desse encontro, sai uma nova direção, formada por *Breno*, Dilma, Maria do Carmo, Juarez, Herbert Daniel, Carlos Araújo e outro gaúcho, Carlos Brasil, um jovem médico que viria a ser o novo parceiro de Beto na Área Estratégica.

São esses dirigentes que vão, em dois fins de semana consecutivos – 28 e 29 de junho e 5 e 6 de julho –, sentar-se à mesa de negociações com o comando da VPR, composto por Carlos Lamarca, Antonio Roberto Espinosa, Claudio de Souza Ribeiro, também chamado de Claudio Marinheiro, Fernando Mesquita e Chizuo Osava, o Mário Japa. A chamada Conferência da Fusão acontece numa casa de praia em Mongaguá, litoral paulista. As agendas políticas coincidem. Tanto a Ó Pontinho quanto a VPR defendem o caráter socialista da revolução, descartando a visão de libertação nacional de outros grupos da esquerda armada, como a Ação Libertadora Nacional (ALN). Ambas, também, levam para o debate documentos parecidos, em que criticam a importação automática do conceito de foco cubano – não acreditam que o envio de grupos para áreas de guerrilha, tendo basicamente a geografia montanhosa como escudo, possa, a partir da centelha, incendiar a revolução no Brasil.

Em lugar do foco, Ó Pontinho e VPR se acertam na estratégia das colunas móveis, que conservam a ideia da centralidade da luta armada, de um destacamento de vanguarda, mas com enraizamento social em uma área de atuação que inclui um cinturão urbano. Também na linhagem política, as duas organizações encontram parentesco. A Ó Pontinho descendia da Polop e contava, em seus quadros, com sargentos oriundos do MNR. A VPR também se constituía de uma dissidência da Polop e de ex-marinheiros do MNR.

Contudo, apesar das convergências, faltavam laços de confiança entre eles e sobravam contradições políticas que iam sendo escamoteadas pela vontade conjuntural da fusão, mas que estavam ali, latentes, prontas a efervescer. Havia uma tensão no ar. Lembra Carlos Araújo:

– Quando a gente falava em trabalho político, havia uma reação terrível do pessoal da VPR. Eles questionavam: o que é isso? Trabalho político, como? Aonde? Isso é desviar forças do foco, da luta armada, é perder quadros, nós não temos quadros suficientes, então, não vai sair nunca. Querem adiar a luta armada?

A VPR defendia o envio massivo de militantes para o campo. As ações na cidade teriam, por única finalidade, financiar e apoiar a guerrilha rural com infraestrutura, logística, recursos. Não era o que pensava a Ó Pontinho, para a qual o trabalho urbano, junto à classe operária, aos estudantes e sobretudo a populações em conflito, não podia ser abandonado. Naquele momento, porém, em nome da fusão, as

divergências foram postas de lado.

Cada um trazia um dote. A VPR, fuzis expropriados de quartéis; a Ó Pontinho, uma base supostamente maior de militantes e um plano perfeito, a Grande Ação – como ficou conhecido o assalto ao cofre que o ex-governador de São Paulo Ademar de Barros mantinha na casa de sua amante, Ana Capriglione, no Rio de Janeiro, que faria jorrar dólares para a revolução. Estava selado o pacto que levou o nome de Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Como se tratava de um encontro exclusivo de dirigentes, faltava, na visão da Ó Pontinho, referendar a fusão em um congresso ampliado, com representação delegada, a ser marcado para um futuro próximo. Em sua conferência de abril, a Ó Pontinho definira o comando, o caráter socialista da revolução e a prioridade de fusão com a VPR, mas não elegera delegados.

– *Breno* e Dilma insistiam, acertadamente, nesse compromisso. O Carlos Araújo também, só que do jeito dele, mais *light*. E nós aceitamos essa condição, no mais breve prazo possível – sublinha Espinosa.

Aceitar não significava concordar. De alguma maneira, todos saíram do encontro de Mongaguá sabendo que o casamento ia durar pouco. Como que a antecipar a dança das cadeiras da separação, do lado da Ó Pontinho Maria do Carmo e Juarez eram os mais afinados ao diapasão da VPR. Espinosa e Fernando Mesquita, da VPR, já então se aproximavam das posições da Ó Pontinho. De todos, *Breno* era o mais constrangido. Tinha a seu lado Carlos Araújo e, mais perto ainda, Dilma Rousseff, amiga, amiga mesmo, para além da relação política. Mas ele, *Breno*, não conseguia digerir sua preocupação. “Como nós vamos nos fundir com esses caras, que pensam tão diferente da gente?”, questionava. Conta Araújo:

– O *Breno* era um cara fino, brilhante, mas muito cabeça-dura. Se deixássemos, já tinha terminado tudo ali, não tinha nem o futuro congresso. E hoje em dia a gente vê que ele tinha razão. Mas tínhamos que fazer a tentativa. Pelo *Breno*, a gente já ia pro pau com eles ali mesmo. Eu era mais habilidoso. O *Breno* ficava muito bravo comigo. Dizia que eu era um enrolador. Não era. Ele é que confrontava.

Não é de admirar que *Breno* e Dilma, ambos do comando nacional da Ó Pontinho, tenham ficado de fora do comando provisório da VAR-Palmares. Foram eleitos três de cada lado. A VPR conseguiu fechar o consenso em torno de Lamarca, Espinosa e Claudio Marinheiro; já a Ó Pontinho rachou e a eleição acabou sendo decidida pelos parceiros. Os votos da VPR foram para Maria do Carmo e Juarez, com quem mais se identificavam, e para Carlos Araújo, considerado mais experiente e carismático. Com esse comando, a VAR-Palmares partiria, dali a dez dias, para a Grande Ação.

LAMARCA TINHA BOA RAZÃO para não gostar de *Breno*. Não se sabe se Iara chegou a lhe contar sobre o *affair* ocorrido no passado, durante o congresso da Polop que acabou em racha, em 1967. Mas o Capitão soube – isso é certo – que sua namorada, enviada para o Rio em missão da VPR, estava dividida entre ele e *Breno*. Foi Espinosa quem lhe contou. Lamarca era um homem atormentado pela culpa. Não fazia muito, despachara a família – mulher e filhos – para Cuba, por questão de segurança. Era preciso protegê-los. Agora, estava perdido de amor por Iara. Sentia-se mal com isso. Por outro lado, não podia deixar de concordar com Espinosa: a vida é uma só e a gente não sabe até quando estará vivo.

Desde que a VPR começara o namoro com a Ó Pontinho, Iara Iavelberg fora enviada ao Rio para funcionar como uma espécie de embaixadora da organização. Sua missão era acompanhar as prévias do encontro, trocar documentos, preparar a agenda. Ao desembarcar na cidade, tem um ponto marcado com Dilma.

– A Iara é mandada pela VPR para o Rio de Janeiro. Como a VPR não tinha base no Rio, me mandam a um ponto pegá-la e levá-la para o apartamento. Ela diz pra mim: “Não vamos pra esse apartamento. Eu tenho um esquema absolutamente mais seguro.” E aí a gente vai pra esse outro apartamento, que era no Posto 1, na Prado Júnior. Era um quarto e um banheiro e um corredor que era uma espécie de cozinha.

Moramos lá uns dois meses – conta Dilma.

Na mesma cidade e aos cuidados da mesma organização, Iara não tardou a reencontrar *Breno*. O coração balançou. O dele também. E a velha chama reacendeu. Segundo relato de Herbert Daniel a Judith Patarra, autora do livro *Iara, reportagem biográfica*, Iara e *Breno* viveram um mês juntos em um aparelho do Rio, possivelmente esse mesmo apartamento do Lido, em Copacabana. “Ela tinha um certo fascínio por ele, que era um homem bonito, fascinante, cativante. Ela tinha uma imagem idealizada dele. Falava dele como um tipo extremamente fino, intelectualmente e existencialmente”, contou Herbert, que, muito próximo de Iara, confidenciou a Patarra: “Não foi uma boa relação Um mês depois, ela estava extremamente incomodada.”

Na perspectiva da fusão, Espinosa veio algumas vezes ao Rio. Numa dessas ocasiões, esteve no aparelho de Iara e não gostou do que viu – *Breno* andando pela casa, com uma sem-cerimônia que revelava grande intimidade com Iara. Espinosa não conhecia *Breno* e, ali, a antipatia foi imediata. Até porque também ele, Espinosa, já namorara Iara. Agora, porém, o desconforto era outro. Iara era a mulher do capitão Lamarca, que se encontrava clandestino, num apartamento em São Paulo, praticamente fora de combate.

– Puta, que merda! Eu mandei a minha ex-namorada, a namorada do Lamarca, para o Rio de Janeiro pra arrumar outro. E o pior é que o cara é meio bonito – penitencia-se Espinosa.

De volta a São Paulo, o dirigente-confidente de Lamarca se sentiu na obrigação de informar ao Capitão o que estava acontecendo. Mais que depressa, Lamarca manda uma carta para Iara cobrando uma definição. Espinosa é o emissário.

– Eu li a carta – lembra Dilma Rouseff – e ajudei a escrever a resposta em que a Iara aceita o relacionamento com Lamarca.

– O Lamarca foi a paixão definitiva da Iara – afirma Espinosa.

Breno, registre-se, teve poucos amores na vida. Relutava em se envolver, rechaçava relacionamentos duradouros. Seu compromisso era com a revolução. É desse mirante que Dilma comenta:

– O *Breno* resolve se separar da Iara porque ele vai pra luta. Ele achava que não podia ter nenhuma ligação pessoal. Iara teve muita dificuldade de aceitar a forma como se deu a separação. Ela sentiu bastante. E eu acho que o *Breno* gostava dela. E ela dele.

DEZOITO DE JULHO DE 1969. Depois de três tentativas abortadas por fatores inesperados, chegara, enfim, o dia da Grande Ação. Juarez Brito planejou e comandou a operação, que envolveu pouco mais de uma dezena de militantes. Alguns saíram de São Paulo, contribuição militar da VPR, entre eles o sargento Darcy Rodrigues, braço direito de Lamarca, João Domingues e Fernando Borges de Paula Ferreira, o Fernando Ruivo. De Porto Alegre, enviado por Carlos Araújo, partiu o operário Jesus Paredes Soto. De Minas, o estudante Wellington Moreira Diniz e João Marques de Aguiar. E no Rio já estavam Sonia Lafoz, Reinaldo Melo e os secundaristas Carlos Minc e Gustavo Buarque Schiller, o *Bicho*, através de quem toda essa história começa.

Foi Gustavo quem revelou a Juarez a existência de oito cofres supostamente abarrotados de dólares sob a guarda de sua tia, Ana Benchimol Capriglione, em diferentes endereços da cidade, dois deles logo identificados – um apartamento em Copacabana e uma mansão em Santa Teresa. Os cofres teriam pertencido ao finado amante de Ana, o ex-governador de São Paulo Ademar de Barros, célebre por um desconcertante slogan de campanha: “Rouba, mas faz.”

Tratava-se de uma relação extraconjugal duradoura, de um lado e de outro, e conhecida nos meios políticos. Dissimulado, nas situações públicas, quando Ana telefonava, Ademar aquiescia: “Sim, dr. Rui.” Quando tinha algum recado a enviar, ele em São Paulo, ela no Rio, orientava o emissário: “Avise

ao dr. Rui.” Se o procuravam e ele estava com Ana, o palácio informava: “Ele está em reunião com o dr. Rui.” Qualquer clandestinidade, afinal, pede um codinome.

A história, algo rocambolesca, não inspirava crédito. Mais difícil ainda era apostar que dentro dos cofres houvesse uma imensa fortuna. Alguma coisa havia, decerto. Uns 200 mil dólares, que fossem. E não restavam dúvidas de que, em se confirmando, aquela ação seria a redentora da organização. Asseguraria a sobrevivência dos militantes na clandestinidade e ainda sobriariam recursos para a aquisição dos milhares de alqueires rurais da futura Área Estratégica. Não menos importante, dispensaria o expediente dos assaltos a banco, que, manjadíssimos, já não rendiam bom numerário e eram de alto risco.

Traçados os planos, estudados os mapas, considerados vetores e variantes de tráfego e densidade urbana, a ação no apartamento de Copacabana acabou sendo descartada por não oferecer um mínimo de segurança. Ruas apertadas, carros demais, gente demais, porteiros demais, elevadores demais. O alvo seria um só, a mansão de Santa Teresa, onde Ana morava com a família.

Juarez fez as marcações. Cuidou pessoalmente de todos os detalhes. Ao longo de um mês estudou rotas na ampla malha viária que separa a mansão de Santa Teresa, no Centro da cidade, do aparelho em Jacarepaguá, na Zona Oeste, para onde o cofre seria levado. Precisariam de não mais que três carros para a logística de transporte, cobertura e fuga. O cofre era uma peça grande, de aço, pesada, e o melhor era que fosse retirado da casa. Para vencer a escadaria externa, ele seria amarrado com cordas de aço num carrinho de rolimã e deslizaria por pranchas de madeira até desembarcar na caminhonete Veraneio estrategicamente posicionada no jardim, com a caçamba aberta.

O plano mirabolante não funcionou. O cofre-rolimã tombou do alto da escada, vindo parar no chão, já no jardim, de onde foi içado, no braço, para dentro do bagageiro do carro. Uma vez em Jacarepaguá, foi arrombado com maçarico. A delicada técnica consistia em cortar o segredo e, para não queimar o conteúdo, simultaneamente escoar um filete de água pelo trilho do maçarico. Ao cabo de uma hora de habilidade e expectativa, esse plano mirabolante funcionou. Conta Reinaldo Melo, que atuou na cobertura e acompanhou toda a operação:

– Foi a única vez que eu vi notas de mil dólares na minha vida. Tinha algumas notas de mil dólares. Mas a gente saiu dali logo, não podíamos ficar naquela casa. Contou-se rapidamente o dinheiro. Não contamos nota por nota. Contamos os pacotes. Eram quase 2 milhões e 700 mil dólares!

Todos se dispersaram. Juarez levou todo o dinheiro, acondicionado em malas. O cofre foi cortado em vários pedaços, descartados por Reinaldo em rios e lagoas da Barra da Tijuca e no mar de São Conrado, do alto da avenida Niemeyer. Entre início e fim, o assalto durou uma tarde. Sucesso absoluto. Ninguém acreditava naquela dinheirama toda. No dia seguinte, porém, ao contrário do esperado, os jornais não publicaram uma única linha sobre o assalto. À polícia, soube-se mais tarde, Ana Capriglione limitara-se a informar que o cofre estava vazio, não havia nada dentro dele. Afinal, aquele era o tipo do dinheiro que não podia ser declarado.

A FORTUNA ENCONTRADA no cofre do dr. Rui foi toda ela entregue, no mesmo dia, a Carlos Araújo e Antonio Espinosa, os encarregados de dividir os ganhos. Apresentou-se ali um novo dilema que acompanharia dirigentes e militantes da VAR-Palmares e posteriores dissidências pelos próximos meses. Como trocar aquele monte de dinheiro sem despertar suspeitas? Num primeiro momento, o jeito foi apelar para as namoradas. Dilma Rousseff, namorada de Araújo, e Maria Auxiliadora Lara Barcellos, a Dora, que namorava Espinosa. Conta Araújo:

– Nós tínhamos dinheiro em dólar, mas não tínhamos dinheiro pra comer. As duas falavam inglês, pensamos em arrumar uma roupinha melhor pra elas...

Naquele tempo, eram poucas as casas de câmbio no Rio de Janeiro. Na Zona Sul, eles só conheciam a operadora que ficava nos fundos do Copacabana Palace, na avenida Nossa Senhora de Copacabana. E foi para lá que eles foram. Continua Araújo:

– Já era de tardinha, fomos fazer um levantamento e trocar quinhentos dólares para ver o que acontecia. Nós estávamos com medo, porque a notícia do assalto ia sair no jornal no dia seguinte. O que fazer? Era óbvio que a repressão ia cercar as casas de câmbio. Portanto, tínhamos que correr o risco. Elas trocaram os quinhentos dólares sem nenhum problema e voltaram mais tarde para trocar mais 5 mil dólares. Conseguimos estocar um pouco de dinheiro e providenciamos a distribuição.

A grande surpresa do dia seguinte não viria pelos jornais, que ignoraram a Grande Ação, mas pelo inesperado contato de um jovem simpatizante, informando que um executivo de um dos maiores bancos do país queria comprar os dólares roubados. Era, no mínimo, esdrúxulo.

– Somos procurados, cartaz na rua, a repressão não nos acha, mas o banqueiro nos achou em 24 horas! Impressionante – comenta Araújo.

Sem muita convicção, os dois dirigentes da VAR acabaram concordando em marcar um encontro com o executivo do banco, num local ao ar livre. O ponto aconteceu na praça Serzedelo Corrêa, em Copacabana. Um ponto de alto risco, podia ser uma cilada. O dólar, na época, era moeda forte negociada a taxas elevadas, em cotações diárias nos câmbios oficial e negro, o *black*. Uma companheira foi escalada para fazer o contato. Araújo e Espinosa deram cobertura. De longe, viram se aproximar um homem de terno e gravata. A conversa foi rápida.

Ele fez a oferta:

– Pago o dobro do que pagam as casas de câmbio.

Negócio fechado. Um novo ponto foi marcado, dessa vez para fazer a troca, dentro de um carro. Tudo funcionou às mil maravilhas, na base do toma lá dá cá. Estavam todos assustados.

A mesma operação se repetiria por mais três vezes e permitiria à VAR-Palmares recompor a situação dos militantes clandestinos e deslocados, que não tinham como pagar os alugueis dos aparelhos. Pelas contas de Carlos Araújo, o banco trocou cerca de vinte e cinco por cento do montante encontrado no cofre de Ademar de Barros. Mais de 500 mil dólares.

Ao invés de financiar a revolução socialista no Brasil, porém, o dinheiro do cofre do dr. Rui originou desavenças e alimentou disputas. Provocou um vendaval, produzindo marcas indeléveis, desconfianças insuperáveis, ressentimentos arraigados. E se tanto não bastasse, despertou também a cobiça dos agentes públicos que comandavam a tortura nas prisões. Moveu interrogatório e suplício no pau de arara.

Rota de colisão

BRENO ENGOLIU EM SECO as resoluções da conferência da fusão com a VPR. Fora do comando, ele e Dilma cobrem pontos aqui e ali, em compasso de espera para o primeiro congresso da VAR-Palmares, marcado para setembro, quando o acordo seria confirmado e o documento político da nova organização, aprovado. As condições da clandestinidade ficam cada vez mais duras. O AI-5 afronta as liberdades em todo o país. As cadeias estão cheias de presos políticos e as notícias de tortura se espalham à boca pequena.

Com a tensão crescente, é preciso redobrar a atenção. O desânimo às vezes bate à porta, mas *Breno* persevera. Não veio ao mundo a passeio. Sua vida está empenhada na revolução. O aniversário está chegando. Vai fazer trinta anos. Já não se sente um jovem. Apesar da mala de dólares que guarda debaixo da cama, leva uma vida franciscana, de bolso vazio. Restam-lhe os companheiros mais próximos, Gilberto Vasconcelos, o Giba, com quem está morando em mais um quarto e sala de passagem, dessa vez na rua Anita Garibaldi, junto à pracinha do Bairro Peixoto, em Copacabana, e Dilma, sempre por perto, pronta a atender a seus chamados.

– Era proibidíssimo eu saber onde era. Mas eu frequentava a residência dos dois. Arranjavam lá uns óculos escuros e eu entrava de olhos fechados. Obviamente, é impossível você não saber onde está, indo lá três, quatro vezes por semana. E como eu era também amiga do Gilberto, nossos encontros eram clandestinos para a organização. Ninguém sabia. Juntávamos o nosso dinheiro e comprávamos comida. O Beto cozinhava muito bem – lembra Dilma.

Com tempo para gastar, o jeito era aproveitar o possível, com o dinheiro contado. E o possível, sem dinheiro, no Rio de Janeiro, tem nome: praia. Giba recorda:

– Era praia o tempo inteiro. Eu não via o Beto tenso. A gente cantava muito. Me lembro do dia em que ele chegou na praia cantando “Aquele abraço”, do Gilberto Gil. Foi a primeira vez que eu ouvi a música. Não sei onde ele aprendia as letras, porque nós não tínhamos rádio, nem televisão, e ele sabia tudo. Tinha um bom ouvido.

Quando economizavam um troco da diária combinada, um dos programas preferenciais era a sessão no Cine Pax, em Ipanema, onde assistiam a filmes açucarados, como *Romeu e Julieta*, de Franco Zeffirelli, e *Os guarda-chuvas do amor (Les parapluies de Cherbourg)*, com a musa Catherine Deneuve e música de Michel Legrand. Ou, ainda, a extravagância de comer em restaurante um prato irresistível: pato com laranja. É de novo Dilma quem conta:

– O Beto descobriu um restaurante na Barata Ribeiro que vendia um pato com laranja... Eu e o Beto adorávamos pato com laranja, mas não era viável a gente comer com o que a gente ganhava por dia. Tínhamos que poupar. A gente deixava de comer uma das refeições, o almoço ou o jantar, por três dias, pra poder comer o pato. Juntava o meu dinheiro com o dele e dava um pato que a gente dividia.

Mesmo no limbo, *Breno* não se desconecta da política. Completam o seu dia a dia reuniões intermináveis, em que submerge com os companheiros na obra de Lenin, lida em espanhol. Interrompe essa rotina a festinha organizada por Giba e Dilma em comemoração aos seus trinta anos, no dia 12 de agosto, com tudo a que tinha direito: bolo, cerveja, balão de gás e dois *hits* da MPB – “Mulher de trinta”,

eternizada na voz do cantor Milton, e “Não confie em ninguém com mais de trinta anos”, dos irmãos Marcos e Paulo Sérgio Valle. No coro, os anfitriões e únicos convidados da festa – Giba e Dilma, ambos com 22 anos incompletos, para quem o amigo era quase um velho.

Mas o tempo não é para comemorações. Desconfiar da própria sombra faz parte do cotidiano. E qualquer movimento estranho é tratado como iminente risco de morte. Como em certa noite, quando, subitamente, o prédio em que moravam ficou às escuras:

– Caímos! – concluíram, a um só tempo, os quatro ali reunidos: *Breno*, Giba, Jorge Eduardo e Helvécio Raton.

Pensamento rápido, todos calcularam que, pulando daquela altura, do segundo andar, conseguiriam amortecer a queda no toldo do vizinho, antes de alcançarem o chão e, dali, a liberdade. Primeiro, porém, era preciso se certificar do ocorrido. Giba é o escolhido para a expedição até a portaria, com uma arma em uma das mãos e uma bomba caseira na outra. Se a polícia viesse subindo as escadas, a ordem era apertar o dedo e jogar o artefato, a fim de ganhar o tempo necessário para voltar ao segundo andar, bater à porta três vezes e todos fugirem pela janela.

– Fui descendo, um a um, cada degrau, armado até os dentes, quase sem respirar, pra não fazer barulho, até chegar à portaria – recorda Giba. – Silêncio, escuridão e... ninguém. Chamei pelo zelador. Da garagem, ele me respondeu. Desci o último lance de escada e o encontrei com uma lanterna, trocando o fusível que tinha queimado. Simples assim.

Às vezes, um pequeno descuido era fonte de altíssima adrenalina. Como no dia em que *Breno* esqueceu um envelope de documentos da organização na prateleira debaixo do balcão de um botequim em que passara um par de horas bebendo chope com Giba. De novo, o raciocínio é um só: a polícia vai chegar ao documento e vai nos pegar. O jeito era montar uma operação para recuperar o envelope. *Breno*, Giba e Raton chamam um táxi. Giba senta-se ao lado do motorista, *Breno* e Raton ocupam o banco traseiro. Uma vez à porta do botequim, se percebessem que a polícia já tinha chegado, renderiam o motorista, mandariam-no sair do carro, e Giba, o único que sabia dirigir, assumiria o volante para a fuga. Plano perfeito. O motorista estacionou na frente do barzinho, desligou o motor enquanto esperava *Breno* ir e voltar. O envelope foi encontrado intocado, no mesmo lugar.

O APARATO MONTADO EM UM SÍTIO na cidade de Teresópolis, Região Serrana do Rio de Janeiro, era de grande envergadura. Da gestão de suprimentos e serviços de alimentação ao esquema de segurança armada 24 horas, tudo fora severamente planejado considerando a hipótese de sessenta pessoas ficarem ali reunidas por um período razoavelmente longo – até um mês – em condições de absoluta clandestinidade. O empreendimento correspondia à disposição da Ó Pontinho e da VPR de formarem uma organização de porte razoável para os padrões da luta armada. Lamarca acreditava estar mobilizando na VAR-Palmares um contingente de mil jovens revolucionários, dispostos a carregar os fuzis FAL expropriados do Quartel de Quitaúna, em Osasco, São Paulo. A vertente VPR não contava, então, mais de 150 militantes. Era um grande salto. Mas Lamarca não estava satisfeito:

– Que comando é este que não me dá 150 homens para a Luta Principal?! – queixava-se, referindo-se ao foco guerrilheiro da nova organização.

Foi Jorge Eduardo quem jogou um balde de água fria nessa ilusão, desfazendo a ideia do Capitão de que a Ó Pontinho, com suas muitas regionais, era mais poderosa que a ALN:

– Você faça o que quiser com essa informação, mas eu sou da comissão de organização do congresso e lhe asseguro que em todo o Brasil a VAR-Palmares só tem 310 militantes.

Este era apenas mais um desconforto do racha que se avizinhava. A intransigência estava posta: a militância que vinha da VPR se referenciava nas teorias militaristas de Ladislau Dowbor, o *Jamil*, cujas

propostas circularam em todas as células que discutiam a doutrina da VAR-Palmares, no período pré-congresso. Seus documentos eram lidos avidamente pelos militantes e rendiam longos debates. *Jamil* preconizava que os combatentes da revolução deveriam ser recrutados nos grupos marginalizados, e não nas classes tradicionais de luta. Para ele, nem o proletariado, em declínio de poder, nem os camponeses, implicados num modelo capitalista de agricultura, derrubariam a ditadura militar. Essa missão revolucionária caberia ao lumpesinato, o enorme exército brasileiro de excluídos.

Apesar de não ter conseguido eleger delegados para participar do congresso, *Jamil* exercia tanta influência nas bases que suas teses tinham força de doutrina – o “jamilismo”, contra o qual Jorge Eduardo e o secundarista Álvaro Lemos chegaram a produzir um texto crítico intitulado “A subversão da massa estratégica pelo camarada *Jamil*”.

– Uma obra-prima do dogmatismo. O nome já é ridículo – comenta Jorge Eduardo.

Teóricos originários da DDD, da regional Guanabara, que haviam sido deslocados para Belo Horizonte com a finalidade de rearticular a Ó Pontinho mineira depois da queda do grupo de fogo da Colina, Álvaro e Jorge Eduardo eram os responsáveis pelas teses do congresso, ostensivamente polarizado entre o grupo militarista, que defendia a luta armada, e a turma massista, que não abria mão do trabalho político.

A plenária instalada em Teresópolis somava, de fato, umas sessenta pessoas – cerca de vinte delegados com direito a voto, mais os doze do comando das duas organizações que iriam se fundir, e que não tinham direito a voto, e o pessoal de apoio. A evidência das diferenças contribuiu para radicalizar posições. A fusão era a única chance de fortalecer o caminho comum, todos ali reunidos a queriam, mas as contradições prevaleceram. Lembra Carlos Araújo:

– A VPR radicalizava de uma forma pouco política, se expressava mais militarmente do que politicamente, e, com isso, exacerbava também nossos delegados. Quando a gente propunha ações urbanas e distribuição de alimentos, esse tipo de coisa, os caras tinham pavor disso. E o *Breno* foi o primeiro a perceber que não ia dar certo. O pessoal ia pra reunião todo mundo armado, o cara botava a metralhadora na frente dele e vinha falar com a gente, discutir. Que que é isso, companheiro? Também não é assim! Com uma 45 na mão... O troço era tão complicado entre eles quanto entre nós.

Esta, porém, não era a impressão de Espinosa, do comando da VPR:

– Pode ser que eu seja muito ingênuo, mas nós fomos para o congresso numa boa, sem haver uma luta interna dentro do comando – assegura.

Antes mesmo de começar, também é fato, o congresso desandou. Descobriu-se que a delegação paulista não havia sido eleita em conferência regional, como determinava o rito. Os dois representantes, Celso Lungaretti e José Raimundo da Costa, haviam se indicado eles mesmos, o que foi entendido como um golpe pelo comando provisório da VAR. Por isso, a reunião foi adiada, mesmo com trinta delegados já dentro da casa, que tiveram de aguardar a realização de uma conferência em São Paulo para eleger os delegados daquela regional, o que consumiu uma semana.

É justamente durante essa semana – ironicamente, Semana da Pátria –, no dia 4 de setembro de 1969, que outras duas organizações da esquerda armada, a ALN e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), realizam uma das mais ousadas ações de enfrentamento ao regime militar – o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, no Rio de Janeiro, que duraria três dias, com um desfecho vitorioso: a libertação de quinze presos políticos, expulsos do país e banidos para o México.

Na casa de Teresópolis, dirigentes e delegados da VAR, ao tomarem conhecimento do feito, comemoram. Do lado de fora, Araújo e Espinosa, que tinham saído para realizar a conferência de São Paulo, são obrigados a enfrentar barreiras da repressão para voltar à serra fluminense, mas acabam chegando sãos e salvos. O congresso, enfim, começa. Lungaretti e José Raimundo participam, porém não mais como delegados e sim como seguranças. Não votam. Os trabalhos se iniciam pela análise da

realidade internacional. Praticamente não há divergências. A discussão mais acesa é sobre a invasão da então Tchecoslováquia, um ano antes, pelos tanques soviéticos do Pacto de Varsóvia, que sufocaram a Primavera de Praga, como ficou conhecida a manifestação popular por mais democracia no país. A plenária decide condenar a invasão, sem, entretanto, tornar essa crítica pública através de manifestos, já que a União Soviética não é o inimigo principal. Nesse debate, *Breno* brilha. É, de longe, o mais bem-preparado, profundo conhecedor do marxismo e, em particular, da obra de Lenin.

– O *Breno* era um cara que, além de pensar bem, brigava, e muito. Era um cara irônico, sarcástico. Ficar na mira dele era foda, porque ele alvejava no meio do nariz – relembra Espinosa.

Irônico, sarcástico e quase sempre senhor da situação, *Breno* só perdia as estribeiras quando se sentia pessoalmente atingido, como quando Dilma e Jorge Eduardo, aliados até a raiz dos cabelos, na mais ingênua das brincadeiras, tomaram a música “País tropical”, estrondoso sucesso de Jorge Ben na voz de Wilson Simonal, e fizeram uma paródia com os companheiros do congresso. É ela, Dilma, quem cantarola e conta:

– “Esse é um congresso tropical,/ Abençoado por Lenin,/ Vacilante por natureza,/ Ricardo é mesa (Ricardo é mesa),/ e tem Juvenal (tem Juvenal).” E concluía: “O Breno é bicha (o Breno é bicha).” Tinha uma escadaria grande na casa, e, em certa manhã, o Jorge Eduardo desce aquela escadaria correndo e cantando “O Breno é bicha, o Breno é bicha” e dá de cara com o *Breno*! Ele ficou puto, nos chamou lá em cima, falou que nós dois éramos uns moleques, que não tínhamos compostura revolucionária.

Afora os pitos desimportantes dos momentos de distensão, o congresso seguia sua agenda no fio da navalha. O grupo que tinha por missão apresentar a proposta da coluna guerrilheira concluiu rapidamente o trabalho e se espalhou por outros grupos. Lamarca foi um deles, juntando-se a Espinosa e Araújo, encarregados de sistematizar a proposta da União Operária. Foram noites e mais noites viradas, em que o Capitão, vivamente interessado, acompanhava tudo com dedicada atenção.

– O Lamarca tinha uma fascinação pelo movimento operário. O negócio dele era a tomada do poder. E a tomada do poder você não faz sem a classe operária. Embora a comissão que criou e sistematizou a tática da União Operária tenha sido formada por mim e pelo Carlos Araújo, Lamarca participou de tudo, sem nenhuma divergência – comenta Espinosa.

A suposta anuência de Lamarca, a grande estrela do congresso, não determinaria, entretanto, a aprovação em plenário do compromisso com a proposta da União Operária, um documento de vinte páginas que explicitava noções e detalhava estatuto. Para além do papel, não valia o escrito. Acrescenta Araújo:

– É verdade que o Lamarca participou muito, mas não era essa a questão. Podia todo mundo assinar o negócio do movimento operário, mas, na prática, o negócio era: nós temos trezentas pessoas, a proposta é que 290 vão para o campo e fiquem dez aqui, um em São Paulo, um no Rio, outro no Sul. A discussão era quem é contra o campo e quem é a favor do campo; quem é da cidade, quem é da política; quem quer fazer a revolução e quem não quer. Em última instância, quem quer fazer a luta armada e quem não quer.

Foi exatamente essa a fratura exposta a sangue-frio por Mário Japa, de origem VPR, que acabou insuflando a virada de mesa. É de novo Espinosa quem relata:

– A gente já estava na casa há uns vinte dias. Lá pelo dia 26 de setembro, mais ou menos, chega o Mário Japa, como que caído da lua, porque ele não tinha participado de etapa nenhuma, justo na noite em que nós íamos ler o texto da tática para o movimento operário. E nós todos já havíamos decidido que naquela noite o texto só seria lido, a discussão ficaria para o dia seguinte. Acabamos de ler, Carlos Araújo e eu, já eram quase nove da noite, estávamos esperando uma salva de palmas, porque aquilo era a fusão da luta armada com o movimento operário, era o ponto de equilíbrio, quando o Mário Japa pede uma *questão de ordem* e pergunta: “Bom, e vai sobrar gente para fazer a luta armada? E a coluna, como é que fica? Eu estou estranhando muito. Enquanto os companheiros do grupamento comunista estão lá fora

fazendo a revolução, fizeram o sequestro do embaixador americano, a gente está aqui com blá-blá-blá.”

Do mesmo episódio, Jorge Eduardo guarda, na lembrança, uma ideia diferente:

– A chegada dele foi o que salvou aquele congresso de virar um tiroteio dentro de um aparelho em Teresópolis. Ele era uma pessoa extremamente afável, de dialogar, que compreendia a situação e conseguia explicar didaticamente para aquele grupo de militares, que não entendia nada de política, que nós não éramos os sacanas, quais eram as questões, que o mais prático era cada um seguir o seu caminho. Sem falar que ainda tinha uma questão de dinheiro violenta em jogo.

Um dos protagonistas da contenda, Carlos Araújo não faz coro nem com Espinosa, nem com Jorge Eduardo:

– Eu não valorizo o papel do Mário Japa no racha. Ele se esboçava como um teórico da posição deles. Ele foi a pessoa que colocou a divergência de uma maneira mais crua, mais nítida para a posição deles. Papel mesmo quem teve foi o Lamarca. E o Claudio Marinheiro, o *Matos*.

Com o grito do Japa parado no ar, o congresso entra em recesso até a manhã do dia seguinte. Esgotados de um dia inteiro de plenária, os militantes vão dormir. Sete deles, porém, iniciam uma nova jornada. Às quatro da madrugada, Espinosa é acordado e convocado a participar da reunião, que varara a noite. Zonzo, sem entender o que acontecia, o líder da greve de Osasco, VPR puro-sangue, confiante do capitão Lamarca, desce a escadaria, cambaleando, e encontra no andar de baixo uma cena armada. Literalmente: sete comandantes da VPR – Lamarca, Darcy, José Nóbrega, Claudio Marinheiro, Lungaretti, José Raimundo e Mário Japa – sentados em volta de uma mesa redonda, pistolas sobre o tampo, ostensivamente apontadas para a oitava cadeira, única vazia, destinada a Espinosa, que é quem reconstitui todo o diálogo daqui por diante, e tem em Claudio Marinheiro o porta-voz do fato consumado:

– Vamos reconstituir a VPR – anunciou.

– Como assim reconstituir a VPR? – reagiu, espantado, Espinosa. – Nós fizemos uma fusão, não estávamos brincando, não tem esse negócio de reconstituir. Pelo que eu estou entendendo vocês estão querendo rachar!

– Naquela reunião não houve fusão, houve uma experiência de fusão – contrapôs o Japa.

– Experiência de fusão? Nós constituímos comando, unificamos tudo. Você está brincando de fazer experiência, casamento experimental, isso não tem – rebateu Espinosa.

– Nós decidimos reconstituir, vamos reconstituir. E você, como dirigente, vai junto – intimou Marinheiro, para encerrar a questão.

– Eu não vou – comunicou um já exaltado Espinosa. – Vocês estão errados. Vão acabar entrando, de novo, num desvio foquista. Estamos fazendo um esforço pra sair do foquismo, o que não significa renunciar à luta armada!

– Esse pessoal não quer a luta armada! – devolveu Claudio Marinheiro.

Foi quando Nóbrega, remexendo em feridas recentes, atacou Espinosa:

– Nós já te conhecemos de longa data. Você é um tremendo de um manobrista. Isso aqui é mais uma jogadinha sua, semelhante à que você fez quando colocou aquele açougueiro para nos comandar.

Nóbrega se referia a João Domingues, açougueiro de ofício, recrutado por Espinosa e por ele alçado ao comando do grupo tático da VPR, onde atuavam os sargentos da organização. Espinosa não se dera conta, até ali, do vespeiro criado. Por formação, os militares não aceitavam o comando de um açougueiro, ainda que ele fosse exímio atirador, que manejasse as armas com a tranquilidade de um experiente oficial. O sangue subiu-lhe à cabeça. O companheiro João Domingues, amigo de Osasco, que emprestara sua coragem e determinação na Grande Ação do cofre, caíra duas semanas antes do início do congresso. Estava morto.

– Filho da puta! – bradou Espinosa, pegando a xícara de café na mesa e jogando-a na direção de

Nóbrega, que respondeu da mesma forma, entornando a bebida ainda quente em Espinosa.

Ato contínuo, Espinosa pega a arma de Lamarca, Nóbrega saca sua pistola, a turma do deixa-disso entra rapidamente em ação e evita mais uma tragédia. Já então o relógio marca seis da manhã. A gritaria acorda os outros ocupantes da casa. Não há mais entendimento possível. O racha está consumado. As sessões são interrompidas, começa a discussão da partilha dos meios da organização. No espólio, armas e 2 milhões de dólares.

LAMARCA ASSISTIU A TUDO CALADO. Sua única intervenção, durante todo o episódio, foi segurar a mão de Espinosa, quando este apanhou sua pistola. O Capitão passava por maus momentos. A cirurgia plástica a que se submetera para mudar a aparência tinha sido desastrosa. Odiara o resultado. Não se reconhecia mais. A convalescença dolorosa se arrastava. O sonho da luta armada, idem. Já fazia meses que desertara e ainda não havia área para a implantação do foco guerrilheiro. O confinamento tornava-se insuportável. Restava-lhe o amor de Iara, mas este também estava sujeito ao mau tempo, eivado de culpas. Ele poderia ter contornado a situação, em nome de uma organização mais forte, capaz de vencer aquela guerra. Não pôde. Não quis.

Depois da tempestade, não veio a bonança. A manhã seguiu tensa, cochichos de ambos os lados, desconfianças à flor da pele. *Breno* rapidamente assumiu as rédeas da situação. O racha não o surpreendeu. Dali, talvez, fosse o mais cético com a fusão. E, decerto, era o mais crítico. De alguma forma, sentia-se aliviado. A VPR retomaria seu rumo e a VAR, separado o joio do trigo, seguiria com sua proposta. *Breno* estava preparado para reestruturar a luta. A VAR-Palmares não morreria ali. O congresso só estava suspenso.

Naquele mesmo dia, ao cair da tarde, a casa de Teresópolis foi desocupada. Na despedida, Lamarca deu a pistola com que se formara oficial de presente para Espinosa. Marinheiro chorou. Espinosa chorou. Lamarca chorou.

O CONGRESSO DA VAR-PALMARES foi reaberto quinze dias depois, já no Rio de Janeiro, e durou uma semana. Ao encontro compareceram todos os delegados com direito a voto que haviam estado em Teresópolis, numa demonstração de que o racha, pelo menos até ali, havia sido mesmo “dos sete”. No amplo apartamento arranjado pelo companheiro Reinaldo Melo, na Zona Sul da cidade, cerca de quarenta pessoas aprovaram a tática da união operária e a tática da união camponesa, na qual se destacou Mariano Joaquim da Silva, o *Loyola*, também chamado de *Coronel*, o mais pobre entre eles, lavrador, negro, nordestino, originário das Ligas Camponesas de Pernambuco. A plenária elegeu ali o novo comando nacional da organização: *Breno*, Carlos Araújo, Espinosa e *Loyola*.

SÃO MUITAS AS VERSÕES sobre o destino das armas e dos dólares expropriados do cofre do dr. Rui. Nenhuma delas fecha. Quase oitenta por cento do apurado na Grande Ação teriam sido exportados para a Argélia, onde, pouco tempo depois, em junho de 1970, desembarcaria a terceira leva de banidos da ditadura brasileira – quarenta presos políticos trocados pela liberdade do embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig von Holleben, sequestrado pela VPR em parceria com a ALN e o MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), mais uma das muitas frações da luta armada da época. Depois de Teresópolis, ninguém repassou nada para ninguém. Nem armas, nem dólares. E o desgaste da partilha se estende no tempo.

Uma tentativa de acordo chegou a ser feita num encontro de dirigentes na estrada das Paineiras, cerca

de um mês depois, defronte ao hotel de mesmo nome, no trecho da Floresta da Tijuca que fica perto da estátua do Cristo Redentor. Os grupos chegaram juntos. Pela VAR estavam Jorge Eduardo, Cláudio Câmara e uma terceira pessoa cujo nome o vento levou. Pela VPR, Lamarca, Darcy e Inês Etienne Romeu. A conversa áspera e a troca de ameaças fez o tempo fechar rapidamente. Cada grupo tomou seu rumo sem nada levar. Cada um ficou com o que já tinha em mãos.

Para *Breno*, porém, o racha de Teresópolis levou mais que armas e dólares. Levou companheiros que vinham com ele desde Minas – Juarez, Maria do Carmo, Herbert Daniel e a amicíssima Inês Etienne Romeu. O último encontro dos dois, em outubro de 1969, foi atravessado por uma dor que não transbordava. Escreveu Inês, alguns anos depois, sobre a trajetória de Beto:

Nos separamos mutuamente magoados. O cafezinho que tomamos num bar deixou um gosto amargo. Creio que nos faltava maturidade para compreender a complexidade das relações humanas quando submetidas a duras condições de confronto com o capitalismo: era a guerrilha urbana.

O ano de 1969 terminaria ainda mais sombrio do que começara. A morte de Carlos Marighella, comandante da ALN, numa emboscada da repressão na Alameda Casa Branca, em São Paulo, no dia 4 de novembro, baqueia militantes não só da ALN, mas de toda a resistência armada à ditadura.

Um mês depois, da Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, ecoariam gritos de horror e dor. Em ato de desmedida coragem, doze presos políticos mineiros, todos companheiros de *Breno*, originários da Colina, conseguem contrabandear para a França um documento em que denunciam as torturas sofridas a mando da ditadura militar instalada no Brasil. O documento dá nome aos torturadores e descreve, em detalhes, os métodos usados para quebrar suas vítimas. Com data de 19 de dezembro de 1969, é assinado por Irani Campos, Angelo Pezzuti da Silva, Pedro Paulo Bretas, Antonio Pereira Mattos, Maurício Paiva, Afonso Celso Lana Leite, Murilo Pinto da Silva, Júlio Antônio Bittencourt Almeida, Marco Antonio Azevedo Meyer, José Raimundo de Oliveira, Jorge Raimundo Nahas e Erwin Rezende Duarte. Na peça, acusam 42 militares e policiais de cometerem crime de tortura, como mandantes ou executores diretos, contra presos políticos sob a custódia e a responsabilidade do Estado brasileiro em unidades militares e policiais de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro.

Da França, a denúncia de Linhares correu mundo. O duro, seco e dilacerante relato de uma aula de tortura no quartel da Polícia do Exército, no Rio, virou cena do filme *Estado de sítio*, do diretor Constantin Costa-Gavras, sobre a participação criminosa do governo americano nas ditaduras latino-americanas. Na película, de 1972, Gavras acusa os Estados Unidos de formarem agentes de tortura nas polícias de vários países. O Brasil aparece como um dos países assessorados, onde os americanos teriam ensinado técnicas de tortura a milhares de policiais de São Paulo e de Belo Horizonte.

Com uma ação que alcança repercussão internacional, a VAR surpreende a direita e a esquerda na noite da virada do ano: quando o mundo espocava champanhe para brindar à chegada de 1970, seis militantes da organização, armados com pistolas e metralhadoras, sequestram um avião Caravelle, da Cruzeiro do Sul, logo após a decolagem, no aeroporto de Montevideu, no Uruguai. A aeronave é desviada para Cuba. Era o primeiro sequestro de um avião brasileiro. Participaram da ação Athos Magno Costa e Silva, Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, Isolde Somer, Nestor Guimarães Herédia, Marília Guimarães Freire e uma liderança que em pouco tempo voltaria ao país e disputaria a hegemonia da VAR com Carlos Alberto Soares de Freitas: o goiano James Allen Luz.

O campo em foco

O MENINO DA ÁREA não era da Área, nem pertencia a nenhuma organização. De uma família de judeus poloneses progressistas enraizada em Copacabana, ele recebera uma boa educação, que incluía uma visão crítica do mundo e das coisas. O avô era seu exemplo de dimensão humana – imigrante, embora lhe doesse na alma o exílio e a perseguição antissemita, era incapaz de botar o pé em um clube sionista. Não por acaso, portanto, o Menino da Área, do alto dos seus dezoito anos, tinha um pensamento de esquerda. Mas nem por isso, sublinhe-se, esse estudante de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mergulhou de cabeça no movimento estudantil, como acontecia com muitos jovens então. Era apenas um simpatizante. E foi como tal que chegou a participar de reuniões com alguns grupos de luta armada que recrutavam militantes. Apesar de tudo isso, o Menino da Área, que não era da Área nem pertencia a nenhuma organização, desafiou o improvável e meteu-se numa baita enrascada.

De um modo geral, Fernando Goldfarb, o Menino da Área, como era chamado pelos companheiros do Rio, ou *Ricardo*, codinome adotado no Norte do país, via com desconfiança as posições mais radicais. Mas quando o amigo que tinha ligações com a VAR-Palmares pediu a sua ajuda para esconder um grupo de militantes tremendamente procurados pela repressão, ele pensou no avô, na grande lição de solidariedade que tinha em casa. O apelo era forte. Dias antes, em 27 de junho de 1969, um estudante de engenharia como ele – Reinaldo Silveira Pimenta – morrera acuado por agentes da polícia política. Era do MR-8, dissidência estudantil do PCB de Niterói. O aparelho que ele ocupava fora invadido e, em circunstâncias mal-explicadas, caiu da janela e morreu. Tratava-se de mais um desdobramento da prisão de dirigentes dessa organização, ocorrida meses antes, quando tentavam implantar a guerrilha rural em uma área no oeste do Paraná. Agora, o grupo estava esfacelado. Sobravam quatro jovens, desarticulados e queimados, que precisavam ser escondidos. E foi aí que o companheiro da VAR surgiu, naquela manhã ensolarada e inóspita, no campus da UFRJ, na Ilha do Fundão. Teria Goldfarb algum lugar para levar esses quatro remanescentes do MR-8?

Um pequeno apartamento da família, onde desde a infância passava as férias escolares, na cidade serrana de Teresópolis, poderia servir de abrigo por algum tempo. Para transportar os jovens até lá, a VAR montou um cinturão de segurança. No comboio formado por três carros seguiam, nas pontas, os dirigentes da regional Guanabara da organização e, no meio, Goldfarb e os quatro militantes do MR-8. A temporada na serra, porém, seria curta. Não chegaria a uma semana. Encarregado de dar assistência ao grupo, levando provimentos em intervalos específicos e notícias do front externo, Goldfarb deixou de cumprir um desses pontos, por desaviso e falha da direção regional. Quando, enfim, voltou ao local, não encontrou mais ninguém.

– Eu fui uma ou duas vezes. Na terceira, ainda na rua, em frente ao prédio, um cara forte, com pinta de milico, me cumprimenta. Eu estranho, mas penso que talvez seja algum conhecido de quem eu não estou me recordando, afinal frequento este apartamento desde pequeno, todos me conhecem... Quando passo pelo porteiro, ele solta o comentário: “Que coisa, hein? Com que amigos você se meteu!” Subo e encontro o apartamento vazio, todo revirado, quebrado... Quando eu faltei ao tal do ponto, eles imediatamente deixaram o apartamento, mas dois foram logo presos e revelaram o endereço – conta Goldfarb, quarenta anos depois, sobre o momento em que caiu na clandestinidade.

Três meses depois, em setembro de 1969, uma foto de Fernando Goldfarb aparecia em cadeia nacional, no *Repórter Esso*, então o telejornal mais importante do país, confundido com um dos sequestradores do embaixador americano Charles Elbrick. A direção da VAR-Palmares, que tinha acabado de desfazer a fusão com a VPR, agiu rápido: era preciso tirar o Menino do fogo. E é *Breno* quem vai levá-lo para a cidade de Belém, no Pará, base urbana de apoio logístico da Área Estratégica mapeada para a implantação do foco guerrilheiro da VAR.

Mesmo acuado e pressionado pelo tempo, Goldfarb pesou as consequências daquela decisão em sua vida. A família acenava com uma oportunidade de sair do país. Ele poderia ir embora. Seus laços familiares eram fortes. E nunca desejara mesmo se engajar na militância. Por outro lado, acreditava ser aquele um momento histórico, queria ter algum grau de participação relevante nele. Escolheu ficar. E *Breno* teve muito a ver com essa escolha. Ele relembra:

– O *Breno* foi uma pessoa marcante pra mim em termos de generosidade, de uma pessoa séria, não radical, por incrível que pareça, e que despertava uma liderança ponderada. Poderia ter sido um grande líder político. Ele me inspirava. Ele foi um fator importante para me manter dentro de um trilho... Vendo retrospectivamente, o trilho da furada, né? Mas naquele momento... Tudo sempre tem dois lados. O pouquíssimo contato que eu tive com ele, em comparação a outras pessoas que eu conheci na esquerda, foi inspirador. Ele transmitia valores, seriedade, alguma coisa assim muito consistente, o que, inclusive, fez com que eu mudasse de posição e assumisse a VAR. Lembro alguns traços dele simbólicos. Nunca esqueci. Como, por exemplo, o de não andar armado. O *Breno* não gostava de andar armado.

O caminho até chegar ao norte do Brasil foi longo. No primeiro mês o Menino ficou escondido no Rio mesmo, na distante Sepetiba, bairro da Zona Oeste da cidade, banhado pela baía de mesmo nome, cujas praias eram recomendadas por seu lodo medicinal. Não punha a cara na rua. Dali, a primeira escala foi Salvador, onde fez contato com um casal da organização para, em seguida, alcançar Fortaleza. Na capital cearense, os contatos na universidade cuidaram para que ele obtivesse uma certidão de nascimento, sua nova identidade.

É como um brasileiro natural do Ceará que ele chega em Belém. Com a certidão de nascimento, tira carteira de trabalho e título de eleitor. A ordem era manter uma fachada de legalidade, buscar enraizamento social e atuar na formação política de sua comunidade, ou seja, fazer o chamado trabalho de massa, até que, no momento certo, fosse erguida a ponte entre o cinturão urbano, Belém, e a Área Estratégica, no interior, palco da futura guerrilha. Mas essa era uma perspectiva de longo prazo.

Nos três anos em que viveu em Belém, Fernando Goldfarb trabalhou como fotógrafo. Registrava aniversários, casamentos e batizados, ofício com o qual desenvolvia laços afetivos em meios familiares. Viveu uma vida humilde, em favela, totalmente diferente daquela experimentada na casa dos pais, cercada de conforto, como o de um telefone no quarto no tempo em que telefones eram artigos de luxo em todo o território nacional. Ali se casou e teve uma filha. Nunca recebeu um tostão da organização. Ao contrário, por mais de uma vez contribuiu com alguma monta, oferecida por sua família.

Encontrou *Breno* duas ou três vezes, em intervalos relativamente curtos, somente no primeiro ano, em 1970. Sob seu comando, trocou informações com os outros militantes urbanos da base, cobriu pontos, fez operações de câmbio dos dólares do Ademar, participou de reuniões, inclusive duas preparatórias para o congresso da organização, que aconteceria em Recife, mas isso ele não sabia. Até que, um dia, *Breno* não veio. Soube, por militantes, que ele havia sido preso.

O que veio depois, Goldfarb não gostou. O novo comando nacional da VAR era explicitamente militarista, secundarizava o trabalho de massa. Talvez, mais que isso, desprezasse-o. Para ele, o sucessor de *Breno*, James Allen Luz, era uma figura demasiado extravagante, que andava fortemente armado, chegava botando banca, falando alto, contando vantagem. Definitivamente, ele não tinha nada a ver com aquilo tudo. Por isso, aos poucos, foi se isolando. E isolou-se até ficar só. Depois, por sua própria conta

e risco, exilou-se no Chile. Com Allende deposto, tornou a partir, via embaixada de Israel, dessa vez para a Suécia, onde concluiu os estudos, formando-se em economia. Foi um entre tantos elos perdidos na luta de resistência à ditadura militar no Brasil.

JANEIRO DE 1970. Na ensolarada Salvador de tão boas lembranças, da adolescência protegida na companhia dos pais e dos irmãos, Beto, agora *Breno*, admira o navio de passageiros fundeado na baía de Todos os Santos. Está quase na hora de embarcar no *Princesa Leopoldina*, do Lloyd Brasileiro, um orgulho nacional, sem dúvida. À sua frente, a linha do horizonte é seu destino. Sente no rosto a brisa fresca que vem do mar. Enquanto espera, vai repassando os acontecimentos dos últimos dias na Bahia. Lembra-se do encontro inesperado com Élvio Moreira, no Elevador Lacerda, o abraço afetuoso do amigo com quem tinha ido a Cuba. Élvio, quem diria, viajava em lua de mel. Bonita e simpática a Iasca, mulher dele. Foi um dia muito bom, aquele, pegando jacaré no mar da Pituba, conversa boa. Élvio havia militado com ele até a formação da Colina, mas, ainda naqueles dias, mantinha-se firme, atuando aqui e ali como simpatizante da VAR. Era bom saber que podia contar com o amigo.

Breno respira fundo. O outro lado da solidão é a liberdade. Por mais absurdo que pareça, ele pensa, há na clandestinidade uma dose curiosa de liberdade. A liberdade de ser outro sem que ninguém saiba, por exemplo. A liberdade de desafiar o óbvio na conduta trivial de tomar um navio, como se fosse qualquer um, e não um “terrorista” procurado. E, ainda assim, ele não se transfigurava. Era como um cidadão comum, um rapaz qualquer, que *Breno* ousava entrar em uma embarcação de propriedade do governo brasileiro, o mesmo governo que o perseguia. Havia liberdade na vida ordinária. E, para *Breno*, a vida ordinária era uma ousadia.

Era um tipo discreto o sujeito que ocupava o leito superior ao seu, no beliche do camarote. Baixo, mulato, de poucas palavras, mas decerto afável. Melhor que a encomenda, avaliou *Breno*, pensando na convivência obrigatória por oito dias, o tempo da viagem até Belém, incluindo a escala em Recife. Não tardaria a descobrir, porém, que aquele encontro ordinário produziria desdobramentos extraordinários. Sebastião da Silva Ramalho era, antes de tudo, um homem de bem. Baiano da diminuta Buerarema, antiga Macuco, no sul do estado – *Breno* descobriria mais tarde –, até os 21 anos ele viveu sem o conforto da energia elétrica e sua escolaridade resumia-se ao curso primário. Salvou-o uma professora que lhe emprestava os livros que conseguia arranjar, assegurando-lhe o acesso a uma biblioteca sortida e disparatada, de manuais técnicos e histórias em quadrinhos a Euclides da Cunha. Devorador de livros, com essa formação eclética Sebastião, enfim, obteve uma vaga no ginásio de sua cidade. O ensino médio ele alcançou já em Belém, para onde se mudou chamado pela irmã, que lá vivia. E em Belém fez faculdade. Economista, trabalhava no Basa, o Banco da Amazônia. Todas essas etapas foram escaladas por meio de concursos públicos. Cinco anos mais velho que *Breno*, naquele momento ele voltava de uma temporada de férias no estado natal.

Desde o primeiro instante as circunstâncias pareciam favorecer aquela amizade. Pela organização do navio, os companheiros de camarote também eram, forçosamente, companheiros de mesa, de sorte que *Breno* e Sebastião passaram a compartilhar o momento das refeições, o que, para *Breno*, beirava o sagrado. Além de bom cozinheiro, era bom de garfo. Gostava de tudo e não temia experimentar novos sabores. Sebastião, mais comedido, beneficiava-se do excelente humor do colega, potencializado pelo prazer à mesa. A conversa fluía sem esforço em torno, basicamente, de música, literatura, cinema... Aqui e ali, um e outro iam percebendo e registrando não só as afinidades culturais, mas os pendores na política que escapuliam dos pequenos detalhes. Ali se reconheciam, paulatinamente, dois homens de esquerda.

Nos dias em curso, de descarada ditadura, todo cuidado era pouco. Fossem aqueles dois cidadãos alienados do mundo e das coisas em volta, já se recomendaria cautela. O Brasil inteiro sussurrava,

andando de lado, fugindo da marola. Por princípio, ninguém confiava em ninguém. Com a vida em risco e treinado na prática clandestina, *Breno* tinha razões de sobra para fechar-se em copas e esperar, quieto, o tempo passar. “Não confie em ninguém com mais de trinta anos” era o *hit* da hora, e tanto ele quanto Sebastião já haviam passado dos trinta. Mas confiaram um no outro.

A escala em Recife ajudou. Com o dia livre para um passeio, os dois desceram no porto e seguiram direto para Olinda. Três moças bonitas e felizes, com as quais já tinham confraternizado no navio, foram com eles. Juntos, formavam o típico grupo de turistas disposto a extrair diversão das mínimas coisas. Ao se deparar com um dos meninos que trabalhavam como guia turístico narrando a história de Olinda, *Breno* sugeriu ao garoto, que caprichava no texto decorado: “Não fale assim, fale de você mesmo.” Mais um detalhe que não passou despercebido por Sebastião. Adiante, *Breno*, que se deixara fotografar pelo colega de viagem, quando chamado a compor uma foto de lembrança para as moças, puxou o novo amigo num canto e confidenciou, não sem aflição: “Não posso ser fotografado. Estou sendo procurado.” E mais não disse. Sebastião não retrucou. A confiança já se instalara entre eles. *Breno* abraçou as meninas, enquanto Tião, empunhando a câmera delas, tratou de inutilizar os fotogramas, obstruindo o visor com o dedo indicador.

Ao desembarcarem em Belém, logo depois do aniversário de Tião, comemorado em 20 de janeiro, justamente o Dia de São Sebastião, um já sabia tudo sobre o outro. Ou quase tudo. Pelo menos, o tudo que importava naquele momento. *Breno* estava em Belém para implantar uma base da VAR-Palmares na cidade. Tião Ramalho, o *Baiano*, tornara-se, para ele, estratégico, pois conhecia todo mundo na cidade e sabia exatamente quem recrutar para a organização. *Baiano*, por sua vez, encontrara em *Breno* uma nova bússola política. Ele, que começara sua trajetória na esquerda pelo Partidão, acabara de se desligar da ALN. Nas duas organizações, sentiu-se instrumentalizado, sem espaço para discutir as ordens, que vinham prontas, “de cima”. Sem falar na disputa de vaidades a fomentar rachas e frações. *Breno* era um dirigente diferente:

– *Breno* não tinha nada de autoritário. Era uma pessoa sociável, afável, humana – relembra Sebastião.

Dias depois, *Breno* comandava a primeira reunião da base de Belém na casa de Sebastião. É quando conhece Roberto e Margaret.

– BRASIL! BRASIL! BRASIL!

Margaret tomou um susto quando viu *Breno* entrar inesperadamente na casa de Tião Ramalho comemorando o que ninguém tinha coragem de comemorar. Por um instante, a cabeça de Margaret mergulha num turbilhão de conflitos. A seleção brasileira na Copa de 1970 vinha sendo usada de uma forma repugnante pela ditadura para obter aprovação popular. Ópio do povo! Esse era o papel do futebol no regime do general Emílio Garrastazu Médici. Como *Breno* podia torcer pelo triunfo de uma campanha a serviço do país do “milagre econômico”, da censura à imprensa, da perseguição política, da hipocrisia, da repressão e da tortura? No instante seguinte, um sentimento de alívio atravessa todo o corpo de Margaret, como um oxigênio novo a circular por vasos e artérias, limpando tudo pelo caminho, até se expandir numa explosão de alegria: Brasil! Brasil! Brasil! Sim, eles também podiam torcer, vibrar com o engenho e a arte dos jogadores da camisa verde e amarela. *Breno*, um revolucionário acima de qualquer suspeita, de uma coerência a toda prova, lhe ensinava, naquele momento, mais uma lição de liberdade.

Já então a jovem aspirante a assistente social e estudante da Escola de Teatro da Universidade Federal do Pará (UFPA) adquirira uma confiança política inabalável em *Breno*. Militante da Ação Popular, Margaret andava descontente com a inércia da organização, boa de papo e fraca de ação, quando em outros países vizinhos da América Latina a guerrilha indicava novos rumos. Como ignorar o exemplo de coragem e êxito dos Tupamaros, no Uruguai? O caminho era, sem dúvida, a luta armada. Não tinha

outro! Assim, quando o *Baiano*, seis meses antes daquela tarde de Copa do Mundo, chamou-a para uma reunião da VAR-Palmares, ela não hesitou. Desde então, passou a integrar a base logística da Área Estratégica da VAR, em Belém, sob o comando de *Breno*.

– O *Breno* foi uma pessoa que veio com tanta clareza, ele era tão convincente, tão apaixonado, tão bonito, tão cheio de energia no que ele dizia, que eu não tive dúvida: estava diante de um revolucionário. Eu me apaixonei. Tudo que ele dizia eu achava ótimo. Eu conhecia muitos companheiros, mas nenhum tinha aquela convicção, aquela clareza em expor os ideais, aquela inteligência. Na mesma hora eu quis participar da VAR – conta a professora Margaret Refkalefski, hoje diretora da Escola de Teatro da UFPA.

Passados quarenta anos, ela se esforça para lembrar o que treinou esquecer. Como a última vez que viu *Breno*. Ela estava no Rio, de passagem, para participar do Festival de Teatro da Aldeia de Arcozelo, em Paty do Alferes, cidade do interior fluminense. Caminhava por Copacabana quando, de repente, se vê frente a frente com *Breno*. Um susto! Os dois se abraçam e *Breno*, ao saber que ela estava ali para um festival de teatro, tem um impulso:

– Eu vou te dar um livro! – diz.

Em seguida, ele entra com Margaret numa livraria perto dali e compra para ela um exemplar de *Perseguição e assassinato de Jean-Paul Marat*, de Peter Weiss. Primeiro grande sucesso do dramaturgo alemão, a peça, de 1964, mergulha no conflito entre a individualidade e a necessidade da revolução. Bem guardado por Margaret até os dias de hoje, o livro não tem dedicatória, como era de esperar de quem não pode deixar rastros. O inesperado encontro aconteceu em janeiro de 1971, dias antes de *Breno* seguir para o congresso de Recife e a menos de dois meses de ele desaparecer.

ROBERTO CORRÊA FORMAVA com Tião Ramalho a redação de *O Papagaio*, jornal estudantil da UFPA cujo slogan era “é verde e amarelo, fala muito, incomoda e não apanha calado”. Produto do setor de Agitação e Propaganda do Partidão, *O Papagaio* não fugia à estética da época. Datilografado em estêncil, numa máquina de escrever elétrica IBM esférica do escritório do Banco da Amazônia, ultramoderna, que permitia usar diferentes formatos de letras, era ilustrado com desenhos feitos com gilete e rodado em mimeógrafo. A linha editorial era de combate à ditadura e, para tanto, a ordem era desafiar a censura. Assunto de estudante que a imprensa local não noticiava, *O Papagaio* noticiava. Isso até 1968. Com o AI-5, o jornal acabou e Roberto, assim como Tião, migrou para a ALN. Agora, iriam cerrar fileiras na VAR-Palmares.

Junto com o pessoal do teatro, representado por Margaret, eles pareceram a *Breno* algo amadores. “Esquerda festiva”, rotulou *Breno*, em confiança a Tião, ao condenar práticas que, para ele, eram abertas demais. Mas *Breno* sabia que não podia esperar encontrar em Belém, de imediato, um amadurecimento político como o seu, àquela altura um dirigente clandestino veterano da resistência. Era preciso formar o pessoal. A começar pelas normas de segurança. Quanto possível, todos deveriam manter-se na legalidade e, quando inviável, ao menos criar uma fachada de legalidade, como o Menino da Área, que se juntara ao grupo atendendo pelo nome de *Ricardo*.

Tião, Roberto, Margaret e Goldfarb desconheciam as atividades uns dos outros. Tampouco sabiam o que fazia a médica Ana, ou *Alberto*, que, parece, era casado com *Sara*, que, por sua vez, não era de Belém, mas estava sempre na cidade, ia e voltava. Ou, ainda, *Carlos*, também chamado de *Baiano* e de *Maneco*, que, como *Breno*, também desapareceria. Foi preso em 1973 e dele nada mais se soube, até os dias de hoje. Nem mesmo o nome verdadeiro, o que impede sua inclusão na lista de desaparecidos políticos e qualquer investigação oficial.

Juntos, Tião, Roberto, Margaret e Goldfarb, Ana, *Alberto*, *Sara* e *Maneco* formavam o primeiro

núcleo da VAR-Palmares em Belém, constituído por Breno. Encontravam-se esporadicamente – cobriam pontos, que podiam se desdobrar, ou não, em outros pontos, ou em alguma tarefa específica. Como, por exemplo, receber um camponês vindo das redondezas para uma consulta ao oftalmologista. Conta Tião:

– Ele estava ficando cego. Minha missão era pegá-lo lá na pedreira, em frente à igreja, levá-lo para a consulta, comprar remédio e devolvê-lo no mesmo lugar em que o tinha pegado. Mas eu não sei de onde ele tinha vindo, nem quem o havia trazido, mas era alguém que estava preparando a Área. Tinha uma senha. Ele estaria esperando com um jornal dobrado debaixo do braço. Eu fazia uma pergunta específica sobre ponto de ônibus e ele responderia: “Meu senhor, eu não sou daqui, sou de fora e tal.” Aí eu veria que era ele e diria: “Eu vim buscá-lo pra ir ao médico.”

Às vezes, alguns deles se encontravam para estudar. Afinal, a VAR tinha doutrina. Precisavam entender a formação da sociedade brasileira e o faziam através da leitura de Caio Prado Jr. ou Nelson Werneck Sodré. Também rodavam um jornal em mimeógrafo, distribuído nos bairros e em meios universitários, onde Margaret contribuía com textos adaptados de peças com alta carga de crítica à injustiça social, como *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo Neto.

– O fascinante, na VAR, era que a gente tinha a perspectiva de discutir os problemas – comenta Margaret, o que era algo pouco comum naqueles anos de chumbo.

Ricardo, o Menino da Área, era o contato da VAR. Para Tião, ele era o representante da organização que trazia informações e instruções do comando. Continua Tião:

– Nós marcávamos ponto no coreto da praça, na biblioteca pública, no museu, no bosque, só pra conversar. Às vezes ele tinha uma novidade ou alguma coisa pra me dizer. Ou eu tinha que levá-lo pra outro ponto, que ele não podia saber onde era. Aí eu pegava um táxi antes, ele ia me esperar numa esquina tal, pra que eu pudesse dar o endereço ao motorista antes de ele entrar no carro. Aí ele baixava os olhos, quando chegava no ponto, saltava, entrava... A gente tinha esse cuidado. Éramos muito disciplinados.

Breno aparecia de tempos em tempos, em intervalos até curtos, considerando-se as distâncias continentais do país. Por isso mesmo ele não podia precisar a data dos encontros. Certa vez, combinou botar um anúncio nos classificados do *Correio da Manhã*, que chegava diariamente à capital paraense: “Vende-se mobília colonial, por motivo de viagem, até o dia...” E o dia que saía publicado era o dia do ponto. A hora e o local, eles acertavam previamente. Noutra vez, pediu a Tião que guardasse mil dólares, oriundos do cofre do Ademar. Caso ele, *Breno*, caísse, o dinheiro deveria ser entregue, em moeda brasileira, ao seu sucessor. Dito e feito.

Durante todo aquele ano de 1970, o núcleo de Belém não construiu pontes de comunicação com a Área Estratégica. Nenhum de seus integrantes esteve no interior, ninguém sabia onde ficavam os campos de treinamento. Sabia-se que era por ali, de Belém para o sul, em pelo menos dois lugares. A leste da cidade de Imperatriz, no Maranhão, e na divisa do Pará com o estado de Goiás, na região em que o rio Tocantins encontra o rio Araguaia e forma, no mapa do Brasil, o desenho do Bico do Papagaio.

– Eu achava que estavam preparando uma guerrilha por aí – resume Sebastião. – Eu tenho a impressão de que Belém era uma base que estaria voltada para o interior. A base de contato. Eu não achava que o nosso projeto fosse de longo prazo. Achava que eu era um instrumento diferente dentro desse contexto. Minha missão era outra. Primeiro de tudo, eu sou avesso à violência física. Eu jamais participaria de um enfrentamento para matar alguém, mas aceitava a luta armada como uma consequência inevitável daquilo que a gente estava fazendo.

NA VERDADE E DE FATO, a grande missão revolucionária, na concepção da VAR, estava nas mãos da população rural, das famílias de camponeses, formando comunidades no território delimitado para a

implantação da Área Estratégica, o foco revolucionário. Por isso, os poucos contatos existentes no campo eram valorizados. Ter um camponês por perto era estar mais perto da revolução. Não por outra razão, *Breno* assumiu o resgate de uma família camponesa de Cachoeira de Macacu, no interior do Rio de Janeiro, instalando-a em algum lugar da Área Estratégica, que, àquela altura, passara a funcionar como esconderijo para militantes queimados ou desgarrados. Era o lugar mais seguro para gente como a família de lavradores que escapou da repressão, em Cachoeira de Macacu. O pai, a mãe, uma filha com o marido e mais dois adolescentes. O patriarca estava revoltado. A polícia matara o seu primogênito. Agora ele queria fazer justiça com as próprias mãos e era preciso escondê-lo. A Área era um bom lugar, terra de roça, estrada de chão, eles se adaptariam com facilidade e começariam a integração necessária à luta.

Breno resgatou a família de seu Pedro em Salvador, naquele mesmo janeiro em que embarcara num navio do Lloyd para Belém. Geraldo Leite, o *Marcelo*, e Rosalina Santa Cruz, a *Maria*, eram os contatos. Por pouco os camponeses não perdem o ponto. Foi preciso que *Marcelo* viesse às pressas, de avião, do Rio de Janeiro, para reposicionar o encontro. No final deu tudo certo, à parte o aperto que *Breno* sentiu no coração, com aquela família tão pobre e doída, tão sem lugar no mundo, sem história para guardar e futuro para sonhar. Seu Pedro, dona Leopoldina, Sebastião, Joail. Gente que era, sem dúvida alguma, uma boa razão para não desistir da luta. Gente, mais que isso, essencial à luta.

PODE-SE DIZER QUE O RELACIONAMENTO de *Breno* com o médico Carlos Brasil já era, em 1970, duradouro, considerando os vínculos frágeis da época. Os dois haviam se conhecido no início de 1969, nas reuniões que precederam a formação da VAR-Palmares no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Gaúcho de São Jerônimo, cidade a sessenta quilômetros de Porto Alegre, Carlos Avelino Fonseca Brasil integrava o grupo político de Carlos Araújo, o *Max*. Clínico geral, com passagem pelo Partidão, Brasil, codinome *Chico*, reunia as melhores condições para conciliar a militância revolucionária com uma vida legal. A prática, a rotina e a mística de um médico de família em cidade do interior constituíam a fachada mais que perfeita a um trabalho de massa que pressupunha enraizamento e integração social. Para melhorar ainda mais a proposta, Brasil tinha gosto pela vida rural. A missão de implantar a Área Estratégica caiu-lhe confortavelmente, portanto, como a roupa bem-talhada do alfaiate.

Carlos Brasil participou do congresso de Teresópolis, realizado em setembro de 1969, quando a VAR-Palmares sofreu o “racha dos sete” e foi desfeita a fusão com a VPR do capitão Carlos Lamarca. Tão logo todos saíram da casa, ele foi embora da cidade serrana, na companhia de *Breno*, já com destino certo: seguiria para o Norte, com o objetivo de se instalar, com a mulher e os filhos, em algum povoado localizado no Bico do Papagaio. A escala no Rio de Janeiro servira para organizar a viagem. Em uma concessionária de veículos, a velha Rural Willys de Brasil foi trocada por uma caminhonete Caravan, zero-quilômetro, da Chevrolet. A diferença de preço entre um e outro carro, *Breno* pagou à vista, com os dólares do cofre do Ademar, já devidamente convertidos em moeda brasileira.

Juntos, eles chegaram em Brasília, onde *Breno* aproveitou para conhecer Bruno, o sobrinho recém-nascido, filho da irmã Norma, que morava na capital. Brasil, que há quatro meses fazia um estágio na Universidade de Brasília, apanhou a família e retomou a viagem, com destino a Imperatriz, no Maranhão. Mas, na altura de Estreito, à época uma pequena vila, pegou o rumo de Goiás até dar na cidadezinha de Tocantinópolis, ao sul do Bico do Papagaio, nas margens do rio Tocantins, próxima a Araguatins, onde havia um forte movimento camponês pela reforma agrária. Ali, o médico começou uma nova vida, clinicando e se relacionando com a sociedade local, o que incluía a oligarquia política.

Brasil não tinha formação militar, e no período em que morou em Tocantinópolis, basicamente todo o ano de 1970, só sacou a arma para atirar em raposa e em toco de árvore. Sabia que a missão que lhe cabia era de longo prazo. Não militava na urgência. Pouco a pouco, conhecia as famílias da região,

população ribeirinha para as quais dava atendimento médico. Não falava de política com elas, mas percebia um certo nível de organização com a digital do PCdoB, também presente na região, na outra margem do rio, na cidade de Porto Franco, no Maranhão.

Brasil julgava que Tocantinópolis era a única área de implantação de guerrilha da VAR. Ali, isolado, sem saber o dia de amanhã, ele trabalhou, ganhou dinheiro, fez amigos. Não chegou a ter contato com o grupo de Belém. Jamais soube da existência de Tião, Margaret, Roberto, Goldfarb... Seu único contato com a organização era *Breno*, com quem tinha pontos espaçados, previamente marcados, na perspectiva de seis meses à frente.

Certa feita, *Breno* mandou Raul Ellwanger cobrir um ponto com ele em Belém. Certamente porque Raul, gaúcho como Brasil, o conhecia de Porto Alegre e, assim, poderia identificá-lo. Noutra ocasião, porém, às vésperas do Natal de 1970, *Breno* não apareceu em um ponto marcado na entrada do Túnel Novo, em Botafogo, no Rio de Janeiro. Convencido de que ele fora preso, Brasil, a bordo de sua Caravan, pegou a estrada para Tocantinópolis, recolheu a família e voltou para casa, em Porto Alegre. Sem contato com a organização, retomou sua vida original.

Carlos Brasil não escapou da repressão. Muito tempo depois daqueles dias vividos em Tocantinópolis, já em 1975, ele foi preso em Porto Alegre. No interrogatório, agentes do Dops perguntaram sobre sua atuação na VAR-Palmares, mas nada mencionaram sobre a Área Estratégica e, muito menos, sobre *Breno*. Pouco tempo depois, ele foi transferido para uma prisão em Brasília, onde aí, sim, quiseram saber sobre Tocantinópolis e sobre os amigos que lá fez, particularmente um, ligado ao PCdoB. Mas também ali o nome *Breno* não surgiu nos interrogatórios. De Brasília, o médico foi levado para a Operação Bandeirante (Oban), o centro de informações montado em São Paulo pelo Exército com ajuda financeira de empresários. Lá, mais uma vez, ele foi interrogado sobre a militância na VAR, e, mais uma vez, ninguém ligou seu nome ao de *Breno*.

O cerco se fecha

BRENO NÃO ERA DE DESACREDITAR DA LUTA. Nunca, porém, ela lhe pesara tanto nos ombros como naqueles primeiros meses de 1970. Seus companheiros caíam, um a um, como cartas mal-equilibradas de um castelo inexistente. Primeiro foi Espinosa, em novembro de 1969. No cerco ao aparelho em que ele se encontrava, em Lins de Vasconcelos, Zona Norte do Rio, caíram também a mineira Maria Auxiliadora Lara Barcellos, a Dora, grande amiga de *Breno*, e Chael Charles Schreier, morto na tortura catorze horas após a prisão. Dois meses depois, em janeiro, Dilma, a amiga de Minas mais próxima, é presa em São Paulo. Adiante, também em São Paulo, Gilberto Vasconcelos, o Giba. Antes do meio do ano, em junho, Jorge Eduardo, que havia sido alçado à direção nacional, cai em Porto Alegre, junto com a companheira Vera Lígia, outra amiga querida de Minas. Por fim, Cláudio Câmara é preso no Rio, junto com a companheira, Olga D’Arc.

Não fazia nem um mês, *Breno* tinha estado com Olga em Belém. Ela fora lhe entregar dinheiro e documentos. Morena, cor de jambo, estava louríssima. Por recomendação da organização, havia passado água oxigenada nos cabelos. Foram dois dias agradáveis, juntos. *Breno* lhe apresentou a cidade, suas ruas e praças, sombreadas pelas mangueiras frondosas. Visitaram o Museu Goeldi, caminharam pela margem do rio, tomaram sorvete de taperebá. Agora ela estava presa, passando por suplícios que ele, *Breno*, não suportava sequer imaginar.

Breno estava cada vez mais só. A queda de Carlos Araújo, em agosto de 1970, representava, para ele, a perda de mais um interlocutor de peso. Já não havia mais quem trazer para a direção nacional, reduzida a ele, *Breno*, e Mariano Joaquim da Silva, o *Coronel*, ou *Loyola*. Todos tinham caído. Alguns começavam a engrossar a comunidade de exilados brasileiros no exterior. Argélia, Cuba e sobretudo o Chile, que então experimentava um governo socialista, com Salvador Allende na Presidência, foram alguns dos países que acolheram banidos e perseguidos pela ditadura militar brasileira.

O dilema sair do país ou continuar na luta já era, então, pauta irrecorrível dos grupos de resistência armada, crescentemente acuados pela repressão. Mas quem pensava em sair e desistir da luta era logo tachado de “desbundado”. Destoando da maioria dos dirigentes, *Breno* modulava sua posição de acordo com a biografia e o pendor de cada militante. Sabia discriminar histórias e respeitar diferenças. Havia nele uma compreensão generosa sobre as escolhas de cada um. Foi assim com o amigo Rafton Nascimento Leão, o *Gordo Mendes*, velho companheiro da Polop de Goiás, que acompanhou o racha de 1967, organizou o núcleo dissidente em Goiânia e, deslocado para o Rio, trilhou o percurso que desembocou na VAR. Um dirigente de expressão que, não fazia dois meses, o procurara para conversar. Queria sair.

– Eu decidi ir embora do Brasil. Eu achava que não valia a pena ficar. Mas essa não era uma decisão fácil, porque sair era trair a luta e os companheiros. Sofri muito com isso. E fui conversar com o *Breno*. Eu gostava muito dele, a gente era muito amigo. A gente se conhecia desde antes de 1964. Ele ia muito a Goiás e ficava na minha casa. Minha mãe dizia assim: “Aquele seu amigo bonito chegou” – lembra Rafton.

Gordo Mendes foi o primeiro a sair do Brasil na condição de militante da organização. A decisão, comunicada pelo dirigente regional, Sergio Campos, o *Miguel*, tinha um caráter inédito, porque, naquele

momento, quem saía automaticamente se desligava da luta. Esta, contudo, não aliviou o drama de consciência e de existência de Rafton. Ele conta:

– Eu era superprocurado. Achava que não devia ficar e ao mesmo tempo me sentia o maior traidor do mundo, porque estava indo embora. É muito doloroso. Você fica muito mal, porque é a sua luta, você deu a vida por aquilo e, de repente, você vê que não dá mais, não tem mais condição.

Antes de sair, Rafton deixou um documento para a organização:

– Escrevi um papelzinho de uma página, dizendo que devíamos nos desmobilizar, que as pessoas deviam ir para o exterior, para se preservarem. E quem não quisesse ir, que fosse para o interior e ficasse sozinho, isolado. O importante era preservar a pessoa, para que ela não morresse.

Se podia compreender e aceitar aqueles que escolhiam sair, como o amigo Rafton, *Breno*, para si, não admitia tal hipótese:

– Nas muitas conversas que tivemos, eu insisti para que ele também fosse embora. Ele ficava bravo comigo: “Ô *Gordo*, você está horroroso.” Ele não aceitava discutir. Esses caras, de direção, se recusavam a fazer isso. Eram valentões demais. Eu não era tão valentão. Eu achava que estava na hora de sair, não aguentava mais. Hoje vejo que eu tinha razão. Que pena que o *Breno* não aceitou essa coisa. Eu saí em novembro de 1970. E sabe o que eu falei pra ele? *Breno*, você não dura seis meses aqui – completa Rafton.

Também Osmar Mendonça, o Osmarzinho, outro antigo companheiro, discutiu seriamente com *Breno* a saída para o exílio. A conversa aconteceu em um bar em Copacabana:

– Me lembro que a gente tomou vários chopes e eu tentei fazê-lo ver que não tinha alternativa pra ele. *Breno* já estava com retrato pra todo lado. Ele nem pintava o cabelo, pô! Insisti muito. Se você sai, *Breno*, a gente pode depois reconstruir a luta. Mas ele foi firme: “Olha, eu não posso te falar, mas eu tenho como sobreviver e não cair nessa. Tenho forma de segurança. Eu não saio. Nem como última saída.”

Com vontade férrea e quadros à míngua, *Breno* não economizava esforços para ampliar contatos. Nessa direção, decide retomar as conversas com o MR-8, cujo interlocutor é Carlos Alberto Muniz. Com a intermediação de Sergio Campos, *Breno* encontra-se com Muniz. O tema central é a Frente Armada, uma articulação que envolve também os comandos da ALN, da VPR e do MRT e da qual nem a VAR nem o PCBR participam. O encontro acontece em um desses botequins típicos de Copacabana, na rua Santa Clara, que servem média, pão com manteiga e ovo frito. Os dois ocupam uma mesinha no fundo e conversam por mais de uma hora, um tempo longo para as circunstâncias. É Muniz quem conta:

– Vivíamos um grau de isolamento na sociedade muito grande, mas havia uma convicção de que era preciso lutar contra a ditadura, não tínhamos alternativa. Por outro lado, o sistema aprimorara suas formas de repressão e nós estávamos sendo submetidos a um cerco. Essa era uma consciência objetiva. Daí a gente passou a repensar essa forma de luta, e, nesse processo, articulamos o que chamamos de Frente Armada. Eu cheguei a ter duas conversas com o James Allen, mas ele resistia muito a isso. Era basicamente um ativista. Aí eu passei a discutir com o nosso *Breno*. Fiz pelo menos duas reuniões com ele. Estávamos num processo de afinamento muito bom. A VAR estava pronta a se integrar a esse movimento de revisão.

Determinado a não abandonar a luta, *Breno* arrisca, de tempos em tempos, fazer contato também com a família. É claro que ele não deve procurar os parentes. Trata-se de uma norma de segurança elementar de qualquer organização de esquerda. Mas *Breno* precisa avisar aos pais que as notícias veiculadas nos jornais, atribuindo a ele o sequestro de um avião da companhia Cruzeiro do Sul, em julho de 1970, não são verdadeiras. Ele não tem nada a ver com a história, curiosamente de responsabilidade de um homônimo seu, um professor de filosofia, mineiro como ele, que desviara o avião para Cuba depois de dar um desfalque de 32 mil cruzeiros no Colégio Santa Maria, de Nova Lima, onde trabalhava. A

acolhida familiar, porém, já não é a mesma de outrora. Alguns parentes mandam recados. Querem distância dele, um “terrorista procurado”. Em carta aos pais, *Breno* não esconde sua decepção:

Caros pais,

Conforme o bilhete que lhes mandei anteriormente, estou pelas bandas nacionais. A notícia dos jornais sobre o sequestro era fajuta. Pode expressar a confusão da ditadura, mesmo quando gasta tantos bilhões para tentar transformar o país num grande órgão de informação, num gigantesco dedo-duro. Mas se para os amigos a notícia é prejudicial, uma vez que não teve cunho político aberto (no sentido propagandista), sendo bom, então, desmenti-la, para os inimigos é boa, pois desconcerta-os, podem mesmo acreditar que saí do país e isto me é favorável. Continuo o mesmo, isto é, com as pequenas modificações que se operam dia a dia, novos conhecimentos, maior experiência de vida, vou ficando mais calejado e, por que não dizer, mais humano. E mais revolucionário, portanto. Os dois, o humanismo (revolucionário) e a Revolução são irmãos siameses, compõem os polos dialéticos de uma unidade indissolúvel.

E são essas “acontecências” que nos tornam menos afetos a insignificâncias. Não há tempo a perder com coisas menores. ... Estou bem. As relações com o resto da família também não são das melhores. Há uns dois meses, notei em alguns deles um certo pavor ao me verem. Não os incomodo mais. Deixe que vivam a vida pequeno-burguesa medíocre e sem significado. Defendem sua falsa segurança com unhas e dentes. Não tenho, já disse, rancores. Mas sim pena, muita pena. Recomende-me aos que ainda não entraram no círculo do pânico.

Abraça-lhe o filho

Beto

Beto. Há quanto tempo deixara de ser Beto? Nem ele mais se lembra. Mas se há algo que não lhe interessa, nesse momento, é lembrar. É preciso seguir em frente. E seguir em frente, agora, é manter a militância mobilizada, ampliar contatos e convocar um novo congresso, um encontro nacional da organização, para reavaliar programas e eleger um novo comando. A série de reuniões preparatórias para o congresso de Recife leva *Breno* a viajar praticamente durante todo o segundo semestre de 1970. No papel de dirigente nacional da VAR-Palmares, ele desconhece distâncias. Concentra suas andanças no Norte. Uma semana está em Belém, na outra, em Fortaleza, na seguinte em Recife, depois volta a Belém, passando por Imperatriz, no Maranhão, e de novo faz um confere em Recife, antes de alcançar, numa estirada só, o Rio de Janeiro.

O Rio é um ponto de apoio permanente e é onde se encontra a maior base da VAR. Para *Breno*, é como estar mais perto de casa. Ele conhece bem a cidade, em especial a Zona Sul, onde transita com uma desenvoltura impressionante para quem vive clandestino e é intensamente procurado. Enquanto a maioria dos militantes circulava pela Zona Norte e pelos subúrbios mais pobres da cidade, *Breno* andava por Copacabana, Ipanema, Botafogo. A quem o questionava, ele explicava:

– Eu, na Zona Norte, sou um estrangeiro. Pelo meu tipo físico, eu me dou bem aqui, na Zona Sul. Lá eu sou diferente. Aqui eu sou igual, eu transito.

Breno aproveita a passagem pelo Rio para fazer uma reunião ampliada, que contou também com a participação do Grupo de Ações Violentas (GAV), braço armado da organização. O encontro, de dois dias, acontece em um prédio monumental do Centro do Rio, de frente para a avenida Presidente Vargas, conhecido pelo sugestivo nome de Balança Mas Não Cai. Apesar de *Breno* não andar armado, ali todos, inclusive ele, recebem uma arma, que, subentendia-se, era para ser usada caso fossem surpreendidos por um cerco. Pelas normas de segurança de praxe, apenas um deles fazia a fachada, entrava e saía do aparelho, atendia a porta. E essa pessoa havia justamente saído quando a campainha toca. Ninguém estava sendo esperado. Rapidamente todos se entreolham, pegam suas armas e assumem posição de combate. O silêncio é quebrado por Geraldo Leite, o *Marcelo*, que pergunta: “Alguém sabe em que andar estamos?”

Estavam no oitavo andar de um prédio modernista, com lojas embaixo, o que deveria representar o décimo pavimento, a uma altura nada recomendável para um salto, em situação de fuga. Quando a porta é, enfim, aberta, do outro lado está um militante da organização que, entretanto, não deveria estar ali, por algum motivo. Encerrado o suspense, *Breno* toma a palavra e interpela o grupo:

– Se fosse a repressão, o que nós faríamos? Vamos resistir aqui dentro? Nós iríamos resistir aqui? Porque, se estamos no oitavo andar, vamos manter o fogo aqui. Quantas balas nós temos? Eles têm muito

mais balas que a gente. Então vamos reservar uma bala pra nós? Eu acho que isso tem que ser discutido. Se eu for preso, eu vou morrer na tortura. Eu jamais vou entregar nada pros caras. E pelo que eu sei e eles sabem que eu sei, eles não vão permitir isso, eu vou ser morto. Então eu tenho que atirar, tentar fugir, se for o caso, até tentar o suicídio, porque eu não quero morrer numa tortura. Mas eu não sei se este é o caso de todo mundo aqui. Vocês são pessoas que detêm tantas informações que precisam ser mortas pela repressão, por isso preferem morrer trocando tiro? Vamos reagir sem nenhuma possibilidade de fuga? Nós estamos aqui na ratoeira. É bom que vocês pensem nisso. Eu tenho uma situação peculiar que é minha, isso já está interiorizado. A minha posição é clara: eu não posso ser preso, porque eu vou ser morto, não tem nenhuma chance de eu escapar. Gostaria que vocês refletissem sobre isso, discutissem, mas não aqui. Vamos continuar nossa reunião.

Foi a primeira vez que Geraldo Leite, militante com vida legal preservada, pensou sobre andar ou não armado. Até ali, ele não tinha participado de qualquer ação. Teoricamente, não estava marcado para morrer. Essa era uma condição de *Breno*. Que tinha perfeita consciência dela.

Ânimos e desânimos

DEZEMBRO DE 1970, Caraguatatuba, litoral de São Paulo. Durante dois dias, na semana entre o Natal e o Ano-novo, *Breno* comanda a reunião preparatória para o congresso de Recife com cinco militantes. É tudo o que restou da regional paulista da VAR. Cinco jovens visivelmente acuados, em posição defensiva. Retrato de uma organização praticamente acabada. Uma organização que “desmilinguiu”, para usar a expressão da mineira Oroslinda Goulart, que estava entre os cinco da conferência de São Paulo. O outro era Heitor, o *Italiano*, seu companheiro.

Naquela casa de praia do litoral paulista, Oroslinda reviu um *Breno* diferente. Não saberia dizer exatamente em quê. Mas, com certeza, diferente daquele que ela conhecera como Beto, em Belo Horizonte, lá pelos idos de 1965, que a todos contagiava com sua inabalável e impressionante convicção. A firmeza era a mesma, ele estava longe de se dobrar. Mas faltava-lhe o entusiasmo de outrora, a vivacidade que o tornara o dirigente mais popular entre a militância da Polop mineira, aquele punhado de estudantes que, juntos, não enchiam uma Kombi, como eles mesmos costumavam dizer, com humor. Onde estavam aqueles olhos azuis irresistíveis, que podiam ganhar um tom esverdeado, de acordo com a incidência da luz ou da cor desta ou daquela camiseta?

O dirigente nacional da VAR-Palmares que Oroslinda via à sua frente carregava um olhar resignado. E por se tratar de *Breno*, que falava com os olhos, sentir aquela mudança produziu um forte impacto em Oroslinda, ela mesma uma garota assustada, sob forte e permanente tensão. *Breno*, senhor de uma vontade tão imbatível que podia se dar o luxo de ser alegre, divertido, até leve, trazia agora um olhar nublado, que traía a evidência da precariedade que todos enfrentavam. Oroslinda não tocou no assunto com o amigo. Até hoje não sabe se teria coragem de fazê-lo. Seria chegar muito perto.

Não que ela não tivesse intimidade com ele. Ao contrário, era amiga de um tempo em que formavam uma família. Tanto que um dia, na praia, fazendo fachada para a reunião preparatória, Oroslinda disparou:

– E as namoradas, Beto?

– A minha última namorada o Capitão tomou – respondeu, de chofre, referindo-se a Iara e a Lamarca, e emendou uma sonora gargalhada, como que a espantar a lembrança do amor doído.

Breno abriu os trabalhos chamando toda a responsabilidade daquele encontro para si. “Se eu cair, estou perdido mesmo”, falou, o que só fez aumentar a desconfortável impressão de Oroslinda. Mas se contraíra uma inusitada resignação, também confirmava seu compromisso de honra com a revolução para aquela debilitada célula militante. Juntos, aqueles rapazes e aquela moça simulavam a fachada de um grupo de jovens de classe média aproveitando um fim de semana na praia. Na vida real, comungavam angústias. Sequer divergiam. A situação era limite, não tinham como continuar, era preciso recuar para recuperar forças. Foram dois dias de leituras e discussões. Depois dali, o grupo perdeu o contato com a organização. Foi também a última vez que Oroslinda viu *Breno*.

Quarenta anos depois, Oroslinda retém na memória a risada e a voz do amigo. Guarda nítida a figura daquele homem lindo, naturalmente elegante, apesar da barriguinha proeminente, que se destacava no biotipo magro. No curso dos dias, meses, anos e décadas passadas, viu-se acompanhada por aquele

olhar, quase derrotado:

– Se eu fechar os olhos, eu vejo o Beto com aquele olhar resignado, nublado. Eu acho que ele sabia que ia cair, sabia que ia morrer. Não consigo esquecer.

JANEIRO DE 1971. *Breno* está de volta ao Rio. A duas semanas do congresso de Recife, marcado para o final do mês, sua principal missão é eleger os delegados da regional mais forte da VAR, em número de militantes. Era preciso garantir a representação no congresso que discutiria o programa da organização. A despeito de perdas e danos, o documento ainda se manteria fiel à estrutura clássica das teses de esquerda, com direito a análise da situação internacional, seguida da análise do processo histórico brasileiro, desembocando na estratégia, sempre referenciada nas categorias do marxismo. Não nega a vertente Polop de seu DNA.

O espaço é pequeno para o encontro no apartamento do casal Geraldo Leite e Rosalina Santa Cruz, ambos militantes de vida legal – ele, funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ela, do Banco Nacional de Habitação (BNH). O comando nacional da organização esteve ali cem por cento representado: além de *Breno*, Mariano Joaquim da Silva, o *Coronel*, também chamado de *Loyola*. Foram três dias de debate pesado em que a maior polarização se deu entre os delegados e dirigentes da regional Guanabara, de um lado, e a direção nacional, de outro, em especial *Breno*. *Loyola* evitava se posicionar claramente, escapando quando podia ao confronto de posições. Quem lembra é o militante Carlos Henrique Vianna:

– *Loyola* tinha muito de camponês matreiro, de velho militante de antes de 1964, e usufruía visivelmente da admiração dos militantes cariocas. Já *Breno*, um dirigente comunista mais clássico, sentia-se no dever de defender a posição programática da VAR-Palmares tirada no congresso de Teresópolis. Ele apregoava o desenvolvimento do trabalho político juntamente com a prática de ações militares, com prioridade para a preparação cuidadosa das condições políticas e militares para uma futura deflagração de um foco guerrilheiro e de radicalização de lutas camponesas na Área Estratégica.

Por outro lado, era praticamente consenso, naquele grupo, que não havia mais condições para prosseguir com a implantação da Área Estratégica. Guardadas pequenas variações na dosagem da convicção, a regional da Guanabara, sem abdicar da defesa da luta armada como estratégia para derrubar a ditadura, defendia um recuo da esquerda revolucionária, concentrando esforços exclusivos no trabalho urbano de massa, principalmente no chamado trabalho operário. Prossegue Carlos Henrique:

– Nós achávamos que a luta armada, tal como se desenvolvera desde 1968, estava derrotada, em grande medida devido ao radicalismo excessivo das chamadas organizações militaristas, ALN, VPR, PCBR. A implantação das condições e da futura deflagração de um foco guerrilheiro era uma estratégia a repensar. Sobreviver e romper o isolamento social da esquerda era, para a Guanabara, o novo “trabalho principal”.

A conversa é difícil. *Breno* se depara, naquele palco, com uma turma mais à direita, que, por sua vez, enxerga nele um dirigente de grande respeito, porém centrista, empenhado em conciliar concepções e práticas inconciliáveis naquela conjuntura dramaticamente desfavorável para todos os que resistiam à ditadura. Conta Osmarzinho:

– Mostrei pro *Breno* as anotações que fiz a respeito de uns documentos que ele tinha escrito, reunidas em um caderno que eu chamei de *Anti-Breno*. As propostas que a gente tinha eram de concentração praticamente exclusiva no trabalho de massa. A proposta dele, pra nós, era mais radical. Combinava o trabalho de massa com ir para o foco. A gente achava que não dava mais.

– Preconizávamos um recuo fortíssimo da ação da esquerda. Reconhecíamos a vitória político-militar da ditadura, que aos poucos foi mostrando ser inconteste – completa Carlos Henrique Vianna.

Eleitos delegados do Rio, Sergio Campos e Carlos Henrique embarcam, dois dias depois, para Recife, preparados para polarizar o debate com o comando nacional, em especial com *Breno*, tendo em vista o documento por ele apresentado e as divergências evidenciadas. Fatos inesperados, porém, vão fazer o mar virar e alterar a correlação de forças, surpreendendo a todos. Inclusive *Breno*.

PRAIA DE CANDEIAS, Recife, segunda quinzena de janeiro de 1971. Um a um, os delegados eleitos para o congresso vão chegando à casa alugada pela paulistana Ana Matilde Tenório da Motta, origem VPR, que no racha de Teresópolis prosseguira com a VAR-Palmares. Ela integra o grupo de apoio. O representante de Recife é Raimundo Gonçalves Figueiredo, o *Frei Chico*. Com ele está sua mulher, Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, a *Dona Maria*, também escalada para o apoio, e as duas filhas do casal, Iara e Isabel, de dois e três anos, respectivamente, que acabam servindo de fachada. Lígia Maria Salgado Nóbrega, a *Cecília*, completa a turma responsável pela infraestrutura.

O delegado do Rio Grande do Sul é Antonio Cunha Losada, oriundo da base operária. Pela Área Estratégica, vêm *Alberto* e *Maneco*, da base de Belém. São Paulo é problema. Em lugar do representante eleito, Heitor, o *Italiano*, aparecem dois militantes que haviam rachado com a regional: Adilson Ferreira da Silva, o *Ari*, e David Gongora Junior, o *Habib*. Além do comando nacional, composto por *Breno* e *Coronel*, e da dupla da Guanabara, entram na casa um observador convidado do PCBR e um antigo militante da VAR, que saíra do país em 1969, no sequestro do avião para Cuba. De volta, é ele quem vira o jogo. Seu nome: James Allen Luz, advogado goiano de origem popular, militante de esquerda pré-64 e protagonista de uma espetacular fuga da fortaleza da ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, em 1965, juntamente com outro goiano, o líder estudantil Tarzã de Castro.

A casa na beira da praia é ampla o suficiente para abrigar o grupo de dezessete pessoas, contando as duas crianças. Com três quartos, sala e cozinha, tem um pequeno jardim na frente e, aos fundos, um grande pátio, que termina em um muro baixo, dando para a rua de trás, onde uma birosca serve lanches rápidos e cachaça aos moradores da região. O encontro não tem prazo para acabar. Pode durar dez ou vinte dias. Um tempo longo demais, tendo em vista a tensão da época. É preciso não despertar suspeitas, redobrar os cuidados com a segurança. Quando entram na casa, todos devem escolher um novo codinome. Ana Matilde, por exemplo, fez-se *Mariquinha*. Carlos Henrique Vianna, *Juca*. Sergio Campos apresenta-se como *Emílio*. Ironia fina: inspira-lhe o presidente general que ele pretende derrubar, Emílio Garrastazu Médici.

Para simular um clima de normalidade – o enredo é o de um grupo de amigos em férias –, *Breno*, *Emílio*, *Mariquinha*, *Dona Maria*, *Frei Chico* e as crianças fazem a fachada matinal na praia. À noite, o mesmo grupo se junta, no jardim da frente da casa, para uma roda de violão, na qual *Breno* desponta, como sempre, soltando a voz e a memória para as letras das músicas que só ele sabe cantar inteiras. Os outros não dão as caras.

Mais uma vez, a disputa interna coloca, de um lado, os militantes que defendem um recuo, em função das baixas crescentes acumuladas e do cerco violento da repressão, mantendo, no limite possível, o trabalho de massa; e aqueles que defendem a luta armada sem trégua, os militaristas. Nada tão diferente, afinal, do dilema que havia levado ao racha de Teresópolis. Agora, porém, a temperatura era outra. Se em Teresópolis havia um clima de euforia com o êxito do assalto ao cofre do Ademar e a perspectiva de fusão de vários grupos regionais em uma organização nacional, agora, passados quase dois anos, os nervos estavam crispados. Só restavam umas tantas dezenas de quadros, além de alguns militantes de base.

Apesar de não se chegar a discussões decisivas sobre os rumos a tomar, desenham-se no plenário dois blocos: um minoritário, que, naquele contexto de Recife, é enquadrado mais “à direita”, e outro,

paulatinamente majoritário, mais “à esquerda”. *Breno*, o centrista, lutador incansável pela unidade da VAR-Palmares, vai se aproximar da “direita”, representada pelos delegados da Guanabara, apesar de ter defendido posições mais à esquerda no plenário daquela regional.

À frente da ala militarista ascendia James Allen, o *Ciro*, acompanhado ostensivamente por *Coronel* e *Frei Chico*. *Breno* sente-se incomodado com os sinais de virada, em especial com a aproximação entre *Coronel* e *Ciro*. Percebe-se em desvantagem. Subitamente, se dá conta do quão irrefletida é aquela posição de luta armada a qualquer custo. O caldo começa a entornar com os dois paulistas, *Ari* e *Habib*, vistos com enorme desconfiança por todos, principalmente pela turma militarista, à qual se alinhavam. James Allen e seu grupo não querem conversa. Causam mesmo a impressão de que há algo no passado a descredenciar os dois. Antes do raiar do terceiro dia, *Ari* e *Habib* são expulsos da casa, no voto. A decisão abre um flanco na segurança. Mesmo assim, o congresso prossegue.

O tempo volta a esquentar. Dessa vez, quem se descontrola é *Breno*, diante de um relato político em que *Coronel* insinua quebra de ética por parte dele. Mais uma vez, quem lembra o episódio é Carlos Henrique:

– O *Breno* tinha um rigor luterano e, num dado momento, se sentiu eticamente ofendido por *Coronel*, seu único companheiro de comando, no decorrer de um relatório de acontecimentos. Foi logo no início, antes de entrarmos nas discussões programáticas e de estratégia e tática, na frente de todos os delegados. *Breno* ficou fisicamente alterado, vermelho de raiva, o rosto tremia involuntariamente, e quando ele falou estava incontrolável. Ele não admitia que se pusessem questões de natureza ética no plano da disputa política. A reação dele foi xingar, foi fazer uma intervenção extremamente emocional, com prejuízo até da defesa de sua posição.

Antes que a briga assumisse proporções incontornáveis, a turma do deixa-disso entrou em campo. Mas dali por diante o tom maior passou a dominar o congresso, um encontro de nervos à flor da pele, com sessões de autocrítica, balanço de quedas e análises de segurança que provocavam discussões no mínimo ásperas. A evidência de que uma nova correlação de forças se estabelecia é acachapante. Sob a liderança de James Allen, as posições militaristas conquistam a hegemonia. Lembra Sergio Campos:

– Nós, do Rio, já tínhamos, naquele momento, uma clareza da necessidade de partir para uma prática absolutamente defensiva. Ou seja, defendíamos a desmobilização da Área Estratégica. Esta, porém, não era uma posição de consenso na regional. Havia militantes que se alinhavam à posição de *Breno*, que via a Área Estratégica não apenas como foco de insurgência militar, mas como trabalho político, de longo prazo, de implantação social.

O ar carregado da casa ficou ainda mais denso com o estranho comportamento do companheiro convidado do PCBR, que desde o primeiro dia pedira licença para não participar das discussões, isolando-se em um quarto, submerso em um universo particular, típico dos quadros depressivos. Tanto se isolou que ninguém percebeu quando, no quinto ou sexto dia do congresso, ele pulou o muro dos fundos e sumiu. Os companheiros só se deram conta do episódio porque frequentadores da birosca da rua de trás, julgando ser um assaltante, alertaram *Breno*, que fazia a fachada, do suposto perigo. Eles então vistoriaram toda a casa e registraram a ausência do convidado.

A luz vermelha se acende. Impossível prosseguir. Não há como medir as consequências do ato intempestivo do companheiro do PCBR. É preciso desmobilizar a conferência e esvaziar a casa rapidamente. Assim, antes mesmo de completar uma semana, sem a conclusão dos trabalhos e, sobretudo, sem a eleição do novo comando nacional da organização, o congresso é suspenso. O jogo, porém, parece decidido. Arremata Carlos Henrique:

– Nós e o *Breno* saímos como aliados para organizar a minoria da VAR-Palmares, já que a maioria dos delegados foi para uma orientação de extrema esquerda.

Com Carlos Henrique, *Breno* segue diretamente para a rodoviária. Juntos, vão para Salvador. Durante

a viagem, *Breno* ouve mais do que fala. Carlos Henrique, acelerado, tem pressa em encontrar conclusões. Mais velho e mais experiente, *Breno* prefere processar em silêncio os últimos acontecimentos. Mergulhado em pensamentos, demonstra que sentiu o golpe. Mas este será mais um baque passageiro. Ele sabe quando precisa privilegiar situações de prazer. E nada mais prazeroso, para ele, que aquele mergulho, rumo à linha do horizonte, no mar da Bahia.

Rede de alto risco

HÉLIO PEREIRA CARVALHO é um cidadão de vida legal que não teme ligações perigosas. Funcionário da Eletrobras, afastara-se da rotina do setor de informática da estatal para fazer um trabalho pesado, a pedido do amigo James Allen, da VAR-Palmares. Hélio não é da organização, mas sabe o chão em que pisa. Agora, precisamente, pisa fundo o acelerador de um fusca vermelho, motor 1.600, pela Via Dutra. Sua missão: trazer de Montevideú, Uruguai, o militante Aderval Alves Coqueiro, do MRT.

Não se trata de um quadro qualquer. Baiano de Aracatu, Coqueiro é um militante histórico da esquerda. Homem da roça, fez a vida como operário da construção civil na capital paulista, onde iniciou-se no PCB, depois aderiu à dissidência do PCdoB e, noutro racha, migrou para a Ala Vermelha. Capturado em 1969, foi torturado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury antes de ser encaminhado ao Presídio Tiradentes, em São Paulo, de onde saiu em junho de 1970, banido do país por ocasião do sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben. Desembarcou na Argélia, de lá foi para Cuba, onde fez treinamento de guerrilha, e, depois de uma breve escala no Chile, chegara ao Uruguai. Aguardava, em Montevideú, a hora certa de entrar no Brasil.

A bordo do fusca vermelho comprado pela VAR-Palmares, registrado em seu nome, e abarrotado de espelhos virgens de documentos brasileiros – carteiras de identidade e títulos de eleitor – prontos para serem falsificados, Hélio não se ilude. Sabe que a barra é pesadíssima. Mesmo assim, logo após a saída da cidade de São Paulo, decide dar carona a dois jovens que acenam no acostamento da rodovia. São estudantes argentinos a caminho de casa. Não têm um tostão no bolso. Hélio pensa que, ao menos, eles podem ajudar a despistar a polícia, em caso de serem parados em uma barreira. Os jovens, evidentemente, não desconfiam do perigo.

A viagem transcorre sem incidentes até o oeste do Paraná, quando os argentinos desembarcam e Hélio segue o rumo da capital uruguaia. Também não foi difícil encontrar o endereço que ele passou a viagem inteira gravando na memória, uma casa simples, jardim na frente e muro baixo, num subúrbio de Montevideú. Ao seu chamado atendeu um uruguaio, para quem ele deu a senha: “Vim a mando do *Boi Preto*.”

A sala principal do aparelho estava cheia. Havia pelo menos oito militantes, entre uruguaio e brasileiros. Feitas as apresentações, ninguém baixa a guarda. Segue-se um diálogo de amenidades – o tempo lá fora, o trânsito nas ruas, a chuva na estrada. Todos sabiam que ele viera buscar Coqueiro. Mas o próprio não se apresentou até que ficasse absolutamente seguro da situação.

Nos três dias em que permaneceu na casa, à espera da confecção do documento de Coqueiro, Hélio aproximou-se daquele que seria seu companheiro na viagem de volta ao Brasil, com destino ao Rio de Janeiro. A tal ponto que, no dia da partida, já eram dois velhos amigos. Naquele momento, Hélio informou que os dois entrariam sem armas no país. Era uma exigência de James Allen. Coqueiro reagiu:

– Assim não vou! Não quero!

Mas acabou cedendo. Lembra Hélio:

– Ele queria muito voltar pro Brasil. Era uma vontade acima de qualquer outra. Sentia muita saudade da mulher, que ficara em São Paulo. Falava muito nela – lembra Hélio.

A saída da casa foi cercada de cuidados. Coqueiro embarcou no carro dos uruguaios, com Hélio seguindo atrás, ao volante do fusca. Tão logo se afastaram do Centro de Montevideú, Coqueiro passou para o fusca de Hélio e os dois prosseguiram juntos até quase a fronteira, quando decidiram que era mais seguro atravessarem separados. Coqueiro embarcou em um ônibus de linha intermunicipal regular, favoravelmente lotado, com Hélio de novo no encalço. Vencida a barreira, na primeira parada em território brasileiro Coqueiro retoma seu lugar ao lado de Hélio. A dupla tinha o cuidado de descansar de dia e viajar à noite, quando todos os gatos são pardos e a fiscalização, mais branda. E a viagem correu sem sustos até São Paulo, quando eles pararam numa churrascaria de beira de estrada. Ao saírem do banheiro, Coqueiro alertou:

– Naquela mesa ali, cheia de homens, está um filho da puta que me torturou. Se eu tivesse uma arma, passava ele!

Desarmados, os dois trataram de sair rapidamente dali.

Uma vez no Rio, a ordem era entregar o militante do MRT aos cuidados do Quincas, Antônio Joaquim Machado, o Bigode. Para tanto, Hélio tinha, pré-agendados, vários pontos diários, sempre às nove horas, num bar da rua Voluntários da Pátria, quase chegando à praia de Botafogo. Assim, no último domingo de janeiro de 1971, Hélio completa sua missão e vai ter com Bigode. Aderval Alves Coqueiro já está no Rio de Janeiro.

MARIA DE LOURDES SIQUEIRA É FUNCIONÁRIA do Incra e professora de sociologia de uma faculdade de pedagogia em Duque de Caxias, município da periferia do Rio de Janeiro. Militante de vida legal, Lourdinha é também a companheira de James Allen Luz, que a apresenta a Breno. É Breno quem monta, com ela, a operação de chegada de Aderval Alves Coqueiro ao Rio de Janeiro. Caberia a Lourdinha alugar o aparelho destinado a abrigar o militante banido em seus primeiros dias na cidade. Ela ainda se lembra da conversa que teve com Breno, na ocasião:

– Breno era um ser humano excepcional. Ele dizia que o Coqueiro não suportava mais o exílio, precisava voltar. A preocupação dele, Breno, era com uma pessoa que estava no limite de suportar a solidão, digamos assim, a distância da família, a distância da luta dele, a distância de uma guerra que estava sendo feita aqui e que vivia momentos difíceis.

Tudo fora milimetricamente planejado, mas, naquele sábado, 30 de janeiro de 1971, Lourdinha recebe um aviso inesperado: Coqueiro chegara mais cedo. Ela ainda não tinha onde abrigá-lo. O contrato de locação do apartamento só começaria a valer dentro de dois dias. Precisava, rapidamente, encontrar uma alternativa. Recorre, com esse objetivo, à professora Lilia Lobo, sua amiga, que lhe entrega a chave do apartamento onde mora o ex-marido, Dilmar Santos de Miranda. Professor, como Lourdinha e Lilia, Dilmar também tem vida legal. Dá aulas de sociologia no Colégio Santa Rosa de Lima e na Universidade Santa Úrsula, instituições tradicionais de ensino da cidade. Desde que se separara de Lilia, meses antes, mora na avenida Atlântica, num quarto e sala com vista lateral para o mar e de fundos para a rua Gustavo Sampaio, no Leme. Quando a ex-mulher lhe pediu que abrigasse Coqueiro, emergencialmente, Dilmar não hesitou. Não tinha ideia de quem fosse, até o momento em que entrou em casa e reconheceu, de imediato, o companheiro que conhecera anos antes, em um sítio no interior fluminense, durante um encontro para treinamento de tiro. O reencontro foi cordial. Falaram sobre amigos. Coqueiro não lhe parecia preocupado. Ao contrário, nos dois dias em que esteve hospedado no Leme, ousou botar a cara na rua, ou melhor, na praia, para um banho de mar. E isso, sim, parecia a Dilmar uma quebra nas normas de segurança.

– Disseram que você não ia sair... – observou ele a Coqueiro.

– Não agüentei quando vi o mar. Fui dar um mergulho – retrucou ele.

Dilmar Miranda não viu o militante banido chegar, nem partir. Mas viu, durante a estada de Coqueiro em sua casa, Bigode. Também ele não lhe pareceu particularmente tenso. Juntos, Dilmar, Coqueiro e Bigode tiveram um papo tranquilo. Como velhos e bons amigos.

Na segunda-feira, 1º de fevereiro, Coqueiro já estava instalado no n.1.061 da rua Cosme Velho, apartamento 202, um dois quartos e sala, com uma pequena varanda, para onde Lourdinha se mudou com a mãe, dona Albertina, uma senhora de idade avançada. Ninguém deveria conhecer o endereço e, muito menos, entrar no aparelho. Lourdinha seguiu à risca essa determinação. Dois dias depois da mudança para a casa nova, porém, já com Coqueiro como hóspede, ela é obrigada a viajar, a serviço do Incra. Seu destino é Recife, Pernambuco, coincidentemente a mesma cidade onde o comando da VAR realizava o congresso nacional. Durante sua ausência, Lourdinha deixa a mãe e Coqueiro aos cuidados de um casal amigo. Ela é Nizete, prima de sua grande amiga e xará Lourdes. Ele é Hélio Pereira Carvalho, noivo de Nizete, que, como se sabe hoje – mas Lourdinha não sabia à época –, é quem tinha ido buscar Coqueiro no Uruguai.

INSTALADO NO COSME VELHO, Aderval Alves Coqueiro pressiona Hélio:

– Eu vim até aqui na mão, mas agora não tem jeito: quero uma arma! Você precisa me arranjar uma!

Hélio, em um dos seus pontos diários com Bigode, levou o pedido de Coqueiro. O encontro aconteceu em Copacabana, na esquina das avenidas Princesa Isabel e Nossa Senhora de Copacabana, curiosamente a mesma onde, dias mais tarde, *Breno* seria visto pela última vez. É lá, nesse ponto com Bigode, que Hélio tem uma surpresa:

– Quem estava com Bigode? Um cara que eu não conhecia e que se apresentou pra mim como *Hélio Russo*. Achei aquilo uma liberalidade inaceitável! Uma quebra de segurança. E ele partiu pra cima de mim, me afrontando: “Você tem que me levar lá! Tenho que ver o Coqueiro!” Tivemos uma discussão ácida, eu disse que não levava de jeito nenhum; o Bigode quieto, na dele. Lá pelas tantas eu falei: “Quer saber de uma coisa? O chefe dessa operação é o James Allen. Na ausência dele, é você, Bigode, quem dá a palavra final.”

Bigode, segundo Hélio, ficou de “consultar a organização”. Um novo ponto foi marcado para o dia seguinte, na mesma hora e no mesmo lugar. Antes de se despedir, Hélio pede a Bigode uma arma para Coqueiro. Quando chega ali, 24 horas depois, Hélio encontra novamente Bigode com *Russo*. Este abre a pasta que carregava e fala, mostrando um revólver calibre 38: “Olha aqui o presente do Coqueiro.”

E os três embarcam no fusca vermelho que a VAR comprara em nome de Hélio Pereira Carvalho, rumo ao Cosme Velho.

Coqueiro logo demonstra conhecer *Russo*. Durante vinte minutos, meia hora, Coqueiro, Bigode, *Russo* e Hélio conversam na sala do apartamento. Até que a conversa muda de rumo e Hélio acha que o assunto não lhe diz respeito e que o melhor é afastar-se. Ao chegar à varanda, depara-se com dois homens na sacada vizinha que, ao vê-lo, rapidamente se retiram. Hélio acha aquilo estranho e acende a luz amarela para Bigode:

– Eu acho que nós estávamos sendo seguidos desde Copacabana. Aqueles dois homens eram muito estranhos, pinta de cana, e avisei ao Bigode: “Isso aqui não está bom. Não está seguro.” Ao que o Bigode me informou: “Nós vamos tirar ele daqui na segunda-feira.”

Segunda-feira era dali a três dias. No dia seguinte, sábado, 6 de fevereiro de 1971, em uma ação espetacular, dezenas de policiais civis e agentes do DOI-Codi cercam o prédio do Cosme Velho. Coqueiro ainda tenta fugir, mas é executado sumariamente na área interna do prédio. Horas antes, precisamente às nove da manhã, policiais entraram no apartamento de Dilmar Miranda. Levado para as dependências do Dops, na rua da Relação, na Lapa, Dilmar, considerado um “inocente útil”, é solto seis

dias depois. Mas ele guarda vivo na memória o interrogatório:

- Você conhece este homem? – perguntaram-lhe, mostrando uma foto de Coqueiro.
- Conheço. É um amigo. Ficou hospedado na minha casa.
- Ele agora está à mão direita de Deus Padre. Levou mais de oitenta tiros – anunciaram, em tom de bravata.

O diálogo que se seguiu, com a revelação de detalhes íntimos até, deu a Dilmar a certeza de que toda aquela operação era fruto de infiltração.

No mesmo dia 6 de fevereiro em que Dilmar cai e Coqueiro é morto, Lourdinha é presa em Recife, justamente quando, encerrado o trabalho do Incra, se preparava para tomar um ônibus e ir ao encontro dos companheiros que, pensava ela, estariam reunidos na praia de Candeias.

– Eu ia me encontrar com a direção da VAR, que estava num sítio, ou numa praia, por ali, naqueles arredores, uma loucura que me custou a alma – conta Lourdinha. – Eu deveria pegar um ônibus, dar a volta todinha, e onde o ônibus parasse, como fim de linha, alguém estaria me esperando. Mas quando eu saio da casa onde estava hospedada, alguém me pega e me bota num camburão e me leva diretamente ao quartel da Polícia Militar de Recife.

Os agentes do Exército que a levaram tinham vindo naquele mesmo dia do Rio de Janeiro. Era tipicamente uma operação casada, previamente planejada, orientada em informações. As primeiras horas do interrogatório, já sob tortura, no pau de arara, Lourdinha viveu o drama e a dor de ganhar tempo para que os dirigentes da VAR, que ela não sabia que já tinham se dispersado, se dessem conta de que ela furara o ponto no final da linha do ônibus. Os policiais que a interrogavam não davam trégua e demonstravam conhecer toda a articulação para a volta de Coqueiro ao Brasil. Em cima da mesa, em destaque, descansava o retrato de seu companheiro, James Allen.

– Um retratinho pequenininho. E eles perguntavam: “Você sabe que ele é bandido?” – lembra Lourdinha.

Transportada para o Rio de Janeiro, Maria de Lourdes Siqueira ficou onze meses presa. Passou pelo DOI-Codi, pelo Campo de Gericinó, pelo 24º Batalhão de Carro de Combate, em Bonsucesso. Quando saiu da cadeia, no dia 19 de novembro de 1971, não viu mais nem Bigode nem *Breno*. O reencontro com a mãe foi a lição de amor incondicional. Até hoje Lourdinha não sabe ao certo o que lhe aconteceu, depois da tragédia da rua Cosme Velho. Soube que ela ficou três dias desaparecida, até surgir na casa da amiga e xará Lourdes, em busca de ajuda. A família de Lourdes mandou a mãe de Lourdinha de volta para Codó, sua cidade de origem, no Maranhão.

Agora, ao ser procurada para lembrar *Breno* para este livro, Lourdinha fez questão de enviar um depoimento de próprio punho, em que homenageia o companheiro:

O que eu mais aprendi com *Breno*: a dignidade pessoal de *Breno* era contagiante. Cada reunião de trabalho era um enriquecimento pessoal e político. Ele praticava um respeito pelas diferenças, sem nomeá-las, sem teorizá-las. Homem culto, paladar de uma formação consistente. *Breno* incorporava essa sabedoria ao que ele mais acreditava: a revolução para transformar a sociedade, historicamente desigual e preconceituosa com as pessoas.

ANTÓNIO JOAQUIM DE SOUZA MACHADO, o Bigode, nasceu em 1939, um mês e um dia depois de *Breno*, também em Minas. Os dois foram contemporâneos na UFMG. Entraram para a faculdade no mesmo ano. *Breno*, na sociologia, Bigode, no direito. Como *Breno*, Bigode foi líder estudantil. Integrante da JEC e da JUC, participou da formação da AP, também foi perseguido após o golpe de 1964 e obrigado a interromper os estudos. Por isso, ambos se formaram após o tempo regulamentar, no mesmo ano, em 1965. As coincidências, infelizmente, não param aí. Aos 31 anos de idade, Bigode desapareceu sem deixar pista, no Rio de Janeiro, no dia 15 de fevereiro de 1971. Como *Breno*.

De família abastada, influente e numerosa – o pai, Joaquim Maria de Souza, fazendeiro e vereador pela UDN na cidade de Pompeu, oeste de Minas, teve vinte filhos –, Antônio Joaquim integrava o grupo de apoio da regional Guanabara da VAR. Vinculado ao setor de logística, a ele cabia fornecer documentação fria e boa, inclusive passaportes, para o ir e vir dos clandestinos. A despeito da importância estratégica dessa função, ele estava mais próximo de um simpatizante do que de um militante. À época de seu desaparecimento, Bigode andava decepcionado com a política. Mais de uma vez, Rafton Leão ouvira-o se queixar: “Estou fazendo a mais, vocês estão exigindo demais de mim.”

Amiga desde os tempos de AP e contato permanente na VAR, Rosalina Santa Cruz percebia o abatimento de Bigode:

– Ele estava meio desiludido e muito visado, porque o trabalho dele envolvia a saída para o exterior. O Bigode era mais velho que a gente e estava querendo outro tipo de discussão, na linha da contracultura, do feminismo, das diferenças... Ele estava mais interessado em Wilhelm Reich. Nos contatos que a gente fazia, ele queria discutir *A função do orgasmo*, do Reich. Isso me encantava.

Mas outras escolhas já haviam sido feitas. Bigode tomou um baita susto quando, ao chegar em casa, num certo dia de dezembro de 1970, foi abordado, ainda na portaria do prédio, por James Allen Luz, um cara procuradíssimo, que deveria estar em qualquer lugar, menos no Brasil, e muito menos na porta da casa dele. Na abordagem, James Allen pede a Bigode um ponto com *Breno*.

Bigode foi ter com Rosalina, que é quem conta toda essa história:

– O Bigode falou: “Olha, tem um cara que chegou de Cuba, que é um cara superbarra-pesada, e ele precisa do contato com o *Breno*”.

Bigode conhecia bem *Breno*, mas, naquele momento de clandestinidade severa, não chegava diretamente a ele. O contato teria de ser feito por intermédio de Sergio Campos, o dirigente da regional Guanabara. Rosalina fez a ponte, James Allen e *Breno* se encontraram e, juntos, antes de viajarem para o congresso de Recife, deixaram montada a operação de volta do Coqueiro. Nunca mais, porém, Bigode teria sossego. Segundo depoimento de Rosalina Santa Cruz, um certo *Grego* pressionava para conhecer o paradeiro de Coqueiro. Bigode negava o acesso. *Grego* insistia. Bigode resistiu, mas, enfim, cedeu.

GREGO OU RUSSO, ele é um dos fios da intrincada malha de hipóteses, suspeitas, conjecturas e ilações que envolvem em densa nebulosa a queda de Coqueiro, a primeira de uma série de outras, que podem ou não estar diretamente vinculadas, e que vão dar no desaparecimento de *Breno*. Os que sobreviveram não hesitam em apontar o sujeito com pinta de estrangeiro, trazido para a VAR pelo dirigente James Allen, como o agente infiltrado responsável pela sucessão de quedas. O codinome *Grego* ou *Russo* aparece insistentemente nos depoimentos de vários militantes. Mas não se podem descartar outros pontos vulneráveis dessa trama, como o caso de dois despachantes do Rio, presos dois dias depois da morte de Coqueiro, em um escritório na avenida 13 de Maio, no Centro. É no mínimo intrigante a notícia publicada pelo *Jornal do Brasil*, sob o título “Dops e Exército fecham escritório no Centro prendendo responsáveis”, na edição de 9 de fevereiro, à página 20:

O Dops e o Exército, em ação conjunta, fecharam na tarde de ontem o escritório em que, além de dois despachantes, funcionava uma agência de empregos e uma carteira de empréstimos (grupos 515 e 704 do edifício Darke, na avenida Treze de Maio 23), prendendo seus responsáveis. ... Agentes do Dops ou e do Exército que realizaram a operação revelaram, ainda, que os órgãos de segurança vinham observando há algum tempo os escritórios, porque havia indícios de que os despachantes que neles trabalhavam estavam falsificando documentos para terroristas banidos voltarem ao país, como foi o caso de Ederval (*sic*) Alves Coqueiro, que morreu sábado

Qualquer associação com os espelhos de documentos brasileiros, em especial passaportes, levados por Hélio Carvalho para o Uruguai, quando fora buscar Coqueiro, não é mera coincidência. A resposta para tantas perguntas sobre a morte de Coqueiro, o desaparecimento de *Breno* e o do próprio Bigode,

pode estar na rede de falsificação de passaportes. Não por acaso, na semana que antecedeu seu desaparecimento, Bigode estava apavorado:

– Quando Coqueiro morreu, Bigode suspeitou de infiltração. E ficou com muito medo. Afinal, caiu um esquema muito próximo a ele. E o Bigode não queria se envolver mais. Ele dizia que não queria mais. Ele falava: “Isso não tem segurança” – lembra Rosalina Santa Cruz.

A semana que se seguiu à morte de Coqueiro foi de corda esticada. Percebendo o cerco, Bigode deixa a casa onde até então mantinha uma vida legal e entra na clandestinidade. Noite dessas, encontra Rosalina, seu marido, Geraldo Leite, e Sergio Campos na lanchonete Chaplin, na rua Visconde de Pirajá, em Ipanema, a três quadras da pensão onde *Breno* se esconde, na rua Farne de Amoedo. É Sergio Campos quem relata:

– Naquela noite, no Chaplin, ele passou para nós três que estava amedrontado. Claramente, não era só questão de desilusão. Tinha uma situação por trás dele.

E foi assim, amedrontado e “com uma situação por trás”, que Bigode chegou a *Breno*, pedindo pouso. *Breno* acolheu Bigode, apenas por uma noite, a noite de 14 de fevereiro de 1971. Na manhã seguinte, a manhã de 15 de fevereiro de 1971, em situações diferentes, Bigode e *Breno* desaparecem. Na mesma noite, Sergio Campos, o *Miguel*, é preso.

A busca

Oh, pedaço de mim
Oh, metade arrancada de mim
Leva o vulto teu
Que a saudade é o revés de um parto
A saudade é arrumar o quarto
Do filho que já morreu
“Pedaço de mim”, CHICO BUARQUE DE HOLLANDA

A CARTA CHEGA ÀS MÃOS de Jayme Martins de Freitas e Alice Soares de Freitas, pais de Beto, dias depois de seu desaparecimento, ainda em fevereiro de 1971. Quase ao mesmo tempo, Francisco Eduardo Soares de Freitas, o irmão mais velho, recebe um telefonema de alguém da VAR-Palmares, comunicando que Beto havia sido preso no Rio de Janeiro. Começa ali a interminável cruzada em busca de notícias. Onde está Carlos Alberto Soares de Freitas?

Tão logo é avisada da prisão, a família de Beto recorre à banca do advogado Modesto da Silveira, uma das mais ativas (e combativas) do Rio de Janeiro na defesa de presos políticos. Assume o caso o advogado Oswaldo Mendonça Júnior. No dia 12 de março de 1971, ele entra com pedido de *habeas corpus* no Superior Tribunal Militar, em favor não só de Beto, mas também de Antônio Joaquim Machado, o Bigode, e Sergio Emanuel Dias Campos, já indicando a convicção de que as quedas estavam vinculadas.

No requerimento, Mendonça alega que a detenção dos três, por autoridades militares, no dia 15 de fevereiro, não fora comunicada à Auditoria de Correição da Justiça Militar, contrariando, assim, determinação expressa no parágrafo 12 do artigo 153 da Constituição, e caracterizando-se, portanto, prisão ilegal e ilegítima. Pelo mesmo instrumento, o advogado solicita informações sobre o paradeiro dos presos aos comandantes do I Exército, do 1º Distrito Naval e da 3ª Zona Aérea e pede sua imediata liberdade. Em resposta, o comando da 3ª Zona Aérea comunica (e reconhece) a detenção de Sergio Campos. Todos os arguidos negam a prisão de Beto e Bigode. Capturadas na via-crúcis de informação e contrainformação típica daquela ditadura, as famílias não têm alternativa a não ser insistir. Em nova petição, impetrada dois meses depois do *habeas corpus* n.30.405, em 13 de maio de 1971, Oswaldo Mendonça requer ao ministro relator Nelson Barbosa Sampaio:

2 – Das informações recebidas, constata-se que apenas o paradeiro do segundo paciente – SERGIO EMANUEL DIAS CAMPOS – foi levantado, preso que se encontra à disposição do Exmo. Sr. Comandante da 3ª Zona Aérea. Quanto aos dois outros, as três autoridades negam haverem prendido;

3 – Acontece que os familiares dos dois pacientes não localizados, que procuraram o impetrante – JOAQUIM MARIA DE SOUZA MACHADO, pai de ANTÔNIO JOAQUIM, e FRANCISCO EDUARDO SOARES DE FREITAS, irmão de CARLOS ALBERTO – mesmo após a chegada das informações negativas, insistem junto ao impetrante que os seus parentes foram efetivamente aprisionados e por autoridades militares;

... Pelo exposto, requer o impetrante sejam solicitadas informações sobre os dois pacientes – ANTÔNIO JOAQUIM MACHADO e CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS – aos Exmos. Srs. Comandantes do II, III e IV Exércitos; aos Exmos. Srs. Comandantes de

todas as Zonas Aéreas à exceção da 3ª Zona Aérea; aos Exmos. Srs. Comandantes de todos os Distritos Navais, à exceção do 1º Distrito. Bem como aos Ilmos. Srs. Diretores do Dops e da Polícia Federal nesta cidade.

Todos os requerimentos foram encaminhados. E mais uma vez, na resposta a todos eles, o Estado brasileiro, por suas autoridades constituídas, nega as prisões e lava as mãos. Antônio Joaquim Machado e Carlos Alberto Soares de Freitas não se encontram em nenhuma dependência policial do governo militar, afirmam. Pelo contrário, são inimigos procurados pelo regime, terroristas foragidos da Justiça, reclamam. Seis meses depois de impetrado o *habeas corpus*, em 20 de agosto de 1971, o Superior Tribunal Militar decide não tomar conhecimento do pedido. E apresenta os fundamentos:

Das várias informações prestadas pelas autoridades indicadas na petição de fls.19, a maioria delas informa que os pacientes não estão presos, sendo que o nome de Carlos Alberto Soares de Freitas é indiciado em IPM, como sequestrador de avião, e denunciado como incurso no artigo 21, do dec.lei 314, fls.27 e 47, e Antônio Joaquim Machado é também indiciado em Inquérito Policial, como incurso na Lei de Segurança Nacional, fls.49.

CONSIDERANDO que, como se vê das informações de fls.47 e 49, os pacientes Carlos Alberto Soares de Freitas, já denunciado, Antônio Joaquim Machado e Sergio Emanuel Dias Campos são indiciados em Inquéritos, como incursos na Lei de Segurança Nacional;

Acordam os ministros do Superior Tribunal Militar, por unanimidade de votos, não tomar conhecimento do pedido de *habeas corpus*, em face do que dispõe o art.10 do Ato Institucional n.5.

Durante o ano de 1971, a família de Beto percorre todos os caminhos que possam levá-la até ele. Pede a ajuda de parentes, amigos, amigos de amigos, conhecidos, familiares de outros presos, gente com algum tipo de acesso aos meios militares e funcionários do alto escalão do governo. Nenhuma hipótese é desconsiderada. Em seu périplo, o irmão Eduardo visita Sergio Campos na cadeia, depois de suspensa sua incomunicabilidade. A conversa é rápida. Como os demais presos políticos, Sergio também não se deparara com *Breno* na prisão. Também nada lhe fora perguntado sobre *Breno* em interrogatório, e nas oportunidades que teve de perguntar pelo companheiro, recebeu de seus algozes uma mesma contrapergunta, eivada de cinismo: “Por que você pergunta pelo *Breno*? Você viu o *Breno* aqui? Ele foi preso?”

Em 15 de abril de 1971, dois meses após o desaparecimento de Beto, Jayme Martins de Freitas, o pai, envia, por carta, um apelo dramático ao presidente do Superior Tribunal Militar (STM):

... Vossa Excelência saberá dar o devido desconto ao constatar que ao desconhecimento jurídico se contrapõe a espontaneidade de sentimentos simples, de valor inegável numa colocação cristã e humana das coisas. Peço, humildemente, seja ela recebida como mensagem nascida do coração amargurado de um pai para um coração compreensivo de um magistrado

Meu filho mais moço, Carlos Alberto Soares de Freitas, encontra-se desaparecido. Há mais de dois anos que não o vejo. Durante certo período, a intervalos, encaminhava-me notícias lacônicas, pelo correio. Há alguns meses cessou esse contato. Há, aproximadamente, dois meses, fui informado de que ele se encontrava preso, no Rio. Notícia a tal respeito chegou a ser divulgada por jornais cariocas, dos quais conservo recortes em meu poder. Sua detenção teria se dado no Rio, durante o período carnavalesco. Diante de tais informações, fiz o que seria próprio esperar-se de um pai

Tudo resultou infrutífero. As petições esbarraram num silêncio total. Os apelos não encontraram eco

É fácil avaliar os prejuízos decorrentes dessa ausência total de informações para o meu estado psicológico

Minha esposa, já seriamente enferma, teve o seu estado de saúde agravado, diante da impossibilidade de se obter informação precisa a respeito do filho mais moço

O que pleiteio, Sr. Presidente, é apenas o direito de avistá-lo, de estar com meu filho, de conhecer as acusações que lhe são feitas, para que possa saber, à base dos esclarecimentos reunidos, o que fazer, nessas circunstâncias, no sentido de ajudá-lo.

Vivo um drama inenarrável. Todos os pais saberão me compreender

O que peço a Vossa Excelência é que, usando da faculdade que lhe é concedida pelo cargo que ocupa e que honra com a sua sabedoria, faça quebrar essa incomunicabilidade. Se contra o meu filho existir acusação comprovadamente grave, que se lhe apliquem as penalidades da lei, mas que não me seja negado, como pai, o direito de conhecer por inteiro o teor da acusação, de vê-lo na prisão em que se acha recolhido, para que, dentro das possibilidades legais, possa contribuir, como é de meu dever, para o encaminhamento de uma solução para o caso

Da angústia que vivemos nasceu a ideia, como derradeiro recurso, de dirigir a Vossa Excelência este apelo de pai. De um pai que poderá, conhecida a acusação que pesa contra meu filho, não concordar e mesmo reprovar a atuação desse jovem, mas, justamente por ser pai, não poderá, numa nação cristã como a nossa, jamais se ausentar ao exame do problema e conceder ao seu filho a proteção que a lei facultar.

Silêncio. A autoridade de uma ditadura não deve nem teme. Não presta contas sobre nada. Não é compelida a produzir respostas. Nem mesmo um ofício protocolar ou um mero telegrama padrão. O

arbítrio não constrange. Mas o pai de Beto não se encolhe. Meses depois, envia outra carta, sem data, dessa vez ao presidente da República, Emílio Garrastazu Médici:

Excelentíssimo Senhor
GENERAL GARRASTAZU MÉDICI
Digníssimo Presidente da República

Assistindo ao programa de Flávio Cavalcanti sensibilizou-me sobremaneira saber que no encerramento do Congresso sobre os Excepcionais o Presidente da República chorou. Tocado naturalmente no mais íntimo do seu ser, as lágrimas não contidas deixaram antever acima de tudo o lado humano e caridoso de Vossa Excelência.

Tocá-lo também no coração é a minha pretensão de hoje. Não, Senhor Presidente, não tenho um excepcional na minha prole, graças a Deus. Sou pai de oito filhos todos sadios. E vivemos chorando diariamente, minha senhora e eu, chorando a ausência de nosso filho caçula. Que não morreu, mas se encontra desaparecido.

... Dentre todos os meus descendentes foi ele o único a ser contaminado pela subversão, quando na faculdade. Não venho pedir a libertação de Carlos Alberto, pois, se infringiu as leis do país, deverá pagar pelo que fez. Meu único desejo é saber onde se encontra preso, e autorização para avistar-me com ele

Estas linhas foram ditadas pelo amor paternal de um casal idoso, humilde, profundamente angustiado, mas ainda repleto de fé e de esperança na clemência cristã de Vossa Excelência, única pessoa com poderes bastantes para promover o reencontro que porá fim às nossas dores

De novo, o silêncio. Mas a busca não para. No interior do estado do Rio, Eduardo vê, numa delegacia, um cartaz de terroristas procurados e, nele, a foto do irmão, com um X em cima, a informar que aquele não era mais procurado, estaria eliminado. A família sofre sem notícias. Antes do fim do ano, em 2 de dezembro de 1971, Jayme de Freitas envia novo e desesperado apelo ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid:

... Ignoro, até aqui, as razões reais da detenção por tão longo tempo, sem quaisquer explicações oficiais, sem que me sejam dadas respostas às perguntas que formulo, de meu filho mais moço. Não sei quais as acusações que pesam contra ele. Quais as faltas a ele imputadas. Quais os crimes que o levaram à prisão. Qual a razão de perdurar a incomunicabilidade. Desconheço qual seja o seu estado de saúde. Desejo saber o que possa fazer, como pai, no sentido de ajudá-lo a reincorporar-se em suas atividades normais na sociedade.

Esta expectativa nervosa, angustiante, arrastou-nos, a mim e a minha senhora, a uma situação que toca as raias do desespero. Minha esposa não conseguirá resistir por mais tempo a essa situação. O silêncio que rodeia o destino de meu filho fez com que se agravasse tremendamente seu estado de saúde. Passou a ser a maior vítima desse deplorável estado de coisas.

Imploro a Vossa Excelência me sejam abertas, como pai, as portas que me levem a avistar-me com o meu filho. Quero conhecer as acusações que contra ele pesam. Quero saber onde se encontra preso. Quais as necessidades que enfrenta.

... O que lhe peço, Sr. Ministro, é que obtenha a necessária permissão para que o pai idoso e a mãe seriamente enferma de um moço que se deixou levar, dentro das inconseqüências da idade e de uma época confusa onde tantos moços não entendem a língua da prudência e do bom-senso dos mais velhos, pelos descaminhos de uma política despartada dos valores que lhe foram inculcados na educação familiar cristã, possam avistá-lo na prisão em que se acha recolhido.

Não nos negue, a dois velhos, por caridade, a benevolência desse gesto cristão.

A benevolência cristã é negada. Jayme e Alice sofrem. Estão sem ver o filho desde o Natal de 1968, quando Beto, mesmo na clandestinidade e com vários amigos presos, arriscou a liberdade para passar algumas horas ao lado da família, em Belo Horizonte. Lembra a irmã Addi:

– Foi o último Natal com a família toda reunida. Ele chegou já de noite e ficou rodeado dos sobrinhos. Ele gostava muito de criança. Depois da ceia, eu fui deixá-lo no ponto para pegar um ônibus pro Rio. Beto foi escondido, no banco de trás do fusca.

A última notícia, antes de sua prisão, veio por carta, endereçada aos pais, escrita exatos trinta dias antes de seu desaparecimento, às vésperas de seu embarque para Recife, a fim de participar da conferência nacional da VAR:

Rio, 15 de janeiro de 1971.

Meus caros pais

Não pude me comunicar com vocês quando do novo ano, faço-o agora com os meus melhores votos de anos-novos pela frente e a felicidade permissível por um sistema intrinsecamente infeliz. Para a grande maioria que vegeta, ou mesmo para aqueles que, mesmo comendo e morando, não podem se conformar com a miséria e as iniquidades que o capitalismo impõe ao seu semelhante.

Mais um ano de luta, onde estivermos, é o que nos desejamos. Luta que dá sentido à vida para aqueles que não se submetem à “tranquilidade” dos crápulas. Vocês já me compreendem, por certo, principalmente a partir das esparsas mas longas cartas que escrevo. Estive no Rio por uns dias, de onde lhes escrevo. Não tive notícias da família, uma família bastante acovardada, com raríssimas e honrosas exceções. O medo se tornou congênito e eles não compreendem ser imperiosa a luta contra uma situação que é a sua causa. É triste quando se vê as pessoas se deixarem dominar, sem reação alguma. Se o medo é humano, a covardia, sentimento de sujeição ao irracional, é mesquinha e amesquinha os que a cultivam. E como os há. Mas sobram muitos, alguns mais do que outros. E isso ainda justifica o ser humano, pelo menos salva a sua cara perante toda a espécie. Nesses muitos, mesmo minoria, é que reside a esperança das modificações que hão de vir, porque consonantes com as próprias leis da história. Pretendemos ser um desses, a cada dia reforçamos nossa opção. E assim estou muito bem, procurando ser digno dos que confiam em mim e lutando pela vitória da dignidade dos homens, só possível com o fim do capitalismo e sua coorte de crimes. Dignidade do homem concreto, o proletariado, único capaz de vanguardear a Revolução que transforme, com as relações de produção e a forma de propriedade, os valores sociais que existem para justificar o status quo. Somos radicais no sentido de propugnarmos e lutarmos pelas transformações das próprias raízes da sociedade. Isso não é utopia, é a concretização do ideal possível porque correspondente às leis objetivas da sociedade humana. Se os anos vão se indo nessa luta, que muitos anos eu tenha para dá-los. Outros dão e darão mais do que eu, principalmente os que nada têm a perder, a não ser os grilhões.

Estou bem de saúde, parece que uma gastrite chata é a única coisa que incomoda um pouco. Gordo, quase 80 quilos. As preocupações, pelo visto, não emagrecem nem envelhecem. E o jeito é entrar num regime.

Abracem os amigos e os irmãos.

Para vocês a saudade do filho

Beto

O filho Beto era firme em suas escolhas. E mesmo discordando delas, Jayme e Alice orgulhavam-se de sua retidão e da valentia com que defendia suas convicções. Não haveriam de negá-lo. Enquanto viveram, esperaram por ele. Quando, certa feita, cogitou-se na família vender o apartamento da rua Espírito Santo, no Centro de Belo Horizonte, os pais se recusaram: aquele era o endereço que Beto conhecia. Aquela era a casa em que ele entrava pela porta da frente e cuja fechadura, em hipótese alguma, seria trocada. A qualquer momento, Beto poderia pegar seu molho de chaves e ocupar seu quarto, limpo e arrumado, tal como ele deixara, com sua cama, sua estante de livros, quarto-santuário da saudade de seus pais.

– Essa é uma questão que impressiona muito – diz, sem esconder a emoção, Sergio Ferreira, primo-irmão de Beto. – Desde que o Beto saiu de casa, em 1967, os pais não desfizeram o quarto dele. A polícia não invadiu a casa. Como o Beto nunca ia em casa mesmo, não fazia sentido. A polícia só vigiava. No começo de 1970 fui a Belo Horizonte visitar meus tios e peguei uma revista da Polop de 1963 no quarto do Beto. E falei pra ele: “Puxa, mas que incrível a revista da Polop! Achei lá no seu quarto!” Ele se virou pra mim e falou: “Tudo o que tem lá é seu. O que você quiser, pode pegar.”

SERGIO SOARES XAVIER FERREIRA tinha doze anos de idade quando conheceu o primo que se tornaria, em pouco tempo, seu ídolo e, em uma década, um precioso amigo. Menino de calças curtas, recém-chegado dos Estados Unidos, onde vivera a primeira infância com os pais e os irmãos, Sergio Ferreira ficou impressionado ao saber que o primo Beto, de 23 anos, portanto onze anos mais velho que ele, tinha ido à ilha de Cuba e trazido, como recordação, uma foto sua com o líder Fidel Castro. É Sergio quem conta:

– Eu vivi o auge da Guerra Fria nos Estados Unidos, de 1956 a 1961, e voltei muito reacionário, achando que a União Soviética queria dominar o mundo através da ilha. A ilha era Cuba, cujo nome nem se pronunciava. E comunista para mim era palavrão. Então, quando voltei a morar no Brasil, foi um choque saber que um dos meus 24 primos, o Carlos Alberto, tinha ido a Cuba e tirado uma foto com Fidel.

Talvez por isso mesmo, Beto logo despertou a curiosidade do primo mais moço. No regresso dos Estados Unidos, a família de Sergio fora morar na casa do tio político, Paulo Pinheiro Chagas, que a todos acolhia no amplo apartamento da rua Paula Freitas, em Copacabana, com quase mil metros quadrados, e onde também moravam Francisco e Odília, avós maternos de Sergio e Beto. A casa era uma sucursal de Minas no Rio. Os parentes iam e vinham. E era lá que todos se encontravam. Beto entre eles.

Assim, em torno da família, os dois primos foram se conhecendo. O primo comunista e o primo chamado de Americano pelos colegas do Colégio São Bento vão, aos poucos, se aproximando:

– Beto era um comunista convicto, muito firme nas suas ideias. E eu devo ter descarregado em cima dele todo o meu sentimento anticomunista. Lembro de conversarmos sobre isso e dele me ouvindo, com uma paciência enorme. Nunca se irritou. Aliás, nunca o vi irritado nos dez anos em que convivi com ele – continua Sergio Ferreira.

Dos encontros esparsos foi nascendo uma amizade recheada de conversas sobre política, mas também sobre comportamento e cultura. Aqui e ali, Beto, mesmo clandestino, buscava a companhia de Sergio. iam à praia, ao teatro, a shows de música.

– Com ele eu vi o primeiro show que o Martinho da Vila deu no Rio de Janeiro, no Teatro Opinião. Mas o grande impacto pra mim foi *Morte e vida severina*, que vimos juntos. Eu devia ter uns quinze, dezesseis anos. Isso me marcou muito – lembra Sergio.

Vem o AI-5 em dezembro de 1968 e o ir e vir de Beto fica mais complicado. Já então Sergio encontra-se completamente adaptado ao Brasil e acompanha com interesse os acontecimentos no país. É um jovem politizado e revoltado com a ditadura. O primo clandestino exerce forte influência sobre ele, porém, em momento algum faz qualquer movimento na intenção de recrutá-lo para a luta armada. Quando as portas da família começam a se fechar para Beto, já em 1970, Sergio Ferreira é uma das “raríssimas e honrosas exceções” a que ele se refere na carta em que reclama aos pais de “uma família bastante acovardada”. Sempre que está no Rio, procura Sergio. Mais de uma vez se encontraram no restaurante Garden, uma casa de esquina, no Jardim de Alah, na entrada de Ipanema, que vivia meio às moscas e garantia boa privacidade. Mais de uma vez Sergio ofereceu ajuda financeira e logística ao primo. Beto sempre declinou da oferta.

A última vez que Sergio viu Beto os dois não puderam se falar. Foi um mês antes de seu desaparecimento, em janeiro de 1971. Sergio caminhava por Ipanema, de mãos dadas com a namorada, Lúcia, sua futura mulher. Na mesma calçada, vindo em sua direção, caminhava Beto, sozinho. Como ele não conhecia Lúcia, os primos apenas cruzaram o olhar. O último olhar. Com ele, o primo Americano de Beto, a quem na infância haviam ensinado a odiar comunistas, fez-se guardião de sua memória, um resoluto e combativo militante dos direitos humanos no Brasil.

MARÇO DE 1974. Mesmo passados três anos sem saber o que acontecera a Beto, a família ainda alimentava a esperança de encontrá-lo vivo. Beto estava desaparecido. Portanto, poderia reaparecer a qualquer momento. Quem sabe conseguira fugir do país ou encontrara abrigo, com outra identidade, em algum lugar incerto e só esperava a ocasião mais segura para dar sinal de vida? O primo Sergio Ferreira, porém, não tinha mais dúvidas de que ele estava morto. Mesmo assim, em viagem de férias a Londres, aproveitou para visitar a sede da Anistia Internacional e, sem muita expectativa de êxito, arriscou obter alguma informação nova que pudesse levar ao paradeiro do primo. Coincidentemente, a entidade acabara de publicar o primeiro relatório sobre casos de tortura e morte no Brasil. E não tardou Sergio se viu diante de um documento mimeografado, com uma lista de nomes em ordem alfabética. Correu direto à letra C e encontrou:

Carlos Alberto Soares de Freitas, preso em fevereiro de 1971. Assassinado em abril de 1971. Inês Etienne Romeu testemunhou sua morte.

A tragédia devasta. Será sempre uma ferida aberta. Não cicatriza no tempo nem alivia a dor de suas vítimas. A tragédia de Beto é também a tragédia de sua família, de seus companheiros, de seus amigos. Por mais que desconfiasse – até mesmo soubesse! – que Beto muito provavelmente havia sido morto por agentes da repressão, a informação ali impressa, num punhado de folhas grampeadas, à sua frente,

desmontou Sergio Ferreira. Agora, não era mais o endereço de uma cadeia ou de um esconderijo que a família devia procurar, mas, sim, um corpo. Restos mortais de uma imensa e dolorosa saudade.

Sergio Ferreira nunca tinha ouvido falar em Inês Etienne Romeu. De volta ao Brasil, imediatamente deu a notícia a Eduardo, o irmão mais velho de Beto. E ficou sabendo que Inês era uma grande amiga do primo desaparecido, que havia sido barbaramente torturada e, sobrevivente, encontrava-se presa, incomunicável, na penitenciária feminina Talavera Bruce, em Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

– Você já ouviu falar numa tal de Inês Etienne Romeu? – perguntou Sergio a Eduardo.

– Claro. Ela é de Belo Horizonte, muito nossa amiga.

– E o que foi feito dela?

– Ah, coitada, ela foi muito torturada... E é presa de segurança nacional. Ninguém pode visitar.

Passa o tempo. No ano seguinte, em 1975, Sergio está em casa, à noite, vendo o *Jornal Nacional*, quando o locutor anuncia: “Hoje, dois terroristas foram se casar no fórum do Rio de Janeiro.” E a TV Globo mostra a imagem dos noivos algemados, cercados de PMs com metralhadoras, a caminho do Palácio da Justiça. Sergio viu, enfim, uma jovem magra, cabelos negros escorridos até os ombros, sob uma pele muito clara, óculos de grau em uma armação quadrada grande, aro preto. Era Inês. A amiga de Beto, que, segundo a Anistia Internacional, testemunhara sua morte e que ninguém podia visitar na cadeia.

Fevereiro de 1978. De novo em férias, Sergio Ferreira está no meio do rio São Francisco, viajando de gaiola, quando lhe cai às mãos um exemplar do *Jornal do Brasil*. Uma notícia publicada com foto e razoável destaque chama a sua atenção. Em assembleia realizada no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Centro do Rio de Janeiro, militantes e parentes de desaparecidos políticos haviam fundado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA).

– Entrei em estado de choque, porque anistia era uma palavra que vinha lá do Movimento Feminino pela Anistia, de 1975, e era uma coisa muito pequena, que acontecia na surdina. De repente, me dei conta de que já tínhamos liberdade de imprensa no Brasil para nossa luta.

De volta ao Rio, Sergio, que então militava no Centro Estadual dos Professores (CEP), procurou a entidade, falou do seu interesse e acabou escolhido seu representante dentro do CBA:

– No Comitê de Anistia, o que descobri? Primeiro, que tinha gente visitando presos políticos, até então inacessíveis, isolados, incomunicáveis. Depois, que tinha sido criada uma Comissão de Desaparecidos dentro do CBA.

O envolvimento nessa comissão foi natural e imediato. O Brasil começava a sentir as pressões sociais por liberdade, mas o AI-5 ainda vigia naqueles primeiros meses de 1978. Prisões políticas continuavam acontecendo. Organizações de esquerda permaneciam proibidas, clandestinas. Não era uma situação inteiramente tranquila. Todo cuidado era pouco. Mas Sergio precisava falar com Inês. E uma vez no CBA, conseguiu um contato com uma irmã dela. E lá foi ele, enfim, para o presídio feminino Talavera Bruce, onde Inês cumpria pena de prisão perpétua. Conta Sergio:

– Foi um encontro mágico. Para mim, encontrar a Inês, sabendo que ela fora amiga do Beto, amiga de frequentar a família, e que, ao mesmo tempo, ela teria sido a testemunha da morte dele, era como se eu estivesse reencontrando o próprio Beto. Era como se ele tivesse ressuscitado. E pra ela também. O fato de eu chegar de repente, porque ela não tinha recebido visita, nem pedido de visita, de ninguém da família do Beto, foi algo inesperado.

A sólida amizade construída entre Inês e Beto ao longo de nove anos de estreita convivência, entre 1961 e 1969, parecia ter se transferido, quase automaticamente, para Sergio, que, a partir dali, passa a visitar a nova amiga periodicamente. À medida que Inês vai sentindo confiança nele – o que aconteceu relativamente rápido –, a história começa a aparecer:

– A Anistia Internacional registrou que você testemunhou a morte dele – inquiriu Sergio.

– Não, não foi bem assim – refutou.

E Inês, então, contou a monstruosa trama de ódio e sadismo da Casa da Morte, aparelho clandestino da ditadura militar, situado em Petrópolis, Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, onde agentes da repressão torturaram e mataram opositores do regime, desaparecendo em seguida com os corpos.

“Seu amigo esteve aqui”

PRESA NA MANHÃ de 5 de maio de 1971, na capital paulista, pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, apontado como um dos mais terríveis carrascos de presos políticos no período da ditadura militar, Inês Etienne Romeu é levada para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops). Lá, após uma sessão de espancamentos e choques elétricos no pau de arara, Inês inventa um ponto marcado para o dia seguinte, 6 de maio, ao meio-dia, no bairro de Cascadura, Rio de Janeiro. A estratégia funciona e interrompe o suplício. No mesmo dia, à tarde, é levada de automóvel para o Rio, onde desembarca, às nove da noite, em uma delegacia no bairro de Pilares, na Zona Norte. No dia seguinte, Inês chega ao suposto ponto e atira-se na frente do primeiro ônibus que passa na avenida, em alta velocidade. Não morre. Medicada, primeiro no Hospital da Vila Militar, depois no Hospital Carlos Chagas e, por fim, no Hospital Central do Exército, sempre sob a vigilância intimidadora de seus algozes, é arrancada à força daquela última unidade militar na manhã do dia 8 de maio de 1971. Deitada e de olhos vendados na caçamba de uma caminhonete C-14, estacionada no pátio do hospital, é levada para uma casa que ela não sabe onde fica, e que Sergio Ferreira, primo de Beto, vai ajudá-la a localizar: a Casa da Morte, situada na rua Arthur Barbosa n.668, bairro Caxambu, Petrópolis.

É para Sergio Ferreira que Inês começa a contar a história que ela testemunhou e preservou na memória, em espetacular demonstração do que a vontade de viver é capaz. Nas sucessivas visitas do primo de Beto ao Talavera Bruce, ela vai reconstituindo e revelando, aos poucos, fatos, nomes, codinomes, números, sinais, vestígios, indícios e impressões que só um ilimitado instinto de sobrevivência e um inequívoco senso de justiça poderiam salvar.

“Seu amigo esteve aqui”, disse a Inês o sargento do Exército Ubirajara Ribeiro de Souza, que ela encontrou na Casa da Morte. Disse-o, o carrasco, com a autoridade de quem sabia exatamente quem era ela e de quem conhecera razoavelmente bem Beto e a forte relação de amizade dos dois. Por ironia do destino, o sargento Ubirajara, que na Casa atendia pelo codinome de *Zé Gomes*, ou *Zeção*, era de Minas, como Beto e Inês. E, como Beto, havia sido jogador de basquete na Belo Horizonte dos primeiros anos de 1960. Os dois não jogaram no mesmo time, mas é muito provável que algum dia tenham se enfrentado em quadra, Ubirajara defendendo o Esporte Clube Ginástico e Beto com a camisa do Minas Tênis Clube. Se de fato isso ocorreu, não se sabe. A democracia emudeceu Ubirajara. Mas ali, em Petrópolis, o torturador confidenciou a Inês: “Ele me reconheceu.”

Carlos Alberto Soares de Freitas teria padecido dois meses na Casa da Morte, segundo Ubirajara, até abril de 1971, quando foi executado, lá mesmo, com um tiro na cabeça. Conta Sergio Ferreira:

– Ubirajara contou detalhes da morte de Beto a Inês. Ela, porém, decidiu me poupar. Mas é fato que ela não testemunhou a morte dele, no sentido de ver. Ela testemunhou, no sentido de depor, o que esse sargento contou pra ela. Ele era do esquemão do CIE, o Centro de Informações do Exército, que participava desse grupo de extermínio, muito pequeno, restrito, que se encarregou de montar uma Casa como essa.

As revelações não param aí. Inês confia a Sergio ser capaz de identificar a casa onde, oito anos antes, fora mantida em cárcere privado por 96 dias, de 8 de maio a 11 de agosto de 1971. Diz que, pelo tempo e as curvas percebidas na viagem a bordo da C-14, é quase certo que ela se localize em alguma

cidade serrana próxima ao Rio. Diz também que o proprietário do imóvel se chama Mário, nome que um agente deixou escapar e que ela guardou durante aqueles oito anos. E diz mais: que uma ou duas vezes ela o viu na casa. Em uma delas, inclusive, ele lhe ofereceu uma barra de chocolate. Mário, o proprietário, tinha pleno conhecimento das atividades ali desenvolvidas. Por fim, Inês revela a Sergio que, certa vez, ouviu um torturador dizer o número do telefone da casa ao atender a uma chamada: 3254.

– Eles se descuidavam na frente da Inês, porque ela não ia conseguir sair dali com vida e também porque ela começou a jogar um papel de que estava desestruturada pela tortura, completamente fora do ar. Por outro lado, eles estupravam, torturavam, mantinham ela nua, em pleno inverno, na serra. Alguns achavam que realmente ela podia ser quebrada e que ela poderia vir a colaborar com a repressão – observa Sergio Ferreira.

Com um prenome e quatro números, Sergio saiu em campo. A cidade serrana poderia ser Friburgo, Petrópolis ou Teresópolis. Pela proximidade maior do Rio, decidiu começar por Petrópolis. Continua Sergio:

– Aí eu fui pra Petrópolis e peguei o catálogo telefônico de 1976. O telefone estava lá. Olhei o nome. Tinha Mário, seguido de uma porção de letrinhas no meio, só iniciais, e o sobrenome Ladders. Anotei. Ligo para o meu irmão, Arthur, que trabalhava no Ministério da Fazenda e havia participado da criação do Cadastro de Pessoa Física (CPF), em 1969, e peço: “Veja, pelo CPF, quantos Mário Ladders existem no Brasil.” Meu irmão investiga. Pra nossa sorte, só tem um CPF com o nome de Mário Ladders. Confirmado: mesmo telefone. Só tem um cara no Brasil com aquele nome, que é um nome comum na Alemanha. Volto pra prisão e falo pra Inês: “É Petrópolis, o telefone é o mesmo e o proprietário se chama Mário Ladders.”

Era preciso, porém, confirmar diretamente no endereço associado ao número de telefone: rua Arthur Barbosa n.120. É quando aparece, na história, o jornalista Antonio Henrique Lago, o Laguiño, filho do compositor e ator Mário Lago, então repórter da sucursal carioca da *Folha de S.Paulo*, que, contatado por Sergio, aceita, de imediato, participar da investigação. Quando chega ao local indicado, acompanhado de fotógrafo do jornal, tem sua presença anunciada pelos latidos de uma matilha de dinamarqueses. Dissimulada, a equipe jornalística age como se estivesse ali retida por um problema mecânico no carro, ainda que não fosse crível o enguiço em uma rua erma, sem saída, onde só circulavam moradores ou amigos dos moradores. É o tempo necessário para o fotógrafo “roubar” algumas fotos da fachada da casa, a última da rua.

– Quando eu levo as fotos na cadeia para Inês ver, ela é taxativa: não é a casa. Mas como?! O nome é o mesmo! O telefone, igual! Só se eles mudaram a fachada! – relembra Sergio Ferreira.

O mistério ainda estava longe de ser esclarecido. Mas os indícios encontrados já eram suficientes. Inês decide denunciar a Casa. Com essa finalidade, Sergio e Laguiño mobilizam a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ainda em 1979, o então presidente da entidade, Eduardo Seabra Fagundes, vai à cadeia conversar com Inês, acompanhado do advogado Técio Lins e Silva. Após ouvir toda a história, Seabra Fagundes, temeroso pela segurança de Inês, recomenda que ela deixe a denúncia para depois de sua libertação. A anistia estava por vir. Era uma questão de meses.

Inês, a rigor, não seria beneficiada pela anistia. A prisão perpétua, a que fora inicialmente condenada, havia sido derrubada, mas um crime de sequestro lhe pesava nas costas, o do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, realizado pela VPR em 7 de dezembro de 1970, e que após quarenta dias obteve a libertação de setenta presos políticos, banidos para o Chile. Quando a anistia saiu, porém, sua pena de oito anos já tinha sido integralmente cumprida. Inês foi libertada no dia seguinte, em 29 de agosto de 1979. Uma semana depois, no dia 5 de setembro, compareceu à sede da OAB, no Centro do Rio de Janeiro, para registrar a denúncia.

Com impressionante riqueza de detalhes, descreveu o esquema, o funcionamento e o local da Casa da

Morte, na presença do presidente da OAB nacional, Seabra Fagundes, do presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, e do presidente da OAB Rio, Cesar Augusto Gonçalves Pereira. Assinaram como testemunhas Maria Celina Romeu Cialdini, irmã de Inês, Sergio Soares Xavier Ferreira, primo de Beto, e o jornalista Antonio Henrique Lago. O depoimento foi datilografado por dona Lyda Monteiro da Silva, secretária do Conselho Federal da Ordem, que onze meses depois, em 27 de agosto de 1980, morreria vítima do atentado a bomba à entidade, atribuído a grupos extremistas de direita, contrários à abertura política.

Em seu relato, Inês Etienne Romeu listou dez nomes de desaparecidos políticos sobre os quais ela teve algum tipo de notícia durante os três meses em que resistiu na Casa da Morte. Destes, sete teriam morrido lá mesmo, em Petrópolis: Carlos Alberto Soares de Freitas, Mariano Joaquim da Silva, Aluizio Palhano, Heleni Telles Ferreira Guariba, Marilena Vilas Boas Pinto, Walter Ribeiro Novais e Paulo de Tarso Celestino da Silva. Outros três foram mencionados como tendo sido executados pelo mesmo grupo de extermínio, mas fora da Casa: Ivan Mota Dias, José Raimundo da Costa e o deputado Rubens Paiva, cuja morte havia sido “uma mancada”, segundo confidenciou a Inês o torturador conhecido como *dr. Pepe*.

Sobre Beto, o mesmo *dr. Pepe* disse a Inês ter sido o responsável por sua prisão e que ele fora executado porque seu grupo não tinha interesse em manter líderes presos. Por isso, os “cabeças”, depois de interrogados, eram sumariamente mortos. Inês também confirmou a passagem pela Casa de Mariano Joaquim da Silva, o *Coronel*, que, como Beto, foi executado em Petrópolis. Ela esteve pessoalmente com *Coronel* e por três vezes conversou com ele. No extenso depoimento, a combativa Inês contou tudo o que sabia. E nada contou, porque nada sabia, sobre Bigode.

Inês também denunciou vinte torturadores que ela encontrou dentro da Casa da Morte. Identificou todos pelos codinomes e alguns poucos pelos nomes verdadeiros. Já então, ela sabia que o *dr. Pepe* chamava-se, na realidade, Orlando Rangel, à época tenente-coronel. Sabia também que o nome do *Camarão*, o agente que lhe contou ter sido *Breno* “o primeiro terrorista preso na Casa”, era Wantuir ou Wantuil. Que o *dr. Roberto* era o capitão Freddie Perdigão Pereira. Que o nome real de *Zé Gomes*, ou *Zeção*, era Ubirajara. E que o *dr. Carneiro*, o médico da tortura, de carneiro não tinha nada. Seu nome, de fato e de direito, era Lobo.

Depoimento encerrado, a expectativa era de que a OAB encampasse a denúncia. Mas o tempo passou e... nada de denúncia. Lembra Sergio Ferreira:

– Era uma denúncia contundente. Em uma reunião na OAB, diante da insistência da Inês, um membro do Conselho Federal da entidade foi duro com ela: “Mas o que você está tentando fazer? Chegar lá e tocar a campainha? Como é que você sabe se o homem é o homem que estava lá?” Ao que ela rebateu: “Eu teria que ser uma louca pra achar, entre 120 milhões de brasileiros, esse homem.”

O atentado a bomba que matou dona Lyda Monteiro, e que tinha como alvo o presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, colocou a entidade ainda mais na defensiva em relação à denúncia. A tal ponto que Inês, Sergio e Laginho decidiram buscar apoio entre os familiares dos desaparecidos mencionados no depoimento. Continua Sergio Ferreira:

– A OAB não queria fazer a denúncia por medo, depois da morte da dona Lyda. Então nós comunicamos ao advogado Nilo Batista: nós vamos lá, com ou sem a OAB. Demos o xeque-mate: vamos com os familiares. Aí o Nilo Batista teve que ir, porque a OAB ia ficar desmoralizada. Estavam sentados em cima de uma denúncia da Inês desde setembro de 1979.

Manhã de 3 de fevereiro de 1981, uma terça-feira. A doze dias do desaparecimento de Beto completar dez anos, a caravana formada por familiares de desaparecidos, advogados, parlamentares e jornalistas sobe a serra de Petrópolis, Inês à frente. Já na cidade, o comboio segue direto para o bairro Caxambu. Em meio à subida da rua Arthur Barbosa, uma ladeira de paralelepípedos sem saída, Inês subitamente

grita:

“Para! Para!”

E aponta para a fachada com o número 668:

“Esta é a Casa.”

Fotógrafos e cinegrafistas sacam suas câmeras para registrar tudo e todos. Naquele instante, é desfeito o mistério da casa que ela não reconheceria, dois anos antes, ainda na cadeia, fotografada pela *Folha de S.Paulo*:

– O fotógrafo tirou a foto da casa do Ladders, não a da casa da tortura, que ficava antes – explica Sergio.

Cem metros adiante, o grupo avista a casa de número 120, indicada no catálogo telefônico de Petrópolis, como sendo de propriedade de Mário Ladders. A visita inesperada foi, como de hábito, anunciada em alto e bom som pelos cachorros. O primeiro a aparecer foi o caseiro, Gervásio Araújo, que, inocentemente, confirma ter conhecido dois moradores da casa vizinha que atendiam pelos apelidos de *Pardal* e *Camarão*. Da soleira, desce uma senhora – Helena Julia, irmã de Ladders –, atraída pela movimentação atípica. Sergio Ferreira continua:

– Quando a mulher aparece, o Modesto da Silveira e o Marcelo Cerqueira, que eram deputados federais pelo PMDB e representavam o vice-presidente do partido, Teotônio Vilela, tiveram uma tirada genial: “Nós estamos aqui pra prestar uma homenagem ao seu irmão. Ele está?” E a mulher responde: “Não, mas espera que eu vou ligar e pedir pra ele vir.” Em pouco tempo, um Chevette sobe a rua. A imprensa toda testemunhando. Era muita gente, uns dez carros... E quando o homem chega, todo mundo cerca. A Inês olha pra ele, cara a cara, e diz: “Eu estou reconhecendo o senhor.”

Pego de surpresa, Ladders nega conhecer Inês. Desnorteadado, não transmite convicção. Admite ter cedido o imóvel, de 1971 a 1978, a um grupo paramilitar, a pedido de Fernando Sergio Aires da Mota, ex-prefeito interventor da cidade de Petrópolis e ex-comandante da Panair do Brasil. Este, porém, negou o fato. Disse que seu filho, o advogado Fernando Eduardo Aires da Mota, alugara o imóvel entre 1973 e 1978, quando lá residiu, e que, em 1979, a casa foi vendida a um engenheiro da Petrobras. À noite, a notícia já era veiculada em todos os telejornais. No dia seguinte, os jornais publicaram a denúncia, alguns com grande destaque.

Incansável, dois dias depois, Inês bate à porta do consultório do psicanalista Amílcar Lobo, o *dr. Carneiro*. Com ela está sua irmã, a jornalista Lúcia Romeu, e o fotógrafo Antonio Augusto Fontes, ambos da revista *IstoÉ*, além do advogado Modesto da Silveira. Passados alguns minutos, o médico entra na sala de espera. Inês o interpela e levanta a saia, para mostrar a grande cicatriz na perna, que ele, na Casa, medicara. Lobo, aos poucos, afunda na poltrona, lívido, como se estivesse diante de um fantasma. Abalado e pressionado, o psicanalista, segundo-tenente do Exército brasileiro, acaba admitindo ter medicado Inês na Casa da Morte. E mais: admite que sabia, sim, que ali funcionava um centro clandestino de tortura. A equipe da *IstoÉ* grava a confissão e fotografa a cena. A denúncia estava irrefutavelmente comprovada.

No dia seguinte, um grupo de ex-presos políticos – entre eles, Cecília Coimbra, do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro – reunido na casa do advogado Modesto da Silveira, no Cosme Velho, parte para o consultório de Lobo, em Copacabana, para denunciar sua participação em outros casos de tortura. Acompanha a investida o jornalista Zuenir Ventura, autor da reportagem publicada na primeira página do *Jornal do Brasil*. Na semana que se segue, vários desses ex-presos políticos, a convite do presidente da OAB, Seabra Fagundes, registram a denúncia em depoimentos à entidade, que fundamentariam, anos mais tarde, a cassação do registro de médico de Amílcar Lobo – primeiro no Conselho Regional de Medicina, em 1988, depois no Federal, em 1989.

Em 14 de fevereiro de 1981, onze dias após a identificação pública da Casa da Morte e dez anos após

o sequestro de Carlos Alberto Soares de Freitas, a reação dos militares chega à mão pesada. Em três notas agressivas, articuladas entre si, o ministro do Exército, general Walter Pires, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Mattos, e o ministro da Marinha, almirante Maximiano Fonseca, se solidarizam com os que lutaram contra a subversão, reafirmam seu apoio ao processo de abertura política e avisam que não vão tolerar insinuações malévolas de uma maré revanchista.

Estava dado o recado. A tese do revanchismo colou. Remexer o passado, contar a história de violência e arbítrio da ditadura, para todos os efeitos, seria uma ameaça à desejada restauração do estado de direito, que se avizinhava. A imprensa recuou e o assunto sumiu do noticiário. Sob a proteção de uma anistia “tímida e precavida”, como a qualificou o poeta Carlos Drummond de Andrade em célebre crônica publicada no *Jornal do Brasil* em 28 de junho de 1979, a denúncia da Casa da Morte nunca foi investigada. Inês, para não deixá-la confinada ao território político, entrou com uma ação declaratória, no Fórum de Petrópolis, contra o proprietário da Casa, Mário Lodders, responsabilizando-o por cárcere privado. O processo tampouco seguiu adiante. E a nação de uma democracia interdita pelo cala-boca militar mergulhou em pesado silêncio.

Quarenta anos depois

Atrás do trio elétrico
Só não vai quem já morreu
Quem já botou pra rachar
Aprendeu, que é do outro lado
Do lado de lá do lado
Que é lá do lado de lá
“Atrás do trio elétrico”, CAETANO VELOSO

JANEIRO DE 2009. Sergio Emanuel Dias Campos tem 68 anos. É professor de informática na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Sujeito simples, calça jeans e camiseta, chefe de família, filhos de dois casamentos. O rabo de cavalo que prende as madeixas brancas e emolduram o rosto anguloso é (simpática) marca registrada de uma vida despojada, que lhe dá aquele ar de eterno estudante. Pode ser entendido também como um detalhe de sua estratégia de sobrevivência, que talvez queira dizer “não me rendo”.

É sobre essa não rendição que ele conversa, ao telefone, com o amigo Alfredo Wagner, antropólogo, também professor, pesquisador da Universidade do Estado do Amazonas. Apesar da distância geográfica – Sergio vive no Rio, Alfredo, em Manaus – os dois são muito próximos. Encontram-se sempre que podem, em algum lugar do Brasil, ou fora dele. Por telefone, falam semanalmente. Dessa vez, a conversa tem novidade. Sergio acaba de ganhar do Estado brasileiro a reparação financeira da anistia. Noventa e seis mil reais é o que vale o tempo em que ficou preso e foi torturado durante o governo militar. Parcela única. Sergio não sabe bem o que fazer com o dinheiro. Sabe que não o quer para si. Prefere investir em alguma coisa que faça algum sentido com sua biografia.

– Quem sabe contribuo para projetos aí da sua região? – pergunta ele ao amigo, cujas pesquisas invariavelmente envolvem populações tradicionais, indígenas, quilombolas.

Do outro lado da linha, Alfredo faz silêncio. Sergio não tem pressa em obter a resposta, porque sabe que ela virá. Para buscá-la, Alfredo vai longe e fundo:

– Por que você não investe em um livro sobre o *Breno*, que conte quem foi ele, sua importância na história da esquerda, e que denuncie seu desaparecimento?

Surpreso com a proposta inesperada, Sergio emudece. Haviam se passado 38 anos desde aquela manhã em que ele vira *Breno* pela última vez, o discreto aceno ao descer do lotação, na avenida Princesa Isabel, a poucos passos do mar de Copacabana. Desde então ninguém mais o viu. Dele nada se soube e a história dos anos de chumbo, ainda tão mal contada e com tanto por revelar, o ignorava solenemente. *Breno* não era mais que um verbete, de umas trinta linhas, sempre as mesmas trinta linhas – caçula de oito irmãos, filho de Jayme Martins de Freitas e Alice... – publicadas nos dossiês de direitos humanos, capítulo Desaparecidos. Agora, vinha Alfredo com essa!

Entre Sergio e Alfredo há uma confiança inquebrantável, nascida na sala de tortura do DOI-Codi do

Rio de Janeiro, quando os dois foram postos frente a frente para um reconhecimento que não aconteceu. Era fevereiro de 1971. Alfredo, preso há quatro meses, já havia passado da fase da tortura. Sergio, entretanto, acabara de chegar. Aos olhos de Alfredo, era um morto-vivo. Acareados, ambos negaram se conhecer. Os agentes acreditaram. Não era pouco. Para Alfredo, isso significava não voltar a interrogatório, sob tortura. Para Sergio, era um relacionamento a menos a explicar, com todas as suas improváveis ramificações.

Ali renegados, os dois se fizeram definitivamente irmãos. E foi como irmãos que se reconheceram, três anos mais tarde, já em liberdade, em meio à multidão que brincava atrás do trio elétrico, no Carnaval da Bahia. Corria, então, o ano de 1974. Espremido contra a parede de um edifício da praça Castro Alves, Sergio viu Alfredo passar, no alto do trio. No calor da multidão, Alfredo viu Sergio escorado, na empena do prédio. No olhar cruzado e no sorriso rasgado, eles entenderam que alguma coisa sempre pode acontecer do outro lado do lado de lá.

Agora, parece que a proposta trazida por Alfredo, de tão longe e tão fundo, sempre esteve ali, a esperá-los, pacientemente. Se o Estado brasileiro reconheceria, enfim, sua responsabilidade na violência sofrida por Sergio, chegara a hora de contar essa violência. E contá-la na sua radicalidade, pela figura de um clandestino duplamente desaparecido – da vida e da história. Em maio de 2009, descontados os honorários do advogado, Sergio Campos oficializou a doação de 87,358 mil reais para o Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (Iagua). Parte dessa doação alimentou 31 pequenos projetos, coordenados por Alfredo Wagner, beneficiando minorias sociais – indígenas, quilombolas, homossexuais, mulheres – em condições de pobreza e miséria. Outra parte ajudou a financiar a pesquisa e a escrita deste livro.

SOMOS QUATRO: SERGIO CAMPOS, personagem e patrono da iniciativa; Sergio Ferreira, primo do Beto, também personagem e a voz da família no processo; Flavia Cavalcanti, jornalista, ex-exilada, militante da VAR, amiga de todos; e esta que vos escreve, também jornalista, chamada a compor uma biografia de caráter humano e político. A partir da proposta de fundo de Alfredo Wagner, umas tantas entrevistas, documentos e cartas bem-guardados por Sergio Ferreira, um roteiro básico, desenvolvido por Flavia e Sergio Campos e... pronto: estava montada a operação.

A história, claro, tratou de dar-nos uma rasteira. O que contar, como contar, quem ouvir, até onde ir foram dilemas que se renovavam a cada reunião semanal, realizada sempre às segundas-feiras, religiosamente. Para além de agendas, pautas e roteiros, a mim, em particular, o desafio mostrou-se descomunal. Como revelar um clandestino, alguém que se mediu para desmedir, que viveu fora da norma e, por norma de segurança, pouco se mostrou? Quem foi essa pessoa que morreu tão jovem e, em vida, tanto se escondeu? Como dar contorno e matéria a um personagem, a partir basicamente de lembranças de um tempo ou de um instante intenso, da memória imprecisa de gente que traz, do passado, um gesto, um riso, um olhar, traços desmanchados em saudade, desarrumados nos afetos e, muito provavelmente, traídos por desejos?

Para encontrar Beto e *Breno*, sujeitos dissolvidos de uma tragédia sem final, foi preciso reunir cacos, preencher lacunas e enfrentar um luto em aberto, despudoradamente, para ousar descartar panfletos e mitos. Foi preciso entender, também, que o que nos move – e está em jogo – na história de Beto e *Breno* é a nossa própria dimensão humana. A nossa impossibilidade de aceitar o inaceitável, de nos deixarmos abater, de joelhos, pela covardia brutal de um tiro na nuca. A nossa incapacidade de esquecer.

Pensado para durar seis meses, o projeto, para espanto de nós quatro, entre idas e vindas, entendimentos e desavenças – sim, houve desavenças, saudáveis desavenças! –, consumiu três anos. Tudo poderia ter sido feito mais rápido. Ou com menos detalhe. Mais levemente, quem sabe? Mas este livro,

que procura por Beto e não teme constranger o Estado brasileiro em busca do paradeiro de *Breno*, aconteceu assim, com muito debate político e atravessado por dúvidas, hiatos, ausências. Trabalho de prática democrática, com todas as decisões tiradas no consenso dos quatro, e, quando preciso, no voto, o que aqui se lê é o texto de vários narradores, pessoas que conviveram com Beto e *Breno* e que conheceram um pedaço de sua vida.

Mas se o tempo, esse termômetro cruel da ansiedade, sob alguns pontos de vista corre contra nós, para a reconstituição dos fatos ele é um aliado precioso. Abre espaço para a vida acontecer, afirmar, repercutir, decantar. Remexer e entender o passado, isso o tempo ensinou, impõe aceitar a surpresa e render-se ao inesperado. Ao destampar bueiros vedados à força bruta, revolvemos o terreno das mudanças. Outras biografias e outros enredos bateram à nossa porta, a nos chamar atenção para detalhes despercebidos à luz do sol. Como um desdobrar sem fim, novas hipóteses e mais possibilidades, em respostas de uma sociedade indiscutivelmente acordada para seu destino. É o que mostramos aqui, neste livro do livro, metalivro que nos revela os atores do tempo presente, gente que, no garimpo da memória, também faz história.

VINTE DE FEVEREIRO DE 2010. Dois meses depois da manhã em que estivemos por uma hora e meia no gabinete da então ministra da Casa Civil para conversar sobre Carlos Alberto Soares de Freitas para este livro, Dilma Rousseff surpreendeu o país, ao marcar posição sobre seu passado de militante de esquerda, no primeiro discurso que fez como candidata a presidente do Brasil:

... No limiar de uma nova etapa de minha vida, quando sou chamada a tamanha responsabilidade, penso em todos aqueles que fizeram e fazem parte de minha trajetória pessoal. Em meus queridos pais. Em minha filha, meu genro e em meu futuro neto ou neta. Nos tantos amigos que fiz. Nos companheiros com quem dividi minha vida. Mas não posso deixar de ter uma lembrança especial para aqueles que não mais estão conosco. Para aqueles que caíram pelos nossos ideais. Eles fazem parte de minha história. Mais que isso: eles são parte da história do Brasil. Quero recordar três companheiros que se foram na flor da idade. Carlos Alberto Soares de Freitas. Beto, você ia adorar estar aqui conosco. Maria Auxiliadora Lara Barcellos, Dodora, você está aqui no meu coração. Mas também aqui com cada um de nós. Iara Iavelberg. Iara, que falta fazem guerreiras como você. O exemplo deles me dá força para assumir esse imenso compromisso

Lembrei, naquele momento, do depoimento difícil, acompanhado por assessores, numa sala do conjunto do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília, onde fomos recebidos, Sergio Campos e eu, depois de passarmos por um esquema de segurança que incluía detectores de metais e esteiras de visualização de objetos. Foi um encontro de palavras medidas. Durante a hora e meia em que Dilma Rousseff lembrou dos tempos de juventude e militância ao lado de Beto, houve momentos de andar para o lado, em busca da memória precisa e de comentários sobre outros companheiros. Mas quando o foco se fechou no amigo desaparecido, Dilma falou da imagem mais antiga que tem dele, na festa dos seus quinze anos. Beto estava lá. Ela enumera os livros que leram juntos, título a título, como parte da formação política. Beto a orientou. Lembra dos dois durante a greve de Contagem e do caso de amor dele com Iara, que ela acompanhou de perto. Cercada de telefones e assessores, a futura presidente do Brasil cantarola as músicas que aprendeu com ele, canções pouco conhecidas de Paulo Vanzolini, e comenta sobre sua memória vertiginosa, a poesia sempre na ponta da língua. Por fim, ao pensar na crueldade de sua execução, Dilma chora.

Onze meses depois de anunciada a candidatura, em 1º de janeiro de 2011, na histórica cerimônia de posse da primeira mulher eleita presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em seu discurso, volta à carga:

... Dediquei toda a minha vida à causa do Brasil. Entreguei minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco ressentimento ou rancor. Muitos da minha geração, que tomaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem

A imprensa detectou a senha. Três dias depois, no dia 4 de janeiro de 2010, o telefone toca. Do outro

lado da linha, o jornalista Chico Otávio, de *O Globo*, pede uma entrevista. Soubera, por Maria do Carmo Brito, que eu estava escrevendo um livro sobre Carlos Alberto Soares de Freitas, um dos que “tomaram pelo caminho”, o comandante, na luta armada, da agora presidente do Brasil. Gostaria de apresentá-lo aos leitores do jornal. Poderia eu ajudá-lo a fazer esse perfil?

COMBINEI COM O COLEGA do *Globo* que consultaria meus pares sobre a conveniência da entrevista. Militante desconhecido, desaparecido na escuridão da ditadura militar, Beto é história do Brasil. Este livro não tem outro objetivo que não o de livrá-lo das trevas e a ele dar o devido lugar em um capítulo não contado dessa história. Por isso, a consulta resultou em uma resposta afirmativa. A entrevista foi marcada para dali a dois dias, 6 de janeiro, uma quinta-feira, às dezessete horas, em minha casa. Assumi o papel de mediadora do encontro. Sergio Campos seria o entrevistado. Quando Chico Otávio chegou, já estávamos os dois, Sergio e eu, a postos. Como suporte, preparamos uma linha da vida do Beto, no tempo, bem básica, para oferecer ao jornalista.

Bom repórter, Chico sabe o que quer e como conseguiu-lo. Ao cabo de hora e meia, talvez duas, já tinha registrado em seu bloco de anotações alguns dos episódios marcantes da vida de Beto: a última vez que fora visto, o quarto mantido intacto pela mãe à espera do retorno do filho, a provável execução na Casa da Morte, em Petrópolis, e a existência do depoimento de Inês Etienne Romeu, indicando torturadores, entre eles, um que teria sido reconhecido por Beto – Ubirajara, o *Zé Grande* ou *Zeção*, ex-jogador da seleção mineira de basquete.

A primeira reportagem, com o perfil de Beto e também de Maria Auxiliadora Lara Barcellos, a Dodora, saiu publicada na edição de domingo, 9 de janeiro de 2011, sob o título “Retratos da dor que Dilma relembra em público”. Página inteira, sem anúncio, sinal de nobreza editorial, tendo em vista o disputado espaço da imprensa nos dias que correm. Duas fotos do arquivo que vimos reunindo para o livro, escolhidas por Chico Otávio e reproduzidas pelo fotógrafo Custodio Coimbra, companheiro e parceiro de todas as empreitadas, destacadamente esta, foram generosamente abertas. A matéria saiu correta, no tom certo, nem para mais, nem para menos. E todos os implicados gostaram muito.

Menos de uma semana depois da publicação, no dia 15 de janeiro de 2011, o seguinte e-mail de Chico Otávio cai na minha caixa de correio: “Oi. Desconfio que já achei o cara da Casa da Morte, que jogou basquete em Minas. Ele mora e trabalha no Rio.” Coração aos pulos, respondi à mensagem: “Quando conversamos?” Na mesma noite, ao telefone, ele me contou seu caminho até Ubirajara. A pista viera de um oficial graduado da caserna. O outrora torturador atua, há anos, como advogado de causas militares no Rio de Janeiro. Dali à ficha da OAB na internet foi um pulo.

Ubirajara Ribeiro de Souza está vivo e mora na Tijuca, Zona Norte do Rio. Mineiro, nasceu em 11 de fevereiro de 1937. Na juventude, em Belo Horizonte, foi jogador de basquete do Esporte Clube Ginástico e vestiu a camisa onze da seleção mineira. Por sua participação como terceiro-sargento no 10º Contingente do Batalhão de Suez – os Boinas Azuis –, que integrou a Força de Paz no Oriente Médio, em 1962, foi condecorado pela Organização das Nações Unidas (ONU). É advogado desde 1986. Prestou juramento na OAB em 11 de julho daquele ano e sua inscrição no cadastro nacional da entidade, de n.54.208, permanece ativa.

O Globo publicou a notícia do paradeiro do ex-sargento na edição dominical de 13 de fevereiro de 2011, sob o título “Carcereiro da ‘Casa da Morte’ perde o capuz”. A reportagem, assinada pelos jornalistas Chico Otávio e Thiago Herdy (da sucursal de Belo Horizonte), revela que Ubirajara se apresenta como um homem doente e se recusa a falar do passado. Ouvido na capital mineira, o ex-técnico de basquete Humberto Ladeira, responsável por descobrir o talento do então menino Bira e alçá-lo da favela Mato da Lenha para as quadras da capital, nos longínquos anos de 1960, deixou escapar:

– O Bira foi da repressão, mas salvou muita gente. Teve uma moça lá de Petrópolis mesmo que ele salvou. Ele me escreveu uma vez e falou comigo.

O dito ficou pelo não dito, já que o antigo treinador não guardou a carta. No dia da publicação da reportagem, o presidente da OAB-RJ, Wadih Damous, anunciou pelo Globo Online, a versão eletrônica do jornal, o encaminhamento do caso para a análise do Tribunal de Ética e Disciplina, procedimento administrativo que poderia levar à expulsão de Ubirajara dos quadros da entidade. Naquela mesma semana, Damous esteve pessoalmente na casa do ex-sargento, que, como previsível, refutou a denúncia, negou participação, descartou qualquer oportunidade de delação premiada. Diante da negativa, a OAB não levou o caso adiante. A denúncia morreu ali, numa página de jornal que, como se dizia antigamente, no dia seguinte embrulha peixe.

QUANDO, ENFIM, CHEGOU ao último ano da Faculdade de Direito da PUC-Rio, Rodrigo Santa Maria Coquillard Ayres já sabia que ia meter o dedo em vespeiro. Para a monografia de graduação, que vale a obtenção do título de bacharel, escolheu um tema espinhoso e polêmico: a responsabilização dos autores de crimes contra a humanidade praticados durante a ditadura militar no Brasil. No trabalho, intitulado “Dos porões à Corte Interamericana dos Direitos Humanos: desafios da Anistia”, Ayres questiona a decisão do Supremo Tribunal Federal de estender a Lei de Anistia aos torturadores do regime. Em seu exercício crítico, confronta as argumentações da mais alta Corte brasileira com a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos de condenar o Brasil pela impunidade dos crimes cometidos na Guerrilha do Araguaia. Escreveu o estudante no “Resumo” da monografia:

Reconhece-se a necessidade de o Estado brasileiro acertar as contas com o seu passado autoritário, sendo esta uma questão fundamental na defesa dos direitos humanos e da democracia. É preciso arrebentar as correntes que nos ligam ao regime ditatorial, objetivando justamente a não repetição de um pretérito tão tenebroso como os anos de 1964 a 1985.

Além de apresentar o conflito entre o direito internacional e o direito interno, o jovem estudante mergulha no problema jurídico dos desaparecidos políticos. E de novo vale-se de uma decisão do STF, dessa vez para concordar com a Corte, que, ao conceder a extradição, pedida pela Justiça da Argentina, do major Manuel Juan Cordero Piacentini, implicado nos crimes da Operação Condor – uma integração entre os órgãos de repressão das ditaduras do Cone Sul, para caçar dissidentes políticos foragidos em países sul-americanos –, reconheceu ser o desaparecimento político crime de sequestro.

Ao precedente, Rodrigo Ayres acresceu mais um crime do desaparecimento político: ocultação de cadáver. Tanto um quanto outro – sequestro e ocultação de cadáver – são crimes permanentes, que se prolongam no tempo. Continuam sendo cometidos até que cessem, seja com a libertação do sequestrado, se estiver vivo, seja com o surgimento do cadáver. Não estão, portanto, nem prescritos nem contemplados pela Lei de Anistia, restrita aos fatos ocorridos no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. É o que ressalta Ayres em sua monografia (e qualquer semelhança com o caso de Beto não é mera coincidência):

... Tendo em vista a aplicação da Lei de Anistia – como vem sendo interpretada – e a ineficácia das ações de natureza civil para esclarecer os fatos, é inevitável que muitas perguntas encontrem-se sem respostas. Há, inclusive, muitas respostas sem perguntas. Entre perguntas e respostas subsiste o fantasma do desaparecido político: não está vivo – presume-se –, mas nunca se viu o corpo. O Estado não assume sua morte, muito embora existam diversas testemunhas de sua prisão e tortura. O Estado vai além: nega inclusive a sua prisão. Sumiu. Onde está o desaparecido político? O Brasil tem o dever de responder a esta pergunta

Rodrigo Ayres desenvolveu um trabalho audacioso para os padrões acadêmicos requeridos na esfera de uma graduação. Contou, para isso, com a orientação do professor Otávio Bravo, de quem nunca tinha sido aluno e que sequer conhecia. Abordou-o com o pedido de que fosse seu orientador movido pelas atividades do mestre fora da PUC: promotor do Ministério Público Militar. O resultado desse encontro

ultrapassou a produção de uma peça virtuosa depositada nos anais da universidade. A experiência levou Bravo a abrir procedimento para investigar os responsáveis pelo desaparecimento de militantes de esquerda durante a ditadura, levados para unidades militares no estado do Rio de Janeiro. Na lista de 29 nomes apresentada ao promotor pela presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, Cecília Coimbra, figura o de Carlos Alberto Soares de Freitas.

– O gesto do Ministério Público é corajoso e pode ajudar a elucidar e esclarecer os fatos – comentou Cecília Coimbra, que nos indicou ao promotor para testemunharmos sobre o desaparecimento de Beto.

DEZESSEIS DE MARÇO DE 2011. O telefone toca. Na linha, de novo, o colega Chico Otávio. Entre solene e misterioso, revela ter encontrado um rastro de Beto. Não tem certeza, quer mostrar o documento que obteve de uma fonte militar, mas encontra-se atarefado com múltiplas pautas, não pode sair da redação.

– Você pode vir aqui? – pergunta ele.

Pouco depois das três da tarde, Sergio Campos e eu entramos no grande salão do jornal, onde, diariamente, trabalham centenas de jornalistas.

A privacidade é zero. Numa mesa entre tantas, umas coladas nas outras, Chico arrasta duas cadeiras para nos acomodar. Cordial, oferece café, que lamento ter aceitado, porque o obriga a ir buscar numa máquina no outro canto da redação. A espera parece uma eternidade, mas enfim ele volta, com uns copinhos de plástico na mão. De novo em seu posto de trabalho, Chico remexe pastas, envelopes, papéis soltos, até puxar um maço de folhas grampeadas.

– Este é o documento – apresenta.

Sinto um arrepio atravessar meu corpo. Será a pista que tanto procuramos? Estará ali a chave de um mistério guardado há quarenta anos?

Há apenas uma cópia que Sergio Campos e eu dividimos, cada um segurando uma ponta do papel. Apócrifa, a peça traz, no alto da página, o nome completo, CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS, em caixa-alta, negrito e sublinhado, e, na linha abaixo, entre parênteses, uma relação de codinomes (“BETO”, “BRENO”, “CLAUDIO”, “GUSTAVO”, “MELO”, “SERGIO”, “FERNANDO”, “FERNANDO SÁ DE SOUZA”, “FERNANDO FERREIRA”). Logo a seguir, uma data e o primeiro choque: 28/02/1971 – exatos 13 dias após o desaparecimento de Beto! A data bate! Faz sentido! – acompanhada da frase: “Estando preso, produziu um depoimento de próprio punho.” E imediatamente abaixo, a relação de três fontes de referência:

– DOC DIGITADO NO ARQUIVO “BRENO.DEP”

– DOC JÁ PROCESSADO, COM RESUMO NO ARQUIVO “BRENO”

– CÓPIA DATILOGRAFADA ESTÁ NA PASTA “VAR-PAL”

O que vem a ser este documento? Sergio e eu trocamos olhares e tentamos disfarçar nosso assombro. Sem nada dizer um ao outro, de cara evidenciamos tratar-se do primeiro documento extraído dos arquivos da ditadura que reconhece ter sido Beto preso! Só por esse fato, pensei, é um documento valioso. Chico nos observa. Espera. Não nos apressa. Quer a confirmação dos fatos ali descritos. Quer validar o documento. Pergunta, formalmente, se reconhecemos a história ali contada, caprichosamente, cheia de detalhes.

Silêncio. Impossível não pensar nas condições em que todos aqueles detalhes foram obtidos. Tortura, barbárie, crueldade. Impossível também não constatar, pela narrativa, que a natureza daquele documento, mais que a de um depoimento, é a de um dossiê. Uma peça construída, editada, reunindo informações de variadas fontes em diferentes períodos de tempo. Uma montagem. Uma fraude da ditadura.

Espicho o olhar para o documento de quinze páginas datilografadas. É um estranho relato, que às vezes aparece na primeira pessoa, às vezes na terceira e, em alguns trechos, se utiliza de palavreado típico das narrativas policiais, como a identificação de pessoas por “elementos”, de militantes por

“agitadores” e de namoradas por “amantes”. Nele, o suposto Beto narra sua iniciação política na Polop, o surgimento da Colina, a fusão com a VPR, a atuação na VAR, o racha... Da primeira à última folha, o documento relaciona nomes, codinomes, informações de aspectos físicos e de origem política de cada um. Um minucioso quem é quem.

– Um documento destes nós sequer consideramos. Já vimos aos montes. Não podem ser levados a sério. Não servem para nada – nos advertiria, mais tarde, Cecília Coimbra.

Chico Otávio orienta – e insiste – para que dediquemos especial atenção ao trecho relacionado à Área Estratégica. O cansaço é enorme. Onde buscar explicação para aquilo tudo? Experiente, Sergio Campos ganha tempo.

– Sim – diz ele –, há fatos verídicos nesta peça, mas, ao rápido olhar, parece-nos uma montagem. Precisamos ler com calma, ver melhor, checar os fatos.

Em seguida, pergunto:

– O que a sua fonte disse ao lhe entregar este documento? Qual o propósito de fazê-lo chegar às suas mãos?

– O que a minha fonte quer é mostrar que, ao contrário do que começa a sair na imprensa, o amigo da presidente Dilma não é nenhum herói. Entregou seus companheiros – admite Chico Otávio.

Já no táxi, de volta para casa, com uma cópia nas mãos, começamos a traçar os caminhos para extrairmos, do documento apócrifo, palavra por palavra, verdades, mentiras, ardis.

“APÓS QUARENTA ANOS, surge pista de desaparecido”, noticia *O Globo*, na capa da edição de 1º de maio de 2011, um domingo. Em mais um furo de reportagem do jornalista Chico Otávio, o jornal anuncia: “Documento guardado por militar, sem autenticidade provada, indica que Carlos Alberto Soares de Freitas, comandante da VAR-Palmares, estava em poder do Exército treze dias após desaparecer.”

Em página inteira, de novo sem anúncio, estão guardadas as devidas precauções para a publicação de um documento apócrifo, sem valor jurídico, também veiculado, na íntegra, no Globo Online. O jornalista registra, com transparência, o propósito de sua fonte militar – desmascarar o herói. Todos os lados foram ouvidos, inclusive Sergio Ferreira, primo de Beto, que denunciou ser a peça uma montagem, e Sergio Campos, que reforçou a tese da família.

Dentre as múltiplas informações atribuídas a Carlos Alberto Soares de Freitas, a reportagem destaca aquelas relacionadas à Área Estratégica, no Norte do país: “O foco, ou a área, no jargão guerrilheiro, acabaria caindo cinco meses após a tomada do suposto depoimento.” Na sequência, associa o suposto depoimento de Beto à Operação Mesopotâmia – realizada pelo Comando Militar do Planalto e a 3ª Brigada de Infantaria, em agosto de 1971, na região de Imperatriz, Porto Franco e Tocantinópolis, que desmantelou os grupos de militantes ali instalados – para, então, concluir:

De 4 a 8 de agosto, foram presas 32 pessoas, das quais apenas treze acabaram transferidas para Brasília. Destas, segundo o relatório de operações, três pertenceriam à VAR, sendo Eliezer Vaz Coelho, codinome “Cerqueira” ou “Geraldo”, a prisão mais importante. Para chegar a ele, as tropas teriam seguido os dados contidos no depoimento.

Esta seria a prova, segundo o oficial que entregou o documento apócrifo para a publicação, de que Beto traiu seus companheiros. Para fazer valer essa ideia, o militar e seu grupo abriram mão de sustentar uma mentira histórica para, enfim, reconhecerem que ele esteve preso. Mas a verdade é que não se sabe de nenhum companheiro de Beto, do campo ou da cidade, que tenha caído em decorrência de sua prisão, em fevereiro de 1971, seis meses antes da mencionada Operação Mesopotâmia. Ao contrário, as atividades na Área Estratégica e no cinturão de Belém – sob seu comando direto – não foram afetadas. Ninguém foi preso.

A verdade que importa, porém, é outra. Não se dissipa em cortinas de fumaça. A verdade que importa é que Beto, inimigo de um regime de força, sumiu. E que há testemunho de que ele esteve preso e de que foi executado em um centro de tortura, mantido clandestinamente por agentes desse regime. A verdade que importa, e que falta revelar, é da conta e da responsabilidade de um aparato repressivo e seus agentes, que agiram sob o manto do Estado e continuam a postos, anônimos, sem mostrar a cara.

QUANDO ACEITOU ORIENTAR o estudante de direito Rodrigo Ayres em sua monografia de graduação, o professor Otávio Bravo não percebeu de imediato estar diante de um desafio profissional que ultrapassaria as fronteiras dos pilotes da PUC do Rio de Janeiro. Mas, à medida que Ayres desenvolvia o raciocínio jurídico de enquadrar como crime de ocultação de cadáver os casos de desaparecimento forçado ocorridos durante o regime de exceção em vigor no Brasil de 1964 a 1985, Bravo foi, pouco a pouco, trocando o jaleco do mestre pela toga do promotor do Ministério Público Militar.

Em exercício no 1º Ofício da Procuradoria de Justiça Militar, cujo raio de ação abrange os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, Otávio Bravo acabou abraçando a causa. Apesar de se autodenominar um moderado quando o assunto é política, o tema dos direitos humanos sempre lhe foi caro. Integra sua matriz de valores universais, como a democracia e a liberdade. Não por acaso sua titulação de mestre foi obtida em direito internacional de direitos humanos e o doutoramento segue no mesmo campo.

– O desaparecimento de pessoas me choca. É uma violência que se perpetua. Injustificável em uma democracia – acentua Bravo.

Com o entendimento de que o desaparecimento forçado é crime de ocultação de cadáver, qualificado como permanente, e que, portanto, não terminou, não está prescrito e não pode ser anistiado, Ayres lançou a isca. Mas a argumentação de nada servia a Bravo, uma vez que a ocultação de cadáver não é crime previsto na legislação penal militar, e, assim, não poderia ser por ele investigado. Coube ao promotor construir a ponte que faltava para unir dois mundos:

– A ocultação de cadáver leva à ideia de sequestro, crime que existe na legislação militar, e que também é de caráter permanente.

Em 10 de fevereiro de 2011, Otávio Bravo surpreendeu seus colegas do Ministério Público Militar ao instaurar Procedimento Investigatório Criminal para apurar casos de desaparecimentos forçados durante a ditadura, “cuja execução tenha se dado, total ou parcialmente, no interior de unidades militares localizadas na área da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, e/ou tenham tido o concurso, na forma de autores ou partícipes, de agentes militares em serviço ou atuando em razão da função”.

Descrito no artigo 225 do Código Penal Militar, o crime de privar alguém de liberdade por sequestro ou cárcere privado tem pena prevista de um a três anos de reclusão. Quando seguido de morte (parágrafo 3º, do mesmo artigo), a condenação varia de doze a trinta anos de prisão. Mas Bravo não tem a ilusão de ver um militar sentar no banco dos réus para responder por esses crimes. Que juiz aceitaria a denúncia de um sequestro supostamente cometido em 1971? A hipótese de que esse crime não tenha terminado é simplesmente absurda. E de que este término tenha ocorrido antes do ano de 1979, mais que provável. É o tempo necessário para que o crime prescreva.

Nada disso desanimou o promotor, que decidiu instaurar a investigação do mesmo jeito, porque o procedimento é uma oportunidade de recolher material que, no futuro, pode ser remetido à Justiça Federal para que seja aberto processo criminal por ocultação de cadáver. Mas não basta vontade para botar o trem para andar. O promotor Otávio Bravo trava uma luta solitária. Conta com a ajuda apenas de Andréa, sua secretária. Na Procuradoria, admitiu, não sofreu qualquer pressão para recuar em sua iniciativa, mas também não recebeu apoio de qualquer espécie, nem institucional.

Sem mais apoios, o ritmo da investigação é lento. Em um ano, apenas dois processos puderam ser abertos – o de Carlos Alberto Soares de Freitas e o do deputado Rubens Paiva. Há outros 27 na fila. No caso de Beto, especificamente, a investigação não revelou nenhum dado novo, mas recolheu vários depoimentos, entre eles o do sargento Ubirajara, que negou ter estado na Casa da Morte, e o de Inês Etienne Romeu, que ratificou o depoimento prestado em 1979 para a OAB. Devido a problemas de saúde de Inês, Bravo foi tomar o depoimento dela em casa. Na ocasião, exibiu para Inês o vídeo do depoimento de Ubirajara. Sem hesitar, Inês o reconheceu:

– É ele.

VINTE E CINCO DE MARÇO DE 2011. São quase dez da noite, quando Cecília Coimbra telefona. Acabara de falar com Sergio Ferreira. O primo do Beto, parceiro deste livro, fora procurado pelo jornalista Wilson Tosta, do jornal *O Estado de S. Paulo*, informando que acabara de ver, nas cercanias do Túnel Rebouças, um *outdoor* com a imagem de Breno e os dizeres: “Carlos Alberto Soares de Freitas, mártir da democracia brasileira.” Ferreira queria saber se era alguma homenagem do Grupo Tortura Nunca Mais.

– É óbvio que não. Não temos dinheiro pra isso. E, de mais a mais, a gente não usa essa expressão “mártir”. Não é coisa nossa – rebateu Cecília.

Quem poderia ter empatado um bom dinheiro para expor Beto em um *outdoor* na entrada do Rebouças, uma propaganda em área de alta visibilidade, supervalorizada, do Rio de Janeiro? Com que intuito? Seria coisa da direita? Uma provocação? Quem sabe, uma intimidação, como a do documento apócrifo, que acabáramos de descobrir não fazia nem uma semana? Iniciou-se ali uma troca de telefonemas para apurar que diabo de publicidade seria aquela. A ansiedade se dissiparia na manhã seguinte.

Na avenida Paulo de Frontin, no Rio Comprido, onde fica o viaduto de mesmo nome, que dá acesso ao Túnel Rebouças, um monumental retrato de Beto pintado em uma das pilastras de sustentação do elevado, sua foto mais conhecida, divulgada nos dossiês de desaparecidos, não deixa dúvidas – trata-se de um tributo. Uma homenagem popular, arte de rua, decerto feita por um jovem, por isso a expressão “mártir da democracia”. Emoção. Ali estava algo inusitado. Mais um fato inesperado, urdido no tempo, que nos brindava com a quebra de um anonimato. No canto esquerdo da obra, alinhada ao terno de Beto, uma assinatura: N370 2011.

Não foi difícil encontrar o artista na rede social. Na troca de mensagens pelo Facebook, ele explicou as razões de sua arte:

Não, não sou parente. Entretanto, como cidadão brasileiro, sinto que devo uma parte de minha liberdade aos que contestaram as arbitrariedades do passado. Trata-se de um trabalho de autoconhecimento, ainda que com objetivo de divulgar as páginas arrancadas da história do Brasil. Penso que devemos resgatar a memória para compreendermos o presente e vivermos em plenitude um dia após o outro. Também não sou filiado a partidos ou qualquer outro movimento que seja, apenas faço do meu cotidiano uma busca contínua pela verdade e pelo amor. Vivo para a arte.

Dois dias depois, recebo a seguinte mensagem eletrônica de Rodrigo Ayres, o jovem advogado da PUC:

Tenho um amigo que é artista, designer gráfico, que também se interessa pelo direito à memória e à verdade, já tendo inclusive colado comigo alguns cartazes nas ruas pedindo justiça etc. Recentemente ele teve a ideia de grafitar uma pilastra inteira do elevado Paulo de Frontin homenageando algum desaparecido político, pois é um assunto que também o sensibiliza, e eu sugeri que ele fizesse o Beto. Assim, ele fez um verdadeiro monumento em homenagem ao “Comandante Breno” na segunda pilastra do elevado Paulo de Frontin, sendo amplamente visto por quem vai da Tijuca (pela praça da Bandeira) para o Centro ou para a Zona Sul; ficou realmente gigante!!!

N370 é a representação gráfica de Neto, como assina suas obras Dylson Valente Neto, carioca da Tijuca, que, ao grafitar a imagem de Beto no pilar de um viaduto da cidade, não sabia estar, com sua arte, reproduzindo uma atitude de seu personagem. Curiosamente, é como se ele repetisse o gesto de Beto, que

foi preso, condenado e caiu na clandestinidade pelo crime de pichar palavras de solidariedade a Cuba e contra a ditadura militar nos muros de Belo Horizonte, logo após o golpe militar, em julho de 1964. Bela homenagem. Beto iria gostar dela.

ESTE LIVRO É TAMBÉM uma homenagem. Múltiplas vozes se levantaram para chamar por Carlos Alberto Soares de Freitas. Mas sua vida continua sem final. Assim como continua sem final a vida daqueles que desapareceram nas prisões da ditadura militar. Só neste livro conhecemos outros três. Antônio Joaquim Machado, o Bigode, Mariano Joaquim da Silva, o *Coronel*, ou *Loyola*, e um cidadão sergipano, também chamado de *Carlos*, *Baiano* ou *Maneco*, de quem não se sabe sequer o nome legal, o do registro civil. Vítimas do terrorismo de Estado praticado por agentes públicos, eles estão em uma lista oficial de 136 desaparecidos políticos. Uma lista que pode aumentar, na medida em que a história for sendo apurada, com vontade e verdade. Mas que não vai diminuir. Está aí, para ser enfrentada e esclarecida, caso a caso, um por um. Esta é a homenagem, a que ainda não veio e a que se quer. Homenagem não só aos que morreram, mas também aos que sobreviveram para cobrar o resto da história.

Um Beto e cinco Brenos

- Meu nome é Beto.
- Alberto ou Roberto?
- Beto. Beto mesmo.

Este é um diálogo de rotina para Beto Ferreira Martins Vasconcelos, filho de Gilberto Vasconcelos, o Giba, companheiro de *Breno* na Polop, na Colina e na VAR. Mas apesar do trabalho que dá ter de explicar que o apelido é seu nome de verdade, ele não reclama. Muito pelo contrário. Enche o peito de ar, em sinal de orgulho. Seu nome é Beto em homenagem a Carlos Alberto Soares de Freitas.

– Nunca tive problema de ter um apelido como nome. De tanto explicar, pensei até em mudar meu registro civil para “Beto Mesmo Ferreira Martins Vasconcelos” – comenta, bem-humorado.

Mineiro de Uberaba, formado em direito, aos 35 anos de idade esse jovem advogado circula no primeiro escalão da República. É secretário executivo da Casa Civil da Presidência da República, uma carreira que ele construiu com esforço próprio, sem a ajuda do pai, também advogado e amigo da presidente Dilma Rousseff, e sem que ela própria soubesse quem ele era, embora por um bom tempo os dois tenham trabalhado muito próximos. Ela, na época, no posto de ministra-chefe da Casa Civil e ele, como subchefe de Assuntos Jurídicos da pasta. Dilma só soube muito tempo depois que Beto era filho de Giba e que seu nome era uma homenagem ao amigo desaparecido. E, ao sabê-lo, decidiu confiar-lhe a missão de coordenar o Grupo de Trabalho criado para transferir os arquivos da ditadura guardados na Agência Brasileira de Inteligência, a Abin, para o Arquivo Nacional Regional, de Brasília.

- Você vai transferir tudo pra lá – comunicou-lhe a então ministra da Casa Civil.
- Mas como é que eu vou fazer isto? – indagou Beto.
- Você vai coordenar o Grupo de Trabalho.
- Em quanto tempo vamos fazer isto, ministra?
- Vinte dias! E... ó: honra teu nome, viu?

A advertência era desnecessária. Desde sempre ele sabe a força do nome que carrega:

– Meu pai sempre falou do Beto como um grande amigo, um irmão mais velho que lutou com ele num período cruel e nefasto da história do país e que perdeu a vida nesse processo. A imagem que tenho na cabeça é a de uma pessoa agradabilíssima, encantadora, de conversas longas e profundas, com reflexões sobre várias coisas. Um homem bonito, charmoso, que não mudava a postura por causa disso. Pra mim, esse nome é razão de um orgulho extremo!

Beto não exagera. A homenagem de Giba Vasconcelos ao companheiro desaparecido não parou no primogênito. Ao segundo filho ele deu o nome de Breno. Breno Ferreira Martins Vasconcelos, 31 anos, é mineiro de Uberaba e trabalha, também como advogado, em São Paulo. Como o irmão, ele sente “um orgulho tremendo” por poder dizer que o Breno que homenageia foi um idealista que arriscou a própria vida por um Brasil melhor:

– O Carlos Alberto pra mim não tem uma cara, só a emoção da relação que meu pai teve com ele, de companheirismo, amizade, lealdade. A carga é gigantesca. Saber que o que você tem de mais valioso na sua vida é o seu nome. E o que é o meu nome? Eu não segui um caminho político, mas muito do que meu

pai e vocês todos passaram pra mim foi um certo inconformismo. Desde moleque eu fico inconformado com a injustiça. Até por isso eu quis seguir o direito – comenta Breno Vasconcelos.

Beto e Breno Vasconcelos integram o time de filhos de militantes, todos, hoje, na casa dos trinta anos, que carregam, no nome, a força de um afeto. Pela experiência fraterna de seus pais, evocam a história de resistência, utopia e barbárie que marcou o período da ditadura militar no Brasil. Nesse time estão Breno Brown, Breno Câmara e Breno Freitas. E estaria, também, Breno Gustavo Batista, filho de Ana e Jorge Batista, militantes de Minas, se a tragédia não tivesse abatido a família numa curva da BR-050, próxima ao trevo de Uberaba, no dia 24 de dezembro de 1986, véspera de Natal. No desastre de automóvel, Jorge e Ana morreram na hora. Breno, então com onze anos, chegou consciente ao hospital, a tempo de dar informações sobre parentes que podiam ser avisados do acidente, mas não resistiu. Em depoimento gravado na cerimônia de batizado de Breno, Jorge Batista deixou para o filho um registro comovente sobre as razões de seu nome, composto por dois codinomes de Carlos Alberto Soares de Freitas:

Eu preciso dizer uma coisa pro Breno, pra ficar guardada. O nome dele, de Breno Gustavo, foi escolhido pelo tanto de significado que ele tem pra nós. Breno Gustavo era exatamente o nome de um amigo fraternal meu, um cara com o qual eu vivi muitos momentos da minha vida, que se meteu dentro do mundo com uma sede de melhorar o mundo... E que há mais ou menos três anos atrás caiu preso neste país... Porque ele queria essencialmente a libertação do povo brasileiro, sobretudo das massas exploradas... E que, sendo preso, foi torturado até a morte. Então a gente entendeu que cabia fazer renascer esse companheiro dentro desse filho da gente. A vontade que a gente tem é que ele seja um amigo dos homens, um amigo da libertação do povo desta terra.

Como o mineiro Beto, que é Beto mesmo, Breno Nascimento Brown Leão, 33 anos, volta e meia é obrigado a explicar seu nome. Filho de Rafton Nascimento Leão com a inglesa Maria Brown, ele nasceu na Inglaterra, onde vive e trabalha – é executivo do mercado financeiro – e onde seu nome, além de incomum, é difícil de pronunciar: B-R-E-N-O, ele soletra, com frequência, para entendimento de seus interlocutores. Desde pequeno, ele soube que seu nome era uma homenagem a um amigo do pai, morto pela ditadura. Mas foi aos dezoito anos, quando passava férias no Rio e ganhou de Rafton o livro *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, que ele conheceu melhor a história do período:

– Tenho muito orgulho do meu nome. Mas a ligação maior é com a vida do meu pai, sua história. O nome é mais uma forma de estar mais junto dele. Na Inglaterra é um nome diferente. Mas gosto disso, de ser diferente – diz Breno Brown.

Filho dos militantes Olga D’Arc Pimentel e Claudio Câmara, que foi dirigente do comando nacional da VAR, Breno Pimentel Câmara, 39 anos, é sociólogo, a profissão que Carlos Alberto Soares de Freitas escolheu e não conseguiu exercer. Breno Câmara trabalha como coordenador-adjunto do Observatório de Conflitos Urbanos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da UFRJ. Ele admite que a aura que cerca seu nome influenciou suas escolhas:

– Meu primeiro contato com a história do *Breno* foi ainda criança. Eu devia ter uns sete anos. O cartaz com as fotos dos desaparecidos ficava pendurado na parede da casa dos meus pais. E *Breno* era um deles. Fui tomando conta daquilo. Meus pais tentavam me explicar, mas conforme fui crescendo, fui ressignificando. Tive um sentimento infantil de vingança.

Na vida adulta, Breno Câmara engrossa a luta política pelo direito à verdade. Tem a consciência de que carrega o nome de uma pessoa brutalmente assassinada, por quem os pais tinham profunda admiração, pela bravura e coragem. Quer ver contada a história de *Breno* e de seus pais. A ele faz coro Breno de Santa Cruz Freitas, 39 anos, filho de Marcia Santa Cruz e José Eudes de Freitas, sobrinho de Rosalina Santa Cruz e de Fernando Santa Cruz, este último também um desaparecido político.

– Minha tia Rosa foi quem insistiu para meu nome ser Breno, em homenagem ao Carlos Alberto. E meu sobrenome é Freitas, como o dele. Impossível não acompanhar sua história. É também a história da minha família. Da minha avó, que lutou a vida inteira para encontrar meu tio Fernando. Hoje ela tem noventa anos. Ainda não achou.

* * *

A noite do Réveillon de 1971 para 1972 foi de uma tristeza funda para a militante mineira Vera Lúcia Saavedra Durão. Há um ano presa em uma solitária da Penitenciária Estêvão Pinto, em Belo Horizonte, Vera lembrou-se de Beto. Com lápis e papel contrabandeados para a cela, fez para ele o seu lamento.

In memoriam

Por que se foi assim,
Sem despedida
Sem bom-dia
boa-tarde,
boa-noite,
adeus...

Dos lábios cerrados jorrou sangue,
Adubo cruel do novo.
Corpo vigoroso se estiolou de repente.
Grito que ninguém ouviu,
Agonia que ninguém viu, ninguém contou.

Morte sorrateira, violenta,
Silêncio de boca tapada.
Se perdeu, ou engolido foi?
Ainda te procuram, BETO...

* * *

Quase quinze anos passados de seu desaparecimento, Carlos Alberto Soares de Freitas permanecia vivo na lembrança de companheiros como Regis Gonçalves, amigo de faculdade e de militância. No Carnaval de 1985, quando o Brasil negociava a volta à democracia na conciliação política que ficou conhecida como Nova República, e que tinha o mineiro Tancredo Neves como o presidente nomeado do país, Regis escreveu este poema-panfleto, criticando o acordo. Nele, menciona Beto e outros dois companheiros mortos por agentes da repressão. Pretendia distribuí-lo nas ruas de Belo Horizonte no dia da posse que, afinal, não aconteceu. Com Tancredo morto, Regis amargou o encalhe dos panfletos.

Enredo para uma Nova República

Dentro do banheiro escuto ainda
o papagaio insistir: “Tancredo já”
e tento dar um jeito
nos restos da minha ressaca cívica.

Ao olhar pela janela deste décimo
concluo que preciso mesmo de água fria.
Na rua a enxurrada arrasta papéis
pecados, lavando a alma
e as esperanças dessa suada
trancredance.

O país real a gente vê
pela TV
levar sua dose
de videocassetada: rock
in Rio, inundação em Belô
o pau comendo em Guariba
e a folia colegial de Brasília
sem nenhum boia-fria.

Assim a Nova República pede passagem
saudada por um coro
de pastorinhas e metaleiros
num movimento que ameaça implodir
a barriga da velha mãe
autoritária.

Não foi a violência, ainda uma vez,
a parteira dessa História
que meu papagaio não entendeu?

Para esses vinte anos de gestação
com seu cortejo de silêncio
e sombras, peço um flashback.
Quero saber onde andam Beto, Zé Júlio,
Juarez e todos os filhos prematuros
de outras repúblicas abortadas.

“Cordiais saudações”
ensaia malandramente o louro
e era outro o refrão meses atrás.
Constituinte, Diretas
esse molho picante será capaz
de temperar o pacto social?

No entanto, navegar é preciso
com esperança, a mais antiga
profissão de brasileiro.

E o papagaio
Talvez aprenda agora o refrão
que vamos cantar
verdeamarelado de novo
a Praça dos Poderes do Povo.

* * *

Em 1985, quinze ruas e duas praças do Recreio dos Bandeirantes ganharam nomes de militantes mortos pela repressão no regime militar, em decreto assinado por Marcello Alencar, então prefeito do Rio de Janeiro. Entre os homenageados está Carlos Alberto Soares de Freitas.

Em 1993, o vereador Betinho Duarte, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, aprovou projeto de lei que dá a logradouros públicos da cidade o nome de conterrâneos de Minas que tombaram na luta contra a ditadura. A antiga rua Dezesseis, do bairro Itapoã, passa a se chamar rua Carlos Alberto de Freitas.

Em 1995, o Estado brasileiro reconhece e assume a responsabilidade pelo desaparecimento de militantes políticos durante o regime militar. O nome de Carlos Alberto Soares de Freitas consta no Anexo I da Lei n.9.140/95, a lista oficial. A partir desse reconhecimento, a família entrou com pedido de reparação financeira da anistia e recebeu, dez anos depois, o ressarcimento pecuniário, em parcela única, de 96 mil reais.

Companheiros de Breno

A seguir, resumos da trajetória de vida de pessoas que conheceram Breno e deram depoimentos para este livro. Tais resumos foram redigidos a partir de textos escritos por eles próprios – à exceção de Dilma Rousseff, cujo perfil biográfico é uma seleção dos dados apresentados no site da Presidência da República.

Afonso Celso Lana Leite

Mineiro de Rio Casca, aproveitou os oito anos de exílio na antiga RDA para se formar em artes plásticas na Hochschule für Bildende Kunst, em Dresden. Retornou ao Brasil em meados de 1981 e ingressou, após concurso, como docente no Departamento de Artes Plásticas da Universidade Federal de Uberlândia, onde fez mestrado em teoria literária e leciona até hoje. Militante da Colina, foi preso com outros membros da organização em janeiro de 1969, em Belo Horizonte, após cerco policial a um aparelho no bairro de São Geraldo. Em 1971, foi banido do país junto com 69 presos políticos trocados pelo embaixador suíço. Após o golpe militar do Chile, foi enviado pela ONU para a RDA.

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Professor universitário, doutor em antropologia e membro do Conselho Científico da SBPC. Foi preso em novembro de 1970 e permaneceu em prisões militares até fevereiro de 1972. Do dia de sua prisão até março de 1971 foi mantido incomunicável e sofreu maus-tratos no DOI-Codi da rua Barão de Mesquita, na Tijuca (RJ). Sua prisão só foi oficializada em janeiro de 1971. Levado a julgamento em Auditoria Militar em março de 1972, foi absolvido.

Ana Matilde Tenório da Motta

Jornalista, professora de português e tradutora, vive no litoral de São Paulo “na companhia de felinos de estimação e amigos, bem-vindos, que por lá aparecem”. Não perdeu o interesse pela política e continua acreditando nos ideais da época de militância. Da instauração do AI-5 até o asilo na embaixada do México, após o golpe no Chile, abandonou o nome de batismo e só usou os vários nomes de guerra adotados na militância. Com a anistia, o nome verdadeiro foi reabilitado e ela pôde retomar sua vida privada, interrompida onze anos antes.

Angela Maria Pezzuti

Mineira de Araxá nascida em 1933, mudou-se em 1964 para Belo Horizonte, onde mora até hoje, com a filha, o genro e a neta. Por mais de 26 anos trabalhou na UFMG, onde foi diretora do Departamento de Administração. Após as prisões da irmã Carmela e dos sobrinhos Angelo e Murilo, começou a participar

dos movimentos pela redemocratização do país, em especial o da anistia, dando apoio direto a presos políticos e exilados. Foi vice-presidente do Movimento Feminino pela Anistia/MG. Aposentada, participou da criação da Organização dos Aposentados e Pensionistas/UFMG, na qual continua militando.

Angelina Dutra de Oliveira

Nasceu em 1923, em São Domingos, antigo distrito de Mariana, hoje município de Diogo de Vasconcelos (MG). Foi servidora pública por quarenta anos na Rede Ferroviária Federal, desde 1944. Sindicalista, assumiu a direção da União dos Servidores Públicos Federais de Minas Gerais de 1960 a 1964, período de grande efervescência política. Nessa época, foi dirigente do Movimento de Mulheres Mineiras. Com o golpe militar, foi presa e passou um mês incomunicável. Em 1969, enfrentou novamente a cadeia e, dessa vez, ficou detida por quarenta dias no Corpo da Guarda da Polícia do Exército de Realengo (RJ). Com a prisão preventiva decretada, exilou-se na Argélia no final de 1970, onde foi morar com a filha Maria do Carmo Brito, igualmente exilada. Aposentada e viúva, é também mãe de Walkíria, Lótus e Maria das Graças. Tem nove netos e sete bisnetos.

Antonio Cunha Losada

Nasceu em Bagé (RS). Dirigente sindical, começou a militância política na Juventude do PCB, em 1946, até ser cassado e preso, em 1964. Em seu estado, participou dos principais eventos de resistência popular ao golpe. Militou com Dilma Rousseff, organizando o setor operário da VAR-Palmares. Preso em outubro de 1973, foi condenado a dez anos de reclusão pela LSN, mas, beneficiado pela Lei da Anistia, deixou a cadeia em 1979. No período de redemocratização do país, ajudou a fundar o PT e a CUT. Candidato a deputado estadual em 1982, foi o mais votado em Porto Alegre e o terceiro mais votado no estado. Eleito vereador da capital gaúcha, foi conselheiro e delegado do Orçamento Participativo na Região Sul. Atualmente é ativista social no coletivo Ação Comunitária, em Porto Alegre.

Antonio Roberto Espinosa

Jornalista e professor de política internacional, é doutor em ciências pela USP. Foi editor-chefe da revista *Abril Cultural* e do jornal *Primeira Hora* e colaborou com a imprensa alternativa. Leciona na Escola Superior de Diplomacia e na Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais. Reside na cidade em que nasceu, Osasco (SP), onde foi um dos líderes da famosa greve de 1968. Membro do comando da VPR a partir de fevereiro de 1969, integrou, posteriormente, o comando nacional da VAR-Palmares até sua prisão, em 21 de novembro de 1969, no bairro do Lins de Vasconcelos (RJ), juntamente com Chael Charles Schreier, morto durante tortura na PE da Vila Militar, e Maria Auxiliadora Lara Barcellos, a Dodora, que, em consequência das torturas sofridas, suicidou-se em 1975 na antiga RDA. Passou quatro anos na prisão, sem julgamento. Em 1977 foi condenado a três anos e nove meses de reclusão.

Antonio Ribeiro Romanelli

Mineiro de Sete Lagoas nascido em 1928, é formado em direito pela UFMG. Foi um dos fundadores e primeiro presidente do Sindicato dos Advogados do Estado de Minas Gerais. Com companheiros, fundou as Ligas Camponesas de Minas Gerais e foi eleito seu presidente. Nas Ligas conheceu e começou a admirar Carlos Alberto Soares de Freitas, “por sua generosidade, autenticidade e coragem”. Preso em

1964, foi condenado a nove anos de cadeia, mas optou pelo exílio. Foi para o Chile com o auxílio do escritor Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athaide) e lá viveu cerca de cinco anos. Foi professor de direito na Faculdade Milton Campos e na PUC-Minas, onde lecionou por 22 anos. Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais por quatro anos, recebeu o título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte. Aposentado, escreveu *1964 – Minhas histórias do cárcere e do exílio*. Está concluindo suas memórias do exílio.

Apolo Heringer Lisboa

Nascido em 1943, formou-se em medicina pela UFMG em 1967. Desde 1980 é professor da instituição. Líder estudantil a partir de 1962, participou de movimentos de resistência à ditadura e sofreu perseguições. Entre 1968 e 1973, viveu na clandestinidade em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Baixada Fluminense (RJ), sem poder exercer legalmente a medicina. Exilado em 1973, morou no Chile, Argentina, Argélia, França e Bélgica. Voltou ao Brasil com a anistia. Participou da criação do PT em Minas e de movimentos de trabalhadores rurais nos vales do Jequitinhonha e Mucuri. Prepara tese de doutorado sobre o processo de mobilização e educação no Projeto Manuelzão (do qual foi fundador, em 1997), que atua nas áreas de saúde, meio ambiente e cidadania para a recuperação hidroambiental da sub-bacia do rio das Velhas, da bacia do São Francisco.

Carlos Alberto Vieira Muniz

Vice-prefeito da cidade do Rio de Janeiro e secretário de Meio Ambiente, foi presidente da Superintendência de Rios e Lagoas em 1977, e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, de 1987 a 1990. Estudou no Colégio Pedro II e cursou a Escola Nacional de Engenharia. Liderança estudantil, foi presidente da UME de 1968 a 1969. Após o AI-5, atuou vários anos na clandestinidade na luta contra a ditadura militar. Exilado no Chile e depois na França, cursou economia na Universidade de Paris VII, com especialização nas áreas de planejamento econômico e consultoria, tendo concluído o doutorado em 1976.

Carlos Avelino Fonseca Brasil

Gaúcho, é médico e trabalha com medicina alternativa – fitoterapia, homeopatia, alimentação natural e medicina ortomolecular. Cultiva e manipula ervas medicinais. Mora em Porto Alegre, mas, de tempos em tempos, passa longas temporadas no município de Osório, onde possui uma propriedade rural.

Carlos Franklin Paixão de Araújo

Nasceu em 1938, em São Francisco de Paula (RS). Aos quinze anos ingressou na Juventude Comunista. Aos dezenove, rompeu com o PCB e, com dezenas de jovens, formou o Centro de Estudos Castro Alves. Aos vinte anos ingressou nas Ligas Camponesas e foi um de seus dirigentes, ao lado de Francisco Julião. Juntamente com o pai e o irmão, foi preso em 1964. Um dos fundadores e dirigentes da VAR-Palmares, foi preso em São Paulo, em agosto de 1970. Barbaramente torturado durante os interrogatórios, foi condenado e permaneceu quatro anos preso. Libertado em 1974, ajudou a fundar o PDT. Foi deputado estadual por três legislaturas, deixando de concorrer por motivo de doença crônica (enfisema pulmonar). Sempre participou do movimento sindical, inclusive como advogado exclusivamente de trabalhadores desde 1961.

Carlos Henrique Vianna Pereira

Engenheiro, vive e trabalha em Lisboa desde 1988. Dedicou-se também ao associativismo imigrante: preside a Casa do Brasil de Lisboa, da qual foi cofundador. Carioca, começou a militância em 1967, na Dissidência Secundarista. Passou pela DDD e, em 1969, entrou na VAR-Palmares. Viveu seis anos no exílio: no Chile e, após o golpe, na Argentina. Voltou ao Brasil em 1977 e, ao ser interrogado no DOI-Codi, no Rio, negou ter conhecido Breno, Sergio Campos e outros companheiros. Não se reconheceu como militante da VAR. Agora, em seu depoimento para este livro, assumiu a militância clandestina em homenagem a Breno e Sergio Campos: “Ter convivido com Breno, infelizmente por tão pouco tempo, foi um privilégio. Com Sergio, é um privilégio de toda uma vida.” Após o exílio, militou no PC do B e no PRC. Foi cofundador do PT de Lisboa, mas afastou-se da militância político-partidária há muitos anos.

Chaim Samuel Katz

É psicanalista, escritor (autor de nove livros e coautor de mais de quarenta) e tradutor. É membro titular da Academia Brasileira de Filosofia e fundador da Formação Freudiana. Doutor pela UFRJ, foi professor de graduação e pós-graduação em várias universidades (UFRJ, Uerj, Medicina e Cirurgia e PUC-Rio). Foi editor de *Tempo Brasileiro*. Ex-membro da Polop.

Cláudio Galeno de Magalhães Linhares

Nasceu na cidade mineira de Ferros, em 1942. É jornalista e militante político. Nos anos 1960, trabalhou nos jornais *Correio de Minas* e *Ultima Hora*. Em 1961 já militava na Polop e participou da resistência à tentativa de golpe contra João Goulart. Poucos dias depois do golpe de 1964, foi preso pela Marinha de Guerra junto com centenas de marinheiros e encaminhado ao presídio da ilha das Cobras, no Rio de Janeiro. Foi fundador da Colina e, posteriormente, da VAR-Palmares. Viveu dez anos no exílio, primeiro em Cuba, em seguida no Chile e, com a queda de Allende, na Europa. Regressou ao Brasil em 1979, após a anistia. Casado com uma nicaraguense, vive em Manágua. Tem duas filhas e quatro netas.

Dilma Vana Rousseff

Mineira de Belo Horizonte, iniciou-se na política aos dezesseis anos. Militou com Carlos Alberto Soares de Freitas na Polop, na Colina e na VAR-Palmares, onde conheceu Carlos Araújo, que viria a ser seu marido, pai de sua filha. Em janeiro de 1970, foi presa em São Paulo. Condenada por subversão, passou quase três anos no Presídio Tiradentes. Libertada, foi morar em Porto Alegre. Retomou os estudos na UFRGS e, com o marido, ajudou a fundar o PDT no Rio Grande do Sul. Foi secretária municipal de Fazenda na gestão de Alceu Collares, fez campanha para Leonel Brizola à Presidência da República e, no segundo turno, apoiou Luiz Inácio Lula da Silva. Foi secretária estadual de Minas, Energia e Comunicação nos governos de Collares e Olívio Dutra. Em 2003, com Lula presidente, tornou-se ministra de Minas e Energia, depois ocupou a chefia da Casa Civil e, aos 63 anos, foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil, com quase 56 milhões de votos.

Dilmar Santos de Miranda

Nasceu em Campos (RJ). Em 1963 fez o curso de formação de educadores que iriam integrar o Programa Nacional de Alfabetização para a aplicação do Método Paulo Freire. Na época militava na AP, que passou à clandestinidade após o golpe de 1964. Formado em ciências sociais em 1968, pela Uerj,

trabalhou até 1973 no Movimento de Educação de Base, organismo vinculado à CNBB. De 1975 a 76, morou na França para cursar o mestrado e o doutorado, interrompido, na Universidade de Ciências Humanas de Estrasburgo. De volta ao Brasil, foi morar em Fortaleza em 1977, militando no Comitê Brasileiro pela Anistia. Filiado ao PT até 1988, foi secretário de Educação da prefeita Maria Luiza Fontenelle. Desde 1984 é professor da Universidade Federal do Ceará, nas áreas de sociologia, filosofia da arte e estética musical.

Élcio Reis

Advogado desde 1963, fez pós-graduação em direito administrativo na UFMG. Na fundação do PT mineiro, conheceu a advogada Sandra Starling, com quem elaborou o anteprojeto do estatuto do partido, debatido em todo o estado entre trabalhadores de diversas categorias profissionais. Participou ativamente do PT, sendo candidato, em 1982, a deputado estadual e, quatro anos depois, em 1986, ao Senado. Em 1984, junto com Sandra, constituiu a sociedade Élcio Reis e Advogados Associados, que presta serviços em diversas áreas, como direito agrário, previdenciário, eleitoral, constitucional, trabalhista, sindical, com sede em Belo Horizonte e filiais no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Élvio Carlos Moreira

Mineiro de Santa Bárbara, é veterinário, formado pela UFMG em 1964. Nos primeiros anos de profissão, trabalhou na Secretaria da Agricultura, mas em 1967 foi lecionar na Escola de Veterinária da UFMG, onde permaneceu até a aposentadoria, em maio de 2009. Em 2012 recebeu o título de Professor Emérito da UFMG. Especialista em saúde pública, mestre e doutor em ciência animal, foi pesquisador durante 25 anos do CNPq e consultor da FAO e da Organização Pan-Americana da Saúde. Prestou consultoria para o laboratório nacional Biostream, onde desenvolveu a vacina Helvac, usada para a proteção de bovinos, bubalinos, caprinos e ovinos. Atualmente é microempresário e mestre alambiqueiro, sócio majoritário da empresa Garrincha Etílico, produtora das cachaças Morena Garbosa e Do Professor.

Fernando Damata Pimentel

Economista e professor da UFMG, foi prefeito de Belo Horizonte de 2001 a 2008, cidade em que também foi secretário de Fazenda de 1993 a 2000. Nos anos 1960 militou na Colina, quando conviveu com Beto, e na VPR. Foi preso em Porto Alegre, em 1970, e cumpriu três anos e meio de prisão política. É ministro de estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo Dilma Rousseff.

Fernando Goldfarb

Economista formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de Lund, Suécia, esteve exilado por vários anos, primeiro no Chile, até a queda de Allende, e depois na Suécia. Desde o retorno ao Brasil, em 1979, trabalha na cidade do Rio de Janeiro. A experiência sueca fortaleceu seu ideal da militância nos marcos de uma sociedade democrática – “a conquista de uma sociedade mais justa, com educação, saúde e menor desigualdade de renda”. É casado e pai de uma filha, nascida em Belém.

Geraldo Leite

Natural de Santos, começou sua militância política na AP, em São Paulo, dentro do movimento estudantil. Engenheiro agrônomo, trabalhou no Incra, no Rio de Janeiro, período em que militou na VAR-Palmares. Foi preso pela primeira vez em dezembro de 1971. De volta a São Paulo, trabalhou no governo do estado, mas em 1974 foi preso pela Operação Bandeirantes. Anistiado em 2002, retornou ao Incra, onde trabalhou até se aposentar.

Gilberto Martins Vasconcelos

Tinha “laços de verdadeira amizade” com *Breno* e o acompanhou na militância desde os tempos da Popop. Morou com ele em um apartamento em Copacabana quando foi deslocado para o Rio de Janeiro, após o desmantelamento da Colina em Belo Horizonte. Nesse período, já clandestino, namorava Suely Ferreira Vasconcelos, com quem se casou anos mais tarde, mas em sigilo: “Ninguém da organização sabia, era uma relação também clandestina.” Em dezembro de 1969, mudou-se para São Paulo para coordenar o setor operário da VAR-Palmares, subordinado ao comando regional de Dilma Rousseff, mas foi preso pela Operação Bandeirantes no mês seguinte. Transferido para o presídio de Linhares, em Juiz de Fora, foi solto em abril de 1972. É advogado e foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de Uberaba e da Faculdade de Filosofia e Letras São Tomás de Aquino, também em Uberaba, onde mora.

Hélio Pereira Carvalho

Formado em geografia, com extensão em geopolítica e em filosofia e com mestrado em filosofia das ciências, fez também pós-graduação em economia, estudando os sistemas econômicos comparados. Nos últimos trinta anos trabalhou na área de tecnologia da informação.

Inês Etienne Romeu

Mineira de Pouso Alegre, chegou a Belo Horizonte em 1960, ingressando na Faculdade de Sociologia da UFMG, onde conheceu Carlos Alberto Soares de Freitas e o grupo de jovens que tinham na política uma de suas afinidades. Com Beto e outros amigos, criou o Bucheco, centro de reuniões alegres da juventude belorizontina que visava sustentar a militância política. Inês militou com Beto na Popop, na Colina e na VAR-Palmares até outubro de 1969, quando deles se distanciou, indo para a VPR. Foi presa no dia 5 de maio de 1971 pelo delegado Sérgio Fleury. Única sobrevivente da Casa da Morte, em Petrópolis, foi libertada após a edição da Lei de Anistia, no dia 29 de agosto de 1979. Formou-se em história no início dos anos 1980, tendo, posteriormente, trabalhado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, do qual foi diretora.

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Advogado, com curso de antropologia social no Programa de Pós-graduação do Museu Nacional/UFRJ (1975-77), começou a trabalhar logo depois, a partir de 1977, na organização não governamental Fase, que há cinquenta anos busca construir uma sociedade sustentável e democrática atuando contra as desigualdades. Foi fundador e primeiro presidente da Associação Brasileira de Ongs (Abong). Militante político de 1964 a 1970, quando foi preso em São Paulo, passou por PCB, DDD, Colina e, em 1969, ingressou na VAR-Palmares. Fez parte do comando nacional da organização, após o congresso de Teresópolis em que se deu o racha com a nova VPR. Participou da fundação do PT e foi membro da

Comissão Diretora Regional Provisória e do Diretório Estadual do Rio de Janeiro até 1985, quando se afastou da militância partidária.

Jorge Raimundo Nahas

Médico, ex-militante da Colina e da VPR. Preso em janeiro de 1969, foi um dos quarenta militantes libertados em troca do embaixador alemão, em 1970. Exilou-se em Cuba, onde terminou o curso de medicina, e regressou ao Brasil em outubro de 1979, com a anistia. Exerceu a profissão em diversas instituições hospitalares de Belo Horizonte. Foi também consultor do Ministério da Saúde e, desde 2003, ocupa o cargo de secretário municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte. É um dos fundadores do PT, tendo exercido funções e cargos na estrutura partidária municipal, estadual e nacional.

José Aníbal Peres de Pontes

Nasceu em Guajará-Mirim (RO), em 1947. Após o golpe de 1964, passou a frequentar grupos de esquerda em Belo Horizonte, onde estudava. Ao lado de amigos como Inês Etienne Romeu, Dilma Rousseff, Apolo Heringer Lisboa, Carlos Alberto Soares de Freitas e Guido Rocha, ingressou na Polop. Em 1969, junto com Dilma Rousseff e outros dezessete militantes da Polop, foi para o Rio de Janeiro e passou a viver na clandestinidade. Partiu para o exílio em 1973, primeiro para o Chile, depois para a França. De volta ao Brasil em 1979, instalou-se em São Paulo, ajudou a fundar o PT e disputou a eleição para a Câmara dos Deputados pelo PMDB, em 1982. No final da década, filiou-se ao PSDB. Em 1993, assumiu o primeiro de seus cinco mandatos como deputado federal. Foi secretário de estado no segundo governo de Mário Covas e no atual de Geraldo Alckmin, onde comanda a pasta de Energia.

José Maria Rabelo

Jornalista, criou em Minas Gerais o jornal *Binômio*, um dos precursores da imprensa alternativa brasileira. Trabalhou nos principais jornais de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. Por conta do golpe de 1964, passou dezesseis anos no exílio: na Bolívia, no Chile e na França. De volta ao Brasil, dirigiu o jornal *O Pasquim* e a revista *Cadernos do Terceiro Mundo*. É autor dos livros *Binômio: o jornal que virou Minas de cabeça para baixo*, *Diáspora: os longos caminhos do exílio* e *Residência provisória: os sentimentos do exílio*.

Lótus Dutra de Oliveira

Mineira de Belo Horizonte, filha de dona Angelina, viveu na cidade até maio de 1964, quando, por força da situação política da época, mudou-se para o Rio de Janeiro. Trabalhou no MAM com a militante feminista Carmen Portinho, de quem era secretária; na Enciclopédia Mirador Internacional, com o professor Antonio Houaiss; e na Funarte, onde ocupou o cargo de assessora técnica da diretoria executiva até abril de 1994, quando se aposentou. Tem dois filhos e dois netos, que nasceram e moram em Barcelona.

Lucia Marly de Oliveira Abreu

Socióloga industrial, iniciou seus estudos na UFMG, interrompidos em 1968 e concluídos na França em 1974. Fez pós-graduação em sociologia industrial na Universidad de la República do Uruguai. De volta

do exílio no Chile, no Panamá e na França, viveu em São Paulo, onde participou do movimento de fundação do PT e da CUT. Trabalhou na prefeitura de Belo Horizonte até 2009. Atualmente integra o conselho deliberativo da Sociedade de Amigos do Memorial da Anistia. Ex-militante da Polop e da Colina, viveu clandestina no Rio de Janeiro de 1969 a início de 1973. Integrou o grupo de militantes liderado por Guido Rocha, que defendia a convocação de uma Constituinte como estratégia de mobilização das forças democráticas e populares contra a ditadura.

Maria do Carmo Brito

Mineira como a mãe, dona Angelina, e a irmã, Lótus, cursou sociologia e política na UFMG, mas interrompeu os estudos em 1962, só os concluindo em 1968, na UFF, já no Rio de Janeiro. Aos dezenove anos, casou-se com Juarez Guimarães de Brito, com quem viveu até sua morte, em 19 de abril de 1970. Foi dirigente da VAR-Palmares e, após o racha, foi dirigente da VPR. Presa em 18 de abril de 1970, foi banida para a Argélia em junho. Em janeiro de 1971, já no Chile, casou-se com Angelo Pezzuti, com quem teve seu primeiro filho. Viveu no país até a derrubada de Allende, quando se exilou no Panamá e, posteriormente, na Bélgica. Após a Revolução dos Cravos, mudou-se para Portugal, onde viveu até a anistia no Brasil. Nesse período, passou um ano e meio em Angola. De volta ao Brasil, teve, com Chizuo Osava, o Mário Japa, sua segunda filha. Avó de duas netas, é funcionária da Faperj.

Margaret Refkalefski

Nascida em Roraima, ainda jovem mudou-se para Belém. É assistente social, atriz, professora e produtora cultural. Técnica da UFPA, trabalha com montagens teatrais e projetos culturais. Fez mestrado em artes dramáticas e doutorado em estudos de práticas artísticas, ambos na Universidade de Quebec, no Canadá. De volta à UFPA, coordenou o projeto de reforma e adaptação do Teatro Universitário Cláudio Barradas, do qual foi diretora até o final de 2011, quando se aposentou. Começou a militância no diretório da Faculdade de Serviço Social e, posteriormente, ingressou em organizações clandestinas, entre elas a VAR-Palmares, onde conheceu *Breno*.

Maria de Lourdes Siqueira

Maranhense, nasceu no município de Codó, em um lugar chamado Quilombo dos Matões dos Moreira. Ao longo da vida, além da militância política, construiu um respeitado currículo acadêmico e profissional: fez doutorado em antropologia, em Paris, e pós-doutorados na Universidade de Londres e na University of South Africa. É professora aposentada da UFBA; técnica em educação do Incri; coordenadora estadual do Movimento de Educação de Base, no Maranhão; e ex-coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado. Dirige a Associação Cultural do bloco afro Ilê Aiyê. Realiza estudos e pesquisas na área da antropologia de populações afro-brasileiras, com foco em culturas, religiões e organizações da ancestralidade e resistência africana no Brasil.

Olga D’Arc Pimentel

Nasceu em Goiânia, em 1948. Em 1969, devido a perseguições políticas, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde militou na Colina e na VAR-Palmares. Presa e torturada no DOI-Codi, sofreu um aborto. Foi companheira de Cláudio Jorge Câmara durante treze anos. Tem uma filha e um filho (que se chama Breno em homenagem a Carlos Alberto Soares de Freitas). Anos depois, militou no MR-8. Socióloga

aposentada da Fiocruz, há seis anos vive num barco, na Reserva do Tupê, Zona Rural de Manaus, onde trabalha como voluntária com a questão ambiental e o resgate das tradições indígenas.

Orosinda Maria Taranto Goulart

Formada em comunicação social pela UFMG, militou na Polop, na Colina e na VAR-Palmares, época em que conviveu com *Breno*. Filiada ao PT mineiro, reside em Brasília, onde trabalhou no Ministério da Educação e Cultura como assessora especial do ministro Fernando Haddad, coordenando o Projeto Nacional de Mobilização Social pela Educação. Atualmente, exerce o cargo de chefe de gabinete da ministra Eleonora Menicucci, titular da Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo Dilma Rousseff.

Osmar Mendonça

Advogado com vasta experiência em planejamento municipal. Nos anos 1980, foi membro da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e um dos líderes da histórica greve do ABC. Foi preso na igreja Matriz de São Bernardo, durante assembleia sindical.

Rafton Nascimento Leão

Nasceu em Rio Verde, Goiás. Aposentado, milita no PSB. É membro do diretório nacional e da executiva estadual do partido no Rio de Janeiro. Começou sua atividade política cedo, antes do golpe de 1964, na Polop de sua cidade. Em Goiânia, filiou-se à VAR-Palmares, mas em seguida foi atuar na organização em Brasília e, mais tarde, no Rio de Janeiro. No final de 1970, clandestino, deixou o país. Exilado no Chile, com o golpe de 1973 mudou-se para a Suécia e depois para Moçambique. Tem três filhos que moram na Inglaterra (um deles se chama Breno, em homenagem a Carlos Alberto Soares de Freitas).

Raul Moura Ellwanger

Gaúcho, estudante de direito na PUC de Porto Alegre em 1966, fez estágio no escritório de direito trabalhista de Afrânio Araújo e Carlos Araújo. Participou da reunião na Cavalhada, quando *Breno* foi apresentado ao grupo do Sul. Ativista na UNE e na zona industrial de Porto Alegre, era também compositor de canções de protesto, participando de festivais de música em 1968. Esteve no congresso do racha, quando a VAR-Palmares e a VPR se separaram. Sem condições de permanecer em Porto Alegre, foi deslocado para trabalhar, sob a direção de *Breno*, no setor principal da VAR. Em janeiro de 1970, com a queda de Dilma Rousseff, passou a integrar o comando regional de São Paulo. Exilado no Chile e na Argentina, deixou de militar, dedicando-se à música. Foi condenado pela LSN em janeiro de 1971. Hoje participa do Comitê da Verdade e Justiça do Rio Grande do Sul e trabalha com música e turismo.

Regis Antonio Duarte Gonçalves

Foi do grupo fundador da Polop e militou na organização até 1968. Estudou sociologia na UFMG, onde conheceu Carlos Alberto Soares de Freitas, com quem manteve estreito contato até o golpe de 1964. Na época, vinha desenvolvendo, paralelamente, um trabalho sindical com os bancários, então sua categoria profissional, e de organização de núcleos comunitários em favelas de Belo Horizonte. Entre 1964 e 1968, militou nos núcleos de imprensa e de formação de quadros da Polop. Rompeu com a organização por

discordar da posição majoritária, que preconizava a luta armada contra a ditadura. Na ocasião, ingressou no jornalismo, profissão que exerce até hoje.

Reinaldo José de Melo

Mineiro, iniciou a militância em 1966, na Polop. Em 1967, estudante de geografia na UFMG, integrou o comando da Área Estratégica da Colina sob a direção de *Breno*, onde permaneceu até outubro de 1969, quando foi preso no Rio. Entre 1967 e 1969 viajou com *Breno* pelo país em busca de “áreas de instalação da guerrilha móvel estratégica”. Foi um dos setenta presos políticos trocados pelo embaixador suíço e banidos para o Chile em janeiro de 1971. No exílio, morou na então RDA, onde fez mestrado em sociologia e política, e depois em Moçambique, onde trabalhou em projetos de comércio internacional de 1983 a 1992, quando retornou ao Brasil. Filiado ao PT, participou de prefeituras petistas – em Betim (MG), até 2001, e em São Paulo, até 2003. Com experiência adquirida na estatal da área nuclear Nuclep, é vice-diretor de Suprimentos e Qualidade da empresa binacional Alcântara Cyclone Space. Mora em Brasília.

Roberto Ribeiro Corrêa

Paraense de Belém, nascido em 1944, é formado em economia e tem mestrado e doutorado em ciência política. Aposentado como funcionário do Banco da Amazônia, é professor e pesquisador do Instituto de Ciências Humanas da UFPA. Foi secretário de estado do Trabalho no governo de Jáder Barbalho (1991-1994) e assessor da Casa Civil no governo Ana Júlia (2007-2010), do PT. Entrou na política pelo PCB, em 1965, ainda secundarista. Em 1967, rompeu com o Partidão e passou a integrar o setor de apoio logístico da ALN. Após a morte de Marighella, em 1969, foi para a VAR-Palmares, onde conheceu *Breno*. Em setembro de 1970 foi preso com outros militantes da ALN. Julgado na Justiça Militar, em Belém, foi absolvido em primeira instância, e no STM, em julho de 1971. Antes de ser posto em liberdade vigiada, um de seus inquisidores, na Aeronáutica, perguntou: “Você conhece *Breno*?” Respondeu: “Não!”

Rosalina Santa Cruz

Secretária municipal de Assistência Social no governo Luiza Erundina, na capital paulista, hoje é professora da PUC-SP. Com doutorado em ciências sociais pela mesma universidade, tem livros e artigos publicados nas áreas de relações de gênero, crianças e adolescentes em situação de risco social e direitos humanos, seu campo de interesse. Militante da AP, optou pela luta armada, ingressando, posteriormente, na VAR-Palmares. Foi presa duas vezes, no Rio de Janeiro e em São Paulo. É irmã de Fernando Santa Cruz, desaparecido político desde 1974, citado recentemente pela imprensa como tendo sido incinerado em uma usina de açúcar, em Campos (RJ).

Sebastião da Silva Ramalho

Aposentado, setenta e oito anos, nasceu na Bahia, mas mora no Pará desde 1960, onde militou e conheceu *Breno*. “O importante para mim foi conhecer o *Breno* e gozar de sua confiança.” Posteriormente, abandonou a militância.

Sergio Emanuel Dias Campos

Formado em administração, trabalhou a partir de 1965 com informática. Lecionou na PUC-Rio de 1973 a 2010, quando se aposentou. Carioca, morou em Porto Alegre até os treze anos. Se diz gaúcho de coração, pois teve no Rio Grande a sua escola de vida. Lá, recebeu “os ensinamentos éticos definitivos e que determinam até hoje todos os seus valores”. Lá também tornou-se torcedor do Colorado, o Campeão de Tudo. Iniciou a militância política em 1962, na Faculdade Nacional de Filosofia, da qual foi expulso em 1964 quando era presidente do Diretório Acadêmico. Em 1963, ingressou no PC onde, após o golpe militar, ajudou a organizar a DDD. Com a incorporação da DDD à VAR-Palmares, participou de sua direção regional, no Rio de Janeiro. Em 15 de fevereiro de 1971 foi preso e torturado no DOI-Codi do Rio.

Sergio Soares Xavier Ferreira

Formou-se em comunicação pela UFRJ em 1974. Intérprete profissional de conferências, trabalhou como assessor especial e intérprete do presidente Lula durante seus dois mandatos. Hoje continua colaborando com o Instituto Lula, coordenando a equipe de intérpretes para as atividades internacionais do instituto. Com mestrado em ciência política pelo IUPERJ, trabalhou por dez anos com o sociólogo Betinho no Ibase, como pesquisador e assessor do movimento sindical. Começou sua militância no movimento sindical em 1976 e foi um dos fundadores do Centro Estadual de Professores. Teve uma atuação destacada como diretor do Comitê Brasileiro de Anistia/RJ, organizando a luta dos familiares de desaparecidos políticos. Colaborou na pesquisa e edição do livro *Desaparecidos políticos*, lançado em 1979.

Vânia Bambirra

Conheceu Beto na UFMG. Eram colegas no curso de sociologia e política, período em que descobriram ter os mesmos ideais. A partir daí, foi natural que recrutasse o companheiro para a Polop, organização da qual foi uma das fundadoras. Formada em sociologia, fez mestrado na UnB, a convite de Darcy Ribeiro. Com o golpe de 1964, grávida, entrou na clandestinidade. Dois anos depois, viajou com a filha para encontrar seu companheiro, Theotônio dos Santos, dirigente da Polop, exilado no Chile. A pedido de Breno, vinculou-se à VAR-Palmares e, com Theotônio e Rui Mauro Marini, passou a representar a organização no Chile. Após uma estadia no México, voltaram para Belo Horizonte, logo depois da anistia. Com Leonel Brizola, fundaram o PDT mineiro, partido que deixou, “depois de considerar exacerbado o personalismo do líder”. Reintegrou-se à UnB, onde foi professora titular até se aposentar e ir morar no Rio.

Vera Lúcia Huebra Neto Saavedra Durão

Nasceu em Laginha (MG) e estudou jornalismo na UFMG, onde iniciou a militância na Polop e conheceu Breno. Em 1967, com o racha, optou pela Colina, influenciada pelas ideias de Régis Debray, dentre outros adeptos da teoria do foco guerrilheiro. Em 1969, com a prisão de militantes da Colina, em Belo Horizonte, entrou para a clandestinidade e foi transferida para o Rio de Janeiro. Naquele ano, testemunhou a criação da Ó. Pontinho e, logo em seguida, da VAR-Palmares. Em junho de 1970, foi presa e torturada em Porto Alegre, para onde fora deslocada no final de 1969. Ficou presa por quase dois anos. Libertada em junho de 1972, matriculou-se na UFF para concluir o curso de jornalismo. Trabalhou na Tele Notícias, agência de notícias da *Visão*, e nos jornais *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *Gazeta*

Mercantil. Atualmente é repórter especial do jornal *Valor Econômico*.

Theotônio dos Santos

Theotônio é professor emérito da UFF e presidente da Cátedra e Rede Unesco e Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (Reggen). Publicou quarenta livros e aproximadamente trezentos artigos em revistas científicas; participou como coautor de outros 103 livros, em vinte línguas, em mais de quarenta países. Fundador e dirigente nacional da Poslop, foi representante da VAR-Palmares no exílio chileno. Fundador e dirigente nacional do PDT. Atualmente é membro do PSB.

Zélia Amador de Deus

Nascida em Belém, em 1951, cursou letras, fez mestrado em estudos literários e doutorado em ciências sociais na área de antropologia. Professora da UFPA, é ativista do movimento negro. Foi cofundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e coordenadora do Grupo de Estudos Afro-amazônico/UFPA. Foi vice-reitora da UFPA e diretora do seu Centro de Letras e Artes. Iniciou-se na política em 1968, ainda secundarista, em um grupo de jovens ligados à paróquia do bairro de Sacramento. Ajudou a criar a Frente de Ação Secundarista do Pará. Junto com companheiros da Frente, foi recrutada pela AP de Belém. Pouco depois, entusiasmada com os tupamaros, no Uruguai, entrou para a VAR-Palmares.

Lista de siglas

de organizações e partidos políticos

ALN Ação Libertadora Nacional

AP Ação Popular

Arena Aliança Renovadora Nacional

Colina Comando de Libertação Nacional

DDD Dissidência da DI-GB

DI-GB Dissidência do PCB da Guanabara

JEC Juventude Estudantil Católica

JUC Juventude Universitária Católica

MDB Movimento Democrático Brasileiro

MNR Movimento Nacional Revolucionário

MR-8 Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MRT Movimento Revolucionário Tiradentes

ORM-Polop Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

PC do B Partido Comunista do Brasil

PCB Partido Comunista Brasileiro

PCBR Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PDT Partido Democrático Trabalhista

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POC Partido Operário Comunista

PRC Partido Revolucionário Comunista

PSB Partido Socialista Brasileiro

PSD Partido Social Democrático

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

PT Partido dos Trabalhadores

PTB Partido Trabalhista Brasileiro

UDN União Democrática Nacional

UME União Metropolitana dos Estudantes

UNE União Nacional dos Estudantes

VAR-Palmares Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR Vanguarda Popular Revolucionária

Agradecimentos

Uma generosa ciranda de bons afetos formou-se em torno da realização deste livro. Do início do trabalho, em junho de 2009, até a entrega dos originais à editora, três anos depois, muita gente ajudou para que a história de Carlos Alberto Soares de Freitas fosse mais bem contada não só abrindo suas casas e suas lembranças, mas também oferecendo apoio logístico e operacional e facilitando o acesso a pesquisa e documentação. Conforme o tempo passava, a ciranda crescia, mais e mais, agregando novas pessoas, de ex-militantes a colegas de trabalho, filhos, pais, mães, sobrinhos, companheiros, parceiros esperados e inesperados, com os quais celebro a missão cumprida.

Em Belo Horizonte, Cláudio Galeno revelou-se um produtor impecável. Indicou as pessoas que deveriam ser ouvidas, fez os primeiros contatos, preparou a agenda de entrevistas e ajudou no roteiro. Nas duas ocasiões em que lá estivemos, Galeno e a companheira, Mayra, nos hospedaram com a semcerimônia que só se reserva aos amigos mais próximos. Ainda na capital mineira, Élvio Moreira e a mulher, Iasca, nos surpreenderam com um almoço em família, filhas à volta da mesa, comida de todo dia, um pouco mais caprichada para as visitas que vinham de longe buscar histórias de Beto. Foi um encontro emocionante.

Em São Paulo, Rosalina Santa Cruz e Geraldo Leite foram bússola e âncora. O apartamento de Rosalina foi subitamente transformado em aparelho da VAR, onde apeamos para uma maratona de entrevistas realizadas em sequência, durante um fim de semana inteiro, e que terminou no tradicional Bar das Putas, uma grande mesa de gente alegre e comovida. Inesquecível, como as bonecas coloridas de *papier mâché*, feitas por Rosalina, que ganhamos de presente. A minha, Rosa, foi para a estante da sala. Todos os dias ela me lembra que a vida é feita de bons encontros. Também em São Paulo, duas queridas amigas mantiveram-se a postos, oferecendo-me a retaguarda necessária para que eu pudesse desenvolver meu trabalho com tranquilidade e conforto: às *coleguinhas* Barbara Oliveira e Regina Ricca deixo, aqui, o meu agradecimento.

Em Porto Alegre, fomos recebidos com música e festa. Raul Ellwanger abriu o apartamento simpaticíssimo, iluminado com piano e violão, e nos acompanhou o tempo todo. Carlos Araújo ofereceu-nos um churrasco dos pampas e chamou antigos militantes para conversar conosco. Foi outra tarde inesquecível, de risos e lágrimas. Aos dois, obrigada.

Em Brasília, Reinaldo Melo e Beto Vasconcelos abraçaram a causa com paixão revolucionária. Reinaldo, sempre disponível para repetir e esclarecer histórias, foi um parceiro importante. Beto, que saiu aos seus, entrou em campo para criar atalhos e erguer as pontes indispensáveis ao nosso trânsito ágil com a presidente Dilma. Valeu, companheiro! Minha irmã Patricia, que vive na capital do país, recebeu-me com carinho em sua casa.

A turma de Belém deu um show à parte. Sebastião, Margaret, Roberto e Zélia, sem perceber, repetiram a articulação de quarenta anos antes e formaram uma célula para nos receber. De novo, a mesa farta e sortida, marca da boa cordialidade, fez-nos sentir em casa. Alfredo Wagner, que veio de Manaus para nos encontrar, foi um cicerone da mais alta qualidade, levando-nos aos bons restaurantes e à obrigatória Cairu, onde nos perdemos com os melhores sorvetes do Brasil.

No curso desses três anos, algumas vezes pude me desligar dos problemas cotidianos e sair da cidade em busca de silêncio e solidão para escrever. Conteí, para tanto, com a generosa acolhida de Viviane Andreatta, que me recebeu na Quinta da Prata, em Mirantão, Minas Gerais, com forno de lenha, magia e arte. Marie Louise Goransson, amiga da vida toda, franqueou-me longas temporadas no Pequena Suécia, o melhor hotel de Penedo, no estado do Rio, onde trabalhei cercada de confortos e apoiada pelos serviços de sua competentíssima equipe, à qual estendo meus agradecimentos.

Algumas pessoas deram contribuições inestimáveis para o modo de contar a história. Alberto Schprejer, o Mará, trouxe-me a palavra certa na hora certa. Ajudou-me muito a pensar nas narrativas e nas escolhas editoriais. É do ramo. Gustavo Praça de Carvalho, jornalista e escritor, leu os primeiros rascunhos e me incentivou a ir em frente. Minha mãe, Mag Bicalho, grande contadora de histórias e devoradora de livros, como sempre deu-me a cereja do bolo, e seu companheiro, Jayme Zettel, meu segundo pai, colaborou mais uma vez afinando o diapasão político. Carlos Henrique Vianna, metucioso, incansável, acrescentou. Álvaro Caldas, que me honra com o Prefácio deste livro, leu a primeiríssima versão, ainda inacabada, e me presenteou com comentários emocionantes e emocionados.

À Cecília Coimbra, cunhada e grande amiga, agradeço o esteio, a disponibilidade, a segurança e o empenho em não me deixar errar. Ao meu amigo Marcelo Henrique da Costa, um “filho da causa” que em criança conheceu o exílio e a mão forte da ditadura, faltam-me palavras para dizer o que significou seu incondicional apoio, sem o qual não me teria sido possível realizar a tarefa. Companheiro Marcelinho, você é parte desta história!

Um obrigada gigante à jornalista Rosane de Souza, a Rose Baiana, que me facilitou o acesso aos arquivos da OAB, uma ajuda inestimável! À médica sanitária Dilene Raimundo do Nascimento, a Preta, agradeço (e registro) a contribuição: o depoimento tomado de Olga D’Arc, em um barco ancorado às margens do rio Solimões, no Amazonas. Às amigas Elane Maciel e Tania Malheiros, jornalistas da equipe de Comunicação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário, obrigada pela retaguarda de seriedade, compromisso e talento. À redatora Soraya Araujo, responsável pela transcrição dos longos e tantas vezes tumultuados depoimentos, meu reconhecimento pela agilidade e qualidade do trabalho realizado. A Rodrigo Ayres, minha gratidão pela assessoria jurídica de improviso, que me ajudou a compreender o processo de condenação de Beto na Auditoria da 4ª Região Militar do Exército, em Juiz de Fora.

À família do Beto, agradeço a receptividade e a coragem de revolver lembranças doídas. A Sergio Ferreira, um obrigada especial: pelo desprendimento e pelo carinho, que não se desfez nem mesmo nos debates mais difíceis. Sergio Campos fez-se exemplo de vida. Mostrou-me uma dimensão humana que levo como legado maior dessa experiência. À Flavia Cavalcanti, amiga-irmã, devo tudo: a oportunidade, a inabalável confiança, a parceria fraterna, a amizade sem fim.

Não poderia deixar de enviar também agradecimento especial à Inês Etienne Romeu, lutadora incansável, admirável parceira, que acompanhou intensamente o fazer deste livro. Em nome de todos os envolvidos na iniciativa e na criação deste trabalho, registro aqui nosso muito obrigado pelo extraordinário esforço e o relevante papel histórico que Inês desempenhou e desempenha na luta pela memória e pela verdade sobre o período da ditadura militar no Brasil.

A todos os meus, de casa, sou profundamente grata. Minha filha, Barbara Chacel Coimbra, meus queridos Alexandre, Julia e Joana Romero Coimbra, sempre presentes e prontos a ajudar no que for, a transcrição de um depoimento, a digitalização de cartas e documentos, a compra emergencial de um cartucho de impressora – vocês formam um time amoroso e solidário que me orgulha e me sustenta. A Custodio Coimbra, meu parceiro de vida e de obra, que esteve junto em todas as horas, ponderando, opinando, corrigindo, acreditando, devolvo a bola redonda: este livro, Custodio, é pra você.

Índice

Os algarismos romanos indicam fotos.

6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Belo Horizonte, 1

Abreu, Lucia Marly de Oliveira, 1-2, 3-4, 5

Ação Libertadora Nacional (ALN), 1, 2, 3, 4-5, 6, 7, 8, 9, 10-11, 12

Ação Popular (AP), 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7-8, 9, 10-11

Afonso, Almino, 1

Agência Brasileira de Inteligência (Abin), 1

Aguiar, João Marques de, 1

Ala Vermelha, 1

Alemão *ver* Sachs, Eric

Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1, 2

Allende, Salvador, 1, 2, 3, 4, 5, 6

Almeida, Alfredo Wagner Berno de, 1-2, 3, 4

Almeida, Júlio Antônio Bittencourt de, 1, 2

Alves, João Lucas, 1-2

Alves, Mario, 1

Anistia Internacional, 1-2

Araújo, Carlos Franklin Paixão de (*Max*), 1-2, 3, 4-5, 6-7, 8, 9, 10, 11-12, 13, 14

Araújo, Gervásio, 1

Área Estratégica, 1, 2-3, 4, 5-6, 7, 8, 9, 10, 11-12, 13, 14-15, 16, 17, 18, 19-20, 21

Ari ver Silva, Adilson Ferreira da

Assembleia Nacional Constituinte, 1-2, 3, 4, 5, 6

Assembleia Nacional Constituinte Popular e Soberana, 1

Associação Brasileira de Imprensa (ABI), 1, 2

Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, 1, 2

Ato Institucional n.1 (AI-1), 1

Ato Institucional n.2 (AI-2), 1-2

Ato Institucional n.5 (AI-5), 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Auditoria da 4ª Região Militar do Exército, 1, 2

Auditoria de Correição da Justiça Militar, 1

Ayres, Rodrigo Santa Maria Coquillard, 1-2, 3, 4

Baiano ver Ramalho, Sebastião da Silva

Bambirra, Vânia, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

Barcellos, Maria Auxiliadora Lara (Dora, Dodora), 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Barros, Ademar de, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Batista, Ana, 1
Batista, Breno Gustavo, 1
Batista, Jorge, 1, 2, 3
Betinho *ver* Souza, Herbert de
Beto *ver* Freitas, Carlos Alberto Soares de
Bicho ver Schiller, Gustavo Buarque
Bico do Papagaio, 1, 2, 3
Bigode *ver* Machado, Antônio Joaquim de Souza
Binômio, jornal, 1, 2-3
Borges, Marcio (Marcinho Godard), 1-2
Brandão, Evandro, 1
Brandt, Vinícius Caldeira, 1, 2
Brasil, Carlos Avelino Fonseca (*Chico*), 1, 2
Bravo, Otávio, 1, 2-3
Breno ver Freitas, Carlos Alberto Soares de Bretas, Pedro Paulo, 1, 2
Brito, Juarez Guimarães (*Juvenal*), 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8-9, 10, 11-12, 13, 14, 15, 16
Brito, Maria do Carmo (*Lia*), 1-2, 3, 4-5, 6-7, 8, 9, 10, 11-12, 13, 14, 15, 16, 17
Brown, Breno, 1-2
Bucheco, bar, *vii*, 1-2, 3
Bucher, Giovanni Enrico, 1

Cabo Anselmo *ver* Santos, José Anselmo dos
Câmara, Breno Pimentel, 1-2
Câmara, Claudio, 1, 2, 3
Camarão, 1-2
Campos, Irani, 1
Campos, Sergio Emanuel Dias (*Miguel, Emílio*), *xvii*, 1, 2-3, 4-5, 6-7, 8, 9-10, 11-12, 13, 14, 15-16, 17, 18, 19, 20
Capriglione, Ana Benchimol, 1, 2-3
Carlos, Baiano, Maneco, 1
Carneiro, Palmyos Paixão, 1
Carvalho, Hélio Pereira (*Hélio Russo*), 1-2, 3-4, 5, 6
Carvalho, Herbert Eustáquio de (Herbert Daniel), 1, 2, 3, 4, 5
Carvalho, Laerte Ramos de, 1
Casa da Morte, *xx, xxii-xxiii*, 1-2, 3, 4-5, 6-7, 8, 9
Castro, Fidel, *xi*, 1, 2, 3, 4, 5
Castro, Tarzã de, 1
Cavalcanti, Flavia, 1, 2, 3
Cebaios, Jaime, 1
Cecília ver Nóbrega, Lígia Maria Salgado
Centro de Informações da Marinha (Cenimar), 1-2

Centro de Informações do Exército (CIE), 1
Centro Estadual dos Professores (CEP), 1
Cerqueira, Marcelo, 1
Cerqueira ver Coelho, Eliezer Vaz
Chagas, Paulo Pinheiro, 1-2, 3
Che Guevara, Ernesto, 1, 2, 3, 4, 5, 6
Chico ver Brasil, Carlos Avelino Fonseca
Cialdini, Maria Celina Romeu, 1
Cid ver Lamarca, Carlos
Ciro ver Luz, James Allen
Claudio Marinheiro *ver* Ribeiro, Claudio de Souza
Código Penal Militar, 1, 2
Coelho, Eliezer Vaz (*Cerqueira, Geraldo*), 1
Colônia Penal Magalhães Pinto, 1-2
Comando de Caça aos Comunistas (CCC), 1
Comandos de Libertação Nacional (Colina), 1, 2, 3, 4-5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13-14, 15, 16
Comissão de Desaparecidos, 1
Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), *xvii*, 1-2, 3, 4
Conferencia de Los Pueblos, *viii, ix*, 1, 2
Conselho Permanente de Justiça, 1
Conselho Regional de Medicina, 1
Coqueiro, Aderval Alves, 1-2, 3-4, 5-6
Coronel ver Silva, Mariano Joaquim da
Corrêa, Roberto Ribeiro, 1, 2, 3, 4, 5, 6
Correio de Minas, jornal, *vii*, 1, 2
Corte Interamericana de Direitos Humanos, 1
Costa, Antonio Geraldo da (Neguinho), 1
Costa, José Raimundo da, 1-2, 3, 4
Cruz, Fernando Santa, 1, 2
Cruz, Rosalina Santa (*Maria*), 1-2, 3, 4, 5-6, 7, 8, 9

Debray, Régis, 1, 2
Delegacia de Roubos e Furtos de Belo Horizonte, 1, 2-3
Departamento de Ordem Política e Social (Dops), 1-2, 3, 4, 5, 6
Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), 1, 2, 3-4, 5, 6, 7, 8, 9
Deus, Zélia Amador de, 1, 2
Dias, Ivan Mota, 1
Diniz, Wellington Moreira, 1
Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Uberaba, 1
Dissidência da Dissidência (DDD), 1, 2, 3, 4, 5
Dissidência do PCB da Guanabara (DI-GB), 1
Dodora *ver* Barcellos, Maria Auxiliadora Lara

Domingues, João, 1, 2-3
Dona Maria ver Figueiredo, Maria Regina Lobo Leite de
Dora ver Barcellos, Maria Auxiliadora Lara
Dowbor, Ladislau (*Jamil*), 1-2
dr. Carneiro ver Lobo, Amílcar
dr. Nagib ver Pereira, Freddie Perdigão
dr. Pepe ver Rangel, Orlando
dr. Roberto ver Pereira, Freddie Perdigão
Duarte, Betinho, 1
Duarte, Erwin Rezende, 1
Durão, Jorge Eduardo Saavedra, 1, 2-3, 4, 5, 6
Durão, Vera Lúcia Huebra Neto Saavedra, 1, 2, 3, 4

Elbrick, Charles Burke, 1, 2
Ellwanger, Raul Moura, 1, 2, 3, 4
Emílio ver Campos, Sergio Emanuel Dias
Ernesto Martins ver Sachs, Eric
Espinosa, Antonio Roberto, 1, 2-3, 4-5, 6-7, 8, 9

Fagundes, Eduardo Seabra, 1, 2, 3
Fernando Ruivo ver Ferreira, Fernando Borges de Paula
Ferreira, Fernando Borges de Paula (Fernando Ruivo), 1
Ferreira, Sergio Soares Xavier, 1, 2-3, 4, 5, 6, 7, 8
Figueiredo, Maria Regina Lobo Leite de (*Dona Maria*), 1
Figueiredo, Raimundo Gonçalves (*Frei Chico*), 1-2
Fleury, Sérgio Paranhos, 1, 2, 3
Fonseca, Maximiliano, 1
Frei Chico ver Figueiredo, Raimundo Gonçalves
Freire, Marília Guimarães, 1
Freitas, Breno, 1
Freitas, Breno de Santa Cruz, 1
Freitas, Carlos Alberto Soares de (Beto, *Breno*, *Gustavo*), *i-xxiv*, 1-2, 3-4, 5-6, 7-8, 9-10, 11-12, 13-14, 15-16, 17-18, 19, 20, 21-22, 23, 24-25, 26-27, 28, 29-30, 31-32, 33-34, 35, 36, 37, 38-39, 40, 41, 42-43, 44, 45

Gabeira, Fernando, 1, 2
Geraldo ver Coelho, Eliezer Vaz
Giba ver Vasconcelos, Gilberto Martins Goldfarb, Fernando (Menino da Área, *Ricardo*), 1-2, 3-4, 5, 6
Gonçalves, Regis Antonio Duarte, 1-2, 3-4, 5, 6, 7-8, 9, 10
Gongora Junior, David (*Habib*), 1-2
Gordo Mendes ver Leão, Rafton Nascimento
Goulart, João (Jango), 1, 2, 3, 4, 5-6, 7, 8
Goulart, Orosinda Maria Taranto, 1, 2-3, 4
Grego, 1

Greve de Contagem, 1-2, 3, 4
Grupo de Ações Violentas (GAV), 1
Grupo Tortura Nunca Mais, 1, 2, 3
Guariba, Heleni Telles Ferreira, 1
Guerrilha de Copacabana, 1
Guerrilha do Araguaia, 1
Gustavo ver Freitas, Carlos Alberto Soares de

Habib ver Gongora Junior, David
Heitor (*Italiano*), 1, 2
Hélio Russo ver Carvalho, Hélio Pereira
Herbert Daniel *ver* Carvalho, Herbert Eustáquio de
Herédia, Nestor Guimarães, 1
Holleben, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig von, 1, 2

Iara, reportagem biográfica, livro, 1
Iavelberg, Iara, 1-2, 3-4, 5-6, 7, 8, 9, 10-11
Instituto Amazônico de Planejamento, Ges tão Urbana e Ambiental (Iagua), 1
IstoÉ, revista, 1
Italiano ver Heitor
IV Congresso da Polop, 1

Jamil ver Dowbor, Ladislau
João Domingues, 1, 2
Juca ver Pereira, Carlos Henrique Vianna
Julião, Francisco, 1, 2, 3
Júnior, Oswaldo Mendonça, 1-2
Justiça Militar (JM), 1, 2-3, 4, 5, 6, 7
Justiça Militar de Juiz de Fora, 1
Juvenal ver Brito, Juarez Guimarães
Juventude Estudantil Católica (JEC), 1-2, 3, 4
Juventude Trabalhista, 1
Juventude Universitária Católica (JUC), 1-2, 3, 4

Katz, Chaim Samuel, 1, 2, 3, 4, 5

Ladeira, Humberto, 1
Lafoz, Sonia, 1
Lago, Antonio Henrique (Laguinho), 1-2, 3
Laguinho *ver* Lago, Antonio Henrique
Lamarca, Carlos (*Cid*), 1-2, 3, 4, 5, 6-7, 8, 9-10, 11, 12, 13
Leão, Rafton Nascimento (*Gordo Mendes*), 1-2, 3, 4, 5
Lei n.9.140/95, 1, 2, 3
Lei de Crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, 1
Lei de Segurança Nacional, 1-2, 3

Leite, Afonso Celso Lana, 1, 2, 3
Leite, Geraldo (*Marcelo*), 1-2, 3, 4-5, 6, 7, 8, 9, 10
Lemos, Álvaro, 1
Lia ver Brito, Maria do Carmo
Ligas Camponesas, *xii*, 1-2, 3, 4, 5-6
Ligas de Minas Gerais, 1-2, 3, 4
Linhares, Cláudio Galeno de Magalhães, *xix*, 1, 2-3, 4-5, 6, 7, 8, 9
Lisboa, Apolo Heringer, 1-2, 3, 4, 5-6, 7, 8
Lobo, Amílcar (*dr. Carneiro*), *xxiii*, 1, 2, 3-4
Lobo, Lilia, 1
Lodders, Mário, 1-2, 3, 4
Losada, Antonio Cunha, 1, 2
Lourdinha *ver* Siqueira, Maria de Lourdes
Loyola ver Silva, Mariano Joaquim da
Luís, Edson, 1
Lungaretti, Celso, 1-2, 3
Luz, James Allen (*Ciro*), 1, 2, 3, 4-5, 6-7, 8, 9-10

Macedo, Nilo Sergio Meneses, 1
Machado, Antônio Joaquim de Souza (Bigo de, Quincas), *xvii*, 1-2, 3, 4-5, 6, 7
Marcelo ver Leite, Geraldo
Marcinho Godard *ver* Borges, Marcio
Maria ver Cruz, Rosalina Santa
Marighella, Carlos, 1, 2
Marini, Rui Mauro, 1, 2
Mariquinha ver Motta, Ana Matilde Tenório da
Matos ver Ribeiro, Claudio de Souza
Mattos, Antonio Pereira, 1, 2
Mattos, Délio Jardim de, 1
Maurício ver Melo, Reinaldo José de
Max ver Araújo, Carlos Franklin Paixão de
Médici, Emílio Garrastazu, general, 1, 2, 3
Melo, Reinaldo José de (*Maurício*), 1, 2-3, 4, 5-6, 7, 8, 9
Mendonça, Osmar (Osmarzinho), 1, 2, 3
Menino da Área *ver* Goldfarb, Fernando
Mesquita, Fernando, 1, 2
Meyer, Marco Antonio Azevedo, 1, 2
Miguel ver Campos, Sergio Emanuel Dias Minc, Carlos, 1
Ministério Público Militar, 1, 2, 3-4
Miranda, Dilmar Santos de, 1, 2, 3
Moreira, Elvivo Carlos, *viii-x*, 1-2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
Mota, Fernando Eduardo Aires da, 1
Mota, Fernando Sergio Aires da, 1

Motta, Ana Matilde Tenório da (*Mariquinha*), 1, 2-3, 4
Mourthé, Arnaldo, 1, 2-3
Mourthé, Dirceu, 1-2, 3
Movimento Democrático Brasileiro (MDB), 1, 2
Movimento Feminino pela Anistia, 1, 2
Movimento Nacional da Reforma Agrária, 1
Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), 1-2, 3, 4, 5
Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), 1, 2-3, 4, 5, 6
Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), 1, 2, 3, 4, 5
Muniz, Carlos Alberto Vieira, 1, 2

Nahas, Jorge Raimundo, 1-2, 3, 4, 5-6, 7, 8
Nahum Rodrigues *ver* Rocha, Guido Souza
Neguinho *ver* Costa, Antonio Geraldo da
Neto, Dylson Valente, *xxiv*, 1
Nóbrega, José Araújo de, 1-2
Nóbrega, Lígia Maria Salgado (*Cecília*), 1
Novais, Walter Ribeiro, 1
Núcleo Marxista-Leninista, 1

Oliveira, Angelina Dutra de, 1-2, 3, 4, 5, 6, 7
Oliveira, José Raimundo de, 1, 2
Oliveira, Lótus Dutra de, 1, 2, 3, 4, 5, 6
Oliveira, Walkiria Dutra de, 1, 2
Operação Bandeirante (Oban), 1
Operação Condor, 1
Operação Mesopotâmia, 1-2
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1-2, 3, 4, 5, 6
Organização das Nações Unidas (ONU), 1, 2
Organização dos Estados Americanos (OEA), 1, 2
Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), 1
“Organização” Ó Pontinho, 1-2, 3, 4-5, 6-7, 8
Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), 1, 2
Osava, Chizuo (Mário Japa), 1, 2-3, 4
Osmarzinho *ver* Mendonça, Osmar

Paiva, Mauricio, 1, 2, 3
Paiva, Rubens, 1, 2
Palhano, Aluízio, 1
Papagaio, *O*, jornal, 1
Partidão *ver* Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Partido Comunista Brasileiro (PCB, Partidão), 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14
Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), 1, 2, 3, 4-5, 6-7, 8
Partido Comunista do Brasil (PCdoB), 1, 2, 3

Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), 1, 2
Partido Democrático Trabalhista (PDT), 1, 2, 3-4
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), 1, 2, 3
Partido dos Trabalhadores (PT), 1, 2-3, 4-5, 6-7, 8
Partido Operário Comunista (POC), 1, 2
Partido Revolucionário Comunista (PRC), 1, 2
Partido Social Democrático (PSD), 1, 2
Partido Socialista Brasileiro (PSB), 1, 2, 3-4, 5, 6, 7, 8
Partido Socialista, 1
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 1, 2, 3, 4
Passeata dos Cem Mil, 1
Patarra, Judith, 1
Penitenciária Agrícola de Neves, *xviii*, 1-2, 3-4
Pereira, Carlos Henrique Vianna (*Juca*), 1-2, 3, 4, 5
Pereira, Cesar Augusto Gonçalves, 1
Pereira, Freddie Perdigão (*dr. Nagib, dr. Roberto*), 1, 2
Petrópolis, *xxiii, xxiv*, 1-2, 3, 4-5, 6-7, 8-9, 10
Pezzuti, Angela Maria, 1
Pezzuti, Angelo *ver* Silva, Ângelo
Pezzuti da Pezzuti, Carmela, 1, 2, 3, 4
Piacentini, Manuel Juan Cordero, 1
Pimenta, Reinaldo Silveira, 1
Pimentel, Fernando Damata, 1, 2
Pimentel, Olga D'Arc, 1, 2, 3, 4
Pinto, Marilena Vilas Boas, 1
Pinto, Sobral, 1
Piquete, O, jornal operário, 1, 2
Pires, Walter, 1
Política Operária (Polop), 1, 2-3, 4-5, 6-7, 8, 9-10, 11-12, 13-14, 15-16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30-31, 32-33
Pontes, José Aníbal Peres de, 1, 2-3, 4-5, 6, 7
Presídio Tiradentes, 1, 2

Quadros, Jânio, 1, 2-3
Quincas *ver* Machado, Antônio Joaquim de Souza

Rabelo, José Maria (Zé Maria), 1-2, 3
Ramalho, Sebastião da Silva (Tião, *Baiano*), *xxii*, 1-2, 3, 4, 5, 6
Rangel, Orlando (*dr. Pepe*), 1, 2
Ratton, Helvécio, 1, 2
Refkalefski, Margaret, 1-2, 3, 4
Reis, Élcio, 1, 2
Revolução Cubana, *ix*, 1-2, 3, 4
Ribeiro, Claudio de Souza (Claudio Marinheiro, *Matos*), 1, 2, 3-4

Ricardo ver Goldfarb, Fernando
Rocha, Guido Souza (Nahum Rodrigues), 1, 2, 3, 4, 5, 6-7, 8-9, 10, 11, 12-13, 14-15
Rodrigues, Darcy, sargento, 1, 2, 3
Romanelli, Antonio Ribeiro, 1-2, 3, 4
Romeu, Inês Etienne, xx, 1, 2, 3-4, 5, 6, 7-8, 9, 10-11, 12, 13, 14-15, 16, 17, 18-19, 20
Romeu, Lúcia, 1
Rousseff, Dilma Vana, 1, 2-3, 4, 5-6, 7-8, 9, 10-11, 12-13, 14, 15-16, 17, 18, 19-20, 21, 22-23, 24, 25
rua Arthur Barbosa n.668 *ver* Casa da Morte

Sachs, Eric (Alemão, *Ernesto Martins*), 1, 2, 3-4, 5
Sampaio, Nelson Barbosa, 1
Santos, José Anselmo dos (Cabo Anselmo), 1
Santos, Theotonio dos, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8-9
Schiller, Gustavo Buarque (*Bicho*), 1
Schreier, Chael Charles, 1, 2
Schwartzman, Simon, 1
Segunda Declaración de La Habana, 1
Serviço Nacional de Informações (SNI), 1
Sierra Maestra, 1-2, 3
Silva, Adilson Ferreira da (*Ari*), 1-2
Silva, Angelo Pezzuti da, 1, 2, 3, 4, 5-6, 7, 8, 9
Silva, Athos Costa e, 1
Silva, Lyda Monteiro da, 1, 2
Silva, Mariano Joaquim da (*Loyola, Coronel*), xix, 1, 2, 3, 4-5, 6, 7
Silva, Murilo Pinto da, 1, 2, 3, 4, 5
Silva, Paulo de Tarso Celestino, 1
Silva, Tércio Lins e, 1
Silveira, Modesto da, 1, 2, 3
Siqueira, Maria de Lourdes (Lourdinha), xxii, 1-2, 3
Sobrinho, Barbosa Lima, 1
Somer, Isolde, 1
Soto, Jesus Paredes, 1
Souza, Herbert de (Betinho), 1, 2
Souza, Ubirajara Ribeiro de (*Zeção, Zé Gomes*), 1, 2, 3, 4-5, 6
Superior Tribunal Militar (STM), 1, 2, 3, 4

Teatro Opinião, 1
Tião *ver* Ramalho, Sebastião da Silva

União Democrática Nacional (UDN), 1, 2, 3, 4, 5, 6
União Metropolitana dos Estudantes (UME), 1, 2
União Nacional dos Estudantes (UNE), 1, 2, 3, 4, 5
Universidade do Estado do Amazonas, 1

Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), *xxii*, 1, 2, 3-4, 5, 6, 7, 8-9, 10-11, 12, 13, 14-15, 16-17, 18-19, 20, 21-22, 23-24, 25-26, 27, 28, 29, 30-31, 32, 33, 34-35, 36-37, 38-39

Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), 1, 2, 3-4, 5, 6-7, 8-9, 10-11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19-20, 21, 22

Vasconcelos, Breno Ferreira Martins, 1

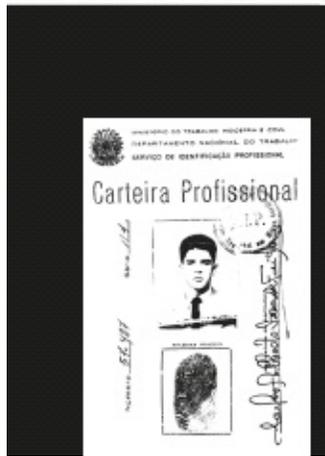
Vasconcelos, Gilberto Martins (Giba), 1-2, 3-4, 5, 6, 7

Vilela, Teotônio, 1

Zé Gomes ver Souza, Ubirajara Ribeiro de

Zé Maria ver Rabelo, José Maria

Zeção ver Souza, Ubirajara Ribeiro de



O cidadão Carlos Alberto Soares de Freitas.



Beto (de óculos, à direita): formatura do ensino médio, em 1960, no Teatro Francisco Nunes, Belo Horizonte.



Beto (à esquerda) com primos, na praia de Copacabana, em 1959.



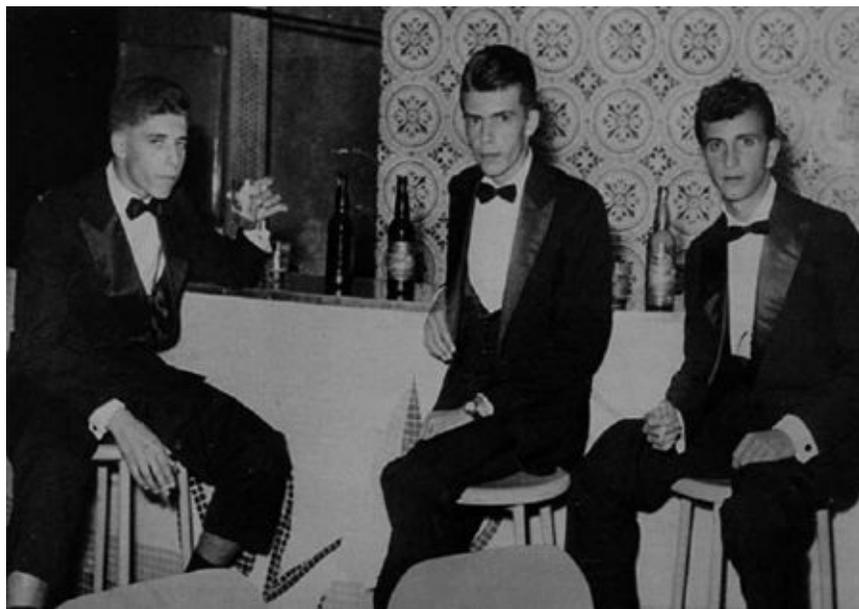
Com a irmã Norma Disney e o cunhado Geraldo (à direita), na Concha Acústica do Parque Municipal de Belo Horizonte, em 1959.



Beto (de gravata) em casa de amigos, em 1960.



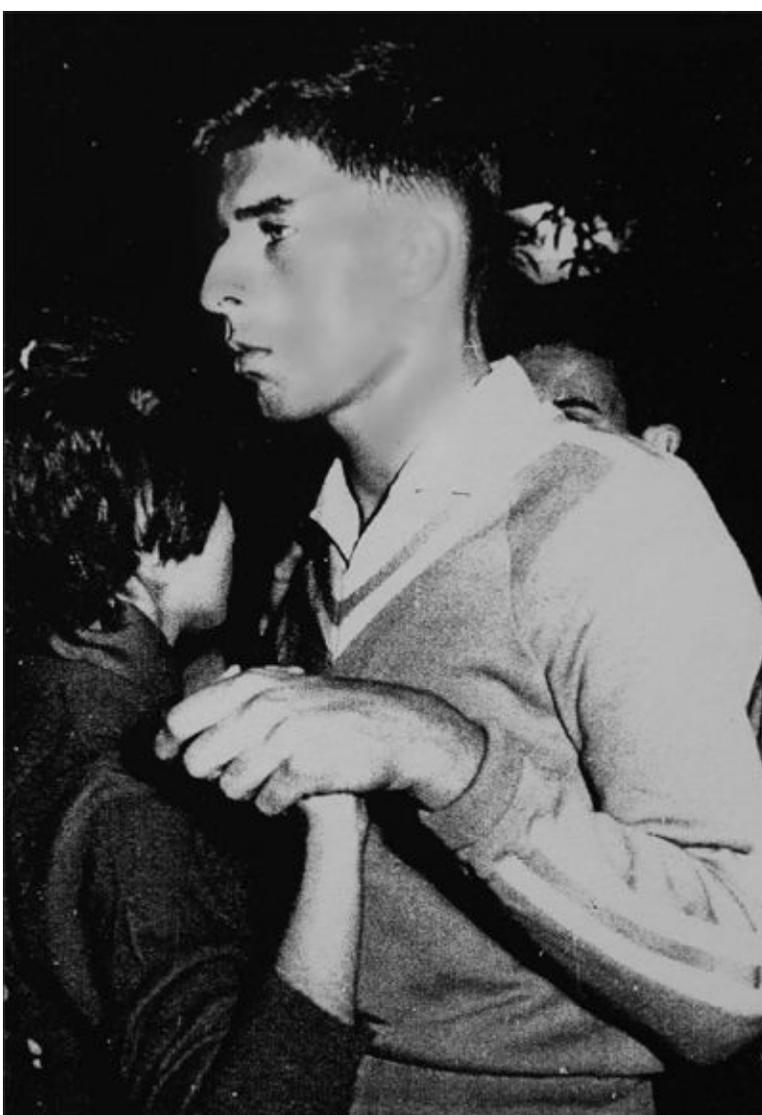
Festa junina no Ginásio Clube de Belo Horizonte, em 1960 (Beto está à direita, de óculos).



Réveillon de 1961: Beto (à esquerda), com amigos, no Iate Clube de Belo Horizonte.



Na piscina da casa do tio Paulo, em Belo Horizonte.



Nos bailes de BH.



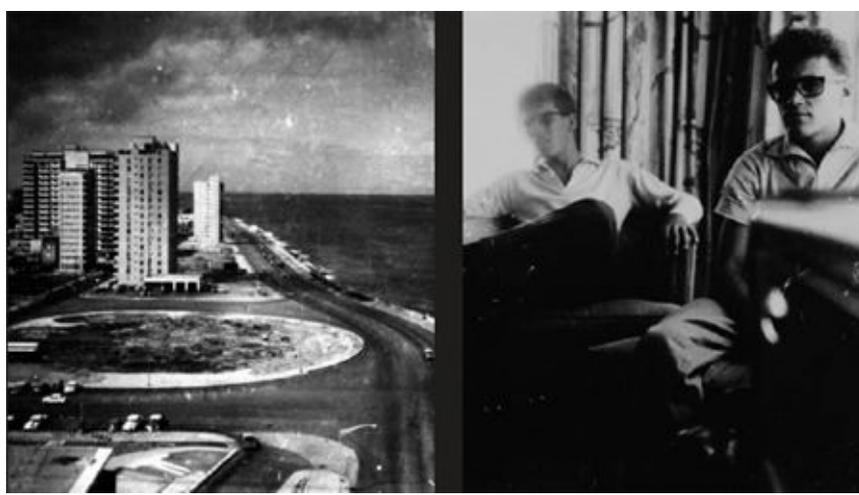
Cena de casamento em família (da direita para a esquerda): os pais, Jayme e Alice, os irmãos Jayme César, Stella D'Alva, Addi e o marido, César, Beto, Mariza, Francisco Eduardo e o casal de noivos, Geraldo e Norma Disney.



Último Natal em família, em 1968: Beto, já clandestino, entre a mãe e o irmão Olímpio.



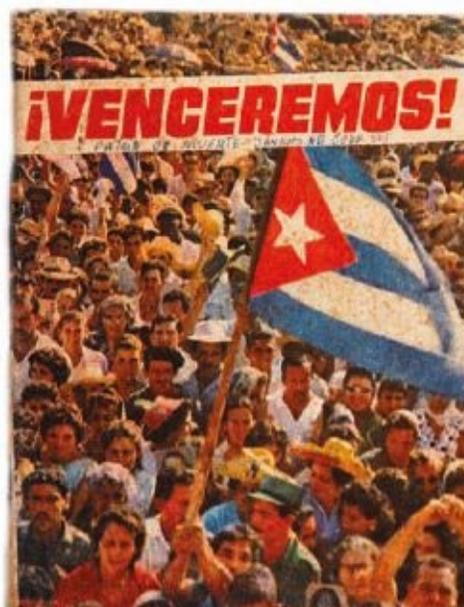
O famoso Bar Bucheco em fotos do *Correio de Minas*, em julho de 1963.



Em janeiro de 1962, Beto e Elvio Moreira foram a Cuba para participar da Conferencia de los Pueblos. Como lembrança afetiva da viagem, tiraram várias fotos, entre elas a da paisagem do El Malecón. À direita, Beto e Elvio conversam no quarto do hotel La Habana Riviera.



Beto na sacada do La Habana Riviera.





Cartaz e selo comemorativos do terceiro aniversário da Revolução Cubana.



Crachá de delegado da Conferencia de Los Pueblos.



Beto fotografado por Élvio.



Élvio fotografado por Beto.



Élvio visita uma *hacienda* de cana-de-açúcar. Foto tirada por Beto.



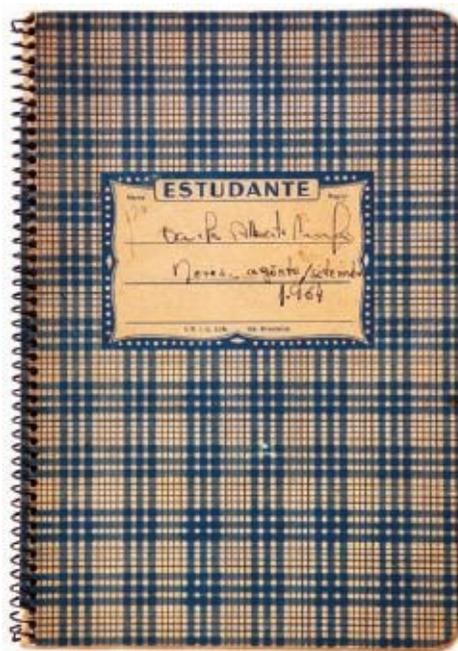
Registro histórico da viagem a Cuba: 1,5 milhão de pessoas se amontoam na praça José Martí para ouvir Fidel Castro.



Cartaz das Ligas Camponesas pela Reforma Agrária Já, guardado por Beto.



Entusiasmado com as *haciendas* que viu em Cuba, Beto (à direita) se envolve com os camponeses das Ligas, no interior de Minas Gerais.



Caderno presenteado pela irmã Norma Disney e usado como diário na prisão, em Neves (MG), em agosto de 1964.

Exeq. Senr.
Aluisio Pimenta
Magnifico Reitor da Universidade de Minas Gerais.

Mesmo uma voz isolada é necessário que se ouça, mesmo que ela irrompa da prisão, para protestar contra as atitudes dúbias de Vossa Magnificência frente as violações cometidas contra as Universidades brasileiras e, em especial, contra a Universidade de Minas Gerais, consubstanciadas em prisões, "afastamentos" e intervenções ridículas, a pretexto de barrarem a "ameaça vermelha" que desinova a vida universitária brasileira.

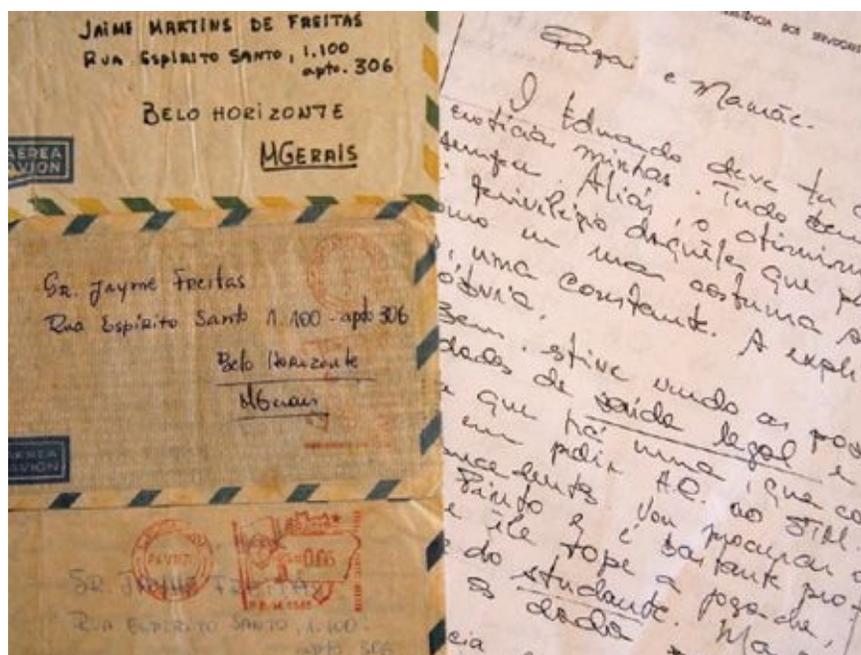
Quando o professor Aluisio Pimenta falava aos estudantes, planejando uma gestão que não fosse de hostilidade para com os universitários, ouvindo e discutindo com eles, propõe uma colaboração mútua, porque dizia, "estamos juntos na alegria e na tristeza", não perderíamos, nem de longe, imaginar que quando uma berrasca atingisse e nesse peve e a sua vanguarda universitária, este mesmo reitor primasse pela emissão.

A nessa luta, portanto, far-se-á com, sem ou contra o reitor da UMG. Porque temos orgulho de que somos e nos embreamos a Flarestan Fernandes e fazemos nessas as suas palavras: "liberdade intelectual, a objetividade e a ager a verdade reúnem os apanágios de universitário e de homem de ciência autênticos".

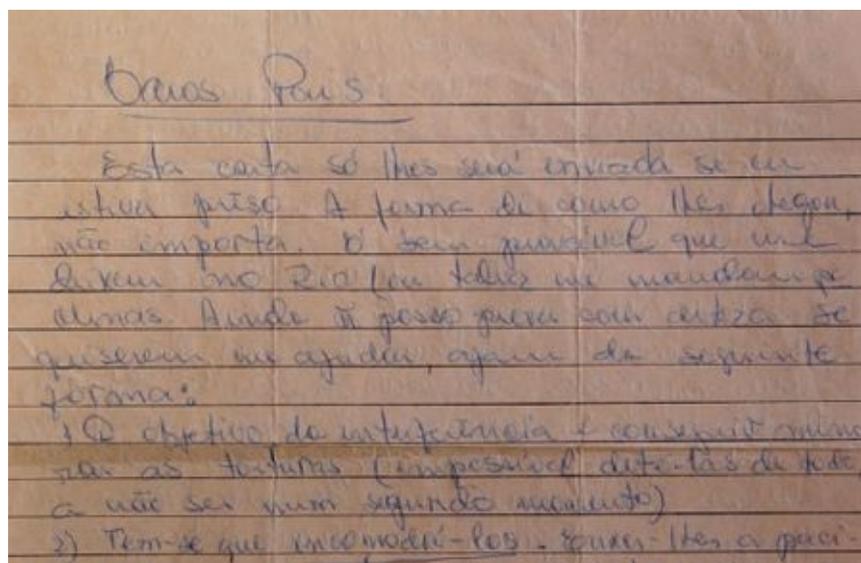
Colônia Penal "Magalhães Pinto" - Neves - 13 de outubro de 1964.

Carlos Alberto Soares de Freitas
Aluno de 4º ano de Sociologia e Política da
Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade
de Minas Gerais.

Fac-símile de carta escrita por Beto para o reitor da UFMG, em 13 de outubro de 1964, quando estava preso em Neves (ver outros trechos da carta nas páginas 47 e 48).



Mesmo clandestino, Beto continuou a se comunicar com os pais.



Carta em que dá instruções à família sobre o que fazer, caso seja preso.

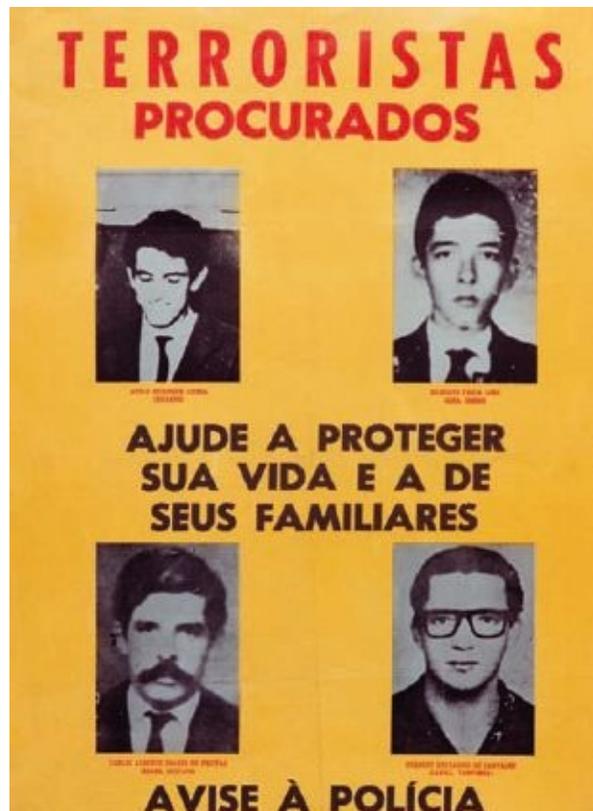
- Rio, 15 janeiro 1971 -
Meus caros pais

Não pude me comunicar com vocês quando do novo ano, faço-o agora com os meus melhores votos de anos novos pela gente e a felicidade pessoal por um sistema antiterrorista im-feliz. Para a grande maioria que dege- ta ou mesmo para aqueles que, mesmo comendo e morando, não podem se confortar com a miséria e as iniqui- dades que o capitalismo impõe ao seu semelhante.

Hoje um ano de luta, onde estava, mas, é o que nos desejamos. Luta que se dá sentido à vida para aqueles que não se submetem à "tranquilidade" dos capitalistas. Vocês já me compreendem, pos- sivelmente, principalmente a partir das expe- riências que nos foram contadas que nos se- guem. Estive no Rio por uns dias de onde Her- zegovina. Não tive notícia da família e fiquei em um mundo pelo difícil, quase sem a dignidade de homens, só possível os seus. O fim do capitalismo e sua corte parece que uma de crises. Dignidade do homem concreto, o proletariado, único capaz de vanguardar a Revolução que transporta, como a ela. Do visto, não amaguetam nem invulgarizam. O que é melhor num regime.

Abraça os amigos e os irmãos
Para vocês os saudados do filho
Blum. (Zeto)

Trechos da última carta aos pais, escrita em 15 de janeiro de 1971, exatamente um mês antes de seu desaparecimento (ver transcrição nas páginas 142 e 143).



Capa de jornal estudantil (que circulou em setembro de 1968) com chamada para o artigo sobre o papel do movimento estudantil de 68, escrito

por Beto. Já clandestino, ele assina com o pseudônimo Gustavo Pereira.

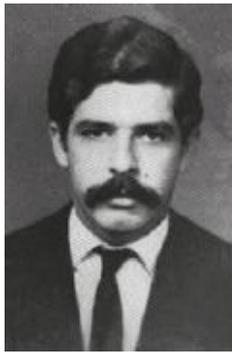


Foto de Beto para documentos “frios”, com cabelos pintados e longos bigodes. A imagem foi usada nos cartazes produzidos pela polícia.



Capa de jornal estudantil (que circulou em setembro de 1968) com chamada para o artigo sobre o papel do movimento estudantil de 68, escrito por Beto. Já clandestino, ele assina com o pseudônimo Gustavo Pereira.

ESTES NÃO PRECISAM MAIS DE ANISTIA



ESTES SÃO ALGUNS DOS MILHARES ASSASSINADOS PELOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO,
INDUZIDOS AO SUÍCÍDIO OU MORTOS NO EXÍLIO.

MAS PARA ESTES A **ANISTIA** É UMA QUESTÃO DE VIDA

- 260 PRESOS POLÍTICOS ESPALHADOS POR VÁRIAS PRISÕES BRASILEIRAS;
- 19 MIL EXILADOS E 118 BANIDOS ESPALHADOS PELO MUNDO;
- 4.877 POLÍTICOS CASSADOS, REPRESENTANDO MAIS DE 8 MILHÕES DE VOTOS;
- 363 ESTUDANTES EXPULSOS DA UNIVERSIDADE PELO DECRETO 477.

Pela Anistia ampla, geral e irrestrita!

Advogado pede "habeas" para colega no STM

O advogado Osvaldo Mendonça deu entrada ontem no Superior Tribunal Militar a um pedido de "habeas corpus" em favor de seu colega de profissão Antônio Joaquim Machado e dos estudantes Sérgio Emanuel Dias Campos e Carlos Alberto Soares de Freitas, que foram presos em 15 de fevereiro último.

O impetrante alega que seus constituintes "encontram-se em lugar incerto e não sabido" e aponta como coatores o Comandante do I Exército e autoridades do I Distrito Naval e da 3.ª Zona Aérea. Alega que estão sofrendo constrangimento ilegal, porque a prisão não foi comunicada à Auditoria de Correição em flagrante descumprimento da lei.

Cartaz do Comitê de Anistia, de 1979, com fotos de militantes mineiros desaparecidos, Beto entre eles.

Notícia publicada no jornal *O Globo*, em 13 de março de 1971, sobre o pedido de habeas corpus para os militantes presos Antônio Machado, o Bigode, Sergio Emanuel Dias Campos e Carlos Alberto Soares de Freitas.

CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS - 1939-1971

De Carlos Alberto Soares de Freitas fui colega de faculdade, correligionário no Partido Socialista Brasileiro, companheiro de militância na Organização Política Operária (POLOP), COLINA, VAR-PALMARES (designações de organizações armadas que iam se aglutinando ou subdividindo-se); fomos sócios, em 1963, num empreendimento comercial - BUCHECO - onde havia mais festividade que seriedade: um barzinho frequentado pela esquerda belorizontina, estudantes, intelectuais. Acima de tudo, fomos amigos inseparáveis de 61 a 69. Era um irmão querido que se arrogava o direito de me proteger, de discutir e brigar por minha causa. A recíproca é verdadeira. De sua vida particular não me atrevo a falar. Era um homem reservado, discreto. Uma insuspeitada timidez dava-lhe muito charme. Foi muito amado e muito amou, ao que sei, Lótus, Julieta, Inês Helena, Eliane, Leila, Iara. Filho amoroso, sempre desconfiei que é o predileto no coração de seus pais.

Em 1961 o Beto ingressa na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, para cursar Sociologia e Política; neste mesmo ano é recrutado pela POLOP e inscreve-se no Partido Socialista Brasileiro. Desde o início, dedica-se intensamente à atividade política. Em janeiro de 1962, escolhido por seus companheiros da POLOP, vai a Cuba para comemoração da Revolução Cubana e para obter maiores informações sobre aquele acontecimento histórico. Ainda em 62, participa ativamente da candidatura do jornalista José Maria Nabelo à Prefeitura de Belo Horizonte, pelo PSB. Nesta campanha, faz parte de um grupo teatral que realiza uma peça escrita especialmente para a ocasião: alguns atores (amadores) representavam os candidatos a Prefeito; através de caracterizações/caricaturas procurava-se mostrar os interesses que tais candidatos representavam. Ao Beto, por suas qualificações físicas - alto, olhos verdes, corpo bonito - coube o melhor papel: o do candidato socialista. Em 1963, integra o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, com "experiência" anterior em teatro, faz um papel na peça "Eles não usam Black Tie", do Guarnieri.

De 1961 a 1965 milita no movimento estudantil, em comícios, passeatas, congressos, na União Estadual dos Estudantes (UEE), no Diretório Central dos Estudantes (DCE), em árduas tarefas burocráticas, revelando notável senso de organização. Colabora na introdução de um novo método de panfletagem: quando os panfletos soltavam-se do alto dos edifícios, o militante já tinha se afastado do local há vários minutos. Discursou inúmeras vezes em praças públicas e em comícios relâmpagos. Parti

Inês Etienne Romeu

Depoimento sobre Beto escrito na prisão por Inês Etienne Romeu para o I Congresso Nacional pela Anistia, em novembro de 1978. Inês aproveitou esse encontro para denunciar o assassinato de diversos presos políticos na Casa da Morte, como o do companheiro e amigo Beto.

cipa também do trabalho de implantação das Ligas Camponesas em Minas Gerais, dentro da perspectiva política da aliança operária-camponesa-estudantil.

Logo após o golpe militar de 31 de março de 1964, recebe determinação da Direção Nacional da FOLOP de transferir-se para o Rio de Janeiro de onde partiria para local apropriado ao treinamento guerrilheiro. Alguns amigos foram acompanhá-lo à estação ferroviária para a despedida que julgávamos definitiva; acreditava-se que um foco de guerrilha eclodiria no campo em poucos meses. Depois dos abraços, Beto subiu no último vagão permanecendo na escadinha derradeira e acenando adeus aos amigos. Corríamos pela plataforma na ânsia de vê-lo alguns segundos a mais. No momento do momento, bati a testa num poste, o que me gravou para sempre o instante na memória. No entanto, dois meses mais tarde, o Beto estava de volta do episódio que denominou "Foco de Copacabana".

Em 26 de julho de 1964 é preso em flagrante pisando ruos da capital mineira, com palavras de ordem contra o isolamento rubano imposto pela OEA e contra a ditadura militar. No DOPS, recusa-se a fazer trabalhos burocráticos que a polícia lhe pede; é transferido para a Penitenciária de Neves. Foi muito no mês de novembro.

Em 1965, é feita a reorganização da seção regional do Partido Socialista, duramente atingido pela repressão política do ano anterior. Beto torna-se um dos membros do Comitê Executivo do PSB. Era ano de eleição para Governador do Estado e o PSB, depois de muita luta interna, decidiu-se pelo voto nulo. Ainda em 65, conclui o curso universitário e está na Direção Regional da FOLOP, em Minas Gerais. De 65 a 68 - ano em que é eleito para a Direção Nacional do COLINA - além de outras tarefas, escreve, semanalmente, artigos para o jornal operário "FIQUETE". Elabora junto com outros companheiros, documentos de análise política, para discussão interna na Organização, sob o pseudônimo de Fernando Ferreira. É também um dos redatores da Revista "América Latina".

Em 1967 é condenado, como revel, a dois anos de prisão pela Auditoria do Exército da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora. Entra, então, para a clandestinidade. Em janeiro de 1969 muda-se para o Rio de Janeiro. Em abril é chegada a minha hora de vir para o Rio. Nós éramos mineiros da Zona e achávamos horrível ter que sair da Minas querida. Em consequência de divergências políticas, sai da VAR-FALMARES (produto da fusão de diversas organizações, inclusive COLINA) e entrei para a VPR. Estivemos juntos, pela última vez, em outubro de 1969, e nos separamos mutuamente magoados. O cafezinho que tomamos num bar deixou um gosto amargo. Creio que nos falta a maturidade para compreender a complexidade das relações humanas quando submetidas a duras condições de confronto com o capitalismo: era a guerrilha urbana.

Para Est. ouu. Rouven



Beto, em Olinda, em janeiro de 1970. A foto (uma das raras imagens do período de clandestinidade) foi feita por Sebastião, o Tião, e conservada como lembrança do amigo.

VII
Beto VIOLA UMA
REVOLUÇÃO A
PARTIR DE SE MES-
MO. Não avigân-
cia, não hum pa-
fonalismo, re-
nema seu perio-
ridade, não hema
desconfiança das
pessoa de outra
pessoa. UMA
SABEDORIA IM-
PLANTADA, NUM
CORAÇÃO MUITO
INTELI GENTE E
TRABALHADORO

VIII
James Allent
Breno, Antonio
Joachim, o pai
Nao, o fardo,
era uma pes-
mao de homons
que SABIAM MUI-
TO, que SABIAM
o que QUERIAM,
que se DOAVAM
INTEIRAMENTE,
numa ESPERANSA
DE ENCONTRAR A
LIBERDADE. Não
se falava naquele tem-
po da luta contra o
RACISMO, ELAS
PRATICAVAM A IGUALDADE
PRATICAVAM BELAMENTE.

Fac-símile de um texto de Maria de Lourdes Siqueira, a Lourdinha, em que ela homenageia Beto e antigos companheiros da VAR. “Não se falava naquele tempo da luta contra o racismo. Eles praticavam a igualdade belamente”, escreve.



1978: o médico Amílcar Lobo (à esquerda), acompanhado de profissionais da imprensa, reconhece a Casa da Morte, em Petrópolis, e admite sua participação nas atividades clandestinas da casa.



Imagem atual da Casa da Morte, onde Beto e outros militantes foram assassinados durante a ditadura militar.



Grafite em homenagem a Beto feita em março de 2011 em uma das pilastras do viaduto Paulo de Frontin, no Rio de Janeiro, pelo artista Dylson Valente Neto, que se assina N370.

Copyright © 2012, Cristina Chacel

Copyright desta edição © 2012:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua Marquês de São Vicente 99 – 1º | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ

tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Preparação: Kathia Ferreira | Revisão: Eduardo Monteiro, Vania Santiago

Indexação: Michele Mitie Sudoh | Capa: warrakloureiro

Imagem da capa: grafite de Beto feito por N370 em foto de Custodio Coimbra

Fotos: em Cuba: arquivo de Élvio Moreira; Beto em casa de amigos, no Réveillon e em festa junina: arquivo de João Francisco Soares; Amílcar Lobo, Casa da Morte e grafite do Beto (três últimas fotos): Custodio Coimbra; todas as outras fotos: arquivo de Addi de Freitas Vanucci

Edição digital: setembro 2012

ISBN: 978-85-378-0933-4

Arquivo ePub produzido pela **Simplíssimo Livros**
